

Luz Marina Lopes de Almeida

**ESPAÇO, SOCIEDADE E PRODUÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL:  
O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE  
PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO PARÁ**

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR  
Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG  
2025

Luz Marina Lopes de Almeida

**ESPAÇO, SOCIEDADE E PRODUÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL:  
O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE  
PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO PARÁ**

Tese de Doutorado em Economia apresentada à pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento regional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Economia

Orientador (a): Prof<sup>o</sup> Dr. Roberto Luis M. Monte-Mor

Co-orientador (a): Prof<sup>a</sup> Dra. Sibelle C. Diniz.

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR  
Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG  
2025

Ficha catalográfica

A447e  
2025 Almeida, Luz Marina Lopes de.  
Espaço, sociedade e produção na Amazônia Oriental [manuscrito]:  
o cooperativismo no circuito socioespacial de produção do açaí no  
Pará / Luz Marina Lopes de Almeida. – 2025.  
1v.: il.

Orientador: Roberto Luis M. Monte-Mor.  
Coorientadora: Sibelle C. Diniz.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de  
Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia.

1. Economia popular - Teses. 2. Açaí - Teses. 3. Amazônia - Teses. 4.  
Para – Teses. 5. Economia – Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís de Melo.  
II. Diniz, Sibelle C. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de  
Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 330



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**ESPAÇO, SOCIEDADE E PRODUÇÃO NA AMAZÔNIA ORIENTAL: O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO PARÁ**

**LUZ MARINA LOPES DE ALMEIDA**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia 29 de agosto de 2025, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof<sup>o</sup>. Roberto Luís de Melo Monte-Mór - Orientador (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof<sup>a</sup>. Sibelle Comélio Diniz da Costa - Coorientadora (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof<sup>a</sup>. Marina Regitz Montenegro (Universidade de Brasília - UNB)

Prof<sup>o</sup>. Danilo Araújo Fernandes (Universidade Federal do Pará - UFPA)

Prof<sup>o</sup>. Harley Silva (Universidade Federal do Pará - UFPA)

Prof<sup>o</sup>. João Bosco Moura Tonucci Filho (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marina Regitz Montenegro, Usuário Externo**, em 02/09/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Bosco Moura Tonucci Filho, Professor do Magistério Superior**, em 02/09/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sibelle Cornelio Diniz da Costa, Professora do Magistério Superior**, em 02/09/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Luis de Melo Monte Mor, Professor do Magistério Superior**, em 02/09/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Araujo Fernandes, Usuário Externo**, em 03/09/2025, às 03:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Harley Silva, Usuário Externo**, em 03/09/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4500768** e o código CRC **36D21BC3**.

## DEDICATÓRIA

*À minha família e a minha menina Maria Fernanda.*

*À todos que me deram seu tempo, sua escuta e suas mãos nessa caminhada.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente às instituições CAPES e CNPQ pela oportunidade de vivenciar esse Doutorado em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Com imensa gratidão trago meus agradecimentos aos docentes do Cedeplar, especialmente ao professor Roberto Monte-Mór e à professora Sibelle Diniz pelo acolhimento, pela generosidade e por terem acreditado em mim e em meu projeto de pesquisa para esse doutorado. Agradeço também a generosidade do professor João Tonucci e professora Marina Montenegro pelo aceite da composição de minha banca de qualificação e defesa do doutorado.

Agradeço imensamente também aos professores Danilo Araújo, professor Harley Silva e professor Francisco de Assis Costa por todos os incentivos, inspirações e generosidade em minha jornada acadêmica.

Toda minha gratidão aos meus pais, Maria do Socorro e Marco Aurélio por possibilitarem que sua filha sonhasse tão alto, realizasse coisas que nem sabia que poderia. Assim como todo meu carinho e gratidão às minhas irmãs Maria Clara e Alice Maria, à minha sogra Célia e meu sogro Pedro, minha tia Adriana e Sérgio Barilou por todo apoio.

Agradeço e dedico essa tese à minha família, meu companheiro Francisco e minha filha Maria Fernanda, meus amores e energias inspiradoras na construção desta tese.

Aos amigos que a Universidade Federal de Minas Gerais me deu, meu agradecimento por todo companheirismo, amizade e apoio em tantos momentos que nem uma pandemia pode apagar, Tailiny, Tathiane, Jordana, Stefan, Elton, assim como os amigos do projeto Colmeia, Bruno, Gabriela, Well e Nina.

Todo meu carinho também aos amigos da Universidade Federal do Pará, que continuaram compartilhando e apoiando minha caminhada para além da academia, Renata, Rogger, Higor, Irís, Zíngara, Luiza, Ellen e Carol.

Por fim, a todos que me deram seu tempo, sua escuta e suas mãos nessa caminhada, toda a minha gratidão.

*Povoada*  
*Quem falou que eu ando só?*  
*Tenho em mim mais de muitos*  
*Sou uma, mas não sou só*  
*(Sued Nunes)*

## **RESUMO**

A região amazônica e o Estado do Pará ainda convivem com a invisibilidade de subsistemas de produção da biodiversidade local, que envolvem agentes e organizações coletivas responsáveis por formas de integração econômicas e elos diversificados no espaço. Partindo do entendimento da existência de um circuito socioespacial de produção de açaí (CSP-Açaí) no Pará, esta tese propôs uma análise sobre as atuações do cooperativismo em tal circuito, na Região do Grão Pará. Através de releituras teóricas e de metodologia qualitativa, buscou-se investigar a natureza, a organização social e os elos estabelecidos pelas cooperativas produtoras de açaí. No desenvolvimento de suas atividades, relações e fluxos materiais e imateriais diversificados e complexos, essas organizações coletivas podem estabelecer operacionalizações na economia de mercado por meio de atividades do circuito superior, como podem manter frentes de trabalho em uma economia substantiva e plural, por meio de atividades e princípios de comportamentos econômicos realizados no circuito inferior, de base popular. O estudo dessas organizações coletivas demonstra que existem formas e caminhos resistentes de se restabelecer uma economia como construção sociopolítica, capaz de realinhar a relação entre sociedade e natureza, pautada no trabalho e no restabelecimento democrático.

**Palavras-chave:** circuito socioespacial de produção do açaí, circuitos da economia urbana, economia popular, economia mista.

## **ABSTRACT**

The Amazon region and the state of Pará still experience the invisibility of local biodiversity production subsystems, which involve agents and collective organizations responsible for diverse forms of economic integration and linkages. Based on the understanding of the existence of a socio-spatial açai production circuit (CSP-Açai) in Pará, this thesis proposed an analysis of the activities of cooperatives within this circuit, in the Grão Pará region. Through theoretical reinterpretations and qualitative methodology, we sought to investigate the nature, social organization, and links established by açai production cooperatives. In developing their diverse and complex activities, relationships, and material and immaterial flows, these collective organizations can establish operationalizations in the market economy through activities in the upper circuit, and they can also maintain work fronts in a substantive and plural economy through activities and principles of economic behavior carried out in the lower, grassroots circuit. The study of these collective organizations demonstrates that there are resilient ways and pathways to reestablishing an economy as a sociopolitical construct, capable of realigning the relationship between society and nature, based on work and the restoration of democracy.

**Keywords:** socio-spatial circuit of açai production, urban economy circuits, popular economy, mixed economy.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Imagem 1: Realização da coleta do açaí pelo peconheiro

Imagem 2 e 3: Armazenagem do fruto em basquetas e paneiros, e o transporte em rabetas (tipo de barco)

Imagem 4: Reunião do cooperados da Sementes do Marajó

Imagem 5: Cooperados da Manejaí às margens do rio Pacajá em período de capacitações

Imagem 6: Cooperados da Manejaí em momento de capacitações

Imagem 7, 8 e 9: Cooperados da Manejaí na preparação do fruto para o processamento da polpa

Imagem 10: Cooperados da Manejaí na comercialização de produtos na cidade de Portel

Imagem 11: Realização do transporte em canoas das produções da cooperativa armazenadas

Imagem 12: Presidente da Cooperativa Gracionice ministrando o curso de Manejo de mínimo impacto de açazais nativos no Marajó

Imagem 13: Assembleia de prestação de conta da COFRUTA, com cooperados e cooperadas

Imagem 14: Sementes produzidas pela cooperativa para produção de óleos e o açaí em basquetas

Imagem 14 e 15: Sementes produzidas pela cooperativa para produção de óleos e o açaí em basquetas

Imagem 16: As duas unidades de produção: uma de beneficiamento de polpas de frutas e outra de sementes oleaginosas em Abaetetuba.

Imagem 17: O vinho ou polpa do açaí processada e embalada com especificações, resultado do funcionamento das unidades de processamento em Abaetetuba.

Imagem 18: Embalagem padrão das polpas produzidas pela Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá

Imagem 19: Cooperados da CART em evento com entidades parceiras em Cametá

Imagem 20: Processo de armazenagem do açaí em sacos de cebola e basquetas pelos cooperados da COOPPAMB

Imagem 21 e 22: Armazenagem do açaí em basquetas e o transporte por caminhão

Imagem 23: Fotos da produção de açaí de associados da Amazon Coop

Imagem 24: Transporte de produções de associados da Amazon Coop para atendimento do PAA

Figura 1: Organização dos componentes dos dois circuitos da economia urbana

Figura 2: Linha do tempo das fases de organização social e econômica do açaí no Pará

Figura 3: Elementos dos circuitos da economia no Circuito Socioespacial de produção do açaí

Figura 4: Etapas do Circuito Socioespacial de produção do Açaí do Pará

Figura 5: Atuação de cooperativas no Circuito Socioespacial de Produção do açaí

Figura 6: Logomarca de cooperativa Sementes do Marajó

Figura 7: Subcircuito socioespacial de produção de açaí da Cooperativa Sementes do Marajó

Figura 8: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa Manejaí

Figura 9: Logomarca da Cooperativa Cofruta

Figura 10: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa COFRUTA

Figura 11: Logomarca da Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá

Figura 12: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa CART

Figura 13: Logomarca da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Barcarena (COOPPAMB)

Figura 14: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa COOPPAMB

Figura 15: Logomarca da Cooperativa Amazon Coop

Figura 16: Subcircuito socioespacial de produção de açaí da Cooperativa Amazon Coop

Gráfico 1: Quantidade produzida de açaí no Pará entre 2015 e 2023

Gráfico 2: Estabelecimentos cadastrados na Receita Federal que atuam no cultivo de açaí e produção de fruto açaí e palmito (CNAE: 133401)

Gráfico 3: Variação do preço do açaí pago ao produtor na safra e entressafra entre 2015 e 2023

Gráfico 4: Quantidade (t) das exportações de frutas, sucos de frutas e purê de açaí do Estado do Pará entre 2018 e 2024

Gráfico 5: Valor (US\$mil) das exportações de frutas, sucos de frutas e purê de açaí do Estado do Pará entre 2018 e 2024

Gráfico 6: Quantidade de operações e valores pelo PRONAF para produção de açaí no Pará entre 2013 e 2024, considerando custeio e investimento

Gráfico 7: Valores de operações por safra e linha de crédito acessadas pelo PRONAF para produção de açaí no Pará entre 2013 e 2024

Mapa 1: Produção total de Açaí nos municípios do estado do Pará em 2015

Mapa 2: Produção total de Açaí nos municípios do estado do Pará em 2022

Mapa 3: Distribuição espacial das cooperativas de açaí do Estado do Pará

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela A: Descrição das ferramentas metodológicas utilizadas na tese

Tabela 1: Subcategorias das características dos circuitos da economia urbana

Tabela 2: Principais estados produtores de açaí no Brasil

Tabela 3: Agentes dos circuitos da economia na CSP do Açaí

Tabela 4: Etapas do Circuito Socioespacial de produção do Açaí nos circuitos da economia

Tabela 5: Categorias de cooperativas produtoras de açaí no circuito espacial de produção de açaí no Pará

Tabela 6: Características e perfil de atuação das cooperativas entrevistadas pelo Desafio Conexsus

Tabela 7: Quadro social dos agricultores da Rede AMAZONCOOP e suas respectivas categorias, conforme registrado no sistema CAF, fornecida pelo entrevistado

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADEMPA – Associação de Desenvolvimento Agrícola dos Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba

APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ASMIM – Associação Mutirão de Igarapé Miri e a Associação das Mulheres de Igarapé-Miri

AVABEL – Associação dos Vendedores Artesanal de Açaí de Belém e Região Metropolitana

AÇAICOOP – Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Município de Afuá e Região Ribeirinha do Amapá

BASA – Banco da Amazônia

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CAMEX – Câmara de Comércio Exterior

CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

CART – Cooperativa Agrícola de Resistência de Cametá

Ceasa – Central de Abastecimento do Pará

CENDES – Centro de Estudios del Desarrollo

CGP – Condições gerais de produção

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNS – Conselho Nacional das Populações Tradicionais

COAMA – Cooperativa Agroextrativista dos Rios Mapuá e Aramã

CODEMI – Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Mirim

COFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOMAC – Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés

COOPEBAB – Cooperativa dos Produtores de Barcarena

COOPPAMB – Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Barcarena

COPRAASIP – Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Açaí de Santa Izabel do Pará, Inhagapari e Bujaru

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CSP-Açaí – Circuito Socioespacial de Produção de açaí

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EMATER/PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FIE – Formas de integração econômica  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FNO – Fundo Constitucional do Norte  
GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICT – Institutos de Ciência e Tecnologia  
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará  
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IFPA – Instituto Federal do Pará  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
MTCI – Meio Técnico Científico Informativo  
NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul  
OCB-PA – Organização das Cooperativas Brasileiras no Pará  
ONG – Organizações não governamentais  
OSC – Organizações da sociedade civil  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAM – Produção Agrícola Municipal  
PEAE – Plano Estadual de Alimentação Escolar  
PEQA – Programa Estadual de Qualidade do Açaí  
PEVS – Produção Extração Vegetal e Silvicultura  
PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo  
PM – Prefeituras Municipais  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PRDA – Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia  
Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
Pró-Açaí – Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará  
Resex – Reservas extrativistas  
RFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil  
RGP – Região do Grão Pará  
SAF – Sistemas Agroflorestais  
SBN – Soluções baseadas na natureza  
SEASTER – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEDAP – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca  
Seduc – Secretarias Estaduais de Educação  
SEMAS – Secretaria de Assistência Social de Castanhal  
Sicor – Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro  
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados  
UC – Unidades de conservação  
UFPA – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	20
<b>CAPÍTULO 1: ECONOMIAS DA FLORESTA: URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E ECONOMIA POPULAR NA (RE)PRODUÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO PARÁ .....</b>	<b>38</b>
1.1 OS SISTEMAS PRODUTIVOS E A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NO PARÁ .....	39
1.2 ECONOMIAS DA FLORESTA: HETEROGENEIDADES ESTRUTURAIS E A ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA PERMANENTE NA AMAZÔNIA .....	46
1.3 ECONOMIA POPULAR NO ESTADO DO PARÁ: PRINCÍPIOS DE UMA REINSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIDA.....	50
<b>CAPÍTULO 2: DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA AOS CIRCUITOS SOCIOESPACIAIS PRODUTIVOS: ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS.....</b>	<b>56</b>
2.1 FORMAÇÃO E EXISTÊNCIA: OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA .....	57
<b>2.1.1 Circuito Superior: composição e organização .....</b>	<b>59</b>
2.1.1.1 <i>Características e dinâmica do Circuito Superior .....</i>	<i>61</i>
2.1.1.2 <i>Formas de organização.....</i>	<i>63</i>
<b>2.1.2 Elementos mistos e intermediários .....</b>	<b>64</b>
<b>2.1.3 Circuito Inferior: composição, funcionamento e manutenção .....</b>	<b>66</b>
2.1.3.1 <i>Composição e características.....</i>	<i>68</i>
2.1.3.2 <i>Organização comercial e técnica do circuito inferior.....</i>	<i>70</i>
2.1.3.3 <i>Técnica no circuito inferior e inserção tecnológica providencial.....</i>	<i>72</i>
<b>2.1.4 Características e categorias contemporâneas dos circuitos da economia urbana .....</b>	<b>73</b>
2.2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E CONDIÇÕES DE EXPANSÃO DOS DOIS CIRCUITOS .....	78
2.3 DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA AOS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL COM RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO .....	81
<b>2.3.1 Circuito Espacial de Produção: origem teórica, conceito e dinâmica .....</b>	<b>83</b>
<b>2.3.2 Complementariedade teórica e metodológica: uma proposta de análise para os circuitos socioespaciais de produção .....</b>	<b>87</b>
<b>2.3.3 Subcategorias do circuito espacial de produção .....</b>	<b>89</b>

<b>2.3.4 As relações econômicas e formas de integração no Circuito Espacial de Produção</b> .....	90
<b>2.3.5 Etapas de produção e fluxos espaciais</b> .....	92
<b>CAPÍTULO 3: A DIMENSÃO ESPACIAL-PRODUTIVA DA ECONOMIA DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ</b> .....	95
<b>3.1 DA CARACTERIZAÇÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ECONOMIA DO AÇAÍ</b> .....	95
<b>3.2.1 Primeira fase: A domesticação do açaí e alimentação indígena</b> .....	104
<b>3.2.2 Segunda fase: alimentação rural básica - 1700 a 1850</b> .....	105
<b>3.2.4 Quarta fase: A transformação da base produtiva, o início do processamento industrial e a consolidação do consumo interno do açaí - 1970 a 1990</b> .....	110
<i>3.2.4.1 Transformação da base produtiva</i> .....	112
<b>3.2.5 Quinta fase: A popularização do açaí nos mercados externos, a industrialização do açaí e o papel da economia local</b> .....	115
<b>3.3 O CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA CONTEMPORANEIDADE: PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESPACIALIZAÇÃO NO PARÁ</b> .....	119
<b>3.3.1 Circuito socioespacial de produção do açaí: caracterização e funcionamento</b> .....	131
<i>3.3.1.1 O açaí nos circuitos da economia: como se organiza o circuito socioespacial produtivo do açaí no Pará?</i> .....	132
<i>3.3.1.2 A Atividade, os ramos e agentes: organização social do CSP- Açaí</i> .....	134
<i>3.3.1.3 Etapas produtivas, círculos de cooperação e relações do CSP-açaí no Pará</i> .....	137
<b>CAPÍTULO 4: O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ</b> .....	145
<b>4.1 A TRAJETÓRIA RECENTE DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS NA ECONOMIA DO AÇAÍ NO PARÁ</b> .....	146
<b>4.1.1 Um panorama sobre políticas públicas e instrumentos de financiamento na economia do açaí no Pará</b> .....	150
<i>4.1.1.1 Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ)</i> .....	150
<i>4.1.1.2 Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA)</i> .....	152

<b>4.1.2 Políticas Nacionais para Mercados Institucionais de Alimentos: PAA E PNAE</b>	153
<b>4.1.3 Instrumentos de financiamento na economia do açaí: FNO e PRONAF ....</b>	157
<b>4.2 O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO PARÁ.....</b>	163
<b>4.2.1 As formas de produção no Circuito Socioespacial de Produção do açaí .</b>	166
<b>4.2.2 Caracterização das cooperativas e mercados acessados no Circuito Socioespacial de Produção do Açaí.....</b>	167
<b>4.3 O PAPEL DAS COOPERATIVAS NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA REGIÃO DO GRÃO PARÁ .....</b>	182
<b>4.3.1 Cooperativa Sementes do Marajó.....</b>	183
<b>4.3.2 Cooperativa Manejaí .....</b>	193
<b>4.3.3 COFRUTA .....</b>	202
<b>4.3.4 CART.....</b>	211
<b>4.3.5 COOPPAMB.....</b>	217
<b>4.3.6 Amazon Coop.....</b>	223
<b>4.4 A RESISTÊNCIA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO CSP-AÇAÍ .....</b>	230
<b>CONCLUSÃO.....</b>	235
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	243
<b>APÊNDICES.....</b>	264

## INTRODUÇÃO

A concepção desta tese surge do processo de formação acadêmica desta pesquisadora, por construções e desconstruções de suas reflexões sobre a natureza da economia, especialmente a economia urbana no extremo Norte do Brasil. O impulso ao estudo emergiu de pesquisas iniciadas em 2013, voltadas à investigação da urbanização no território amazônico<sup>1</sup>, sob o alicerce teórico de autores como Bertha Becker (2013), Roberto Monte-Mór (2011) e Milton Santos (2008). A partir de estudos<sup>2</sup> sobre essas obras e de pesquisas empíricas, foram desenvolvidos trabalhos sobre a economia urbana, a organização social e econômica do setor produtivo do açaí e seus desdobramentos na economia do Estado do Pará.

Tais trabalhos são resultados de pesquisas da jornada acadêmica desta autora, e se tornaram uma oportunidade, a quem nasceu em solo amazônico, de internalizar a relevância da economia local e aprofundar os estudos sobre a trajetória de atividades produtivas, formais e informais, empresariais e populares, na economia do açaí no Estado do Pará e em sua capital, Belém. A hegemonia de pesquisas debruçadas sobre a lógica da economia formal motivou a realização de releituras dessas realidades construídas ao longo de séculos, em prol de contribuições que repensem um desenvolvimento arquitetado por um “olhar de dentro”<sup>3</sup>.

A trajetória de organização social das produções no território amazônico se construiu especialmente por atividades produtivas e processos de mercantilização

---

<sup>1</sup> Projeto Urbis Amazônia: “Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O urbano extensivo e os circuitos da economia: o papel das redes na construção dos lugares e na configuração multi-escalar do urbano amazônico”(2011-2014). O programa Urbis Amazônia trazia como norte e objetivo central entender “Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O urbano extensivo e os circuitos da economia: o papel das redes na construção dos lugares e na configuração multi-escalar do urbano amazônico”.

<sup>2</sup> Entre os trabalhos desenvolvidos sobre as temáticas, a pesquisadora desenvolveu a monografia do curso de graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulada “Configuração urbano-rural no estado do Pará: uma análise dos circuitos urbanos da economia do açaí na Região Metropolitana de Belém”. A pesquisadora defendeu sua dissertação de mestrado também pela UFPA, intitulada “O circuito espacial produtivo do açaí na Região Metropolitana de Belém: desenvolvimento histórico e configuração atual”.

<sup>3</sup> Pela fundamentação de Celso Furtado, o desenvolvimento endógeno corresponde principalmente ao processo de ativação de forças sociais, de avanço de capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventividade. Na leitura furtadiana, o processo de criatividade pode ser colocado como um meio para o desenvolvimento e uma força propulsora da acumulação, compreendendo um processo social e cultural, e não apenas econômico (Furtado, 1984). Dentre as condições para a realização do desenvolvimento endógeno estão estruturas sociais que estabeleçam espaço para a criatividade em um vasto campo cultural, que atuem com ações preventivas e corretivas dos processos de concentração do poder e riqueza (Moreira, 2015).

de produtos florestais não madeireiros como o açaí - a chamada economia da sociobiodiversidade (Costa, 2022). Disseminada principalmente na região do Grão Pará (Costa, 2016)<sup>4</sup>, a economia do açaí teve influências do processo de urbanização nas cidades paraenses, especialmente na Região Metropolitana de Belém (RMB), o que desencadeou confrontos entre a modernização incompleta nesses territórios, novas demandas externas, e a lógica social das práticas produtivas enraizadas localmente.

A construção dessa economia do açaí materializou-se em um complexo sistema produtivo que abastece distintos mercados, no qual estão envolvidos o estuário amazônico e diversos agentes que atuam em atividades e fases da produção e da comercialização do açaí. Dentre estes, estão: produtores individuais e cooperados/associados de regiões de várzea e da terra firme, peconheiros (trabalhadores que colhem o açaí da palmeira), atravessadores (indivíduos que compram o açaí do produtor e entregam para os marreteiros), marreteiros (negociantes), barqueiros, carregadores portuários, carregadores de carro de mão, batedores da fruta, feirantes e ajudantes dos feirantes, industriais intermediários e de maior porte de processamento e exportação de polpa de açaí, empresários varejistas e atacadistas, redes de restaurantes populares e *gourmet*, sorveterias, dentre outros (Montenegro, 2011).

No que consiste à participação do açaí na economia do Estado do Pará, em 2015, a produção alcançava 1.126.877 toneladas do fruto. Em 2023, atingiu 1.743.927 toneladas, ou seja, em oito anos, um aumento de 55%. O maior aumento ocorreu em 2017, sendo que no ano seguinte ocorreu uma queda 2,7% em relação ao ano anterior. Em 2020 e 2021, mesmo na ocorrência da pandemia de Covid-19 houve leves aumentos da produção, de 4,6% e 0,2% respectivamente.

O setor possui intensa base econômica local e uma base de exportação em ascensão. Até 2019, o consumo pelo mercado local representou 53% da quantidade produzida, enquanto 45% foi destinado ao abastecimento nacional e 2%, às exportações (Costa *et al*, 2021). Cabe destacar ainda que, segundo Costa (2021), o potencial de agregação de valor do açaí corresponde a 191% e acontece em diferentes elos do circuito espacial de produção do açaí, com destaque para as

---

<sup>4</sup> Costa (2016) denominou a região das três mesorregiões de maior produção de açaí, o Marajó, Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém, de região do Grão Pará - RGP.

empresas de processamento de polpa dos mercados locais, as quais são responsáveis por 27,3% da renda total gerada.

Em termos de mercado de trabalho, em 2020, o emprego total associado à economia do açaí foi de 164,4 mil trabalhadores, uma redução de 6,5% em relação a 2019, o que pode estar relacionado aos impactos da pandemia de Covid-19. Desse total de empregos, 86% correspondiam a postos de trabalhos na produção rural, 2% representaram atuações na intermediação primária, como atravessadores, 3% foram gerados no processamento artesanal dos batedores de açaí, 3% foram gerados no processamento industrial, e 5% em economias não locais (Nobre *et al*, 2023).

Contudo, o Estado do Pará ainda convive com a invisibilidade de sistemas de produção da biodiversidade local, como o sistema de produção do açaí, que envolve agentes e organizações responsáveis pelo desenvolvimento de distintas formas de integração econômica (Polanyi, 2012) e elos diversificados.

A economia do açaí apresenta-se como um objeto de pesquisa multifacetado, de caráter plural em termos econômicos, conformando um sistema produtivo propício para a investigação de seus processos historicamente determinados (Silva, 2015), organização social, funcionamento, relações sociais de produção, reprodução da vida, e as iniquidades geradas pela expansão das condições gerais de produção capitalista.

Nos últimos 30 anos, incentivos institucionais de natureza pública e privada foram direcionados a economia do açaí, e foram responsáveis pela recondução e transformações nas formas de atuação de cooperativas produtoras de açaí, organizações coletivas que desenvolvem funções tanto na base produtiva como de articulação com outros segmentos da economia do açaí. E se concentram especialmente na região do Grão Pará (RGP), onde 80% da produção do açaí do estado é realizada, de acordo com Costa (2022).

As cooperativas atuantes na economia do açaí no Pará possuem distintas formas de organização da produção e processos produtivos, e estruturam sistemas coletivos de produção e comercialização. Em geral, essas organizações buscam não somente ganhos econômicos, desenvolvem práticas locais compatíveis com o bioma e com as necessidades e interesses das comunidades extrativistas (Santos A.B., 2018). Representam agentes que podem desempenhar o papel atacadista, e de um

agente intermediário (Pereira, 2016), contudo podem apresentar atuações varejistas quando se trata da comercialização direta nos mercados populares das cidades e que também fazem parte do funcionamento da economia do açaí no Pará.

Ao investigar a economia do açaí no Pará para além da concepção convencional de economia de mercado, esta tese propôs responder às seguintes indagações: De que maneira as diferentes lógicas econômicas são desenvolvidas, articuladas ou internalizadas pelas cooperativas na economia do açaí no Pará, e como essas instituições atuam na configuração socioeconômica da Região do Grão-Pará por meio da produção do açaí?

Diante da expansão mercantil do açaí no Pará, caracterizada pela crescente influência de agentes e lógicas empresariais, o problema central se encontra em investigar se e como essas cooperativas produtoras de açaí, a partir de seus modos de organização: (a) atuam diante da dinâmica hegemônica do sistema de mercado; (b) fortalecem aspectos de uma economia popular presente no circuito inferior pelo trabalho em sistemas de produção do açaí; e (c) se reproduzem com menor ou maior autonomia em relação a lógica empresarial, assim como resiliência e sustentabilidade socioambiental nas distintas racionalidades econômicas existentes.

Esta investigação se justifica pela necessidade de superar a invisibilidade histórica dos sistemas de produção baseados na biodiversidade amazônica, frequentemente ofuscados por abordagens que reduzem a complexidade econômica regional às lógicas homogeneizantes do sistema capitalista.

A análise do circuito espacial de produção<sup>5</sup> do açaí, que subsidia o recorte sobre a atuação das cooperativas oferece uma lente privilegiada para revelar as relações, fluxos, tensões e caminhos que tem conformado a economia do açaí no Pará, sob o subsídio das concepções sobre os circuitos da economia urbana, a economia plural (Polanyi, 2012), a economia popular e solidária (Coraggio, 1994), urbanização extensiva (2006).

---

<sup>5</sup> O circuito espacial de produção constitui, em sua dinâmica, o que se pode chamar de espaço produtivo, formado por uma malha ou rede responsável pela complexa distribuição espacial das atividades econômicas e articulação da produção. Os circuitos possuem origem em lugares ou regiões específicas, e destinos locais, nacionais ou internacionais. São multiescalares, e espacialmente dispersos ou concentrados, em diferentes proporções, conforme as influências e comandos dos fluxos de capital (Moraes, 1985; Moraes, 2017).

Entre as hipóteses, acredita-se que a economia do açaí não se limita ao funcionamento do mercado capitalista, mas constitui um circuito socioespacial de produção do açaí (CSP-açaí) híbrido, em que coexistem princípios de comportamento econômico distintos (Polanyi, 2012; Coraggio, 1994).

Outra hipótese está no fato de que as cooperativas no CSP-Açaí expressam racionalidades econômicas que resistem em certa medida à mercantilização plena da biodiversidade, funcionando como espaços de reprodução social, cultural e ambiental. Deste modo, a análise a partir da concepção do CSP-Açaí permite evidenciar o Pará não apenas como “fronteira de recursos”, mas como espaço de produção e organização econômica e sociopolítica.

Deste modo, a partir de uma releitura do arcabouço teórico dos circuitos da economia (Santos, 2008) e dos circuitos espaciais de produção<sup>6</sup> (Santos, 1986), subsidiada, pelas concepções de economia mista (Coraggio, 2011, 2012), propomos uma abordagem analítica para economia do açaí, e inspirada neste arcabouço esta autora denominou o estudo do Circuito Socioespacial de Produção de açaí (CSP-Açaí) do Pará.

Neste panorama, esta tese se debruça especificamente em uma análise sobre as atuações de cooperativas no CSP-açaí na Região do Grão Pará. O intuito principal está em trazer uma nova perspectiva de compreensão do trabalho das cooperativas produtoras de açaí no Pará, pelo detalhamento de seus diferentes modos de produção, relações e fluxos espaciais, tendo por base uma abordagem substantiva da economia.

O objetivo central desta tese está em analisar a atuação das cooperativas na economia do açaí no Estado do Pará, partindo da concepção que denominamos de

---

<sup>6</sup> Os circuitos espaciais de produção, como os circuitos da economia urbana, se apresentam como instrumentos teóricos para a investigação da divisão do trabalho em suas inúmeras manifestações e escalas do espaço. O circuito espacial de produção refere-se à “espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (Moraes, 1977). Segundo Santos (1986), trata-se do fenômeno de realização de uma atividade produtiva primária, que possui inúmeras fases correspondentes aos distintos processos de transformação porque passa o produto ou serviço principal da atividade até chegar ao consumo final. O circuito espacial de produção constitui em sua dinâmica o que se pode chamar de espaço produtivo, formado por uma malha ou rede responsável pela complexa distribuição espacial das atividades econômicas e articulação da produção. Deste modo, os circuitos espaciais demonstram a situação relativa dos lugares diante a organização hierárquica. A condição específica de cada lugar<sup>#</sup> está sujeita, contudo, ao estabelecimento de “solidariedades” entre elementos novos e herdados, locais e extralocais, culturais e globais, a partir de distintas combinações técnicas e sociais do trabalho (Santos, 2006).

circuito socioespacial de produção do açaí (CSP-açaí), a qual permite identificar as formas de organização social, os modos de produção e comercialização desses agentes no funcionamento do CSP-açaí. Entre os objetivos específicos estão: a) propor uma abordagem analítica para a economia do açaí a partir de uma releitura do arcabouço teórico dos circuitos da economia urbana (Santos, 2008) e dos circuitos espaciais de produção (Santos, 1986), subsidiada pelas concepções de economia mista (Coraggio, 2011, 2012), denominada Circuito Socioespacial de Produção do Açaí (CSP-Açaí) no Pará; b) analisar as fases da organização econômica do açaí, a partir da abordagem analítica da economia do açaí por meio da concepção de Circuito Socioespacial de Produção do Açaí (CSP-Açaí); c) analisar as atuações de organizações coletivas no CSP-Açaí no Pará, buscando compreender o papel e as formas de organização das cooperativas produtoras de açaí na Região do Grão Pará; d) identificar e caracterizar os modos de produção, as relações sociais, os fluxos materiais e imateriais, os círculos de cooperação das cooperativas no CSP-açaí; e) examinar os diferentes níveis de hibridação das cooperativas — isto é, o grau de dependência ou autonomia em relação ao setor privado.

Neste sentido, argumenta-se que as cooperativas atuantes no CSP-açaí, no desenvolvimento de suas atividades, relações e fluxos materiais e imateriais diversificados e complexos, podem estabelecer operacionalizações na economia de mercado por meio de atividades do circuito superior, como podem manter frentes de trabalho em uma economia substantiva e plural, por meio de atividades e princípios de comportamentos econômicos realizados no circuito inferior, de base popular (Polanyi, 2012; Coraggio, 1994; Santos, 2008).

Essas organizações podem compor o circuito inferior e fornecer apenas nesse circuito, podem desenvolver fluxos comerciais com o circuito superior marginal, podem compor o circuito superior marginal e fornecer nesse circuito, e podem atuar no fornecimento para economia estatal. Considerando as diferentes naturezas, relações e fluxos estabelecidos pelas cooperativas produtoras de açaí, a autora identificou diferentes padrões de comportamentos ou categorias de cooperativas no CSP-açaí no Pará, entre as quais subcircuitos se desenvolvem por meio de fluxos curtos, médios e longos de comercialização, assim como formas de integração

econômica também são observadas no estabelecimento dos subcircuitos de cada cooperativa.

Isto envolve apontar diferentes níveis de hibridação na atuação das cooperativas, onde algumas cooperativas apresentam maior nível de dependência do fornecimento para o circuito superior, enquanto outras cooperativas atuam de forma mais autônoma em relação ao circuito superior, diversificada e territorializada na comercialização do açaí.

Foi estabelecido como recorte do grupo de agentes da base produtiva as cooperativas, ao reconhecermos a necessidade de evidenciar o papel da pluralidade dessas organizações coletivas na economia do açaí no Pará, no desenvolvimento de um circuito espacial de produção que agrega elementos de uma economia mista, e que se desenvolve pautado na organização do circuito superior e do circuito inferior da economia, nos quais coexistem práticas de mercado e outros princípios de comportamento econômico.

Este trabalho propõe somar aos esforços já realizados na literatura sobre a economia do açaí na Amazônia Oriental, se insere, portanto, nessa agenda, partindo das contribuições da Economia Política da Urbanização (Santos, 2008; Monte-Mor, 1994) para o estudo das atividades econômicas e produtivas sob o viés socioespacial de uma economia plural (Polanyi, 2012; Laville, 2004; Coraggio, 1994). Desse modo, são debatidos os efeitos da urbanização extensiva sobre as economias locais, além dos impactos sobre as organizações coletivas que atuam com produtos da economia da sociobiodiversidade.

A partir deste ponto, estabeleceu-se uma releitura da teoria dos circuitos da economia, entendendo a relação entre os circuitos como estrutura que operacionaliza circuitos espaciais de produção. Buscou-se assimilar a noção de “circuito socioespacial de produção”, a partir do reconhecimento do espaço como instância social, assim como da necessidade de reconectar à economia, e do seu papel de conexão entre sociedade e natureza.

Neste sentido, foi utilizada a periodização de fases da organização social e econômica do açaí para compreensão do processo de domesticação do açaí, das mudanças na organização social e nas formas de uso e de consumo, da formação de elementos da economia do açaí a partir da organização de circuitos da economia,

e das influências da urbanização extensiva nas novas estruturas produtivas e de consumo no Pará.

Em seguida, foi discutida, por meio de ilustrações, a estrutura de funcionamento do circuito socioespacial de produção do açaí no Pará, considerando que neste se organizam diferentes fases de produção e formas de integração econômica, pelo estabelecimento do mercado, em articulação a outros princípios de comportamentos econômicos, como reciprocidade, domesticidade e redistribuição, assim como a existência de círculos de cooperação.

Por meio dessa visão geral, e dada a complexidade que envolve investigar todas as dimensões do CSP-Açaí no Pará, estabeleceu-se o recorte sobre a atuação das cooperativas nesse circuito, visando discutir o desenvolvimento de sua organização social e espacial, modos de produção, relações, círculos de cooperação e fluxos materiais e imateriais.

Nesse sentido, a metodologia se amparou nas necessidades de tornar visíveis elementos estruturantes da atuação das cooperativas no CSP-açaí no Pará. Inicialmente a metodologia desta tese foi pautada em pesquisas que envolveram: revisão bibliográfica e análise exploratória de dados secundários (Silveira, 2009). A pesquisa empírica teve como bases de dados secundários principais: a Produção Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o município; a Produção Agrícola Municipal (PAM) que é uma base de dados anual que acompanha a produção de diversos produtos agrícolas no Brasil, abrangendo área plantada, colhida, quantidade produzida, rendimento e valor da produção (IBGE, 2025). Ambas foram utilizadas para analisar o nível de produção do açaí no Pará, considerando quantidade produzida, valor da produção por municípios e mesorregiões. O acesso a ambas as bases de dados foi feito pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.

Foi utilizada, ainda, a base de dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para análise das variações do preço do açaí nos últimos anos. Esta base agrega um conjunto de informações e dados sobre o setor agropecuário brasileiro, abrangendo temas como preços de produtos agrícolas, acompanhamento da safra, armazenagem e movimentação de produtos, além de

informações sobre o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (CONAB, 2025).

Também foram trabalhados dados do Comex Stat, um sistema que funciona como uma base de dados sobre o comércio exterior brasileiro e que permite consultas detalhadas sobre exportações e importações. Para este trabalho, analisou-se a trajetória de exportações do açaí nos últimos anos, considerando a soma e transição de usos de NCM<sup>7</sup>. O sistema está vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Outra base de dados utilizada foi a do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor), para análise do acesso a financiamentos pelos produtores de açaí. Essa base de dados do Banco Central do Brasil registra informações sobre operações de crédito rural e operações relacionadas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Para subsidiar a análise das atuações das cooperativas no CSP-açaí no Pará, contamos ainda com três bases de dados específicas: i) dados disponibilizados pelo site do projeto Desafio Conexsus<sup>8</sup>, do Instituto Conexsus<sup>9</sup>; ii) informações da Organização das Cooperativas Brasileiras no Pará (OCB-PA), solicitadas por Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD); iii) base de dados do Cadastro

---

<sup>7</sup> A Nomenclatura é um sistema ordenado que permite, pela aplicação de regras e procedimentos próprios, determinar um único código numérico para uma dada mercadoria. Esse código, uma vez conhecido, passa a representar a própria mercadoria. A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma Nomenclatura regional para categorização de mercadorias adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai desde 1995, sendo utilizada em todas as operações de comércio exterior dos países do Mercosul. A NCM toma por base o Sistema Harmonizado (SH), que é uma expressão condensada de “Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias” mantido pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA), que foi criado para melhorar e facilitar o comércio internacional e seu controle estatístico. (Receita Federal, 2025).

<sup>8</sup> O projeto Desafio Conexsus (Instituto Conexsus, 2022) teve como objetivo “fortalecer os ecossistemas de negócios sustentáveis e formar uma rede que contribua para alcançar maiores impactos socioambientais, como a resiliência territorial e a aceleração da transição para uma economia de baixo carbono”. Para a realização do projeto, desenvolveram-se as seguintes atividades: a) mapeamento de negócios comunitários sustentáveis, b) oficinas, entrevistas, visitas de campo e análise de negócios comunitários sustentáveis; c) ciclo de Desenvolvimento de Negócios Comunitários Sustentáveis. O mapeamento de negócios comunitários foi realizado mediante a metodologia de amostra em bola de neve, ou snowball, uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência, utilizada em pesquisas com grupos de difícil acesso.

<sup>9</sup> O Instituto Conexsus Sustentáveis (Conexsus) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 2018 com a missão de ativar o ecossistema de negócios de impacto socioambiental, sobretudo os de base comunitária, para ampliar a sua contribuição para a geração de renda no campo, conservação de biomas ameaçados e manutenção da floresta em pé (Conexsus, 2024).

Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com uma amostra de instituições de diferentes naturezas jurídicas que desenvolvem como atividade principal o CNAE(Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)<sup>10</sup>: *133401 - cultivo de açaí para produção de palmito e do fruto*<sup>11</sup>, de 2021. As três bases de informações foram analisadas por esta autora, e a partir da compatibilização dos dados, chegou-se a um banco de dados referente a uma amostra das cooperativas atuantes em atividades econômicas do circuito espacial de produção do açaí, do ano de 2021.

A pesquisa ainda contou com a obtenção de dados primários, utilizando as seguintes técnicas de coleta de dados: entrevistas semiestruturada/guiada, levantamento fotográfico, observação participante e análises de documentos institucionais.

Deste modo, trazemos análises dos papéis das cooperativas da Região do Grão Pará, a partir de entrevistas (Apêndice A) com membros dessas instituições. Foram selecionadas seis cooperativas: duas cooperativas da mesorregião do Marajó, duas do Nordeste Paraense e duas da mesorregião Metropolitana de Belém. Entre as informações coletadas estavam: o processo de criação das instituições, modo de produção, mercados acessados, apoio institucional entre outros detalhes da atuação no CSP -Açaí.

Entre agosto e setembro de 2024, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas junto a cooperativas de três mesorregiões: Marajó, Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém, a região do Grão Pará (Costa, 2016). As entrevistas ocorreram segundo um roteiro pré-definido (Apêndice A), contudo, conforme os rumos do diálogo entre a pesquisadora e os entrevistados, as questões foram adaptadas, possibilitando improvisos sob a forma de uma conversa informal, com membros de cooperativas A observação participante ocorreu a partir de 2023, quando a pesquisadora passou a compor a iniciativa *Diálogos Pró-Açaí*, que corresponde a “uma rede multissetorial criada em 2018, com o intuito de promover

---

<sup>10</sup> A sigla CNAE significa Classificação Nacional das Atividades Econômicas. É o instrumento de padronização nacional por meio dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

<sup>11</sup> CNAES associados: A produção de suco concentrado de açaí (10333/01); A produção de suco de açaí, exceto sucos concentrados (10333/02); A fabricação de conservas do fruto de açaí (10317/00).

um debate qualificado em prol do fortalecimento e da sustentabilidade desta importante cadeia da sociobiodiversidade”<sup>12</sup>.

A pesquisadora participou de encontros e reuniões da rede, que envolveram iniciativas de elaboração de subsídios para construção de políticas públicas e para impulsionar o aprimoramento de práticas de sustentabilidade na economia do açaí. Nesses encontros, participaram representantes de órgãos estaduais e federais, da academia, de ONGs, de comunidades tradicionais e indústrias, além de agroextrativistas (Instituto Terroá e Diálogos Pró-açaí, 2023). A partir do envolvimento com essa rede, a pesquisadora teve acesso a relatórios institucionais de projetos e ações de organizações da sociedade civil e ONG's que atuam diretamente com associações e cooperativas produtoras de açaí, assim como teve o primeiro contato com alguns membros de cooperativas, entre os quais, alguns foram entrevistados para esse trabalho de tese.

Abaixo está detalhado os procedimentos metodológicos realizados para construção desta tese de doutorado, considerando a tipologias de dados, a fonte, os dados utilizados, o recorte e a análise realizada em cada fase, que inicia com revisão de material bibliográfico, coleta e análise dados secundários e chega na pesquisa empírica com análise qualitativa por meio dados coletados em pesquisa de campo.

---

<sup>12</sup> A iniciativa se originou do “Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável”, uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), contando com o apoio do consórcio IPAM/EcoConsult e Instituto Terroá para a sua execução. Atualmente, as mesmas organizações desta cooperação apoiam a iniciativa por meio do Projeto “Bioeconomia e Cadeias de Valor”.

Tabela A: Descrição das ferramentas metodológicas utilizadas na tese

Tipologia de dados	Fonte	Dados utilizados	Recorte	Análise realizada
<b>Dados secundários</b>	PEVS (Produção Extração Vegetal e Silvicultura)	Desta base de dados foram utilizados os dados de quantidade produzida de açaí cultivado no Pará	Os dados de quantidade de açaí da PAM e da PEVS no Pará foram somados e calculada a variação da produção entre os anos de 2015 a 2023	As bases de quantidade produzida de açaí somadas foram utilizadas para elaboração dos mapas de quantidade produzida em 2015 e 2022 no Pará para análise de transformações de produção espacialmente
	PAM (Produção Agrícola Municipal)	Desta base de dados foram utilizados os dados de quantidade produzida de açaí por produção extrativa no Pará		
	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)	Base de dados de organizações vigentes no cadastro Nacional da Pessoa jurídica (CNPJ) e a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas)	Foi organizada uma base de dados de CNPJ's vigentes no Pará, atuantes na CNAE: 133401 - cultivo de açaí para produção de palmito e do fruto.	Na base de dados da RFB com filtro do CNAE 133401, foram identificadas 408 instituições atuantes na economia do açaí no estado do Pará, entre as quais estão: 29 associações, 82 cooperativas, 93 eirelis, 57 empresários (individual), 145 sociedade empresária limitada e 2 Sociedade Anônima Fechada
	CONAB	Preço do açaí	preço do açaí entre 2015 e 2023	Foi analisado a variação de preço do açaí pago por quilograma ao produtor na safra e entressafra no Pará entre os anos de 2015 e 2023
	Comex Stat	Quantidade (t) das exportações dos NCM's seguintes: 20098990; 20089900; 08119000; e 2007.99.21 .	Quantidade (t) das exportações de frutas, sucos de frutas e purê de açaí do Estado do Pará entre 2018 e 2024	Foi analisado a quantidade e valor de exportações dos ncm's utilizados para comercialização do açaí pelas empresas no Pará, no período entre 2018 e 2024

	Sicor – BACEN	Operações de financiamento rural registradas pelo Sicor (Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro é um sistema do Banco Central do Brasil (BC)	Operações de crédito pelas linhas de crédito do PRONAF para a produção de açaí via custeio e investimento entre 2015 e 2021	Foram analisados a quantidade e valores de financiamentos em custeio e investimento pelo PRONAF entre 2013 e 2024, acessados para subsidiar a produção do açaí no Pará ; e b)valores de operações por safra e linha de crédito acessadas pelo PRONAF na produção de açaí no Pará entre 2013 e 2024
	Instituto Conexsus	Base de dados de cooperativas do projeto Desafio Conexsus	Informações sobre cooperativas do Pará (nome, cnpj, endereço, modo de produção, mercados acessados, parcerias etc)	A base foi utilizada em dois momentos: a) foi realizada uma análise de convergência com as outras duas bases, e posteriormente foi somada as outras duas; e b) foi utilizada para análise da atuação de cooperativas no CSP-açaí no Pará
	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) - (RFB)	Base de dados sobre cooperativas da base da RFB.	Informações sobre cooperativas do Pará (nome, cnpj, endereço)	A base foi utilizada da seguinte forma: foi realizada uma análise de convergência com as outras duas bases, e posteriormente foi somada as outras duas para criação de uma única base de cnpj's de cooperativas produtoras de açaí ativas no Pará.
	OCB-PA	Banco de dados de cooperativas OCB-PA	Informações sobre cooperativas do Pará (nome, cnpj, endereço)	A base foi utilizada da seguinte forma: foi realizada uma análise de convergência com as outras duas bases, e posteriormente foi somada as outras duas para criação de uma única base de cnpj's de cooperativas produtoras de açaí ativas no Pará.
<b>Pesquisa empírica</b>	Entrevistas semiestruturadas	Caracterização do(a) entrevistado(a) e do perfil da cooperativa; atuação na cadeia produtiva do açaí; mercados acessados pela cooperativa; apoio institucional e acesso à crédito	Foram entrevistados seis representantes de cooperativas na região do Grão Pará no ano de 2024	Foi detalhado os subcircuitos socioespaciais de produção do açaí desenvolvidos por cada instituição entrevistada no Pará em 2024
	Observação participante	Contatos com agentes do CSP-açaí no Pará, dados sobre eventos da Rede Multisetorial Diálogos Pró Açaí	Coleta de informação em reunião e eventos da rede com foco na participação de membros de cooperativas	Foi analisada entre outros aspectos a atuação das cooperativas produtoras de açaí no Pará no circuito inferior e no circuito superior da economia no Pará nos últimos dois anos

			produtoras de açaí no Pará	
	Documentos institucionais	Relatórios institucionais	Dados e mapeamentos sobre cooperativas de açaí no Pará em relatórios e memórias de oficinas, reuniões e de eventos	Foram analisados mapeamentos de agentes da economia do açaí com foco em cooperativas, assim como entrevistas e participação de membros de cooperativas produtoras de açaí em reuniões e eventos da GIZ e Instituto Terroá nos últimos dois anos

Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Por meio dos resultados obtidos pela metodologia de base qualitativa, identificou-se a espacialização de padrões de comportamentos ou categorias de atuação das cooperativas, entre os quais, a grosso modo, foram observados subcircuitos de produção para suprimento de demandas do circuito superior e subcircuitos que apresentam distintos princípios de comportamento econômico entre os agentes e fluxos de suprimento do circuito inferior. Também foram reconhecidos círculos de cooperação que desenvolvem diferentes formas de apoio às cooperativas produtoras de açaí em cada região.

Dada a heterogeneidade social deste território, desenvolvem-se fluxos produtivos-comerciais tanto por relações de mercado, como por outras formas de comportamento econômico, que envolvem interações internas aos circuitos ou entre os circuitos (Santos, 2017; Monte-Mór, 2008; Moraes, 1985). Deste modo, esta tese buscou captar a pluralidade social e produtiva da economia do açaí, pelo trabalho desenvolvido por cooperativas, o que envolve destacar que existem padrões de comportamento resistentes à total mercantilização do açaí, em diferentes atuações, em maior e menor grau de dependência de demandas do circuito superior. Os princípios de comportamentos econômicos desenvolvidos nos subcircuitos das cooperativas no CSP-açaí foram especialmente a produção para o autoconsumo das famílias (domesticidade), e o fornecimento de açaí para mercados institucionais de alimentos ( Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA) (pela redistribuição realizada pelo estado).

Portanto, ao discutir as organizações econômicas em territórios como Amazônia, o aparato teórico aqui apresentado orienta a interpretação de que os circuitos socioespaciais de produção podem corresponder à espacialização de fases de atividades econômicas organizadas por racionalidades distintas, pela lógica mercantil e por formas de comportamento econômico instituídas e plurais, ambas existentes nos circuitos da economia.

Cabe ressaltar que parte dessas organizações coletivas demonstraram que existem formas e caminhos resistentes de se restabelecer uma economia como construção sociopolítica, capaz de realinhar a relação entre sociedade e natureza, pautada no trabalho e no restabelecimento democrático. Contudo, essas experiências não correspondem a estudos de casos comprobatórios da pesquisa,

devendo ser compreendidas como ilustrações que podem subsidiar debates teóricos-metodológicos construídos até esse momento da tese.

A estrutura de capítulos desta tese possui a sequência de quatro capítulos. O *Capítulo 1: Economias da floresta: urbanização extensiva e economia popular na (re)produção da sociobiodiversidade no Pará* debate as transformações dos sistemas produtivos na Amazônia, em especial no estado do Pará, e os efeitos da urbanização extensiva ao se considerar as transformações espaciais e produtivas geradas pela expansão do tecido urbano como operador dos interesses capitalistas (Monte-Mór, 2008). O estabelecimento incompleto da modernização atrelada à urbanização extensiva no Pará também agrega heterogeneidades estruturais e atividades econômicas socialmente enraizadas, nas quais agentes e organizações coletivas desenvolvem a economia da sociobiodiversidade.

Com base na obra de José Luis Coraggio e em sua releitura de Polanyi para a América Latina, propomos um debate que vincula a concepção de economia mista e economia popular na perspectiva latino-americana com a configuração social amazônica em suas dinâmicas pós-capitalistas, de modo a interpretar como um território onde a economia popular e as organizações coletivas desafiam as lógicas hegemônicas de acumulação. Assim, esse capítulo analisa como comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, indígenas) reinventam sistemas produtivos com base em princípios de reciprocidade, autogestão e reprodução da vida, confrontando a homogeneização dos moldes capitalistas. Nesse sentido, Coraggio (2011; 2014) subsidia a análise sobre circuito de produção e o funcionamento de formas de integração econômica nesses contextos periféricos.

O *Capítulo 2: Dos circuitos da economia urbana aos circuitos socioespaciais produtivos: aspectos contemporâneos*, parte da discussão sobre a formação dos sistemas urbanos na organização do espaço, da economia e da sociedade nos países sul-americanos (Santos, 1994). Sob esse enfoque, discute-se uma releitura da teoria dos circuitos da economia urbana por meio de suas categorias, elementos, características, agentes, atividades e complementaridades (Silveira, 2015).

A proposta de utilização da teoria dos circuitos da economia urbana (Santos, 1994) nesse capítulo tem por objetivo discutir a base estruturante da perspectiva socioespacial de circuitos de produção, pautando as suas coexistências,

funcionamentos e interdependências, assim como seus agentes e atividades. O objetivo do capítulo é analisar o papel dos circuitos da economia no desenvolvimento de circuitos espaciais produtivos, ao sistematizar a composição social, as formas produtivas, relações e fluxos estabelecidos pela dinâmica dos circuitos espaciais, por meio de complementaridades, de concorrências e de subordinações do circuito inferior ao superior (Silva, 2011), oportunizando-nos a compreensão da segmentação da economia urbana pelo fracionamento do processo produtivo (Salvador e Silva, 2017).

*O Capítulo 3: A dimensão espacial-produtiva da economia do açaí no estado do Pará* trata da caracterização do açaizeiro e de seu fruto, por meio dos principais estudos científicos sobre espécie. Posteriormente, sistematiza as fases da formação socioespacial da economia do açaí no Estado do Pará. E por fim, a autora, a partir dos principais estudos socioeconômicos sobre a economia do açaí, discute a sexta e atual fase dessa economia, buscando trazer uma análise sobre o circuito socioespacial de produção do açaí na contemporaneidade. Por meio dos subsídios teóricos dos circuitos da economia urbana, buscou-se descrever a organização social, as formas de produção e espacialização da economia do açaí no Estado do Pará.

Já o *Capítulo 4: O cooperativismo no circuito espacial de produção do açaí no estado do Pará* debate inicialmente os movimentos dos extrativismos locais e a organização das produções dos recursos florestais no Pará como elementos de estruturação de sistemas coletivos de produção e comercialização coordenados por cooperativas e/ou associações comunitárias, que em geral replicaram ao longo do tempo técnicas e processos produtivos sustentáveis em suas comunidades. Discute as transformações no papel de organizações coletivas no Estado e como estas sofreram transformações em seus sistemas produtivos. A atuação de organizações coletivas na produção do açaí pode representar um dos exemplos de sistemas produtivos que sofreram os efeitos do Meio Técnico Científico Informacional (MTCI), especialmente sobre a organização socioespacial na Amazônia Oriental.

Considerando a complexidade da dinâmica e da organização social da economia do açaí no Pará, o propósito deste último capítulo está em discutir o papel das cooperativas na organização, funcionamento e conexões nos subsistemas produtivos do circuito socioespacial de produção do açaí no Pará. Essas

organizações coletivas da fruticultura do estado atuam em diferentes subcircuitos de produção, com atendimento de diferentes públicos consumidores e em fluxos curtos, médios e longos de comercialização, assim como seus círculos de cooperação no CSP-açaí no Pará.

Deste modo, esta tese não vislumbra esgotar o debate sobre o CSP-açaí e seu funcionamento, mas expor uma de suas frentes de espacialização e sua pluralidade desde as primeiras fases de produção, assim como propor nessa abordagem uma concepção – que se soma às perspectivas de arranjos produtivos locais ou cadeias de valor - que inclui um olhar plural sobre o espaço e a economia, que capte as diversas formas de integração econômica no espaço amazônico. A autora pretendeu, também, sugerir novos estudos acadêmicos que contribuam para a elaboração de políticas públicas e que vislumbrem novos paradigmas de desenvolvimento fundamentados no conhecimento e trabalho da população local, na produção sustentável e diversificada, com retornos socialmente justos e menos dependentes do capital externo, a partir do redirecionamento de esforços para mudanças, na ótica das economias locais (Moraes, 1985; Polanyi, 2012; Coraggio, 1994).

## **CAPÍTULO 1: ECONOMIAS DA FLORESTA: URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E ECONOMIA POPULAR NA (RE)PRODUÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO PARÁ**

Este capítulo inicia com o debate sobre as transformações dos sistemas produtivos na Amazônia, em especial no estado do Pará, e os efeitos da urbanização extensiva ao se considerar as transformações espaciais e produtivas geradas pela expansão do tecido urbano, como operador dos interesses capitalistas. Ao fomentar a concentração dos meios de consumo, o controle da força de trabalho e modos de produção e circulação, a urbanização extensiva tem subsidiado o avanço da acumulação do capital e da economia de mercado por meio das cidades (Monte-Mór, 2008).

Contudo, no estabelecimento incompleto da modernização pela urbanização extensiva, também nas cidades paraenses, especialmente na capital, Belém, ocorrem processos de organização e funcionamento de sistemas produtivos e técnicos<sup>13</sup> a serviço da economia de mercado (Monte-Mór e Linhares, 2009), que também agregam as heterogeneidades estruturais e as atividades econômicas socialmente enraizadas.

Posteriormente, com base na obra de José Luis Coraggio e em sua releitura de Polanyi para a América Latina, propomos um debate que vincula a concepção de economia mista e de economia popular, na perspectiva latino-americana, à configuração social amazônica em suas dinâmicas pós-capitalistas, de modo a interpretar um território onde a economia popular e as organizações coletivas desafiam as lógicas hegemônicas de acumulação. Este capítulo analisa como comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, indígenas) reinventam sistemas produtivos baseados em princípios de reciprocidade, autogestão e reprodução da vida, confrontando a homogeneização dos moldes capitalistas. Deste modo,

---

<sup>13</sup> Sob esses modos de expansão, os sistemas técnicos, ao introduzir a racionalidade nos lugares e grupos sociais, busca obter controle do conjunto, com tendência à unificação de comando (Santos, 2017). A cidade da era urbano-industrial tem sido comandada socialmente, e a vida coletiva urbana tem sido controlada pelo aumento da artificialidade no meio, que expande a racionalidade das técnicas (Santos, 2007).

Coraggio (2011; 2014) subsidia a análise sobre os circuitos de produção e o funcionamento de formas de integração econômica em contextos periféricos.

### 1.1 OS SISTEMAS PRODUTIVOS E A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NO PARÁ

As transformações na organização social e produtiva na Amazônia demarcam as heranças de momentos que materializam esse espaço<sup>14</sup>, como natureza socializada, de relações sociais forjadas de resquícios do passado em encontro com o presente, um campo de encontro de forças de diferentes intensidades e direções, dos lugares da produção e do consumo (Santos, 1978a; 1979a, 2012).

Como um espaço do subdesenvolvimento, desenvolveu formas próprias de assimilar as heranças de seu passado, advindas de fases e estruturas produtivas baseadas nas diferentes formas de socialização da natureza manifestadas nos territórios amazônicos (Santos, 1978a).

Especialmente ao longo do século XX, a formação socioespacial na Amazônia se tornou a expressão do efeito da expansão das condições de reprodução capitalista e da divisão territorial do trabalho<sup>15</sup> (Santos, 1977). Trata-se dos efeitos do período colonial sobre a organização espacial e social; das combinações de técnicas de produção advindas das culturas indígenas, portuguesas e africanas; da materialização do comércio nos núcleos urbanos, da criação de fluxos materiais baseados na exploração de bens primários como meio primordial do crescimento das práticas mercantis e exportadoras.

O território amazônico vivenciou surtos demográficos e econômicos, passou por períodos de ciclos e sistemas produtivos distintos, que vão do período das drogas

---

<sup>14</sup> Nesta trajetória de construção teórica, o espaço como edifício teórico pode ser concebido como conjunto de formas e relações sociais forjadas em resquícios do passado em encontro com o presente; como instância social; como conjunto de lugares correspondentes aos espaços da produção e do consumo; como reunião dialética de fixos e de fluxos; e, finalmente, o que tem vigorado até o momento, o espaço como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistema de ações, em uma estrutura de convergência entre tempo e espaço (Santos, 2014; 2017).

<sup>15</sup> A divisão territorial do trabalho representa a expressão ampliada da organização do trabalho humano que resulta, em última instância, na diferenciação espacial. Envolve o processo de distribuição social e geográfica dos recursos disponíveis. A divisão do trabalho desenvolve a distribuição de atividades e permite que a distribuição da totalidade dos recursos se operacionalize local, nacional e globalmente. Pelo viés do espaço, esse movimento dos lugares se demonstra sutil, heterogêneo, desigual e combinado (Santos, 2017). Cada lugar, cada subespaço, presencia e participa do desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. O tempo da divisão do trabalho, entendido genericamente, seria o tempo do “modo de produção” (Santos, 2014).

do sertão de um duradouro sistema mercantil (séculos XVI e XVII), às apropriações e desapropriações de terra. Períodos que trouxeram os novos fluxos comerciais, novas divisões sociais do trabalho e o êxodo rural, fenômenos que moldaram as estruturas físicas e sociais de porção significativa do espaço amazônico (Higa, 2011), passando por ciclos de ascensão de períodos mais curtos, e longos momentos de estagnação econômica e social (Côrrea *et. al.*, 2006).

Cabe destacar o caso do estado do Pará que, entre ciclos econômicos, também apresentou em sua trajetória as marcas do ciclo da Borracha, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX. O período foi marcado pelo sistema produtivo de aviamento, que, a partir de um mecanismo de adiantamento de mercadorias a crédito, pautava-se na exploração de mão de obra de seringueiros e extrativismo predatório do látex. O período refletiu a concentração de poder político, que endereçou investimentos urbanos às cidades de Manaus e Belém, através do Estado e do capital privado. A organização espacial do sistema de aviamento regional influenciou a formação de uma rede urbana na região amazônica, pela qual se desenvolveram fluxos de bens de consumo para a manutenção da produção extrativista do látex (Corrêa, 2014).

A partir de 1950, a Amazônia se torna uma fronteira de expansão do capital, entendida como patrimônio natural a ser aproveitado pelas condições capitalistas de produção no contexto do desenvolvimento nacional (Fernandes *et al*, 2015). Ao fim desta década, elevaram-se os fluxos migratórios pelas influências das medidas de integração econômica da Amazônia, modificando o perfil da ocupação e do espaço nas áreas rurais e urbanas. Pequenos produtores foram expropriados e atraídos para uma região “vazia”, que na realidade detinha grupos milenares presentes, como indígenas, quilombolas e famílias de extrativistas.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o Pará passou por outros momentos que impactaram diretamente na organização social dos sistemas produtivos locais. O período foi marcado por incentivos às atividades pecuárias e mineradoras, primeiramente impulsionadas pelas políticas de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia, como a expansão das áreas de pastagens e incentivos fiscais. E, posteriormente, pela execução dos grandes projetos que possibilitaram a estruturação de uma economia mineradora no estado, com o aumento da instalação de empreendimentos desse ramo, como a exploração de ferro em Carajás, de ouro

e bauxita em diversas áreas, e projetos de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas (Belo Monte, Tucuruí) e rodovias (Transamazônica) (Fernandes, Cardoso, 2015).

Esses ciclos envolveram o surgimento de processos de circulação das produções excedentes, assim como trouxeram contradições entre a intensidade da urbanização e a fragilidade do processo de ocupação agrícola em áreas não mais de produção autônoma, mas de extensão do capitalismo (BECKER, 2013). Os últimos cinquenta anos do século XX trouxeram movimentos populacionais e o êxodo rural, que repercutiram no crescimento demográfico das cidades médias e da capital Belém.

O impacto dos grandes projetos nos sistemas produtivos do estado materializou uma lógica de exploração de recursos naturais em atividades econômicas social e ambientalmente insustentáveis. Contudo, a economia das cidades paraenses também organizou outros setores produtivos, especialmente por uma rede de conexões de Belém e cidades do Nordeste Paraense, pela qual se estabelecem sistemas produtivos de produtos florestais não madeireiros – a economia da sociobiodiversidade (Costa, 2021) – que desenvolveram escalas comerciais de curtos a longos alcances, para o atendimento de demandas locais, mas que passaram a suprir demandas externas.

Deste modo, as transformações das atividades econômicas no estado também são resultantes do avanço de um processo de urbanização própria da região amazônica. A urbanização extensiva, que traz o termo “urbano” como substantivo, explica a materialização do urbano para além das cidades, pelo expandir das condições gerais de produção (CGP)<sup>16</sup>, e que articula a cidade e o campo em única forma urbana (Monte-Mór, 2006).

Nas últimas décadas, o Pará vivenciou mudanças em seus sistemas produtivos, influenciados pela expansão do tecido urbano e dos elementos das CGP. O que confirma o fato de que a imersão do aparato industrial na cidade a subordinou

---

<sup>16</sup> As condições gerais da produção (CGP) dizem respeito à aglomeração espacial dos meios de produção e dos meios de circulação material, além dos meios de consumo coletivo (Linhares, Magalhães e Monte-Mór, 2004). Segundo Lojkine (1981) as condições gerais de produção incluem também elementos da infra-estrutura de produção industrial capitalista, como centros de pesquisa científica, universidades, escolas politécnicas, zonas industriais, centros de comércio, serviços financeiros e de saúde.

à lógica da ampliação constante de produção e consumo, mas também reafirmou a cidade como força política e demandante contínua de sistemas produtivos (Monte-Mór, 2006).

O tecido urbano serve ao lugar de operador dos interesses capitalistas, ao fomentar a concentração dos meios de consumo, o controle da força de trabalho e modos de produção e circulação para o avanço da acumulação do capital (Monte-Mór, 2008). Quando tratamos dos efeitos dos grandes projetos e políticas de ocupação e incentivos fiscais no Pará, também tratamos dos interesses do sistema capitalista de produção, que chegaram às cidades paraenses desarticulando atividades produtivas locais, levando ao êxodo rural, à exclusão de povos, e à concentração de renda nas cidades.

A urbanização extensiva no Pará vem se alimentando de disparidades sociais e econômicas que articulam, na economia urbana paraense, as CGP capitalistas e releituras de atividades locais resistentes em sistemas produtivos vinculados a circuitos de produção globais (Santos, 2008).

As cidades do Pará demonstram rugosidades<sup>17</sup> de ciclos econômicos passados, mas também recriações locais de práticas tradicionais, resultantes das combinações produtivas e de heterogeneidades construídas no tempo, que se fundem no espaço socialmente produzido (Monte-Mór, 2004; Santos, 2012). Trata-se de circuitos econômicos que agregam o setor privado, os serviços, o setor de comércio, a circulação em estradas e estuários, portos, feiras, supermercados, estruturas e infraestruturas incompletas da modernização nas cidades paraenses.

Os rumos da dinâmica e das demandas urbanas paraenses estão, assim, orientados pelas suas cidades, que atuam como instrumento de irradiação e de

---

<sup>17</sup> Correspondem às formas herdadas, denominadas rugosidades (Santos, 2017). Esta definição surge das influências de Sartre (1960) na obra de Milton Santos, e especificamente quando pontuada a inércia dinâmica do espaço, a qual corresponde ao entendimento de que em cada subespaço no mundo, o tempo do hoje se defronta com o tempo passado, e cristalizam formas do hoje (Santos, 2007). O trabalho realizado se torna condição sobre o trabalho a realizar. O que se distribui como divisão territorial do trabalho hoje repousa sobre as formas das divisões territoriais do trabalho anterior. Ao passo que a divisão social do trabalho depende da divisão territorial do trabalho, esta última depende das formas espaciais herdadas, denominadas por Castells (1973) como formas ecológicas e por Santos como rugosidades (Santos, 2007).

articulação de formas da produção próprias da região e de imposições de economias de mercado (Monte-Mór, 2004)<sup>18</sup>.

A urbanização extensiva se desenvolveu por meio de sistemas técnicos e produtivos – como energia, transporte e comunicação, e demais componentes infraestruturais – e envolveu virtualmente cidades pequenas, médias e a capital Belém. De forma desigual nos territórios, o tecido urbano se expandiu por conjuntos de ações manifestadas em serviços sociais e urbanos básicos, como: saúde, educação e segurança, atividades de gestão e produção, indispensáveis para a vida urbano-industrial contemporânea. No Pará, a urbanização extensiva se disseminou em desacordo com as lógicas locais de produção e compactua com predominância do setor privado sobre a economia dos produtos florestais (Monte-Mór, 2004).

A urbanização extensiva retrata a divisão territorial do trabalho atual nas cidades do Pará, e avança de acordo com os ditames do capitalismo, que traz pelo meio técnico científico informacional (MTCI)<sup>19</sup> elementos de consumo em doses de modernização tecnológica para as populações locais, o que tem possibilitado a fluidez necessária à ampliação da lógica da economia urbana capitalista.

Desse modo, a urbanização extensiva na rede de cidades paraenses reflete as rugosidades deixadas por sistemas produtivos anteriores, e que se tornaram

---

<sup>18</sup> A urbanização extensiva surge como uma categoria teórica com potencial de explicação para fenômenos espaciais, pautada em processos históricos de industrialização e da urbanização em economias subdesenvolvidas aos moldes do sistema capitalista. Uma forma de espacialidade social advinda da relação tumultuada da indústria com a cidade (Monte-Mór, 2006). Para Roberto Monte-Mór (2006), a urbanização extensiva produz um urbano que se amplia pelas relações de produção e de reprodução pelo espaço, tendo em vista o uso dos meios de produção e consumo próprios do capitalismo industrial. Segundo Lefebvre (1999), a imersão do aparato industrial na cidade a subordinou à lógica da produção, o que desenvolveu um duplo processo, no qual ocorre a *implosão* da cidade sobre si mesma, no que consiste seu centro dinâmico, político, lócus do excedente coletivo; e a *explosão* sobre o espaço do entorno através da disseminação do *tecido urbano* com a inclusão de elementos antes restritos às cidades – infraestrutura, transporte, energia, serviços e comunicação –, o que demonstra o urbano se impondo sobre a indústria (Monte-Mór, 2009).

<sup>19</sup> Período que corresponde à transformação do espaço pela conexão entre a ciência e a técnica, a partir da década de 1970. O MTCI trata do que Santos (1994) compreendeu como o espaço vivido, o qual agrega objetos técnicos fundamentados por estudos científicos, que se utilizam de técnicas informacionais específicas, carregadas de intencionalidade, que atuam sobre as formas e momentos da produção (Santos, 1994, 2017), e observa a estruturação espacial da globalização. Os componentes do MTCI correspondem ao arsenal físico, de transportes e comunicacional do sistema técnico existente, que permite a circulação da produção e das informações no espaço (Linhares, Magalhães e Monte-Mór, 2004).

sistemas técnicos<sup>20</sup> sob a lógica do subdesenvolvimento, na qual está presente uma economia baseada na exploração intensiva de recursos naturais (minerais, florestais, hídricos, energéticos) e na desestruturação causada por práticas de monocultura, conflitos agrários, falta de ordenamento territorial e de regularização fundiária para populações locais.

O meio técnico-científico-informacional a serviço do tecido urbano tem se imposto à natureza local, e instaurou sistemas técnicos produtivos no Pará que refletem a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades técnicas. Os sistemas técnicos expressam a dominância das CGP sobre espaço do subdesenvolvimento, que, por sua vez, possui capacidades diferentes de absorção tecnológica (Linhares, Magalhães e Monte-Mór, 2004).

A cidade de Belém se manifesta como ponto nodal para o processo da urbanização extensiva, que alcança toda a região metropolitana, levando extensões das condições gerais de produção, fluxos e demandas de diferentes formas de consumo dos produtos regionais (Linhares, Magalhães e Monte-Mór, 2004). Como um centro urbano, corresponde ao lugar do acontecer solidário (Santos, 2017), fruto de uma cooperação necessária para o provimento das CGP, ou, também, ao lugar do encontro de “economias” e subsistemas distintos, cooperativos e concorrentes (Lemos, 1988).

As cidades médias e a capital Belém abarcam o processo extensivo que influencia na organização e nas direções de sistemas produtivos e técnicos<sup>21</sup> (Monte-Mór e Linhares, 2009) – que agregam combinações de atividades da economia

---

<sup>20</sup> Os sistemas técnicos correspondem ao conjunto de técnicas - integrado em suas funções - de um período em específico, e que formata a base material da sociedade, até a chegada de outro sistema técnico. A evolução desses sistemas ocorre de acordo com a coerência na relação de seus elementos materiais e sociais e a complementaridade e dependência entre as técnicas (Santos, 2017). Os sistemas técnicos carregam os modos de produzir recursos, serviços e informações, diferenciando os períodos vividos, e demonstram as formas de relação humana, em trocas, diálogos e interlocuções de informação e/ou conhecimento. São multifuncionais e dependem de meios de circulação materiais e imateriais, que se estendem em forma de macrossistemas representados por aeroportos, telecomunicações, hidrelétricas, entre outros, que possibilitam a criação de microssistemas técnicos locais (Santos, 2017).

<sup>21</sup> Sob esses modos de expansão, os sistemas técnicos, ao introduzir a racionalidade nos lugares e grupos sociais, buscam obter controle do conjunto, com tendência à unificação de comando (Santos, 2017). A cidade da era urbano-industrial tem sido comandada socialmente, e a vida coletiva urbana tem sido controlada pelo aumento da artificialidade no meio, que expande a racionalidade das técnicas (Santos, 2007).

convencional e atividades econômicas enraizadas localmente. A materialidade herdada localmente enraizada, contudo reage as novas racionalidades que vem se impor (Santos, 2017). O tempo do lugar possui seus agentes e comportamentos econômicos próprios, que podem ou não interagir com o tempo do mundo, mas persistem e resistem conforme ditames e relações locais entre sociedade e natureza.

A partir da expansão do tecido urbano nas cidades paraenses, estabeleceram-se meios de consumo coletivo e meios de circulação material, que possibilitam a conexão entre as etapas produtivas desenvolvidas por sistemas técnicos produtivos que criam novas centralidades no entorno metropolitano e conexões extra locais capazes de reconduzir as demandas produtivas e ampliar a extensão de circuitos de produção.

Os efeitos do urbano extensivo retratam que, nesse espaço único e contraditório, existem subsistemas (Santos, 1979) ramificados pelo tecido urbano-industrial e por dinâmicas populares de produção, na vivência entre economias locais (microrregionais), mercados nacionais e a economia mundial (Monte-Mór, 2008).

A urbanização extensiva no Pará e na região metropolitana de Belém está diretamente vinculada à mercantilização da biodiversidade, especialmente pelo consumo de produtos florestais de áreas de várzea (Monte-Mór, 2004; Coraggio, 2011). No processo de expansão do tecido urbano, amplia-se o domínio de economia de mercado sobre a economia da sociobiodiversidade, com tendências à comoditização de elementos da floresta e a marginalização de agentes camponeses das várzeas.

Contudo, nesses territórios, a economia popular, que agrega agentes camponeses e cidadãos locais, articula distintos princípios de comportamento econômicos, ao manter em funcionamento subsistemas locais resistentes, por meio de estratégias de reprodução da vida, frente às tendências homogeneizantes da economia capitalista (Coraggio, 2011, p. 92).

Apesar da expansão de dominação dos padrões dos mercados capitalistas nas cidades do Pará, vigoram nos subsistemas produtivos estruturas locais que buscam se firmar dentro de uma conjuntura urbano-industrial, sem abandonar as origens enraizadas culturalmente, de trocas e propagação de formas de distribuições

solidárias regidas por grupos comunitários de cunho sociopolítico, cultural, do setor público, e até pelo capital, em certa medida (Monte-Mór, 2006). Nesse sentido, destacamos no próximo tópico a contribuição da obra José Luis Coraggio (2011) para analisar, sob a ótica da economia mista, a organização social e as implicações vivenciadas pela economia popular e solidária nos sistemas de produção da sociobiodiversidade no Pará.

## 1.2 ECONOMIAS DA FLORESTA: HETEROGENEIDADES ESTRUTURAIS E A ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA PERMANENTE NA AMAZÔNIA

Na Amazônia, podemos interpretar que, para além da configuração da lógica de uma economia de mercado, ou seja, a economia formal, que surge com a emergência das sociedades de mercado (Polanyi 2012), coexistem lógicas que integram uma economia substantiva— economia como processo instituído de interação entre homem e seu meio, que resulta no suprimento constante de recursos necessários socialmente (Polanyi, 2012; Laville, 2004), pautada no reconhecimento da dependência do homem em relação à natureza e aos grupos sociais a que pertence<sup>22</sup>. Entre essas dimensões, a economia de mercado se tornou predominante, mas não extinguiu as formas plurais de comportamento econômico na região<sup>23</sup>.

Nos territórios amazônicos, essa economia substantiva também está alicerçada em processos instituídos ou princípios de comportamento econômico<sup>24</sup> conduzidos por instituições como as famílias, comunidades e cidades, que mediam

---

<sup>22</sup> Isto quer dizer que a sobrevivência do homem decorre do convívio institucionalizado com o meio, sendo que a economia substantiva se pauta na necessidade humana de relação com meio para o provimento de suas necessidades materiais (Silva, 2017; Laville, 2009).

<sup>23</sup> Nesse sentido, a noção de economia plural, trabalhada pelos autores Polanyi (2012) e Laville (2009), ressalta princípios de comportamento econômico e racionalidades que convivem com o mercado, mesmo nas sociedades capitalistas. Nessa perspectiva, a relação entre os agentes e destes com a natureza está imersa em princípios econômicos distintos, definidos por formas institucionais plurais (Diniz, 2016, Levesque, 2009). Mesmo que na contemporaneidade os atores hegemônicos das sociedades de mercado estejam no comando, as instituições socioeconômicas plurais persistem, especialmente em países subdesenvolvidos.

<sup>24</sup> As denominadas *Formas de Integração Econômica* (FIE's) representam mecanismos capazes de integrar elementos do processo econômico, como recursos naturais, trabalho, transporte, armazenamento e distribuição, isto é, representam formas de conexões espaciais e institucionais dos processos econômicos (Silva, 2017; Polanyi, 2012).

a relação entre indivíduos, entre grupos, e entre indivíduos e grupos com a natureza. Essas relações garantem o suprimento da vida coletiva e a capacidade de criação, apropriação e adaptação dos excedentes para a manutenção das condições de vida, além da subsistência (Polanyi, 2012).

Ao considerarmos a noção de economia plural, evidencia-se a atuação de organizações coletivas na Amazônia, como instituições que desenvolvem as formas de integração econômica (FIE's) na vida contemporânea. Essas atuações alimentam um circuito econômico ampliado, que precisam ser assimiladas à análise da dinâmica econômica, tendo em vista que as economias de mercado não são exclusivamente mercantis e que seu funcionamento inclui processos não-mercantis (no que consiste à atuação do poder público), não-monetários ou recíprocatórios (pelas relações familiares, de amizade, entre outras) (França e Laville, 2004; Levesque, 2009).

No que consiste às economias latino-americanas analisadas pelos estudos de Jose Luis Coraggio (1994), é possível identificar a existência de uma heterogeneidade estrutural em seus territórios, ou seja, o funcionamento incompleto do mercado, imperfeições nos mecanismos de mercado devido a fatores como reduzidas escalas de produção, baixa concorrência e baixo nível de capital. Essas heterogeneidades se relacionam à persistência de formas institucionais que protegem a vida social de populações que resistem à sua mercantilização.

Assim como significativa porção da América Latina, a Amazônia sofreu processos seculares de exploração natural, desapossamentos violentos e mercantilização, desde o período do colonialismo. Contudo, se mantiveram ao longo do tempo formas econômicas com diversos níveis de hibridização entre os princípios de comportamento econômico, por meio de instituições como as comunidades extrativistas e de agricultores familiares e as populações indígenas e afrodescendentes. Essas instituições sobreviveram e se reproduziram por meio de redes de relações de autossuficiência e cuidado para além da perspectiva da economia de mercado, que chegou posteriormente a região (Coraggio, 2012).

Dessa forma, mesmo diante da dominância da economia de mercado, mantém-se um conjunto de empreendimentos da economia popular urbana e rural, nos quais estão estabelecidas relações de produção familiares, comunitárias, cooperativistas e associativas. As unidades da economia popular correspondem a

unidades domésticas, no sentido de Coraggio - que articulam práticas orientadas pelo princípio de mercado, mas subordinadas ao princípio da gestão doméstica. Ou seja, essas unidades domésticas hibridizam recursos e combinam diversas formas de integração econômica, capacidades e recursos no sistema de divisão social do trabalho, buscando a reprodução ampliada da vida de seus membros (Coraggio, 2014).

Nesse sistema, o Estado tem a responsabilidade de atuação no princípio de redistribuição, frente às necessidades de cobrir lacunas criadas pelo modelo do neoliberalismo. A influência do Estado e o princípio da redistribuição, no que consiste às relações entre setores e classes sociais, entre gêneros e etnias, entre setores da economia continuam a ter efeitos integradores, em casos de governos com maior foco popular. Nessa conjuntura, surgem movimentos de restrições sociais ao processo de apropriação privada e mercantilização do acesso à terra, no sentido de fortalecimento de resistências e reivindicações de povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas e camponeses, apoiados por movimentos ambientalistas (Coraggio, 2012).

Ao considerarmos a atuação de organizações coletivas na Amazônia, que atuam nas cadeias ou arranjos produtivos da sociobiodiversidade (Costa, 2021), é possível observar que são instituições componentes dessa economia substantiva e replicadoras de seus princípios. Contudo, também se torna necessário ressaltar que essas instituições vivenciam os efeitos da acumulação originária permanente (Meillassoux, 1977), que gera efeitos sociais negativos na contemporaneidade pela mercantilização predatória da sociobiodiversidade amazônica, especialmente por meio dos sistemas produtivos de monoculturas, grilagem e biopirataria, entre outros outros problemas na região.

Segundo Coraggio (2014), em concordância com Meillassoux (1977), a acumulação primitiva se desencadeou ao longo do período da modernidade e permanece em formatos mais “pacíficos” ou camuflados, como a exploração mineral nos territórios indígenas ou populares, o patenteamento de conhecimentos ancestrais como propriedade privada, ou a contínua exploração do trabalho doméstico de mulheres e crianças .

Quando se resgata a história econômica do estado do Pará, podemos destacar os ciclos de espoliação vivenciados pela população local, em períodos marcados pela acumulação originária permanente. Um deles é o período de extração predatória da borracha no século XVIII, que envolveu a desterritorialização de comunidades camponesas. Ou também o período dos grandes projetos na Amazônia, na segunda metade do século XX, momento responsável por significativos movimentos migratórios, êxodo rural e desapossamento de populações camponesas de seus territórios, como relatado anteriormente.

A partir do século XXI, observam-se os movimentos de comoditização sobre as cadeias da sociobiodiversidade do Pará, como do açaí, castanha e cacau, entre outros produtos florestais, que estão há séculos atrelados às lógicas de consumo local e aos mercados populares, e passaram a ser orientados para suprir demandas de mercados globais, para os quais os fluxos longos de comercialização reproduzem assimetrias históricas.

Essa dinâmica reproduz a hegemonia da economia de mercado, – pelo eurocentrismo – reproduz um movimento no qual os saberes tradicionais são subordinados à racionalidade de mercado, ao ignorar que a sociobiodiversidade é co-produzida por práticas comunitárias. Como efeito, essas comunidades são marginalizadas nesse modelo econômico (Coraggio, 2011).

Coraggio (2011) explica essa dinâmica como parte da heterogeneidade estrutural das economias periféricas latino americanas, quando aponta que: *"a mercantilização da natureza e do trabalho nas periferias não segue a lógica autorregulada do mercado ideal, mas sim uma apropriação assimétrica via circuitos desiguais de poder"* (CORAGGIO, 2011, p. 89).

As demandas que surgem na urbanização extensiva nas cidades paraenses estão vinculadas aos movimentos de comoditização da biodiversidade, pela superexploração da natureza, e à ampliação da economia popular, como, por exemplo, pelo trabalho em feiras como extensão do autoconsumo.

Cabe ressaltar os riscos e possíveis impactos da cooptação dos mercados globais sobre as populações amazônicas produtoras em cadeias da sociobiodiversidade. Neste ponto, se estabelecem possíveis disputas entre lógicas comunitárias e as pressões mercantis pela ampliação da comoditização da

biodiversidade Amazônica, o que já envolve produções florestais de frutos como o açaí, frente às demandas das agroindústrias para atender mercados nacionais e internacionais. Esse fenômeno repercute na fragilidade do controle local sobre suas redes de consumo.

### 1.3 ECONOMIA POPULAR NO ESTADO DO PARÁ: PRINCÍPIOS DE UMA REINSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIDA

Alinhado à perspectiva plural da economia (Polanyi, 2012), José Luis Coraggio (2009a) propõe uma análise das economias latino-americanas, argumentando que estas não correspondem à economias puramente de mercado. Para tanto, Coraggio (2013) propõe a concepção de economia mista, que representa um sistema no qual se integram, em conflito e cooperação, a economia privada, a economia pública, a economia popular e economia solidária. Enquanto a economia privada é organizada pela base de produção e acumulação do capita, a economia popular é conduzida por práticas pautadas na reprodução da vida por unidades domésticas, em formas diversas, desde o trabalho pela autoprodução à atividades interligadas à economia privada, a economia solidária que se apresenta como um forma de organização econômica que atua por meio da solidariedade, a autogestão e a cooperação enquanto a economia pública, que assimilou funcionalidades redistributivas (Diniz, 2016), empiricamente atua em contradição, ao se submeter aos ditames do capital, em detrimento dos arranjos sociais precários vivenciados por parte da sociedade civil<sup>25</sup>.

Partindo da concepção de economia mista, é possível observar que na Amazônia existem diversas formas de integração ancestrais, que formataram uma economia popular complexa e diversificada, suprida e construída por grupos e organizações coletivas de populações indígenas, quilombolas, extrativistas no Pará, especialmente pautadas na organização social das várzeas e estuários. Esse subsistema se desenvolve por diferentes princípios de comportamento econômico, integrando-se aos circuitos econômicos vigentes, e sugere caminhos para

---

<sup>25</sup> Cada subsistema possui uma lógica própria que norteia as diretrizes de seus elementos. Juntos constituem a economia nos três níveis de abrangência espacial: local, o municipal, o estadual, nacional ou federal (Coraggio, 1994).

uma economia pautada no trabalho e no restabelecimento democrático da economia. Ressaltamos, deste modo, o papel e operacionalização da economia popular e economia solidária na dinâmica da economia da sociobiodiversidade na Amazônia Oriental, mais especificamente, no estado do Pará.

O estado do Pará possui a extensão territorial de 1.245.870 km<sup>2</sup>, dos quais 973.689 km<sup>2</sup> correspondem às áreas remanescentes de vegetação nativa, que representam 78,2% de toda a sua extensão. No estado, o contingente de povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares é de aproximadamente 515 mil de pessoas. São aproximadamente 80 mil indígenas, 135.033 quilombolas (IBGE, 2022) e cerca de 300 mil agricultores familiares (SECOM, 2023). As estimativas da população extrativistas são imprecisas, e podem ocorrer sobreposições de categorias, o que interfere na mensuração desse público.

Em cerca de 68% da área total do Pará (850 mil km<sup>2</sup>), encontram-se unidades de conservação (UC's) e territórios coletivos de povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas. Desse percentual, 31% da vegetação nativa está em terras indígenas, 16% e 12,7% em UC's de uso sustentável e de proteção integral, respectivamente, 7,9% em assentamentos, 3,6% correspondem aos imóveis rurais pequenos (agricultura familiar) e 0,5%, a territórios quilombolas (Ciasca *et al*, 2022).

É possível observar a diversidade da organização social da economia substantiva no Pará, na qual está presente uma economia popular que reflete um subsistema invisibilizado economicamente, que articula, através de relações de reciprocidade, familiares e de afinidade, as chamadas unidades domésticas de trabalhadores populares, do campo e da cidade, dependentes ou independentes, organizadas em comunidades, grupos informais, associações e cooperativas. Esse subsistema integra elementos de cooperação, reciprocidade e domesticidade, e está balizado especialmente no trabalho familiar e artesanal, combinando práticas de produção doméstica com as relações mercantis (Coraggio, 1994).

Essa economia envolve frentes de atuação vinculadas às cadeias produtivas médias e longas, operacionalizadas por mercados de trabalho precarizados, com produção submissa aos circuitos de acumulação, e outra vertente atrelada ao suprimento de demandas locais, que atua de forma mais autônoma e diversificada,

mas que também convive com a precarização e as desigualdades de acesso à condições básicas de vida falta ou insuficiência de acesso ao saneamento básico, infraestrutura logística, energia elétrica, água potável e educação básica (Coraggio, 2013).

Pode-se dizer que os grupos e organizações coletivas de populações indígenas, quilombolas e extrativistas no Pará operam com base em três princípios polanyianos ampliados. Segundo a releitura de Coraggio (2011), tais comunidades se organizam e atuam sobre os territórios através de formas de produção, circulação e consumo baseados na gestão doméstica (*oikos*), reciprocidade e redistribuição, numa perspectiva que não necessariamente se subordina ao mercado.

A gestão doméstica (Coraggio, 2011) pode ser percebida pela prática contínua do autoconsumo e consumo familiar, entendida aqui como uma atividade de resistência em uma dinâmica que a economia capitalista de mercado predomina. O trabalho campesino de manejo florestal, os sistemas agroflorestais familiares, a pesca artesanal, a agroecologia, entre outras, se apresentam como formas de produção e fontes para esse consumo familiar de unidades domésticas na região.

É possível pontuar que tais comportamentos econômicos materializam o conceito de racionalidade reprodutiva (Hinkelammert *apud* Coraggio, 2011), que prioriza a vida sobre o lucro. A economia doméstica paraense, especialmente a campesina, organiza-se em comunidades, associações e cooperativas que demonstram resistência diante da mercantilização, especialização e as tendências homogeneizantes da economia formal. A produção e a soberania alimentar dessas populações são componentes de um movimento latino americano vinculado às práticas ancestrais e substantivas desses territórios.

A reciprocidade<sup>26</sup> se apresenta no convívio, no cotidiano entre as famílias, entre os grupos, por meio de trocas de saberes, trocas de produtos florestais, trocas de sementes e mudas, troca de “favores”, hortas comunitárias, trocas de serviços, fundos rotativos solidários entre outros. Assim também ocorre a redistribuição, para

---

<sup>26</sup> Sobre a realização da reciprocidade contemporânea, destaca-se a concepção da economia social e solidária ou economia solidária como o conjunto das práticas solidárias que ocorrem nas três dimensões da economia - economia popular, economia empresarial capitalista e economia do setor público -, orientada por uma base política de ação (Coraggio, 2008).

suprir as necessidades coletivas, nas lutas por políticas públicas que gerem a redistribuição de recursos e os acessos a serviços, às formas de crédito rural, pelo fortalecimento de circuitos curtos de comercialização por meio de feiras de produtos extrativistas, da agroecologia e da agricultura familiar, ou pela assistência e assessoria técnica de agentes locais, com a atuação conjunta de diversos órgãos públicos. A redistribuição pode ocorrer também com o estabelecimento de bancos comunitários, pelo manejo florestal coletivo e ações estatais em políticas institucionais de alimentos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Nesse sentido, a organização de associações e cooperativas no território paraense pode fortalecer ou não a dimensão da economia social e solidária como projeto político alternativo ao predomínio da economia de mercado. Essas instituições orientadas para autogestão e organização de atividades compatíveis com a biodiversidade regional podem estabelecer frentes de resistência e cultivo de comportamentos econômicos substantivos por meio de sistemas produtivos sustentáveis e da ação conjunta e perene com o estado.

Tendo por base a perspectiva teórica de Coraggio (2011) de que a Economia Social e Solidária surge não como modelo fechado, mas como processo político de reintegração da economia à sociedade, cabe identificar elementos e ferramentas existentes para o processo de desmercantilização, como as políticas de compras públicas e financiamento a circuitos econômicos locais; garantia de direitos de propriedade coletiva, com o reconhecimento legal de formas de propriedade e titularizações coletivas; mecanismos de proteção de bens comuns, como certificações comunitárias, rastreabilidade de insumos e indicações geográficas.

Cabe ressaltar que relações entre a economia popular e solidária, a economia empresarial e a economia do setor público, em diferentes circuitos produtivos e econômicos, podem ser compreendidas como subsistemas sociais e políticos atrelados a uma lógica territorial específica (Diniz, 2016).

Por esta perspectiva de investigação, é possível alimentar o debate para uma (re) orientação da economia pública e da economia popular, a fim de criar condições de construção de uma economia pautada no trabalho e na racionalidade reprodutiva (Coraggio, 2012a). Neste sentido Laville (2009, p.2) argumenta que:

Na modernidade democrática, a economia apresenta um duplo movimento: o primeiro expressa a tendência ao seu desencaixe, e o segundo reflete a tendência ao restabelecimento democrático da economia, em que a referência à solidariedade se revela ser primordial.

Considerar as faces plurais da economia em regiões latino-americanas como a Amazônia implica entender que outras formas de comportamento econômico, que não o mercado, não necessariamente representam a superação de práticas e valores para se atingir o progresso e a modernidade capitalista, ou o rompimento com o Estado ou com o mercado capitalista, mas a incorporação de uma concepção aberta de reprodução social, compatíveis com um movimento emancipatório (Diniz, 2016).

Nesse sentido, a economia mista oferece outra percepção para o entendimento dos processos e racionalidades econômicas, como o olhar para economia popular e solidária. Nessa perspectiva, a economia urbana representa um locus privilegiado de investigação e análise do desenvolvimento de dinâmicas dominantes e de formas de integração econômica em convívio competitivo e complementar (Coraggio, 2012a), como ocorre nos sistemas de produção da biodiversidade paraense.

Após tais reflexões, o próximo capítulo visa refletir sobre formas de organização econômica, buscando discutir a composição social e o funcionamento de circuitos econômicos em regiões latino-americanas, incluindo no debate as formas de integração econômica e os subsistemas que operam. Destacamos que analisar sistemas econômicos específicos também é retratar a vigência simultânea de relações de cooperação, concorrência e dependência que podem ser compreendidas a partir dos circuitos da economia urbana (Ploeg, 2016; Coraggio, 1994), e que fornecem subsídios para investigar circuitos de produção que vão do suprimento de demandas locais diversas ao atendimento de mercados globais (Santos, 2008).

Por meio de uma releitura da obra de Milton Santos, objetiva-se discutir, a partir do arcabouço teórico dos circuitos da economia, o funcionamento de circuito espaciais de produção, em suas diversificadas frentes de atuação e fluxos, incluindo a concepção de funcionamento de uma economia de mercado que rege o circuito superior e de elementos do circuito inferior que desenvolvem diferentes princípios de comportamentos econômicos. O objeto a ser analisado por esses ferramentais

teóricos corresponde ao sistema de produção do açaí - com ênfase na atuação de cooperativas - que denominamos neste trabalho de tese como Circuito Socioespacial de Produção do Açaí (CSP-Açaí) no Estado do Pará.

## **CAPÍTULO 2: DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA AOS CIRCUITOS SOCIOESPACIAIS PRODUTIVOS: ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS**

Este capítulo parte da discussão sobre a formação dos sistemas urbanos na organização do espaço, da economia e da sociedade nos países sul-americanos. Países como o Brasil vivenciam os efeitos da expansão das condições gerais de produção capitalista, que em cada momento histórico influenciaram no ordenamento de conjuntos de mecanismos sociais, econômicos e políticos que deram forma aos sistemas produtivos vigentes (SANTOS, 1994).

Sob esse enfoque, discute-se a proposta analítica dos circuitos da economia urbana por meio de suas categorias, elementos, características, agentes, atividades e complementaridades (Silveira, 2015). A teoria dos circuitos da economia urbana se pauta na explicação das consequências da modernização incompleta no espaço, como a deterioração do mercado de trabalho e a concentração de renda e de acesso a bens e consumo, sobre a formação dos dois circuitos das economias urbanas, circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (Santos, 2008), que demonstram a natureza da organização social e econômica das cidades sul-americanas.

A proposta de utilização da teoria dos circuitos da economia urbana (Santos, 1994) neste capítulo tem por objetivo ser ponto de partida e base estruturante para o debate da perspectiva socioespacial de circuitos de produção, pautando as suas coexistências, funcionamento e interdependência, assim como seus agentes e atividades.

Assim como os circuitos da economia urbana, os circuitos espaciais de produção se apresentam como instrumentos teóricos para a investigação da divisão do trabalho em suas inúmeras manifestações e escalas do espaço. O circuito espacial de produção se apresenta como categoria teórica que se refere à “espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (Moraes, 1985, p.156), dada a realização de uma atividade produtiva primária, desenvolvendo inúmeras fases de transformação do produto ou serviço principal até chegar ao consumo final.

Este capítulo se propõe a discutir os elementos constituintes dos circuitos da economia urbana como instrumentos que dão condições à compreensão da

organização social e econômica dos circuitos espaciais de produção. Por essas perspectivas, entende-se que o circuito espacial de produção demonstra a espacialização dos sistemas produtivos (mercados) do circuito inferior e do circuito superior em todas as suas etapas<sup>27</sup>.

Busca-se analisar o papel dos circuitos da economia no desenvolvimento de circuitos espaciais produtivos, ao sistematizar a composição social, as formas produtivas, relações e fluxos estabelecidos pela dinâmica dos circuitos espaciais, por meio de complementaridades, de concorrências e de subordinações do circuito inferior ao superior (Silva, 2011), oportunizando-nos a compreensão da segmentação da economia urbana pelo fracionamento do processo produtivo (Salvador, Silva, 2017).

## 2.1 FORMAÇÃO E EXISTÊNCIA: OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA

A teoria dos circuitos da economia urbana (Santos, 1979) se pauta no acontecer do progresso tecnológico e no processo de industrialização, os quais não criam condições e não atendem às necessidades de emprego e renda para toda a população. Como consequência das incompletudes da modernização, surgem a deterioração do mercado de trabalho e a concentração de renda e de acesso a bens e consumo. Neste contexto, configuram-se o circuito superior e o circuito inferior da economia e das sociedades subdesenvolvidas: o primeiro sistema com capacidade de macro-organizar o território, e outro que se desenvolve pela aglomeração em territórios específicos (Silveira, 2015).

A distância e as diferenças entre divisões territoriais do trabalho representam a base de reconhecimento dos dois circuitos da economia urbana. Estes apresentam caráter unitário, pois não possuem autonomia de origem e existência: ambos surgem das modernizações capitalistas, e nessa existência sem autonomia se observa uma oposição dialética – a dialética do próprio espaço -, pois em suas distinções

---

<sup>27</sup> Segundo Silveira (2010, pág. 45) os circuitos espaciais de produção representam: “divisões sociais e territoriais de trabalho ou de uma rede diferem de agentes (distribuídos no meio construído), produzem e consomem a partir de lógicas distantes, porém interdependentes. A cidade é um grande mercado formado por vários circuitos de produção e consumo”.

complementares, são definidos pela relação e limites entre si, que se reforçam mutuamente (Silveira, 2015).

Deste modo, os circuitos da economia urbana também podem ser compreendidos como expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares (Oliveira, 2011; Postali, 2017). A forte concentração da renda e a difusão limitada do consumo às classes médias são aspectos característicos da modernização incompleta (Monte-Mor, 2011). Essa modernização se realiza de forma seletiva, pois privilegia apenas uma parte da população, ao passo em que promove o desenvolvimento simultâneo de novas classes médias e de uma multiplicação de pobres (SANTOS, 2000; Postali, 2017).

Essa modernização, manifestada também pelo advento do meio técnico-científico e informacional, é conduzida pelas tendências da produção e do consumo, que modificam social e economicamente o espaço através da materialização de forças de concentração e dispersão (Santos, 2008), que reorganizam o espaço em novos moldes, em um efeito-demonstração<sup>28</sup> (Hirschman, 1958). As regiões, metrópoles e cidades se tornam centros de concentração e dispersão do poder homogeneizante da modernização, entretanto de forma incompleta e seletiva (Santos, 2007, Monte-Mór, 2011).

Nas economias subdesenvolvidas, onde a modernização incompleta (Monte-Mór, 2008) constitui simultaneamente dois sistemas integrados, a cidade se desenvolve como uma “máquina” dentro do sistema urbano, articulado com sistemas de esferas nacionais e globais. A teoria dos dois circuitos da economia urbana implementa um novo paradigma. Trata-se de uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” (Santos, 2008, p. 26).

A cidade se desenvolve como um conjunto indissociável de elementos materiais históricos e recentes – rugosidades -, no qual se desenvolve a práxis compartilhada ou o que Santos tratou como a manifestação mais visível do acontecer solidário (Santos, 1996; Silveira, 2009), do encontro e confronto das racionalidades e contra-racionalidades. As cidades, especialmente as metrópoles, atuam como nós

---

<sup>28</sup> O efeito demonstração corresponde ao movimento de imitação que os países de menor desenvolvimento econômico realizam ao tentar reproduzir tecnologias, formas de produção e de consumo de países mais desenvolvidos, acarretando pressões sobre as importações (Hirschman, 1958)

de informação e comando, especialmente a partir dos novos centros empresariais (Silveira, 2011).

De modo geral, observa-se que as regiões, metrópoles e cidades organizam-se a partir da existência de dois sistemas: um denominado circuito superior ou circuito moderno, que agrega os componentes e as forças da modernização, dissemina os avanços tecnológicos através de monopólios e oligopólios em escalas globais, nacionais e locais; e o outro sistema, denominado circuito inferior, que constitui o conjunto de atividades de pequeno porte e amplitude, agrega em especial as populações desfavorecidas pelo modo capitalista, e possui forte vínculo local e regional (Santos, 2008).

Cada circuito possui fluxos materiais e imateriais diferentes internamente e entre eles, e, apesar de emergirem do mesmo período histórico - a modernização tecnológica<sup>29</sup> - possuem uma distinção constitutiva e atuam em complementaridade e interdependência funcional. Trata-se de um fenômeno de bipolarização, no qual dois sistemas têm a mesma origem e conjunto de causas (Santos, 2008). A partir desta contextualização, trata-se a seguir a natureza, as especificidades e relações socioeconômicas na perspectiva dos circuitos da economia urbana.

### **2.1.1 Circuito Superior: composição e organização**

Para compreender a natureza e as especificidades do circuito moderno ou superior, faz-se necessário tratar sobre seus elementos, características, funcionamento e formas de organização. O circuito superior corresponde ao conjunto de instituições, agentes e atividades desenvolvido especialmente por produção com altos níveis tecnológicos e escalas, e comandado pelo capital intensivo global (Silveira, 2009). De acordo com Santos (1994, 2008), o circuito superior possui como componentes "puros"<sup>30</sup>: o comércio moderno, a indústria urbana, a indústria de exportação, comércio de exportação e bancos.

---

<sup>29</sup> Refere-se ao período que se iniciou com a Revolução Industrial no século XVIII e que se estende até os dias atuais, a Era Digital, que começou na metade do século XX.

<sup>30</sup> As atividades "puras" do circuito superior representam atividades diretamente relacionadas com a cidade. As atividades "impuras" correspondem à aquelas que se beneficiem das vantagens

As atividades “puras” correspondem à indústria moderna, comércio e serviços modernos. As atividades “impuras” são a indústria de exportação e comércio de exportação, geralmente vinculadas às vantagens locacionais das cidades, que são critérios para agentes externos investirem na produção de *outputs* lucrativos, produtos e *commodities*. O banco, por sua vez, representa atividades “impuras”, com atuação em ambos os circuitos (Santos, 2008).

O comércio moderno corresponde ao lugar das relações entre vendedores e fornecedores, da atuação através de grandes lojas e redes de supermercados e atualmente em comercialização mista, em modo varejo e atacado. Estes estabelecimentos são abastecidos principalmente por produtos de outros estados ou países, o que demonstra a capilaridade do consumo de bens industriais, mas que supre demandas de forma seletiva, e se estende desorganizando economias locais. Com o advento da urbanização e de novos modos de consumo, elevaram-se as proporções de suprimento de produtos importados, em um movimento que desequilibra a política econômica local e gera excedente para empresas estrangeiras (Santos, 2008).

No avanço do comércio moderno, a indústria de exportação se expande em territórios do subdesenvolvimento pelo processo de internalização da divisão internacional do trabalho, pela justaposição do mercado interno impulsionado pelas práticas de exportação, resultando na deterioração dos termos de troca (Prebisch, 1986)<sup>31</sup> em economias subdesenvolvidas, na expansão das economias de aglomeração (Marshall, 1890)<sup>32</sup>, e na manutenção da dependência internacional (Santos, 2008; Silveira, 2009).

A indústria, em termos macroespaciais, passa por duplo aspecto: a substituição de importação de diferentes níveis e tipologias – produção nacional mineral e agrícola -, e a criação de indústrias manufatureiras, que direcionam sua

---

locacionais da cidade, têm sua origem e principal interesse fora dela, como a indústria e o comércio de exportação (Santos, 2008).

<sup>31</sup> Segundo Raul Prebisch (1986), a deterioração dos termos de troca ocorre se os volumes exportados se mantiverem estáveis, a capacidade de um país de compra de bens e serviços do exterior, ou seja, a capacidade de importar diminui ao longo do tempo.

<sup>32</sup> De acordo com Marshall (1890), as economias de aglomeração são economias de escala de uma localidade específica.

produção inteiramente para o exterior, especialmente para países desenvolvidos (Santos, 2008).

As indústrias modernas urbanas que suprem o consumo interno fazem parte de conglomerados de firmas locais, nacionais e multinacionais em economias subdesenvolvidas. Estas manifestam adaptações das indústrias urbanas internas às tendências das cadeias globais de valor (Zhang e Schimansk, 2014)<sup>33</sup> sobre a economia nacional, e demonstram a amplitude do controle do capital internacional sobre economias subdesenvolvidas.

Adicionados à dinâmica do circuito moderno estão os bancos, que representam instituições de crédito nacionais e estrangeiras. Ao se expandirem nos países subdesenvolvidos, difundem a monetarização e a creditização nos territórios (Montenegro, 2013).

#### *2.1.1.1 Características e dinâmica do Circuito Superior*

Através da reprodução ampliada de capital<sup>34</sup> (Marx, 2013, Santos, 2003; Postali, 2017), o circuito superior se utiliza do território como recurso para a ampliação dos objetivos empresariais e da produção de capital intensivo. A partir de um perfil de organização majoritariamente burocrático, o circuito superior em geral apresenta altas margens de lucro, alta qualidade do produto e capacidade de estocagem.

Por meio do progresso tecnológico, desenvolve suas atividades baseadas em baixos níveis de emprego, o que justifica caracterizar este circuito como poupador de mão de obra (Montenegro, 2006).

---

<sup>33</sup> Segundo Zhang e Schimansk (2014):

Cadeia global de valor é um termo que passou a ser utilizado por profissionais, acadêmicos e organizações internacionais diante do aumento da fragmentação das diferentes etapas do ciclo produtivo de bens e serviços, em diferentes países. Ou seja, a linha que vai da criação de um produto até a entrega ao consumidor é realizada por uma rede global de empresas.

<sup>34</sup> De acordo com Marx (2013):

O processo de reprodução ampliada do capital se constitui, portanto, como genuíno processo de reprodução capitalista, onde pelo menos uma parte da mais valia extraída pelo trabalho não pago é incorporada ao capital de investimento, que agora é acrescido, ampliado, diferenciando-se do capital do ciclo anterior.

Em termos de preço e considerando situações de competição oligopólica, no circuito superior as manipulações supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos, e de modo geral tendem a ter preços fixos. Adicionado a essa estratégia, o circuito moderno busca ampliar as formas de crédito e empréstimos para aumentar o consumo nas camadas pobres da população urbana que se encontram no circuito inferior.

O funcionamento do circuito superior baseia-se nas necessidades do consumo, resultando da demanda, mesmo que esteja deformada pelo efeito-demonstração (Postali, 2017; Santos, 1979). Mantém relações impessoais e formais com seus consumidores e aproxima-se de seu público especialmente pela publicidade e propaganda de amplo alcance, contando atualmente com a divulgação em aplicativos e redes sociais para elevar o nível de vendas.

Outra estratégia recorrente do circuito superior atualmente está na expansão das áreas de mercado sem assumir os custos da circulação ampliada, quando empresas de grande porte se utilizam da modalidade de franquias. Com a maior integração dos territórios por meio dos transportes e comunicações, o circuito moderno usufrui de mecanismos de unificação e homogeneização de mercados. Os oligopólios se utilizam das estratégias de capitais comuns, seja pela distribuição direta realizada ou na possibilidade de terceirização de atividades através da instalação de franquias (Postali, 2017).

O circuito superior também possui vantagens quanto ao acesso a crédito institucional, e nesses termos se observa a constante e facilitada utilização de instrumentos bancários, assim como incentivos governamentais de natureza fiscal, tributária e concessões estatais. Estes favorecimentos podem ser destinados a setores estratégicos em caráter local, regional ou nacional. Deste modo, cada empresa e ramo de atividade pode conduzir ou reconduzir uma lógica territorial, manifestando-se em um conjunto de pontos específicos e áreas de interesse a objetivos empresariais, e que se expressam além dos planos privados e modificam a estrutura social preexistente. Essas áreas, por fatores naturais, locacionais e econômicos, são fundamentais para as atividades do circuito moderno. O avanço sobre esses subespaços demonstra a capacidade do circuito superior de macro-organizar o território nacional (Silveira, 2009).

O comando do circuito moderno sobre o território nacional privilegia áreas aptas aos seus interesses, afastando ou pressionando as áreas de atividades populares da cidade. Mesmo a agricultura moderna e a indústria dispersa dependem de atividades da especialização dos serviços urbanos. Ocorre uma difusão concentrada de tecnologias e variáveis da modernização, que acelera a expansão do tecido urbano, de demandas materiais e imateriais, produtivas, consumptivas, sociais (Silveira, 2011; Monte-Mór, 2006).

#### *2.1.1.2 Formas de organização*

O circuito superior apresenta dimensões espaciais distintas, que se desenvolvem em duas formas de fabricação e organização: a) circuito superior propriamente dito e como já discutido; e o b) circuito superior marginal. O circuito superior marginal possui natureza emergente e residual e detém mecanismos tecnológicos e organização menos modernos (Santos, 2008). O circuito superior marginal corresponde a atividades e produção de insumos diretamente conectados aos elementos do circuito superior, como transportes, distribuição, abastecimento, serviços financeiros terceirizados, produção de insumos, publicidade, dentre outros (Diniz, 2016).

O mercado imperfeito dos países subdesenvolvidos e a atuação estatal favorecem a coexistência dessas duas formas de produção e de formação de diferentes preços sem significativos conflitos e com conexões (Silveira, 2011). O funcionamento de duas formas de produção do circuito superior ocorre devido às diferentes bases de organização. Enquanto o circuito superior se encontra em moldes monopolísticos, o circuito superior marginal se estabelece em uma forma de organização oligopolista, com diversas empresas de pequeno e médio portes, apesar de estarem sujeitas aos monopólios (Silveira, 2015).

No caso da organização pelo circuito superior marginal, as empresas médias e pequenas podem dividir a mesma área de atuação com grandes empresas, sem grandes prejuízos. As pequenas empresas podem deter certas vantagens no que consiste à reduzida cobrança de impostos, à baixa despesa com publicidade e aos menores salários. Essas e outras facilidades possibilitam a continuidade de atuação de empresas de diferentes portes em diferentes mercados (Santos, 2008). Ou

seja, trata-se da coexistência de duas racionalidades espaciais, de atores hegemônicos e de atores marginais, na qual se evidencia o caráter híbrido, devido às renovações normativas próprias do meio técnico científico informacional em territórios do subdesenvolvimento (Postali, 2017).

Um caso recorrente da presença do circuito superior marginal se encontra no estabelecimento de franquias, as quais constituem a porção marginal do circuito superior, pois ao mesmo tempo em que precisam incorporar acréscimos de organização e técnica contemporânea, continuam dependentes de ações hegemônicas e atores capitalizados (Silveira, 2015).

A existência do circuito superior em dimensão marginal representa, deste modo, um elemento relacional da constituição dos circuitos. Por meio do conjunto de divisões territoriais do trabalho disseminadas pelas diversificações das técnicas, das normas e formas de consumo, o circuito superior marginal surge como estrutura intermediária e como oportunidade de redução de custos para as grandes empresas, ao delegarem serviços não essenciais para o circuito superior marginal. A dimensão marginal do circuito superior perpetua e renova seu papel na formação da rede de abastecimento (Silveira, 2015; Postali, 2017).

### **2.1.2 Elementos mistos e intermediários**

Os chamados elementos mistos correspondem a grupos de agentes – transportadores, atacadistas, prestadores de serviços - que atuam de diferentes formas e escalas em ambos os circuitos, desenvolvendo articulações entre setores e fases produtivas, regiões, mercados e agentes.

Os serviços, apesar de pouco explorados na literatura, representam fonte de renda, especialmente para o circuito inferior. A demanda local por serviços varia qualitativa e quantitativamente, a depender do perfil da atividade. No que consiste ao circuito superior, as indústrias destinadas ao consumo local podem demandar serviços locais. As indústrias que possuem mercado consumidor fora do local onde estão instaladas buscam poucos serviços locais, “importando” serviços especializados e/ou com alto nível tecnológico de outras cidades ou países.

No circuito inferior, os serviços a princípio surgem das necessidades da população, sendo que alguns surgem da ausência de acesso a serviços do circuito superior. Esses serviços são fornecidos a varejo, resultado da capacidade de adaptação do circuito inferior pelo trabalho (Santos, 2008). No circuito inferior, os serviços se expressam desde pequenos negócios de consertos de eletrodomésticos, oficinas mecânicas, oficinas de costura, dentre outras funções da economia dos cuidados<sup>35</sup>, como cuidado de idosos e crianças, trabalhos domésticos, dentre outros.

Entre os elementos mistos, estão também os chamados elementos intermediários, que são o segmento logístico e o segmento atacadista, os quais são responsáveis pela circulação da produção e trabalho no espaço, mantendo os ciclos de fluxos materiais e imateriais de bens, pessoas e informações.

Os intermediários podem atuar na distribuição de bens locais, regionais nacionais, importados e exportáveis. Permitem a conexão constante entre a produção rural, setores secundários e terciários. No contexto de especializações regionais de produção, os intermediários são responsáveis pelo acesso ao consumo de produtos perecíveis e não perecíveis na economia urbana, ou seja, permitem a disseminação dos modos de consumo da modernização pela extensão do tecido urbano (Monte-Mór, 2004) e o suprimento das cidades, que em geral não possuem autonomia no mercado alimentar. Desse modo, os setores intermediários desempenham a função de elo entre a demanda e a oferta dos mercados que se desenvolvem internamente aos circuitos ou entre eles, mesmo com as divergências em quantidade e qualidade.

Os atacadistas são elementos essenciais no funcionamento das cadeias de produção das quais fazem parte, suprem estoques de agentes de ambos os circuitos,

---

<sup>35</sup>Segundo Molinier (2004, p. 227), o conceito de *care* ou de cuidado:

...engloba, com efeito, uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros.

A economia dos cuidados tem sido tratada por meio de duas vertentes teóricas que, de acordo com Duffy (2005, *apud* Pereira, 2016, p. 12):

"podem ser identificadas no que se refere à conceitualização do *care*, considerando-se seu conteúdo: a do cuidado como *nurturance* (amparo, em uma tradução aproximada) e a do trabalho reprodutivo. Cada uma delas propõe compreensões distintas sobre os sujeitos envolvidos, seu posicionamento e relacionamento na organização social do cuidado".

especialmente a grande proporção de agentes populares do circuito inferior, como feirantes e ambulantes, mas também redes varejistas.

Os atacadistas desenvolvem a função de conectar os dois modos de produção, colaborando para a reprodução da força de trabalho, realizando o ciclo de produção (mercadoria - dinheiro - mercadoria), e o ciclo da acumulação (dinheiro-mercadoria-dinheiro), desenvolvidos em detrimento dos pequenos produtores e dos demais intermediários. Sobre essas bases produtivas, as instituições bancárias e demais empresas do circuito superior se beneficiam e expandem os mercados de consumo, enquanto o volume comercializado no circuito inferior demonstra o volume de negócios e retorno financeiro encaminhado ao circuito superior (Santos, 2017).

Os transportadores e todo o segmento logístico desempenham a interconexão nos circuitos e entre eles. Os transportadores possibilitam a expansão do mercado consumidor, interligando atividades produtivas e comerciais das empresas e indústrias das cidades e dos centros urbanos. Os transportadores podem atuar também como comerciantes – concorrendo com os atacadistas, estabelecendo relações comerciais entre agentes e organizações de cidades e regiões, circulando matérias-primas, insumos e produtos finais (Santos, 2017).

O sistema logístico dos circuitos está inteiramente vinculado às atividades do Estado, no que consiste ao estabelecimento de infraestrutura logística, e redes de transportes unificadas responsáveis pela fluidez e circulação das produções. A circulação é uma das condições de realização da vida econômica e social, contudo, nem todos os bens chegam a todos os lugares, logo, nem todos os cidadãos podem consumir determinados bens. Mesmo com tendências à homogeneidade comercial, as redes de transportes são dendríticas. No circuito superior, a rentabilidade dos transportes modernos está ligada ao deslocamento de grandes volumes.

### **2.1.3 Circuito Inferior: composição, funcionamento e manutenção**

Os monopólios e oligopólios possuem a capacidade de fragilizar economias locais, o que, aliado à conduta estatal destoante da realidade social, mantém um ciclo de pobreza, desigualdade de renda, desemprego, subutilização de fatores produção e acesso desigual de recursos e serviços em favor da seletividade da

modernização no espaço. Esses fenômenos advindos da modernização e da urbanização, especialmente com a ampliação do comércio disseminam as bases do circuito inferior (Silveira, 2015).

A modernização cria distanciamentos sociais, especialmente motivados pela incapacidade do circuito superior de gerar emprego e suprir as necessidades sociais e econômicas respectivas de cada lugar. Sob o crescimento das condições capitalistas de produção, o circuito inferior se mantém, demonstrando as rugosidades de economias tradicionais, como as desigualdades de acesso de determinadas formas de consumo (Santos, 2008).

O circuito inferior corresponde ao sistema ou mecanismo de integração de uma massa de agentes não qualificados e/ou migrantes, um circuito popular, que se organiza como sistema de vivência, com uma racionalidade própria (Santos, 2008). A economia popular, categoria tratada por Coraggio (1994)<sup>36</sup>, pode ser interpretada como porção do circuito inferior, no que se refere ao abastecimento produtivo e de serviços destinados ao mercado local, que, como parte do circuito superior marginal<sup>37</sup> e aliados em um mesmo sistema produtivo, interagem e conectam grupos comerciais, de pequeno a grande porte. Essa realidade parece demonstrar uma gradativa ampliação da interdependência entre a economia empresarial, a economia do setor público e a economia popular (Diniz, 2016).

O circuito inferior não deve ser compreendido como tradicional ou informal. Primeiramente, porque parte de sua produção se origina do circuito moderno, logo, não pode ser chamado de tradicional (Silveira, 2009). E não deve ser entendido

---

<sup>36</sup> Coraggio (1994) elucida que a economia popular representa um subsistema invisibilizado economicamente e que demonstra a pluralidade em exercício por uma dinâmica baseada no trabalho, que articula, através de relações de reciprocidade, familiares e de afinidade, as chamadas unidades domésticas populares, de caráter autônomo e/ou parental, por comunidades, associações ou cooperativas. Dependente de seu trabalho e dos recursos gerados num processo em que pode ocorrer acumulação pela interligação desenvolvida com os setores formais e cadeias comerciais, a economia popular, direta ou indiretamente, faz parte de circuitos de produção, distribuição e consumo global, com a intensificação do urbano extensivo.

<sup>37</sup> Como mencionado anteriormente, tendo em vista o circuito superior, Santos (2008) destaca que este possui uma divisão no que tange a suas atividades de fabricação, em dois modos de organização: um destes corresponde ao circuito superior marginal (CSM), estabelecido mediante menores níveis de avanços tecnológicos e organizacionais, movido pela demanda original do circuito inferior ou de atividades modernas. O circuito superior marginal traz caracteres residuais e emergentes, mais presentes em cidades intermediárias. Neste âmbito, empresas médias e pequenas podem dividir o mesmo mercado com grandes empresas sem inúmeras desvantagens, ao contrário, empresas menores obtêm certas vantagens, principalmente na reduzida cobrança de impostos, baixa despesa com publicidade e menores salários. Estas e outras facilidades possibilitam a continuidade destas empresas no mercado.

como informal, porque não corresponde à reunião de atividades de trabalhadores pobres com posição hierárquica inferior nos mercados, assim como não se trata de uma fase do processo de desenvolvimento, para galgar a posição do circuito superior. O circuito inferior engloba conjuntos de unidades produtivas que compõem as estruturas capitalistas periféricas, e, apesar de estar majoritariamente subordinado, possui papel fundamental ao desenvolver uma racionalidade interna (Diniz, 2016) e suas próprias leis de funcionamento, de adaptação e organização nas cidades ao longo do tempo.

### *2.1.3.1 Composição e características*

O circuito não moderno pode ser discutido como uma dimensão da organização econômica que abriga de maneira específica o comércio não moderno e a fabricação não “capital intensiva” ou fabricação não capitalista, e atividades de transporte e serviços não modernos, que são elementos mistos no funcionamento dos circuitos da economia urbana. As atividades de fabricação não capitalista correspondem às pequenas produções manufatureiras, fabricações artesanais e ateliês; e o comércio não moderno está no trabalho desenvolvido em feiras livres, na atuação de ambulantes e de pequenos estabelecimentos (Santos, 2008).

Os serviços não modernos são desempenhados em oficinas especializadas em consertos de eletrodomésticos, bicicletas e/ou automóveis. Em geral, no trabalho de pequenas oficinas, ateliês e fabricações, evitam desperdícios e utilizam instrumentos de trabalho antigos e reformados. As atividades de transporte no circuito não moderno se realizam pela circulação de menores quantidades de mercadorias, pela própria capacidade de carretas e caminhões, enfrentando menores distâncias.

O circuito inferior também pode abrigar atividades e empresas familiares, com pouca mão de obra por unidade (Santos, 2008). De modo geral, este circuito abriga inúmeros estabelecimentos e atividades, com número reduzido de agentes por unidade. Esta organização ocorre pela existência de flexibilidades quanto à mobilidade de mão de obra e de capital, pelas variações da demanda e da oferta de produtos, e pelas comuns trocas de nicho de mercado, dadas as sazonalidades de determinadas atividades (Montenegro, 2006). Ou seja, os agentes assimilam a

capacidade de adaptação frente às necessidades de interromper o comércio e retornar em outro momento, atuar em outro tipo de venda ou atividade. O funcionamento do circuito inferior se adapta aos mercados locais, molda-se à sua demanda e, em certos casos, à sua oferta também.

O mercado de trabalho do circuito inferior apresenta baixa remuneração, alta instabilidade, alto número de agentes e reduzida proporção de capital e de tecnologia. Este circuito possui como fator principal o trabalho, detalhado na complexidade da sua divisão de trabalho (Silveira, 2015). Um de seus papéis estruturantes está em abrigar e dispor das mais diversas formas de ocupações para grande parcela da população pobre que reside nas cidades (Silveira, 2013; Montenegro, 2006).

Em termos de capacidades produtivas, o circuito inferior possui baixo nível de estoque em razão do consumo diário, especialmente quando trata-se de comércios fixos em feiras permanentes ou em feiras periódicas. Em determinados casos, as pequenas fábricas, comércios e serviços são realizados nas residências dos agentes do circuito. Os pontos de venda podem ser localizados em bairros menos centrais ou em centros comerciais da cidade.

Um fator peculiar ao circuito não moderno está na sua dependência em relação aos setores intermediários, atacadistas, serviços e transportadores. O comércio não moderno possui dificuldade em desenvolver o papel dos intermediários, no que consiste especialmente à capacidade de armazenamento de produção e distribuição de mercadorias. Os atacadistas são base do funcionamento e abastecimento de mercados e comércios locais, e podem concorrer com os transportadores.

No que consiste à distribuição espacial do circuito inferior, o consumo se estabelece nas proximidades, na vizinhança dos bairros pobres, pois os custos de deslocamento são fatores que restringem a circulação dos agentes desse circuito. Neste ponto, evidencia-se a relevância do papel dos vendedores de rua, que atuam como último elo da cadeia produtiva da economia urbana. Os ambulantes podem ser autônomos, que trabalham em ruas centrais das cidades ou residenciais, de forma fixa ou itinerante nos bairros das cidades. Ou podem ser empregados de “patrões”

responsáveis por “microcadeias de comercialização”, um tipo de fluxo curto de comercialização (Silveira, 2015).

Conforme a localização na cidade, operacionalizam-se duas formas de abrangência do circuito inferior: o circuito inferior central e o circuito inferior residencial. A modalidade do circuito inferior central é constituída pela população do centro e mantém relações com outras atividades centrais nos sistemas urbanos, que abastecem tanto o circuito superior quanto o inferior. Nos lugares centrais das cidades se revela a complexidade do circuito inferior, como por exemplo lugares onde se encontram terminais de comércio e transportes entre a população do circuito inferior e do circuito superior marginal (Santos, 2008).

O circuito inferior residencial se estrutura essencialmente pelo trabalho da sua população e para suprir suas necessidades diárias em cada bairro. Essas modalidades de circuito inferior se estabelecem e se articulam entre bairros marginais e áreas centrais, pelo trabalho de pequenos comerciantes, de atacadistas ou varejistas (Santos, 2008). Com o crescimento do tecido urbano, desenvolvem-se constantemente novos mercados, com a expansão do circuito inferior residencial nas periferias metropolitanas, o que aprofunda a divisão do trabalho e do consumo. Surgem novas polarizações nas cidades, das quais participa o circuito inferior central, por vezes com um maior grau de capitalização do que o circuito inferior periférico, e com possíveis relações com o circuito superior marginal (Silveira, 2011).

### *2.1.3.2 Organização comercial e técnica do circuito inferior*

Os mecanismos financeiros empregados no circuito inferior são estabelecidos pelo uso do crédito, dinheiro líquido e mediadores financeiros. O crédito se tornou um instrumento frequentemente usado nas operações do circuito inferior, nas transações entre intermediários (semiatacadistas e varejistas) e comerciantes, entre comerciantes e consumidores finais, em modalidades aplicadas por instituições financeiras (cartões de crédito, débito, transferências e pix) ou por crédito pessoal por relações comerciais informais – como conhecidos, amigos e vizinhança. Nesta modalidade, os intermediários fornecem baixos montantes aos clientes, dependendo da confiabilidade nos pagamentos dos comerciantes (Cataia e Silva, 2013; Montenegro, 2013).

Um fenômeno recorrente no circuito inferior é o endividamento por crédito, que ocorre para suprir necessidades básicas e despesas correntes dos agentes. O aumento do endividamento está em parte vinculado aos altos preços dos produtos básicos comercializados pelo circuito moderno, e aos baixos níveis de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior (Arroyo, 2017).

Deste contexto de espoliação, surgem movimentos emancipatórios conduzidos pelos agentes do circuito não moderno, como a criação de associações e cooperativas, bancos cooperativos, grupos de compras coletivas e fundos comunitários.

Apesar do crescente uso do crédito, no circuito inferior as transações costumam ser em dinheiro ou pelo chamado pix. A circulação monetária contribui para a liquidez e fluidez da circulação de mercadorias, tanto no comércio não moderno, como nas atividades agrícolas. Contudo, a alta velocidade de circulação monetária tem efeitos inflacionários, o que demonstra que a intensa circulação monetária limita a acumulação. Isso ocorre devido aos baixos preços, aplicados para evitar a inadimplência e para não depender constantemente dos intermediários (Arroyo, 2017).

Esse fenômeno explica parcialmente a natureza da racionalidade no circuito inferior. Os comerciantes não necessariamente buscam altos níveis de faturamento, mas a manutenção do negócio, das condições de vida e do próprio consumo. Em um cenário de redução de oferta de produção local, a tendência natural dos preços é aumentar. Assim como o aumento da produção local tende a reduzir os preços, ou sofre influências dos intermediários para manutenção de altos preços. Esta situação, comum na comercialização de produtos alimentícios perecíveis, ocorre pela incapacidade de estocagem e transporte de pequenos comerciantes, permitindo que a produção local seja vendida por “preço de ocasião”, para evitar a perda das mercadorias perecíveis.

As variações de preços podem ser também determinadas pela prática da pechincha, usual para barganhar menores preços na compra de maiores quantidades, ou dadas as condições sazonais dos produtos, e acordos informais entre agentes. A natureza do produto - perecível, indispensável, necessário,

padronizado e não padronizado – e a disposição do cliente a comprar são fatores determinantes para variações de preço e volumes de operações de compra e venda.

### *2.1.3.3 Técnica no circuito inferior e inserção tecnológica providencial*

Com a reutilização de técnicas modernas pelo circuito não moderno, surgem novas atividades e serviços, que passam a incluir a própria publicidade, a informática, telefonia móvel, uso de aplicativos de entrega e pagamento, dentre outros. As técnicas de informação têm sido assimiladas pelo circuito inferior como ferramentas de trabalho, na comercialização, comunicação e divulgação, e como objeto de consumo (Montenegro, 2009; Postali, 2015).

Atualmente, a inserção tecnológica do circuito inferior tem criado processos de precarização do trabalho e o aumento da vulnerabilidade social, a partir da criação de formas de trabalho pautadas na expansão do tecido urbano sobre a totalidade do espaço (Silveira, 2003; Montenegro, 2006, 2011).

O avanço do meio técnico-científico-informacional traz elementos de renovação do espaço e, no que consiste o circuito inferior, à emergência atual de técnicas flexíveis. As técnicas contemporâneas são mais acessíveis ao uso pelos diferentes atores sociais, hegemônicos ou não hegemônicos. De maneira particular, os agentes do circuito inferior desenvolvem atividades e produtos frutos de adaptações e imitações, como ocorre no caso da pirataria nos países subdesenvolvidos (Tozi, 2012).

Essas estratégias seguem fazendo frente à difusão da técnica nas grandes cidades, que ocorre de forma desigual. A modernização incompleta e não homogênea do espaço ocorre pela expansão de tendências de produção e ímpetus de consumo não acessíveis a determinadas camadas sociais (Monte-Mór, 2004).

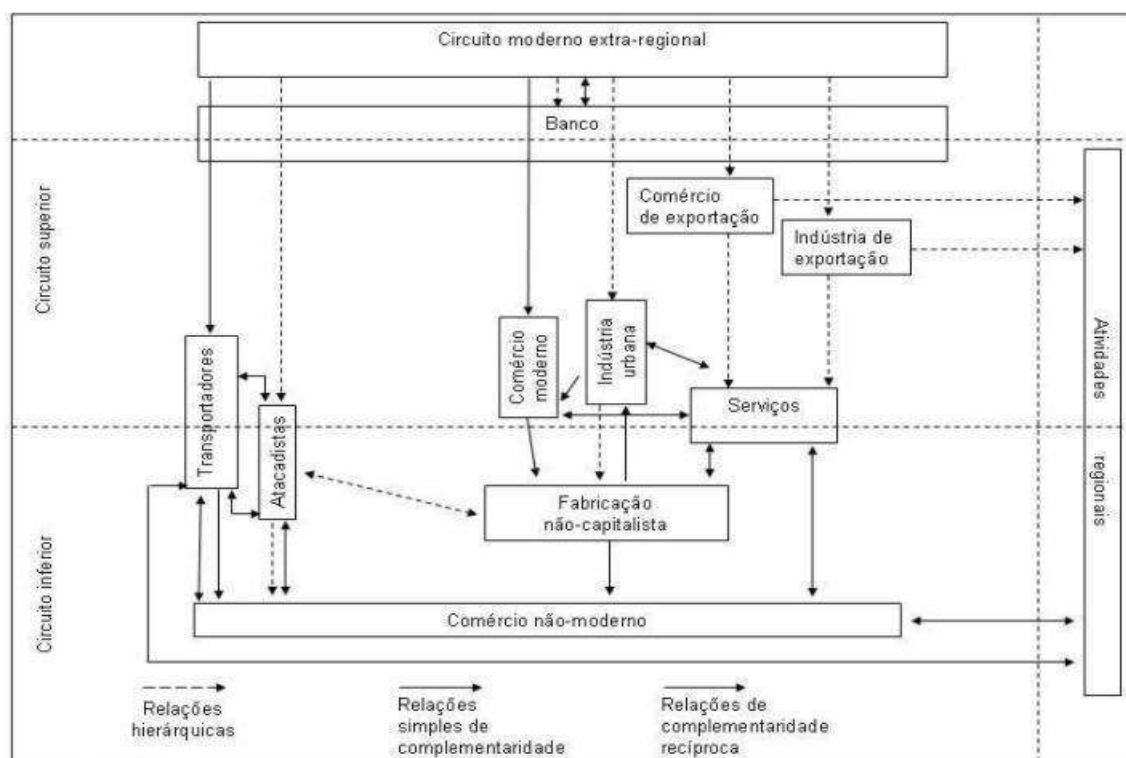
A existência atual do circuito inferior retrata a manutenção da pobreza estrutural, pautada em uma “produção científica e globalizada da pobreza” (Santos, 2000), resultante da crescente racionalização da sociedade e do território (Silveira, 2009), por meio de modos de produção baseados na reprodução da força de trabalho e na reprodução simples, e agregam diferentes formas de racionalidades.

### 2.1.4 Características e categorias contemporâneas dos circuitos da economia urbana

Os circuitos desenvolvem papéis diferentes, complementares e divergentes, demonstrando as expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares (Oliveira, 2011; Montenegro, 2006). Cada circuito se define pelo: a) conjunto das atividades realizadas em certo contexto; e pelo b) setor da população que se liga a esse conjunto essencialmente pelo consumo e pela atividade desenvolvida.

Os conjuntos de atividades formam os elementos de cada circuito, já tratados. No circuito inferior encontra-se o comércio não moderno e a fabricação não capitalista, enquanto o circuito superior compreende o comércio moderno, a indústria urbana, a indústria de exportação, o comércio de exportação e os bancos. Além dos elementos mistos, que intermediam as relações comerciais nos circuitos, representados pelos transportadores, atacadistas e prestadores de serviços.

Figura 1: Organização dos componentes dos dois circuitos da economia urbana



Fonte: Santos ( 2008).

Outro fator que define cada circuito está nas possibilidades de consumo. O consumo dos agentes específicos de cada circuito pode ocorrer no próprio circuito ou fora dele. Este consumo externo ao circuito pode ser realizado parcialmente ou ocasionalmente pelas categorias sociais ligadas ao outro circuito. Como ocorre com a classe média, quando consome em ambos os circuitos (Santos, 2008), ou quando agentes do circuito inferior consomem algum tipo de tecnologia produzida e comercializada pelo circuito moderno, atualmente pelo maior acesso a crédito por esses agentes.

No que consiste às atividades e formas de trabalho nos circuitos, é possível identificar que trabalhadores do circuito inferior atuam no circuito superior, especialmente em setores operacionais e que envolvem trabalhos de baixa qualificação, como em fábricas, serviços em grandes redes varejistas e atacadistas, serviços gerais, entre outros.

Certas atividades possuem algumas características de ambos os circuitos, ou tendem mais aos atributos de um do que do outro. Tal argumento respalda a organização espacial do circuito superior marginal, a existência de franquias e as vantagens locacionais do circuito inferior central nas cidades.

Considerando as principais diferenças entre os circuitos no que consiste ao nível tecnológico, financeiro e organizacional, indicamos novos apontamentos quanto às subcategorias, que permitem a caracterização dos circuitos da economia urbana concebida por Milton Santos.

Os circuitos da economia, em lógicas simultâneas de complementariedade, interdependência e antagonismo, a partir da unicidade trazem categorias e subcategorias comuns a serem consideradas. Neste ponto, são propostas inserções por esta autora de novas subcategorias através de uma releitura de Santos (2008 p.44). As sugestões inserções e categorias foram sinalizadas em fonte na cor vermelha. Além das categorias: apoio institucional, organização e gestão, acesso a tecnologias, mercados e dependência, produção e emprego, foi adicionada a subcategoria distribuição e circulação, além de pontuações sobre as características dos circuitos.

Tabela 1: Categorias e subcategorias de características dos circuitos da economia urbana

	<b>Circuito Inferior</b>	<b>Circuito Superior</b>
<b>1) Apoio Institucional e acesso a crédito</b>	<b>CI</b>	<b>CS</b>
1.1 - Acesso a Crédito (pessoal/institucional)	Pessoal/institucional	Institucional
1.2 - Ajuda Governamental (relevante/irrelevante/nula)	Nula/irrelevante	Relevante
<b>2) Organização e gestão</b>		
2.1 - Intensidade dos Fatores de produção (mão de obra/capital intensivos)	Trabalho Intensivo	Capital Intensivo
2.2 - Formas de Organização (burocrática/primitiva/flexível)	Flexível	Burocrática
2.3 - Relações com Cliente (direta/impessoal)	Direta	Impessoal
2.4 - Reutilizações de bens (existente/nula)	Existente	Nula
2.5 - Publicidades (existência/ausência)	Existente	Existente
2.6 - Overhead Capital (dispensável/indispensável)	Dispensável	Indispensável
2.7 - Relação com fornecedor (direta/impessoal)	Direta	Impessoal
2.8 - Relação dos agentes com o território (abrigo/recurso)	Abrigo	Recurso
2.9 – Área de influência (contínua/descontínua)	Contínua	Descontínua
2.10 – Consumo	Doméstico	Externo/híbrido
<b>3) Acesso a tecnologias, mercados e dependência</b>		
3.1 - Margens de Lucro (por unidade do produto/volume de negócios)	Alta/baixo	Baixa/alta
3.2 - Custo Fixo (significativo/ não significativo)	Não significativo	Significativo
3.3 - Dependência direta do exterior (grande/baixa/nula)	Nula	Alta
3.4 Dependência direta local	Alta	Baixa
3.5 – Habilidade técnica (criativa/adaptativa/imitativa)	Todos	Criativa/imitativa
<b>4) Produção e emprego</b>		
4.1 - Nível de emprego associado à atividade produtiva (alto/baixo)	Alto	Baixo
4.2 – Ciclo do produto (primário/secundário/final)	Primário/secundário	Secundário/final
4.3 - Volume do estoque (Alto/baixo)	Baixo	Alto
4.4 - Característica do emprego de mão de obra (não formalizada /assalariada)	Não formalizada	Assalariada
4.5 - Volume de Capital (relevante/reduzido)	Reduzido	Relevante
<b>5) Distribuição e circulação</b>		
5.1 Formas de transporte (rodoviário, fluvial, aéreo)	Rodoviário/fluvial	Todos
5.2 Extensão de circuitos comerciais (curto/médio/longo)	Curto	Médio/longo
5.3 Custo de escoamento	Baixo	Alto

Fonte: Adaptado de Almeida (2022) de Santos (2008 p.44)

Nas cidades do subdesenvolvimento, observa-se que o circuito inferior pode apresentar acesso à modalidade de crédito pessoal - correspondente ao consumo

cotidiano - e, de forma incipiente, ao crédito bancário. Os incentivos estatais podem ser estabelecidos insuficientemente ou não são realizados.

O circuito superior segue apresentando alto acesso a crédito institucional, capacidade de ampliação do poder nos mercados e de controle dos bancos. Encontra também facilidades quanto ao interesse e incentivos econômicos do Estado para ampliação produtiva ou comercial.

No que consiste aos fatores de produção, a base da organização e gestão é trabalho intensivo, no circuito inferior, enquanto no circuito superior, é capital intensivo (Santos, 2008). Contudo, em termos de organização do circuito inferior, cabe destacar que a construção social deste circuito possui uma base popular, logo, pautada em diferentes racionalidades internas (Diniz, 2016), apresentando organização flexível, enquanto o circuito superior tende a apresentar organização burocrática.

O acesso à tecnologias e aplicativos estendido atualmente ao circuito inferior permite a utilização de publicidades simples e de alcance local. No circuito superior, a atuação publicitária apresenta mecanismos avançados e de longo engajamento virtual nos meios de comunicação e nas redes sociais. Cabe destacar que o circuito inferior mantém relação direta, por vezes pessoal, com seus fornecedores, quando necessário. Já o circuito superior desenvolve relações impessoais com seus fornecedores.

Ao tratar de especificidades espaciais, o circuito inferior apresenta agentes que encontram no território meio de vida e abrigo, enquanto para os agentes do circuito superior, o território representa recurso (Santos, 1994). O circuito inferior atua de forma contínua e local, produzindo e atuando para o consumo doméstico. Por meio da descontinuidade de suas atividades, criam-se múltiplas formas de trabalho, o que resulta no fracionamento de mercados em diferentes aglomerações, ou seja, uma justaposição de mercados, quase sem interação (Santos, 2008).

O circuito superior apresenta área de influência descontínua e unificada, pautada nos comandos globais de produção capitalista, o que o faz atuante no suprimento tanto do consumo interno quanto do consumo externo, ou estritamente externo. As possibilidades de consumo no subdesenvolvimento não são intensamente acessadas devido às disparidades no nível de renda (Santos, 2008).

Em termos locais, a existência do circuito inferior cria respostas a estas desigualdades, e estabelece um cenário de disputa no comando do espaço pela cidade.

A ampliação do circuito superior e/ou a continuidade do circuito inferior se transforma na medida da flexibilidade ou não para o consumo pelas populações do circuito inferior. A perpetuação do circuito não moderno garante a manutenção do consumo de produtos e serviços originados de técnicas não modernas, ou seja, a existência da propensão a consumir do circuito não moderno está pautada nas restrições financeiras dos consumidores (Santos, 2008).

O circuito superior utiliza tecnologia avançada e o circuito inferior se pauta no trabalho intensivo como tecnologia localmente adaptada ou recriada (Santos, 2017). Acredita-se que o circuito superior pode ser não apenas imitativo como criativo, a partir das pesquisas, desenvolvimento e inovação. Contudo, o circuito inferior, apesar de não possuir técnicas modernas com base científica, possui habilidades como criatividade, adaptabilidade e capacidades imitativas. As diferenças estão na base técnica, tecnológica e na escala de reprodução para realização de capacidades imitativas e criativas em cada circuito.

Ambos os circuitos desenvolvem atividades que dependem de distribuição e circulação no espaço. Os circuitos apresentam como elementos da produção os custos de escoamento de bens, que no circuito inferior são baixos, devido aos curtos percursos das mercadorias, realizados por modais rodoviários e/ou fluviais. O circuito superior, por sua vez, pela escala de produção ou pelo nível de diversificação dos bens comercializados, apresenta maiores custos de escoamento, despendidos em transporte pelos modais rodoviários, fluviais e aéreos.

A partir da extensão dos percursos possíveis em cada circuito, destaca-se, em última instância, a ocorrência de fluxos comerciais curtos no caso do circuito inferior, e fluxos médios e longos quando tratamos de circuito superior.

Neste sentido, nos encaminhamos ao debate sobre os traços da organização do espaço arquitetada pelos dois circuitos da economia.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E CONDIÇÕES DE EXPANSÃO DOS DOIS CIRCUITOS

A partir dos circuitos da economia urbana se organizam diferentes divisões do trabalho, divisões em sobreposição que desenvolvem distintas relações com o meio construído (Montenegro, 2009).

Funcionalmente opostos, os circuitos coexistem e se pautam na dialética espacial, a qual define que a expansão de um circuito se faz ao preço da retração do outro. A dinâmica dos dois circuitos e a organização do espaço têm relações de causa e efeitos recíprocas, realizam-se pela difusão das atividades e bens modernos e pela continuidade de atividades não modernas. A organização dos circuitos ocorre sob bases econômicas ditadas pelos agentes hegemônicos e pela distribuição espacial das rendas (Santos, 2008).

O espaço se articula dialeticamente por elementos de dispersão e concentração, segundo Santos (1994). Pela perspectiva do fenômeno da urbanização extensiva, o tecido urbano se expande pelas condições gerais da produção (CGP), que conduzem à difusão do meio técnico científico e informacional. O reflexo desse fenômeno condiciona os movimentos e capacidades de fluidez no espaço, assim como a criação de desigualdades sociais nos centros urbanos (Monte-Mór 2004; Lemos, 1988).

O circuito superior, nesse sentido, atua como elemento de concentração, por agregar condições gerais de produção nas cidades, que, a partir de transformações no consumo, tendem à concentração econômica e espacial, que exige maior infraestrutura logística e de comunicação. Por efeito, a distribuição de bens não ocorre de maneira equânime em todos os territórios, e os migrantes atraídos por oportunidades de trabalho e acesso a serviços tendem a se estabelecer nas grandes cidades. As migrações representam um fenômeno resultante do desequilíbrio econômico e desigual da distribuição de renda no espaço, ao passo que os processos de modernização da economia não oportunizam melhores condições de produção da vida, estimulam o êxodo rural e agravam as disparidades sociais e regionais.

A capacidade de atração das cidades gerada pelo circuito superior impele a difusão das formas de consumo e de informação, que representam a capacidade de

dispersão da modernização. Nesse processo de implosão e explosão da cidade, o urbano, como fenômeno capitalista de transformação do espaço, constrói-se sob a concentração de renda, a macrocefalia urbana e as desigualdades sociais (Santos, 2008; Monte-Mór, 2009; Monte-Mór, 2008). Trata-se de cidades incapazes de absorção de mão de obra pelo circuito superior e de políticas baseadas nos interesses de agentes extra locais.

O Estado também desempenha o papel de concentração e difusão do tecido urbano-industrial, pois, junto ao circuito superior, atua em favor dos monopólios e da modernização, o que intensifica e mantém a pobreza nas cidades. Diante da deficiente atuação estatal, o circuito inferior resiste e se recria. Em dimensões locais e regionais, o circuito inferior modifica o espaço, especialmente nos movimentos migratórios e na atuação em atividades sazonais na economia urbana. Enquanto o circuito superior interfere no crescimento e na ampliação das funções cidadinas (Santos, 1971; Monte-Mór, 2004), estabelece conexões com o mercado global, que encontra no tecido urbano o veículo para acumulação em territórios subdesenvolvidos.

Nesses termos, é possível destacar a capacidade de alcance e as condições de expansão espacial particulares a cada circuito. O circuito inferior possui alcance espacial local e/ou regional, organizado pela divisão territorial do trabalho pautada no lugar, que se encontra em regiões metropolitanas, cidades intermediárias e cidades pequenas. O circuito superior se expressa por fluxos de diferentes escalas produtivas e de serviços, alcançando cidades, estados e países, em busca de homogeneização produtiva, imbricada e combinada às expressões socioculturais locais e à hierarquia urbana (Santos, 1994; Postalí, 2015).

O circuito superior se articula espacialmente a partir das induções e necessidades de expansão da indústria moderna e/ou do comércio moderno. A indústria se instala mediante as vantagens locacionais existentes, o comércio moderno se expande ao passo em que se amplia a capacidade funcional da cidade, pelo atendimento de diversos ramos de negócios e serviços e pelo aumento da capacidade creditícia. As condições de expansão espacial do circuito inferior estão essencialmente vinculadas à expansão do comércio nas cidades, desenvolvido com base no trabalho intensivo, com capacidades adaptativas e criativas. A dimensão

espacial do circuito inferior se reduz à medida que se expandem as funções da cidade pela ação do circuito superior (Santos, 2008; Silva, 2018).

A cidade sob a organização do circuito superior representa o lugar que se transforma com base nas relações e forças regionais, nacionais e internacionais, e essas influências se modificam, assim como as redes de cidades em interação. Ao estar articulada com movimentos nacionais e globais, a cidade assimila à produção a tendência do consumo externo, absorve informação e estabelece atividades de importação e exportação de renda, produtos e serviços, ao passo que congrega a articulação e atuação criativa das camadas sociais não absorvidas pelo mercado de trabalho formal.

A estruturação do espaço pelos circuitos da economia urbana se desenvolve pelas atividades capazes de uma macro-organização do espaço e de organizações locais guiadas pelas lógicas do trabalho e do comércio, histórica e localmente estabelecidas. Desse modo, cabe ressaltar a participação preponderante do circuito moderno e do Estado – no subdesenvolvimento - na macro-organização do espaço, no tocante ao crescimento de atividades de industrialização, de transporte, e de relações no comércio internacional (Santos, 2008).

Um dos principais efeitos da dominância do circuito superior se determina quando as condições de expansão capitalista provocam fenômenos como a seletividade espacial<sup>38</sup>, que resulta na especialização produtiva para níveis de industrialização baseados em vantagens locais. As vantagens comparativas locais apreendidas pela industrialização são postas a serviço de uma rede de inter-relações econômicas (Santos, 1994). Essas vantagens aumentam a produtividade do conjunto, pois a atividade especializada representa aumento da produtividade local para suprir economias externas, simultaneamente um estimulante para outras atividades complementares e desmonte de atividades locais.

A superposição de atividades resultou na intensificação da divisão internacional do trabalho. A superposição ocorre nos dois circuitos da economia urbana, tendo em vista suas atividades entrelaçadas na dinâmica do sistema urbano. São recorrentes relações verticais entre as atividades que fazem parte do circuito

---

<sup>38</sup> De acordo com Aracri (2005, p 25): “A seletividade espacial representa a ação seletiva dos sujeitos sociais no processo de organização do seu espaço. Esta prática envolve julgamento e decisão segundo o projeto estabelecido”.

superior, e relações horizontais, quando se trata de circuito inferior. No caso das relações verticais, são estabelecidos fluxos que ultrapassam as áreas de influência do circuito moderno das cidades de níveis distintos (Postali, 2015; Silveira, 2011).

Esses fluxos possuem bases em regiões de especializações produtivas, nas quais os agentes do circuito moderno encontraram as vantagens locacionais em economias de países subdesenvolvidos. Estas vantagens surgem em região motriz, ou seja, com ampla produção excedente, a qual supera o consumo interno e dá destaque a uma atividade em relação a outras atividades. Essa produção central atua de forma preponderante na economia da cidade e sua estrutura se engendra sobre a cidade (Santos, 2017b).

Nas economias dos países subdesenvolvidos, a especialização em geral se manifesta como numa região motriz, no próprio país. Essa especialização envolve essencialmente condições naturais e sociais do espaço, assim como a natureza das rugosidades específicas de determinados territórios, a produção excedente e a dominância dessas especializações produtivas agregam, além de economia de escala, nuances da relação homem e natureza historicamente estabelecida, e que guardam tipologias de relações e conhecimentos de potencial endógeno ainda não devidamente desvendadas em termos de sua relevância econômica e social.

### 2.3 DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA AOS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL COM RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Os circuitos da economia urbana demonstram a natureza da organização social e econômica das cidades no subdesenvolvimento. Já o aparato teórico dos chamados circuitos espaciais de produção (Santos, 1994) trouxe a discussão dos efeitos da divisão espacial do trabalho e seus movimentos em múltiplas escalas no espaço. O diálogo entre ambos os conceitos reforça as complementaridades teóricas, especialmente no que consiste à complexidade da organização social da produção e seus desdobramentos sobre o espaço e seus elementos produtivos em distintas escalas, fluxos e variáveis.

O debate sobre o circuito espacial de produção apresenta uma base conceitual fundada na concepção de circuito de produção trazida na obra de Karl

Marx, “Introdução à crítica de economia política” (Marx, 1983). Os circuitos de produção representam os processos de produção e encadeamento de momentos que englobam a produção propriamente dita, a distribuição, a troca (circulação) e o consumo. Desse modo, a produção compreende, além das atividades produtivas, a circulação da mercadoria até o consumo final, ciclo que permite a apropriação do excedente (Silva, 2017; Castillo e Frederico, 2017).

O circuito de produção agrega processos distintos, nos quais a produção cria os objetos, a distribuição divide esses objetos de acordo com os condicionamentos da sociedade, a circulação (ou troca) divide de maneira individualizada, e o consumo se realiza na comercialização do produto. Esse circuito demonstra um movimento social que atribui à produção o ponto de partida, e à distribuição e à troca os pontos intermediários, com escalas e origens distintas (Silva, 2017; Marx, 1983).

A produção representa o intermédio ao consumo, e o consumo corresponde ao intermediário da produção, sendo que este ciclo define o sentido do produto ou mercadoria (M-D-M) (Marx, 1983; Silva, 2017; Moraes 1985). O encadeamento desses momentos da produção cria a necessidade da circulação, a circularidade que possibilita a união das etapas da produção. A circulação representa a operacionalização e conexão de fluxos para a realização da produção e origina o sentido do termo circuito (Moraes, 1991).

Outro papel do encadeamento de processos da produção está na regulação das relações e fluxos em diferentes momentos. Deste modo, o capital se articula no espaço como produção e meio de produção para o novo circuito, enquanto a distribuição se estabelece como a divisão espacial do trabalho. Esse fenômeno foi denominado de lei ou teoria do desenvolvimento desigual e combinado (Moreno, 1977).

O espaço, desenvolvido de forma desigual e combinada, organiza-se por um processo hierarquizador, que corresponde à divisão internacional do trabalho, ou seja, se desenvolve em diferentes níveis, da escala local à global, devido aos processos de internacionalização do capital, que ditam influências na divisão territorial do trabalho. Desse modo, estabelece-se a espacialidade<sup>39</sup> do capitalismo, que se forja territorialmente por estruturas de especialização produtiva dos lugares

---

<sup>39</sup> A espacialidade corresponde à forma material das relações sociais de produção (Santos, 1988).

que dão condições ao estabelecimento de mercados baseados num equilíbrio oligopolista (Moraes, 2017)<sup>40</sup>.

O espaço, como conjunto de sistema de objetos e sistema de ações, desenvolve movimentos baseados na convivência associada de diferentes relações de produção, e que podem ocorrer num mesmo circuito. Os circuitos de produção, balizados em especializações produtivas, surgem da combinação de condições naturais, da estrutura social preexistente, e da lógica de domínio espacial capitalista<sup>41</sup>. Sob essas bases, a partir da década de 1970, o espaço passa a ser discutido como instância social basilar para a compreensão dos circuitos de produção, em trabalhos de teóricos brasileiros como Milton Santos e Antônio Moraes. Deste modo, nos encaminhamos para a discussão sobre a construção teórica e as abordagens contemporâneas sobre os Circuitos Espaciais de Produção.

### **2.3.1 Circuito Espacial de Produção: origem teórica, conceito e dinâmica**

Na segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, professores do curso de pós-graduação em Planificação do Desenvolvimento do *Centro de Estudios del Desarrollo* (CENDES) da Universidade Central da Venezuela, em Caracas, iniciaram os estudos sobre a dimensão espacial dos circuitos de produção. Esse trabalho ocorreu com o desenvolvimento de uma pesquisa para construção-simulação de um modelo regional, o Projeto MORVEN: “Metodologia para o Diagnóstico Regional” (Moraes, 1985)<sup>42</sup>. O Projeto visou investigar a segmentação dos espaços nacionais e a ação dos diferentes agentes produtivos sobre o espaço nos países do subdesenvolvimento, pela concepção dos circuitos de acumulação regional (Barrios e Rofmann, 1978).

O projeto foi coordenado por Sonia Barrios, docente do centro, e contou com a participação dos docentes Alexandro Rofmann, Cecília Cariola e Oscar

---

<sup>40</sup> Contudo, acredita-se que o circuito espacial de produção possui em seu funcionamento outras racionalidades e comportamento econômicos.

<sup>41</sup> Neste contexto, as metrópoles desenvolvem a função de centros radiais de organização de economias de aglomeração e de planejamento estratégico, pelo controle da decisão de aplicação do capital global (Moraes, 2017).

<sup>42</sup> O MORVEN- Metodología para el diagnóstico regional foi composto pelos textos ‘Dinamica social y espacio’ (Barrios, 1978), “Notas sobre sub-sistemas espaciales y circuitos de acumulacion regional” (Rofman, 1978) e “Metodologia socio-politica del MORVEN” (Moreno; Cariola, 1978).

Moreno. A construção dos embasamentos teóricos e metodológicos do projeto se deu em 1978. Sonia Barrios (1976) discutiu o aparato conceitual do que chamariam circuito regional de produção ou circuitos de acumulação regional: aqueles que se configuram e se estruturam por meio uma atividade produtiva primária, na qual se realizam diferentes processos de transformação do produto principal, até alcançar o consumo final. Alexandro Rofmann tratou sobre identificação de atividades, agentes, relações e formas técnicas nos encadeamentos da produção, pelo viés da regionalização dos circuitos.

Milton Santos foi convidado para a realização de análise crítica sobre o projeto, apresentada no texto “Circuitos regionais de produção: um comentário” no livro “A construção do espaço” de 1986, organizado pelos coordenadores do Morven. Após o projeto, Milton Santos prosseguiu discutindo em suas obras<sup>43</sup> a concepção que denominou de “circuito espacial de produção”, a qual foi aprofundada por outras pesquisadoras e pesquisadores (Barrios e Rofmann, 1978).

O debate sobre os circuitos espaciais de produção foi desenvolvido pelo MORVEN (Barrios; 1980; Rofman, 1980), operacionalizado por Milton Santos (Santos, 1986; 1988; Santos e Silveira, 2001) e mais tarde foi incorporado e desenvolvido por autores como Moraes (1985), Arroyo (2008), Castillo e Frederico (2010), Dantas (2016) e outros.

A percepção proposta inicialmente para os circuitos de acumulação regional dá lugar à categoria teórico-metodológica do circuito espacial de produção, diante do entendimento de que o encadeamento de processos no espaço – em sua totalidade – é capaz de conectar a produção em diferentes escalas, não apenas regional, mas locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, o que demonstra a articulação dialética entre o lugar e o mundo, por meio da circulação e fluxos materiais e imateriais (capitais, insumos, bens, informações, mensagens e ordens) e entre as instâncias produtivas (Frederico, 2014). De acordo com Santos (1985, 2008), apenas a produção desenvolve relação direta com o lugar, e, através deste, adquire parte das condições para sua realização.

---

<sup>43</sup> Dentre as principais obras de Milton Santos que tratam sobre a concepção de circuito espacial de produção estão: “*Metamorfose do espaço*”, “*Técnica, Espaço e Tempo*”, “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*”.

Os circuitos espaciais de produção, como os circuitos da economia urbana, apresentam-se como instrumentos teóricos para a investigação da divisão do trabalho em suas inúmeras manifestações e escalas do espaço. O circuito espacial de produção refere-se à “espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (Moraes, 1977, p. 31). Segundo Santos (1986), trata-se do fenômeno de realização de uma atividade produtiva primária, que possui inúmeras fases, correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto ou serviço principal da atividade, até chegar ao consumo final.

O circuito espacial de produção constitui, em sua dinâmica, o que se pode chamar de espaço produtivo, formado por uma malha ou rede responsável pela complexa distribuição espacial das atividades econômicas e articulação da produção. Os circuitos possuem origem em lugares ou regiões específicas, e destinos locais, nacionais ou internacionais. São multiescalares, e espacialmente dispersos ou concentrados, em diferentes proporções, conforme as influências e comandos dos fluxos de capital (Moraes, 1985; Moraes, 2017).

Deste modo, cabe pontuar as bases conceituais (Castillo e Frederico, 2014) da noção de circuito espacial produtivo, assim como abordagens complementares ao debate:

- a) O papel de centralidade da circulação (**circuito**) no encadeamento das diversas etapas da produção, no que consiste, em especial, à função dos fluxos para a realização da produção.
- b) O enfoque centrado na atividade produtiva dominante (**produtivo**). Parte da análise centrada no ramo e engloba uma variedade de agentes e técnicas específicas.
- c) A ênfase e singularidade do espaço (**espacial**) está em sua base material, com as mais diversas instituições públicas, privadas e agentes que estruturam e permitem a realização dos circuitos espaciais de produção em diversos subespaços. Aqui, o espaço se apresenta como um mosaico que contempla a convivência de formas com racionalidades e conteúdos diversos.
- d) Cabe ainda, dado o caráter **social (socioespacial)** do espaço, destacar a base humana e suas relações sociais que possibilitam o movimento

constante e multiescalar do circuito espacial de produção. O espaço, como espaço social, representa o meio transformado pelo homem. Desse modo, a materialidade se modifica pelo sistema de ações. Pela dialética espacial, a natureza se torna instrumentalizada, domesticada e socializada, e, sob essa perspectiva, se reafirma o espaço como uma instância social (Santos, 1978a ; Santos, 1994). Portanto, destaca-se a necessidade e/ou relevância de identificar as racionalidades preexistentes e instauradas, assim como as relações sociais que operacionalizam e permitem a continuidade de circuitos espaciais de produção, aqui também compreendidos como ciclos econômicos vivificados pelas ações humanas, na convivência das mais diversas racionalidades (presentes em cada circuito - ramos e organizações/instituições) no espaço.

A divisão territorial do trabalho, concebida como sistema de objetos, é animada pelo sistema de ações. As ações ocorrem de acordo com as condições territoriais pré-existentes, e através desse movimento constante de renovação das bases materiais pelas forças produtivas e sociais, evidencia-se a realização dos circuitos espaciais de produção (Silva, 2012). Como ressalta Santos (1986), o circuito espacial produtivo atua como condição e condicionante das ações sociais.

Os circuitos produtivos se realizam no contexto do avanço da divisão do trabalho, do aumento da complexidade da distribuição espacial das etapas produtivas e da expansão das especializações produtivas no espaço global. Neste cenário, o circuito superior exerce dominância não apenas sobre as condições de produção e acumulação, como pelo controle de informações e das redes de comunicações, conduzindo a organização hierárquica dos territórios e conferindo centralidade aos lugares conforme os interesses do capital financeiro (Castillo e Frederico, 2010).

Desse modo, os circuitos espaciais demonstram a situação relativa dos lugares diante da organização hierárquica. A condição específica de cada lugar<sup>44</sup> está sujeita, contudo, ao estabelecimento de “solidariedades” entre elementos novos

---

<sup>44</sup> De acordo com Santos (1988, p . 53; 2008, p . 115): “É no lugar que se dá a combinação única entre produção, circulação, troca e consumo”.

e herdados, locais e extralocais, culturais e globais, a partir de distintas combinações técnicas e sociais do trabalho (Santos, 2006).

### **2.3.2 Complementariedade teórica e metodológica: uma proposta de análise para os circuitos socioespaciais de produção**

Acredita-se que seja preciso assimilar os elementos constituintes dos circuitos da economia urbana, como instrumentos que dão condições à compreensão da organização social e econômica dos circuitos espaciais. Por essas perspectivas, entende-se que o circuito espacial de produção demonstra a espacialização dos sistemas produtivos do circuito inferior e do circuito superior em todas as suas etapas<sup>45</sup>.

A divisão do trabalho entre os circuitos da economia, no âmbito do circuito espacial produtivo, revela que o circuito superior e o inferior coexistem no processo produtivo. Por meio de solidariedade organizacional, funcionam de forma complementar, e não dualista. Essa coexistência – calcada em relações de complementariedade, de concorrência e de subordinação do circuito inferior ao superior – expressa os nexos do circuito espacial de produção na atualidade (Silva, 2011), oportunizando-nos a compreensão da segmentação da economia urbana pelo fracionamento do processo produtivo (Salvador e Silva, 2017)

Enquanto as discussões sobre os circuitos da economia urbana enfatizam os agentes econômicos de diversos ramos, a ideia de circuitos espaciais de produção estreita o debate, tratando particularmente de um produto, suas etapas produtivas, fluxos e agentes responsáveis pelo circuito, em específico. Desse modo, é possível compreender que as atividades e agentes dos circuitos superior e inferior fazem parte dos circuitos espaciais de produção em distintas proporções e especificidades técnicas e organizacionais (Santos, 1979, 2004, 2008; Arroyo, 2008, 2017).

---

<sup>45</sup> Segundo Silveira (2010, p. 45) os circuitos espaciais de produção representam: “divisões sociais e territoriais de trabalho ou de uma rede diferem de agentes (distribuídos no meio construído), produzem e consomem a partir de lógicas distantes, porém interdependentes. A cidade é um grande mercado formado por vários circuitos de produção e consumo”.

Para uma orientação metodológica e operacionalização do conceito de circuito espacial produtivo, a partir de sistematizações dos autores Arroyo (2008) e Castillo, Frederico (2014) e de algumas considerações desta autora, sugere-se uma análise com os seguintes pontos de partida:

- a) identificação da atividade produtiva dominante: incluindo os tipos de ramos dessa atividade - tipos de produção e atuação sobre o produto;
- b) identificação dos agentes envolvidos: aspectos técnicos e normativos;
- c) identificação do uso e organização do território e logística: localização, etapas produtivas, fluxos comerciais – compra e venda, origem e destino do produto);
- d) identificação dos círculos de cooperação<sup>46</sup> e as relações econômicas;

Cabe destacar como ponto de partida de pesquisa a cidade como subespaço intensamente usado, lócus das atividades tradicionais, modernas e globalizadas, que representa lugar privilegiado para o estudo dos movimentos dos diferentes circuitos de produção e circulação (Silveira, 2009).

Especialmente as grandes cidades e suas regiões metropolitanas atuam como pontos nodais e de confluência de circuitos espaciais, onde estes movimentos de produção e acumulação desigual se encontram e superpõem (Santos, 1994).

De acordo com Arroyo (2008), a cidade precisa ser analisada como uma totalidade, lugar da produção e reprodução da vida social, e como ponto de encruzilhada de circuitos espaciais de produção, que consiste também na coexistência de racionalidades e estruturas imersas ou resistentes aos ditames do meio técnico-científico-informacional, que conduzem à alta densidade social e formas de ramos produtivos do espaço.

---

<sup>46</sup> De acordo com Castillo, Frederico (2010, p. 464), os círculos de cooperação:

...Tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informações (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas da produção.

### 2.3.3 Subcategorias do circuito espacial de produção

Em termos conceituais, Santos (1994) propõe compreender os circuitos espaciais de produção a partir de duas subcategorias constituintes: o circuito por ramos e o circuito de firmas. O circuito por ramos representaria a dinâmica de relações sociais, de relações técnicas, a localização das atividades produtivas e as especificidades do lugar nos quais essas atividades se realizam.

Os circuitos por ramos surgem da intensificação das especializações produtivas, dadas as condições ambientais e as formações sociais herdadas de fases produtivas precedentes (Silveira, 2010; Arroyo, 2008). Os ramos de atividades se estabelecem como segmentos de atuação de uma empresa, agente ou instituição, como por exemplo: a fabricação, comércio, indústria, exportação, transporte e serviços. Neste ponto, observam-se os elementos-base e estruturantes dos circuitos da economia urbana, concebidos aqui como ramos com processos técnicos específicos, e que podem ser identificados por atividade e/ou setor econômico na realização das fases produtivas: produção, distribuição, circulação e consumo.

O circuito de firmas estabelece a atuação de empresas e das relações econômicas em variados níveis e escalas espaciais. Os circuitos de firmas ou de agentes econômicos permitem reconhecer as relações econômicas - diretas e indiretas -, que se realizam nos processos de produção e de acumulação (Santos, 1986; Castillo, 2010).

Contudo, cabe ponderar que os circuitos espaciais de produção – assimilada a percepção de economia plural – são realizados também pela atuação de agentes invisibilizados da economia popular, que fazem parte do circuito inferior da economia e do circuito superior marginal. Sugere-se, assim, a percepção de um circuito não estritamente empresarial e integrante de circuito superior - economia privada -, mas que considere em sua realização agentes econômicos autônomos, unidades domésticas, organizações produtivas coletivas – associativistas e cooperativistas de uma economia popular (Coraggio, 1994). Propomos a percepção de um circuito de agentes econômicos que inclua a atuação de menor escala, considerando a diversidade funcional e populacional dos agentes da economia popular que

abastecem com trabalho intensivo as cidades e metrópoles, integrando a economia plural dos países subdesenvolvidos.

Compreender o papel econômico desses agentes requer considerar que a estrutura de mercados está baseada no trabalho de todo agente que intervém nas economias existentes, como aqueles da economia popular, que suprem, com insumos primários ou de baixo valor agregado, dos fluxos curtos aos fluxos longos de comercialização de produtos já beneficiados e diversificados, com destino aos mercados oligopolistas de consumo.

O circuito espacial de produção engloba os demais circuitos, demonstrando os fluxos e relações de uso do território estabelecidos por ramos produtivos e pelos agentes, simultaneamente (Santos, 1980). Cabe destacar que o circuito de agentes econômicos e o circuito de ramos são frutos das relações de produção pretéritas, que permitem a continuidade de formas e relações presentes (Santos, 1986). Desse modo, é possível ressaltar que as rugosidades determinam essas estruturas produtivas em subespaços específicos.

#### **2.3.4 As relações econômicas e formas de integração no Circuito Espacial de Produção**

Nas metrópoles, cidades e áreas metropolitanas, identifica-se o entrecruzamento da circulação, das redes e dos fluxos, ou seja, a cidade cresce à medida que se torna ponto de confluência de diversos circuitos produtivos, e através desse movimento cede uma vida de relações de diferentes naturezas (Arroyo, 2009, 2017).

Essa cena ocorre pela interação dos agentes do circuito inferior e do circuito superior. Sob esse aspecto, cabe evidenciar a articulação interna (horizontal) de cada circuito, que se estabelece de forma mais frequente no circuito inferior que no subsistema superior, especialmente pela incidência de uma sinergia local das atividades deste circuito. Incluem-se ao debate, neste trabalho, as relações constituídas por atividades da economia popular, que envolvem comportamentos da reciprocidade e domesticidade (Coraggio, 1994; Santos, 2008)

Ocorre também a articulação vertical, através das interações entre atividades dos circuitos, por relações constantes ou esporádicas. Nesse tipo de articulação, realizam-se relações de complementariedade simples ou hierárquicas, em um cenário de concorrência. Este ponto sugere discutir a ideia de que cada circuito pode demandar *inputs* (insumos) do outro circuito para produzir *outputs*, seja para consumo intermediário ou final. A relação entre ofertantes e demandantes demarca interações funcionais entre os circuitos, evidencia relações de hierarquia que remetem dependência de cima para baixo ou de baixo para cima (Santos, 2008), especificamente no que consiste ao domínio do circuito superior sobre as práticas mercantis.

As relações entre os circuitos envolvem complementariedade e concorrência, em um constante estado de equilíbrio instável. As relações entre as atividades dos circuitos transitam entre relações hierárquicas, relações simples de complementariedade e relações de complementariedade recíproca. As complementariedades podem ser ocasionais ou duradouras, não eliminam a concorrência estabelecida pelas relações hierárquicas, e demonstram a trajetória dialética dos circuitos, própria da produção do espaço (Santos, 2008, 1994).

As complementariedades envolvem princípios de comportamento econômicos praticados pela economia popular e solidária, e precisam ser considerados no funcionamento dos circuitos espaciais de produção, a partir da identificação de práticas da reciprocidade, redistribuição e domesticidade, que em geral envolvem ciclos curtos de produção, e não necessariamente monetários. Enquanto as relações de hierarquia e dependência tratam de processos de acumulação reproduzidos pelos ciclos e etapas produtivas do circuito superior propriamente dito.

Tratando-se especificamente do papel dessas relações nos circuitos espaciais, cabe enfatizar que o circuito inferior necessariamente faz parte do circuito espacial de produção, assim como todas suas formas de integração relacionadas a uma atividade principal. O circuito inferior possui capacidades adaptativas e adota múltiplas formas (monetárias ou não) e estabelece relações com o circuito superior que vão da complementariedade à subordinação. Assim como podem existir formas quase autônomas e independentes (Arroyo, 2017). Pela realização de comercialização direta – ou seja, em circuitos curtos de comercialização -, fornecendo ou comprando o produto principal da atividade (como

insumo, como intermediário, beneficiado ou diversificado), no próprio circuito inferior é realizado um circuito produtivo completo, que inclui fabricação, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços.

Sugerimos que a concepção dos chamados círculos de cooperação, que tratam da integração e comunicação imaterial de diferentes lugares numa mesma circularidade, de mercadorias e de capitais, não dá conta de explicar as complexidades das relações econômicas do circuito inferior em circuitos espaciais de produção. Desse modo, entendemos que a percepção da existência de princípios de comportamentos econômicos plurais permite compreender de forma mais aproximada as relações produtivas e econômicas presentes no circuito inferior e no circuito superior marginal, responsáveis pelo suprimento de pequenos e médios circuitos de produção nas cidades, sob a concepção de economias substantivas.

### **2.3.5 Etapas de produção e fluxos espaciais**

Segundo Santos (2014, p. 254):

“Ao longo da história, passamos de uma autonomia relativa entre subespaços a uma interdependência crescente; de uma interação local entre sociedade regional e natureza, a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada; de circuitos com ambiente local, apenas rompidos por alguns produtos e pouquíssimos produtores, a existência predominante de circuitos mais amplos” .

Esse fenômeno ocorreu em meio ao processo de especialização dos lugares, baseado em vantagens de produção, seja por condições naturais próprias, estado técnico ou vantagens locacionais ( Santos, 2017).

São estabelecidas redes animadas por fluxos, mantidas por grupos de agentes e relações econômicas em nível local, nacional e internacional. Em termos da organização no espaço e escalas de alcance dos circuitos espaciais de produção, é possível identificar circuitos com lógica totalmente exógena, atrelados ao mercado externo capitalista, estabelecidos por fluxos longos. Enquanto outros circuitos iniciam e terminam em um mesmo país em fluxos médios, ou na mesma cidade ou região em fluxos curtos, considerando desde a produção até o consumo final (Santos, 1994b).

As técnicas, recursos, organização e funções presentes no espaço surgem em parte de fluxos atuais, enquanto outros se formaram de fluxos passados. Novos fluxos se instalam e renovam a materialidade existente, reorientando as ações humanas, formas de produção, consumo e relações com o lugar (Santos, 1978, 1985).

Os fluxos espaciais se realizam em etapas curtas ou longas de produção e consumo. Desse modo, a circulação movimenta e transforma o espaço, especialmente por meio de circuitos espaciais específicos, pela continuidade e ampliação de fluxos, que também criam novos fluxos. Contudo, estão condicionados também às demandas de produtos, que tomam proporções e múltiplas escalas, assim como pelas heranças – rugosidades – das modificações do espaço que alteram a manutenção, a direção, e as dimensões quantitativas e qualitativas dos comportamentos econômicos em circuitos espaciais de produção (Santos, 1978).

A amplitude dos fluxos dos circuitos socioespaciais de produção está sujeita às capacidades de articulação espacial dos agentes dos circuitos inferior e superior. Tais fluxos podem ser observados pelas relações comerciais de compra e venda e pelos deslocamentos realizados por agentes logísticos, a grosso modo.

Todavia, para além das cadeias de produção e comercialização de curto e de longo alcance, esses fluxos são, antes de tudo, resultado de formas de integração econômica entre agentes dos circuitos da economia. Propomos denominar o circuito de firmas como circuito de instituições ou de agentes econômicos, que são capazes de materializar circuitos de ramos de produção, em formas de produção capitalista ou não. Ou seja, acredita-se que os circuitos socioespaciais de produção podem representar redes de subcircuitos espaciais de produção que tem origem em sistemas produtivos de curto, médio e longo alcance, articulados ou não com circuitos globais de produção.

Portanto, ao discutir as organizações econômicas em territórios como Amazônia, o aparato teórico aqui apresentado orienta a interpretação de que os circuitos socioespaciais de produção podem corresponder à espacialização de fases de atividades econômicas organizadas por racionalidades distintas, pela lógica mercantil e por formas de comportamento econômico instituídas e plurais, ambas

existentes nos circuitos da economia e estruturantes de sistemas socioespaciais produtivos.

### **CAPÍTULO 3: A DIMENSÃO ESPACIAL-PRODUTIVA DA ECONOMIA DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ**

Este capítulo propõe inicialmente tratar da caracterização do açaí, trazendo as regiões nas quais a espécie já foi localizada, assim como a contextualização dos primeiros registros de identificação da palmeira do açaí na região do estuário do Estado do Pará, denominações indígenas e científicas, formas de uso da palmeira, estudos sobre novas variedades, novas formas de consumo, a disseminação de estudos em múltiplas agendas de pesquisa científicas e alguns dos principais pesquisadores e suas obras sobre o açaí.

Em um segundo momento o capítulo discute as fases da formação socioespacial da economia do açaí no Estado do Pará, especialmente no que consiste as referências da obra de Eduardo Brondízio (2001, 2004) sobre a expansão da economia do fruto do açaí e subdivisão das principais fases de atuações sobre esse produto florestal, que passou por ciclos distintos e transformações estruturais em sua base produtiva e de consumo.

A partir dos principais estudos socioeconômicos sobre a economia do açaí, esta autora propõe uma análise sobre seis fases de atuação humana sobre a cultura do açaí. Para discutir a sexta e atual fase da economia do açaí, o capítulo propõe uma ilustração do circuito socioespacial de produção do açaí na contemporaneidade, por meio dos subsídios teóricos dos circuitos da economia urbana para descrever a organização social, as formas de produção e espacialização da economia do açaí no Estado do Pará.

#### **3.1 DA CARACTERIZAÇÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ECONOMIA DO AÇAÍ**

O fruto açaí se origina da espécie<sup>47</sup> *Euterpe Oleracea Mart.*, popularmente chamada de açazeiro, uma palmeira nativa da Amazônia Oriental Brasileira. O

---

<sup>47</sup> Segundo Schleder et. al., 2020, a taxonomia vegetal envolve regras e princípios contidos no Código Internacional de Nomenclatura Botânica, que estabelece a classificação como forma de agrupar elementos com características comuns, ou seja, a ordenação das plantas de maneira hierárquica. Os autores afirmam que:

No reino vegetal adota-se a sequência em que cada Gênero, envolvendo uma ou mais Espécies, pertence a uma Família, cada família a uma Ordem, cada ordem a uma Classe, e finalmente, cada classe a uma Divisão. As

gênero *Euterpe* pode ser encontrado nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, em outros países da América do Sul como Venezuela, Colômbia, Equador, Suriname e Guiana e no Panamá na América Central<sup>48</sup>. No Brasil são identificadas dez espécies nativas pertencentes ao gênero *Euterpe*, sete delas distribuídas na Amazônia, onde se destaca o açazeiro (*Euterpe Oleracea Mart.*) como a espécie mais importante economicamente (Nogueira et al. 2006).

A região do estuário do rio Amazonas corresponde a um dos centros de alta diversidade biológica (Haffer,1969, apud Sanchez, 2005). As extensas concentrações dos açazeiros (*Euterpe Oleracea Mart.*) no estuário do Baixo Amazonas, atribuem ao Estado do Pará o principal centro de dispersão natural da espécie (Mourão, 2010). (Nogueira et al. 2006).

O açaí é uma fruta originada da palmeira *Euterpe Oleracea*<sup>49</sup> típica de florestas de várzeas e igapós, contudo a espécie também pode ser encontrada e cultivada próximas a igarapés e em terrenos de baixada, e adaptada em áreas de terra firme com boa distribuição pluviométrica<sup>50</sup> (Oliveira et al., 2022).

O gênero *Euterpe* foi proposto em 1788 por Carl Friedrich Philipp Von Martius<sup>51</sup> (1823-1837), que identificou e utilizou o nome *Euterpe* – o termo tem

---

principais categorias de classificação, em ordem decrescente, são: Reino, Divisão, Classe, Ordem, Família, Gênero e Espécie.

<sup>48</sup> De acordo com Jardim (1987,1992), o gênero *Euterpe* apresenta maior diversidade relacionada a diferentes altitudes, o que remete a três presenças do gênero: no Noroeste da Colômbia; a dispersão 84 de espécies coincide com as montanhas dos escudos das Guianas e alto Rio Negro; e a terceira ocorrência nas extensas concentrações de *Euterpe* nas áreas de planície do baixo Amazonas e estuário do rio (Jardim, 1987,1992 apud Mourão, 2010).

<sup>49</sup> Além da *Euterpe Oleracea*, também existe ocorrências da espécie *Euterpe precatória*, que apresenta como nomes populares açaí, açaí-da-mata, açaí-do-mato, açaí-mirim, açaí-solteiro e juçara (Oliveira, 2022).

<sup>50</sup> Refere-se ao índice pluviométrico refere-se à quantidade de chuva por metro quadrado em determinado local e em determinado período. (INPE, 2024).

<sup>51</sup> Foi um pesquisador, médico, botânico, antropólogo alemão, nascido em 1794 (MAPA, 2023):

Entre 1817 e 1820, ao lado de Johann Baptist von Spix e do artista Thomas Ender, investigou a flora brasileira, numa viagem que percorreu as províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Pará e Amazonas. Retornou a Munique em 1820, onde reassumiu seu cargo de conservador do Jardim Botânico, tornando-se diretor em 1832, além de professor da universidade desta cidade (1826). O material coletado no Brasil resultou em importantes obras científicas como *Reise in Brasilien*, em co-autoria com Johann von Spix, publicada em três volumes (1823, 1828 e 1831); *Nova genera et species plantarum brasiliensium* (1823-1832), também em três volumes; *Historia naturalis palmarum* (1823-1850), em 3 volumes e com 135 ilustrações; *Icones selectae plantarum cryptogamicarum brasiliensium* (1827) e *Systema*

origem grega e significa a “elegância da floresta” (Oliveira, 2006) - para essa espécie amazônica coletada por ele às proximidades da cidade de Belém (Sanchez, 2005). Existem registros posteriores de investigação sobre a palmeira do açaí em 1820 por Spix & Martius (1820), em 1945 Chaves & Pechnik que analisaram a composição dos frutos do açaí e seu valor nutritivo (Mourão, 2004).

Já a palavra “açaí” possui origem tupi - *yasa’y(i)* -, e significa “fruto que chora” (Oliveira et al., 2000; Oliveira et al., 2015) ou literalmente “palmeira de água”. Apesar do fruto ser popularmente chamado de açaí, também por ser chamado de: *juçara* no Maranhão, *pinot* na Guiana Francesa, *Euterp palm* na Guiana Inglesa, *manaca* na Venezuela, *qapoé* no Suriname, *piná* ou *tukanily* pelos povos curuales e yanomames (Mourão, 2010).

Cabe destacar que o açaizeiro foi submetido à processos de domesticação durante pelo menos cinco mil anos, ou seja, é provável que a maioria das características morfológicas, fisiológicas e ecológicas da espécie tenham se transformado diversas vezes ao longo do tempo, seja por fatores naturais seja por ação humana (Sanchez, 2005; Silva, 2021). As variedades do fruto têm sido ampliadas por pesquisas desenvolvidas por Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT’s) como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Tratando especificamente do fruto, o açaí possui variedades identificadas, que se diferem por características morfológicas e localização, dentre essas estão: o açaí branco (anomalia genética), o açaí roxo ou comum, o açaí-açu, o açaí-chumbinho, o açaí-espada, o açaí-tinga e o açaí-sangue-de-boi (Nogueira et al. 2006; Mourão, 2004).<sup>52</sup>

---

*materiae medicae vegetabilis brasiliensis* (1843). Deu início ao grande projeto *Flora brasiliensis*, publicado entre os anos de 1840 e 1906, num total de 15 volumes, divididos em 40 partes, onde são descritas 22.767 espécies de plantas, em que colaboraram 66 botânicos de vários países.

<sup>52</sup> O açaizeiro em condições naturais é constituído por tipos ou variedades. O tipo predominante nas populações é o violáceo. Mas existem outros tipos, como o verde, também chamado de branco ou tinga; o espada; o vareta; o açu; o sangue-de-boi; o chumbinho; o petecão e o una. Esses tipos se diferenciam nos aspectos morfológicos (número e diâmetro do estipe, coloração e tamanho dos frutos maduros, distribuição das ráquias na inflorescência) e na composição química dos frutos, especialmente no teor de lipídios e na presença de antocianinas. Apesar de serem denominadas variedades, não são variedades botânicas e sim tipos populares ou ecotipos.

Em 2005, a Embrapa lançava o BRS Pará: “A BRS Pará, primeira cultivar de açaí para cultivo em terra firme, lançada pela Embrapa Amazônia Oriental e a primeira cultivar de açaí do Brasil. É originada por meio de três ciclos de seleção fenotípica que resultou alta produtividade, produção

A produção do fruto apresenta como especificidade a sazonalidade, que envolve durante o ano um período de safra que ocorre entre os meses de agosto e dezembro, e o período da entressafra entre os meses de janeiro e julho, especialmente na região do Nordeste Paraense. A coleta do fruto nos territórios se realiza através do agente denominado peconheiro - que acopla os seus pés à árvore por meio da peconha (instrumento feito com folhas do próprio açazeiro) para extrair os cachos do fruto. Após a colheita, os cachos são debulhados por meio da remoção dos caroços de açaí das “vassouras” que formam o cacho. O armazenamento é realizado em latas com 14 quilogramas do fruto in natura, em rasas ou paneiros com 28 quilogramas, em basquetas (caixa de plástico) com 30 a 35 quilogramas e em saca com 60 quilogramas<sup>53</sup> para a venda aos marreteiros (atravessadores) ou para serem transportados para comercialização nos portos e feiras das cidades paraenses (Solis, 2014).

Cabe destacar que o uso do açazeiro é integral, ao gerar insumos que vão da raiz às folhagens, mas especialmente o fruto representa um componente básico na alimentação das populações ribeirinhas e das cidades paraenses (Mourão, 2010). Os frutos são usados no processamento da polpa de açaí e derivados; o caule na extração de palmito e de celulose, na construção de casas, como lenha e como isolamento elétrico; as folhas na obtenção de celulose, na cobertura de casas rústicas e na confecção de artesanatos; as sementes na confecção de artesanatos (biojoias), adubo, carvão, óleo; as fibras das sementes podem ser usadas na área industrial no desenvolvimento de novos materiais e biopainéis; os cachos secos como adubo, vassoura e como repelente; e as raízes como vermífugo e antidiarreico (Oliveira et al., 2022).

Tradicionalmente na região Nordeste do Pará, o vinho ou polpa do açaí é consumido de acordo com a densidade da polpa que pode ser categorizado em: o açaí popular, açaí médio e açaí grosso. Segundo as normas do Ministério da

---

precoce e em quase todos os meses do ano. Em 2017, a instituição lançou a BRS Pai d'Égua (açazeiro irrigado de terra firme), resultado da pesquisa com melhoramento genético do açazeiro que apresenta duas características principais: produção na entressafra e frutos menores. Durante cinco safras, a pesquisa avaliou centenas de materiais de açazeiro no campo experimental da Embrapa Amazônia Oriental em Tomé-Açu, no Nordeste Paraense "(EMBRAPA, 2021).

<sup>53</sup> Segundo as normas e procedimentos para a emissão, uso e controle da guia de trânsito vegetal (GTV) instruída pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ (ADEPARÁ), PORTARIA ADEPARA Nº 2789 DE 04/09/2020.

Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, dependendo da quantidade de água acrescentada no processo, o açaí pode ser classificado com base no teor de sólidos totais em: grosso seria acima de 14%, médio entre 11% e 14% e fino ou popular seria entre 8% a 11%; e sem adição de água a polpa seria acima de 40% de teor de sólidos (Oliveira et al., 2022). A polpa (vinho) do açaí é consumida fresca, com ou sem açúcar misturada à farinha de mandioca ou blocos de tapioca, acompanhada de peixe, camarão, carne bovina, aves, embutidos ou processados durante o almoço ou o jantar das populações rurais e urbanas da Amazônia (Brondízio, 2004).

Além da forma tradicional de consumo, a polpa de açaí também é usada na produção industrial ou artesanal de sorvetes, picolés, açaí em pó, óleo de açaí, na fabricação de geleias, doces, bolos, corante, bombons, açaí pasteurizado, mixes de açaí (com xarope de guaraná, acerola e/ou camu-camu), licor de açaí, bebidas isotônicas, cosméticos, biofármacos entre outros. O maior volume de açaí comercializado nos mercados regional, nacional e internacional é do tipo açaí roxo ou comum (Oliveira et al., 2022).

A intensa relação das sociedades amazônicas com o bioma por meio da produção do açaí balizou pesquisas em universidades e institutos de ciência e tecnologia no Pará, na Amazônia e fora do país, em diferentes áreas do conhecimento, como: agronomia, engenharia florestal, geografia, economia, sociologia, etnografia, engenharia de alimentos, engenharia química, dentre outras. Algumas obras se debruçaram sobre a dinâmica das cadeias de comercialização e valor de produtos florestais não madeireiros conduzidos pelo extinto Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP, 2010); estudos agrônômicos sobre a produção do açaí por pesquisadores do EMBRAPA como Alfredo Homma (2015); sobre a identidade gastronômica, sociocultural do açaí em Belém (Andrade, 2014); ou sobre as propriedades genéticas, nutricionais e potenciais químicos das distintas variedades do açaí (Rogez, 2000); Corrêa, 2017).

Dentre os principais trabalhos já levantados também se destacam os autores: Calzavara (1972, 1976), Anderson (1985, 1995); Guimarães (1998), Mourão (1996), Mourão *et al.* (2004), Sobrinho (2005) Teixeira *et al.* (2005), Homma *et al.* (2009) entre tantos outros citados nessa tese. São estudos que abordam as dimensões ambientais, antropológicas, sociais, econômicas, tecnológicas do uso e as potencialidades da espécie, especialmente quando se trata do papel do fruto,

vinculado diretamente às atividades enraizadas no modo de vida e cultura alimentar ribeirinha da região. O açaí representa uma das principais fontes de trabalho e renda das populações paraenses, entre os principais produtos florestais não madeireiros, intensamente consumido e comercializado nas cidades paraenses, nos centros urbanos regionais, nacionais e internacionais (Mourão, 2004).

A diversidade de estudos e debates empíricos sobre o açaí demonstram a transversalidade e multiplicidade da agenda de pesquisa sobre essa cadeia de produção nas últimas décadas e de insumos acadêmicos para debater a economia do açaí como possibilidades de impulsionamento para desenvolvimento endógena da região.

A obra do pesquisador Francisco de Assis Costa se apresenta como um dos principais arcabouços teóricos sobre a economia do açaí. Iniciada na década de 1990, desencadeou diferentes frentes de pesquisa e trabalhos, especialmente sob o esforço metodológico de uma visão integrada de elementos da economia do açaí por meio das Contas Ascendentes Sociais Alfa (CS $\alpha$ ), uma metodologia de equilíbrio computável de cálculo ascendente de Matrizes de Insumo-Produto (MIP)<sup>54</sup>. Uma das aplicações das CS $\alpha$  está presente no estudo intitulado “O Açaí do Grão Pará: Arranjos Produtivos e Economia Local, constituição e dinâmica (1995-2011)”<sup>55</sup> (Costa, 2016; Costa, 2012; Costa, 2016, 2022).

Cabe destacar ainda, entre as principais referências do tema, o trabalho do pesquisador Eduardo Brondízio da Universidade de Indiana no Estados Unidos. A partir da década de 1990, Brondízio tem direcionado suas pesquisas ao processo de intensificação da produção agrícola do açaí entre produtores de pequena e média

---

<sup>54</sup> De acordo com Costa (2012):

O modelo coloca a capacidade descritiva e analítica da “economia de insumo-produto”, de Leontief (Leontief, 1983), a serviço de perspectivas que valorizam a diversidade estrutural, permitindo definir as situações dos atores e estruturas relevantes no contexto das relações sistêmicas que estabelecem entre si, nos arranjos produtivos e economias locais que protagonizam, e suas interações com contextos mais amplos (regional e nacional). Trata-se de metodologia ascendente porque baseada nos parâmetros e indicadores relativos ao processo de produção e venda de cada produto que compõe a produção de cada unidade produtiva enquadrada numa certa “definição estrutural” considerada essencial para a análise.

escala. Entre seus livros e artigos apresentou uma análise da história da expansão do açaí, a contribuição e posição social dos produtores locais, as transformações sociais e ambientais da região do estuário-delta do Amazonas, e conduz um grupo de pesquisas que tem atuado na produção de estudos sobre a expansão econômica do açaí sob o viés da etnografia, levantamentos socioeconômico-demográfico desde os períodos de 1991 a 1996, posteriormente de 2007 a 2008 (Costa, 2016).

A Leila Mourão também se tornou referência sobre a economia do açaí por trabalhos desenvolvidos desde os anos 1990. A pesquisadora tem como principais contribuições, obras como: "Açaí: Reprodução Social e Desenvolvimento na Região Estuarina" de 2003; e "Mulheres em Movimento: Experiências, Lutas e Emancipação" de 2006, ao dar desta que para o papel das mulheres na economia extrativistas do açaí. A pesquisadora discutiu a atividade extrativista do açaí, mas seguiu para interpretação dessa economia como um sistema complexo de reprodução social das populações ribeirinhas. Demonstrou como o açaí está intrinsecamente ligado à cultura, organização familiar, uso do território e à própria sobrevivência das comunidades do estuário amazônico.

Em suas obras trouxe estudos sobre os mercados e comercialização do açaí, assim como os diferentes elos da cadeia do açaí. Observou o papel de diversos atores envolvidos, as mudanças no nível de renda dos produtores, os conflitos fundiários e pressão sobre territórios, e os riscos do trabalho infantil nessa economia. Discutiu também os impactos sociais e conflitos gerados pela expansão do mercado do açaí, e ofereceu uma base crítica para pensar políticas de desenvolvimento territorial mais justas e sustentáveis para a região produtora (Mourão, 2004, 2010).

A partir da revisão das principais literaturas que abordam as fases econômicas do açaí, buscou-se trazer uma periodização das fases, especialmente com base nas abordagens propostas por Francisco Costa (2016), Eduardo Brondízio (2008) e Leila Mourão (2004, 2010) para a compreensão da formação socioespacial da produção do açaí.

### 3.2 FASES DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO AÇAÍ NO PARÁ

Neste tópico propomos trazer um debate sobre as fases da formação socioespacial da economia do açaí no Estado do Pará, sob a inspiração da obra do

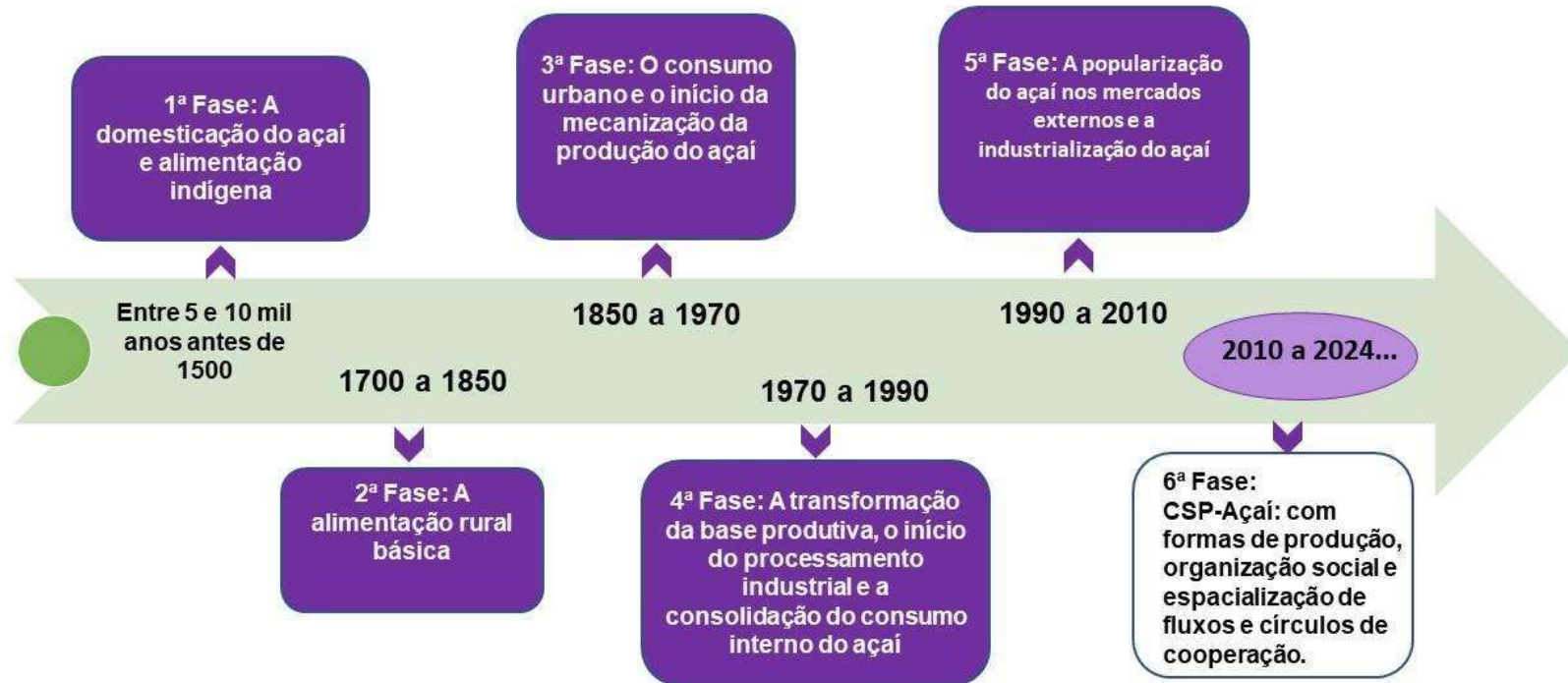
pesquisador Eduardo Brondízio (2001, 2004, 2008, 2011), que parte da concepção de que a expansão da economia do fruto do açaí pode ser compreendida e subdividida em cinco fases principais - encadeadas e contínuas - que demonstram o crescimento e transformações em sua base de consumo e mercados. Além disso, está autora propõe a análise de uma sexta fase a partir de sua concepção sobre a existência de um circuito socioespacial produtivo do açaí no Pará.

A economia estuarina, especialmente baseada em insumos florestais, passou por diversos ciclos nos últimos 170 anos. Por um indefinido período de organização produtiva de populações ameríndias, posteriormente por influências da colonização europeu e dos saberes dos imigrantes africanas escravizados, pelo período do fim da economia da borracha na década de 1910. Posteriormente houveram as influências dos grandes projetos na Amazônia Oriental a expansão da base do consumo enraizada nos estuários, e os processos de migração rural, a expansão urbana nos anos de 1970, as estratégias de organização e de marketing desenvolvidas para exportação de outras frutas amazônicas nos anos 1980, e o crescimento da indústria do produto verde nos anos de 1990 (Brondízio, 2004).

A economia do açaí, ao considerar o uso completo da palmeira envolveu ao longo dos dois últimos séculos um contingente populacional e magnitude econômica suficiente para se tornar foco de diversos estudos aqui citados e gerar participação da economia paraense ainda não totalmente visibilizada em sua totalidade. E nos últimos 30 anos, as proporções da economia do açaí tomaram escalas globais de consumo e adentraram em novos mercados além do setor alimentício (Brondízio, 2003).

Segue abaixo uma ilustração de linha do tempo das fases de organização social e econômica do açaí no Pará, as quais são debatidas em seguida em seis fases de organização econômica.

Figura 2: Linha do tempo das fases de organização social e econômica do açaí no Pará



Fonte: Elaboração própria da autora, inspirado em Brondízio, 2004.

Por meio dessa síntese da trajetória de fases da economia do açaí, serão pontuados conjuntos de fatores endógenos e exógenos que influenciaram da organização econômica e espacial em torno do açaí, assim como a atuação dos principais agentes dessa economia ao longo do tempo.

### **3.2.1 Primeira fase: A domesticação do açaí e alimentação indígena**

A primeira fase envolve um período indefinido, ainda em análises e estudos arqueológicos, que envolvem uma longa fase da organização produtiva e social das populações indígenas em territórios de várzea da Amazônia Oriental. O período apresenta indícios de uso do açaí na cultura alimentar indígena em extensas áreas do estuário amazônico (mais especificamente no estuário do Baixo Amazonas), pelo menos cinco mil anos antes da chegada dos colonizadores europeus e durante o período de transição, isto é, 150 anos após a colonização europeia (Roosevelt, 1991 apud Brondízio, 2011; Sanchez, 2005; Silva, 2021). Estima-se que esse período perdurou até o final do século XVII (Cortezzi, 2020).

Os usos do açaí estão atrelados ao início da própria história do estuário e da ancestralidade em populações ameríndias, expressos nas formas de utilização da palmeira e do fruto pelas populações indígenas. As sociedades ameríndias que viveram no período pré-colonial estenderam e diversificaram seus modos de uso da floresta em sistemas de manejo, seleção e modificação do uso da terra, conciliaram o funcionamento da organização social e suas técnicas com os ciclos naturais do espaço amazônico (Silva, 2021).

A natureza socializada na Amazônia Oriental é fruto de um longo processo de domesticação de diversas espécies, que tornaram as paisagens domesticadas (Clement, 1999) ou socializadas (Santos, 2017). A socialização da natureza pode ser desenvolvida pela inserção de elementos da natureza na vida social, ou pela extensão e diversificação da vida social por meio da domesticação da natureza (Silva, 2017). Neste sentido, o açaí assimilou o papel de artefato cultural oriundo desses processos de domesticação dos elementos naturais pelos povos nativos herdados pelos grupos mestiços, presentes durante o processo de colonização (Clement, 1999, apud Silva, 2021).

A etnia indígena Tupynambá, que vivia na região do Guajará, representa um dos povos que desenvolveram práticas de colheita e consumo de açaí. Além dos

Tupynambas, também faziam o uso do açaí, os povos: Aruans, Anajzes, Mococons e Mapuazes. E em menor nível de consumo de açaí também foram observados os povos: Mundurucus, Maués, Caripunas, Timbiras, Guajás e Galibis do Amapá (Mourão, 2010).

Os indícios dessa socialização da natureza e da ancestralidade do manejo das palmeiras de açaí na região, podem ser identificados, por exemplo, pela descoberta de sementes de açaí carbonizadas em sítios arqueológicos no Aterro dos Bichos, localizado na ilha de Marajó no Pará, datados da fase Marajoara (ca. 800 a 1000 d.C) (Brondízio, 2008). Ou seja, essa fase foi marcada pela expansão das práticas de domesticação do açaí na cultura alimentar dos povos indígenas, e se estendeu sobre períodos de transformação da produção e do consumo, com ampliação da participação social e espacial da economia do açaí 150 anos após a colonização europeia.

### **3.2.2 Segunda fase: alimentação rural básica - 1700 a 1850**

A segunda fase compreende o uso do açaí como alimentação rural básica (Brondízio 2008). Essa fase se inicia no século XVII e estende até os períodos dos diretórios e da borracha - 1879 a 1945. No primeiro momento tratavam-se de populações que viviam de forma isolada em pequenas comunidades rurais e cidades que se desenvolveram durante os anos missionários e se expandiram após 1750 por todo o estuário (Murrieta, 1994; Siqueira, 1997).

Brondízio (2008) observou que o período posterior à transição da colonização europeia, foi uma fase do uso do açaí responsável para permanência e expansão das formas de produção para as populações ribeirinhas. O modo de vida e de produção do açaí se perpetuaram entre os séculos XVII e XVIII pela atuação de algumas populações que se organizavam em pequenas comunidades ao longo do estuário (Cortezzi, 2020).

A utilidade do açazeiro para essas populações, segundo registros de Bettendorff em 1661, envolvia além do uso como alimento, o uso como o remédio, como utensílios, armas e partes de suas moradias (Mourão, 2010).

As populações ribeirinhas perpetuaram a longo do tempo técnicas de manejo indígena, incorporações de técnicas a partir de influências europeias e africanas. O conhecimento tático desenvolvido pelas experiências secular dos povos indígenas

trouxe heranças técnicas e uma cultura alimentar própria, que envolveram a manipulação do açaí, traçadas por populações amazônicas pré-colombianas e conduzidas por seus descendentes nas regiões de várzea (Cortezzi,2020). As heranças socioespaciais permaneceram no modo de vida de populações ribeirinhas ao longo do tempo, e estabeleceram as bases da produção do açaí, especialmente no estuário da Amazônia Oriental (Brondízio, 2011).

### **3.2.3 Terceira fase: O consumo urbano e o início da mecanização da produção do açaí - 1850 a 1970**

Gradativamente, o consumo de açaí se estendeu espacialmente. Nesse processo, a expansão do comércio de produtos florestais não madeireiros e os fluxos migratórios foram fatores determinantes na formação socioespacial e na disseminação do consumo do fruto na economia urbana do Estado.

Entre alguns indícios da inserção do açaí nos hábitos de consumo urbano no Pará, estão o relato do médico e explorador alemão Robert Avé-Lallemant, que retrata como já eram realizadas as vendas de açaí de forma regular na cidade Belém, na segunda metade do século XIX, a parti de 1850. Nesse período, Belém era abastecida de forma significativa pelo fruto oriundo de cidades interioranas do Estado, e comercializado por vendedores ou por mulheres chamadas de “pregoeiras”<sup>56</sup>. Além dessa forma itinerante de venda, o açaí também era comercializado em pontos fixos reconhecidos por uma bandeirinha vermelha (Andrade, 2014), utilizada até os dias atuais para sinalizar os pontos de comercialização de polpa de açaí nas cidades paraenses.

Ainda na segunda metade do século XIX, já se apresentavam duas formas de despulpamento do fruto: a forma manual ou mecânica. O despulpamento manual do açaí pode ser praticado pelo beneficiamento caseiro tradicional dos frutos do açaí, técnica que utiliza recipientes de barro e/ou peneiras para despulpar, e pode ser observada no cotidiano de comunidades ribeirinhas mais isoladas e em cidades de interiores do Estado. O despulpamento mecânico pode ser realizado de três maneiras: o uso do pilão, da máquina manual e da máquina elétrica. Cabe destacar,

---

<sup>56</sup> De acordo com Robert Avé-Lallemant,(apud, Andrade (2014): “O termo remete à grande parcela de mulheres pobres que utilizavam como propaganda e chamativo para os seus alvitres a própria voz”.

que o uso de máquinas manuais de despulpamento de frutos de açaí foi datado da segunda metade do século XIX e início do século XX (Mourão, 2010).

Segundo Leila Mourão (2010), o registro da primeira Carta de Patente para um despulpador mecânico é de 1913 na cidade de Belém, e foi solicitado pela senhora Francisca Arthur, que obteve o direito de produzir e comercializar a máquina despulpadora. As primeiras versões de despulpadeiras eram manuais, foram adaptadas e em 1945 passaram a ser máquinas elétricas. No mesmo ano, o comerciante Ovídio Bastos, estabelecido na Avenida Mundurucus, em Belém, utilizou as primeiras máquinas despulpadoras elétricas, que veio a substituir as despulpadoras manuais ou “amassadeiras de açaí”(Homma, 2001, p. 3-4).

No início da década de 1950, foi desenvolvida uma máquina bateadeira vertical, manual, de madeira. Um artesão informou a Schwob (2012, p. 121 apud Costa, 2022, p. 102) ter produzido sozinho 2.288 unidades dessas máquinas em sua vida de trabalho (Costa, 2022).

Nos anos de 1970, se estabeleceram as despulpadeiras fabricadas em chapa de aço, equipadas com motores elétricos, este padrão de máquinas despulpadeiras permanecem até hoje para o processamento de polpa de açaí pelos batedores artesanais (Costa, 2022). No final da década de 1970 as despulpadeiras elétricas de açaí foram popularizadas e intensamente incorporadas pelas unidades domésticas (Coraggio, 1994) de produção de açaí, especialmente nas áreas periféricas da cidade Belém (Mourão, 2010). Nos estudos realizados por Costa, (2012) no acervo de máquinas de batedores entrevistados foi encontrada uma máquina de aço obtida em 1970, e as algumas máquinas identificadas na pesquisa apresentavam o mesmo ano (Costa, 2022).

Nesta mesma década, se observa além de adaptações técnicas de formas de despulpamento do fruto, a expansão do hábito de consumo do açaí na periferia dos centros urbanos (Brondízio, 2003). É possível observar a estruturação da economia do açaí a partir da organização dos circuitos da economia urbana nos centros urbanos da região.

O crescimento da comercialização do açaí coincide com um período de expansão da taxa de migração rural e do comércio urbano em Belém no final da década de 1960 e início da década de 1970, trazendo para a periferia urbana um

grande contingente de famílias camponesas, com diferentes formas de consumo de produtos florestais e conhecimentos camponeses. A população de Belém cresceu de aproximadamente 300 mil habitantes na década de 1950 para 642 mil na década de 1970, ou seja, um crescimento populacional de 214% em vinte anos (IBGE, 2022), e esse processo de ocupação foi marcado principalmente pela presença de populações de baixa renda que viviam às margens dos rios Maguari e Guamá, na Baía do Guajará, e mantiveram relações diretas com as ilhas de Belém (Cardoso, 2015; Brondízio, 2003).

O movimento migratório de populações rurais especialmente das regiões do Marajó, Bragantina e Baixo Tocantins está atrelado a história da disseminação do consumo do açaí em Belém e no estado. Essas migrações foram motivadas por políticas nacionais e ao impacto dos grandes projetos na Amazônia no período, que desapropriaram essas populações e desencadearam na ocupação gradativa das áreas de várzea da capital, áreas conhecidas como “baixadas” (Cardoso, 2015). O efeito dessas ocupações foi a formação e estruturação de elementos da economia do açaí no circuito inferior da cidade, com uma periferia instalada às margens da capital, responsável pelo estabelecimento de conjuntos de atividades populares vinculadas à expansão das principais feiras e centros de comercialização de produtos regionais<sup>57</sup>. Entre esses produtos, o açaí se consolidou como alimento básico nos bairros dessa população residente especialmente nos bairros Condor, Jurunas, Guamá e Terra Firme localizados em Belém (Mitschein, 1989).

Os migrantes trouxeram os hábitos de despolpa do açaí e seu uso como alimentação básica. A continuidade de relações entre os migrantes e suas áreas de origem também formaram fluxos de pessoas e produtos entre a capital e as cidades interioranas. Em áreas como o bairro do Guamá, as famílias se deslocavam por transporte fluvial para suas regiões de origem, saindo de portos informais da orla do

---

<sup>57</sup> Junto ao processo de ocupação das baixadas, houve a difusão nos 1980 e 1990 de hábitos de consumo populares de regiões ribeirinhas próximas e do interior do estado, que, somados ao próprio crescimento da RMB, acabam por resultar no fortalecimento do papel de centralidade de Belém em relação às regiões ribeirinhas mais próximas, em razão principalmente do crescimento do mercado consumidor local de produtos alimentícios da floresta, que extrapolaram das áreas de baixadas para todo o centro comercial da cidade. Produtos e alimentos tradicionais como a farinha, o pescado, o açaí, tiveram seu movimento de comercialização intensificado por vários bairros da cidade e na área expandida da RMB. O tradicional mercado do Ver-o-Peso se transformou na materialização e símbolo dessa relação de centralidade de Belém em relação ao seu entorno constituído de regiões produtoras de produtos agroextrativistas, derivados da biodiversidade da Amazônia (TRINDADE, 2016).

Guamá. Desse modo, as práticas e saberes ribeirinhos se combinaram e se fundiram às práticas urbanas; assim como foram reconstruídas “redes de parentesco, compadrio e conterraneidade” (Silva, 2021) que ajudam a entender a rápida expansão da produção e da demanda por açaí na capital no início da segunda metade do século XX (Brondízio, 2008; Costa, 2016; Silva, 2017), especialmente por princípios de comportamento econômico como a domesticidade, redistribuição e reciprocidade.

Em um momento de crescimento populacional e de reestruturação de um sistema urbano, que em parte, foi balizada no comércio de produtos florestais, Belém construiu uma base popular, que acumulou ao longo do tempo uma cultura material e imaterial da economia do açaí, com conhecimento ancestral, combinações socioespaciais, culturais e articulações locais e extralocais (Ribeiro, 2016). A década de 1970 demarcou um período de expansão do consumo do açaí, que se tratava naquele momento de uma economia de cadeias curtas e/ou locais componentes do circuito inferior (Santos, 2008) da cidade. Cabe destacar o papel do adensamento do circuito inferior por meio da ampliação do papel das feiras, mercados municipais e portos da cidade de Belém, nos quais o açaí se tornou um dos produtos principais em comercialização cotidiana da população, especialmente de menor renda, e dadas as localizações desses pontos de comércio do vinho, se observa que fazem parte do circuito inferior central da cidade de Belém.

A urbanização extensiva (Monte-Mór, 2006) nos centros urbanos paraenses demonstrou o processo de macrocefalia urbana, com o inchaço populacional das cidades que não conseguiram absorver a mão de obra migrante que ocupou ao longo do tempo às margens da capital Belém, e fortaleceu o surgimento de um circuito inferior que abrigou a economia popular do açaí nos bairros das baixadas da cidade. Enquanto isso ocorria a explosão pela expansão da região metropolitana de Belém, articula-se na estruturação de agentes do circuito superior representantes das agroindústrias de processamento de polpas no Nordeste Paraense.

### **3.2.4 Quarta fase: A transformação da base produtiva, o início do processamento industrial e a consolidação do consumo interno do açaí - 1970 a 1990**

A partir desta fase se faz necessário pontuar que possivelmente os representantes da economia do açaí no circuito inferior se organizaram no mesmo período em que ocorreu a organização dos representantes da economia do açaí no circuito superior marginal na região do Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém.

Ao longo do século XX, as condições de processamento e uso de açaí se transformaram. Na segunda metade do século, surgiram gradativamente pesquisas sobre o potencial de uso do açaizeiro, como os estudos de Calzavara (1972) realizados entre 1961 e 1987, sobre o conjunto de espécies passíveis de uso industrial, de interesse botânico e socioeconômico, especialmente na Região Metropolitana de Belém e no interior do estuário amazônico (Sanchez, 2005) (Calzavara, 1972).

Em paralelo ao surgimento de pesquisas precursoras sobre os potenciais usos do açaí, ocorreu a expansão de formas de produção e de consumo do fruto nas cidades paraenses, e ao final da década de 1960 se anunciavam formas de uso do açaizeiro para indústria no Pará. Trata-se do surgimento e incorporação do segmento industrial do açaí ao circuito superior da economia em algumas cidades do estado, cabe destacar que esse momento converge com a ampliação de uma economia popular balizada em produtos regionais na periferia da capital, na qual o açaí se torna alimento básico. É possível observar que a dinâmica do açaí paraense se formata pelo circuito inferior e pelo circuito superior a partir dos mesmos pontos de origem e período, o que confirma o argumento de Milton Santos (2008).

Uma das primeiras iniciativas para manufatura do açaizeiro surgiu após a ameaça de extinção das palmeiras produtoras de palmito (*Euterpe edulis*) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, especialmente nas áreas da Mata Atlântica brasileira na década de 1960. Com a intensa exploração da (*Euterpe edulis Mart.*), o açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*) se tornou uma opção diante da redução da oferta de palmito no mercado do Sul e Sudeste. A partir de 1968, fábricas de beneficiamento de palmito migraram dessas regiões para o Estado do Pará, que

chegaram a 130 empresas instaladas <sup>58</sup>. E o estado entre as décadas de 1970 e 1990, destacou-se como a principal unidade da federação na extração e produção do palmito, e chegou a ser responsável por 95% da produção nacional no período, com exportação média anual 19 mil toneladas (Mourão, 2004; Costa, 2022).

A atuação de indústrias externas na extração do palmito de açaí demarcou a fase predatória do açaí-palmito (Sanchez, 2005), uma fase em que ocorreu o corte indiscriminado das palmeiras de açaí na década de 1970 e 1980. Segundo Sanchez (2005) o processo de inserção de uma lógica de extração e beneficiamento do palmito do açaízeiro não considerou as práticas pré-existentes e as condições de vida das comunidades da várzea, ou seja, porção do estado do Pará foi submetida à um pacote de uso de técnicas e às demandas externas, impostos sobre a espécie da palmeira do açaí e sobre a população atuante na várzea paraense.

Durante esse período de extração do palmito do açaízeiro, foram gerados diversos problemas ambientais e econômicos como: o desaparecimento de variedades de açaízeiros, a escassez de produção de polpa em inúmeros municípios, preços extremamente baixos pagos pelos compradores aos produtores extrativistas de palmito (Correa, 2017).

Esse movimento impulsionou o estabelecimento de medidas de regulação e fiscalização das práticas produtivas do setor e gerou incentivos à criação de organizações sociais com fins coletivos (Mourão, 2010; Andrade, 2014). Desse modo, a partir do estabelecimento da Constituição Federal Brasileiro de 1988<sup>59</sup> foi instituída legislação específica para exploração de palmeiras da espécie, que foi

---

<sup>58</sup> De acordo com Mourão (2004, p. 23):

As duas primeiras foram instaladas em 1968, em Abaetetuba e curralinho, entrando em funcionamento em 1970... Segundo os dados do IBGE (1970 e 1980) e FIEPA (74 e 85), é a partir de 1974 que o palmito passa a incluir-se entre os seis primeiros produtos de origem extrativa na pauta de produção e exportação da região. Na década de 1980, ele se torna o primeiro em quantidade e o terceiro em valor econômico entre os produtos alimentícios de origem extrativa, industrializada e comercializados pela região, no período superou a castanha.

<sup>59</sup> Anterior ao ano de 1988, foi instituída a lei nº 6.576 de 30 de setembro de 1978 que tratava determinava a proibição do abate de açaízeiro em todo o território nacional e outras providências, no governo de Ernesto Geisel, quarto presidente da ditadura militar no Brasil.

complementada por uma portaria em 1992<sup>60</sup>, que modificou os critérios para o corte dos açázeiros e qualidade dos palmitos para comercialização em especial para a exportação (Mourão, 2004).

#### 3.2.4.1 Transformação da base produtiva

Em paralelo as décadas de ascensão e boom da economia do palmito do Pará, surgiu um dos grupos pioneiros no processo de ampliação da base produtiva e industrial da polpa do açaí, as comunidades japonesas nos municípios de Tomé-Açu e Quatro Bocas no Pará. Iniciaram com o estabelecimento de cooperativas nos anos de 1960, e desenvolveram produções baseadas em Sistemas Agroflorestais (SAF's) com a combinação de diversas espécies de frutas tropicais, incluindo o açaí e espécies não amazônicas como a acerola (*malpighia grabla*) (Brondízio, 2004).

Ao longo das décadas seguintes, a comunidade de imigrantes iniciou uma indústria de processamento de frutos, com métodos de congelamento e um sistema de distribuição, responsável pela popularização das frutas amazônicas e pela expansão desse consumo em algumas capitais brasileiras. A trajetória desses imigrantes na região Nordeste do Pará, também impulsionou a criação de outras cooperativas no estado e na Amazônia, com a atuação especialmente no processamento industrial e exportação de polpa de frutas, entre as quais o açaí assumiu um papel de protagonismo na história da fruticultura do estado (Brondízio, 2004).

A partir de 1973, as atividades produtivas e de uso da palmeira do açaí passaram a compor as estatísticas oficiais, com dados e informações sobre a coleta, consumo e comercialização de frutos e processamento da polpa de açaí no Brasil e na região Norte, que foram alocados na série *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura* pelo IBGE. Nesse contexto, surgiram novos estudos e pesquisas sobre a espécie em um cenário propício ao desenvolvimento de tecnologias e técnicas extrativas e produtivas (Mourão, 2010).

Na década de 1980, a média de açaí colhidos e comercializado em toda a

---

<sup>60</sup> Portaria n.º 2-N, de 09 de janeiro de 1992, dispõe sobre o registro para a exploração de *Euterpe oleracea*.

região Norte era de oitenta mil toneladas e consumo do suco era de 1,2 milhões de litros por dia, quantidades que se mantiveram ou aumentaram nas décadas seguintes (Mourão, 2010). No Pará, em meados da década 1970 a produção extrativista atingia cerca de 25.000 toneladas, em 1980 cerca de 50.000 toneladas, e em 1986 alcançava 137 mil toneladas (IBGE, 2017,2018a, 2018b). Nesse sentido cabe destacar que as técnicas de manejo e de sistemas agroflorestais desenvolvidas pelos produtores ribeirinhos influenciaram diretamente na expansão da base produtiva e industrial do açaí, especialmente a partir da década 1990 para mercados externos (Brondízio, 2021, Costa, 2022).

Entre 1982 e 1992, o Pará passou de uma produção de 76.445 toneladas, para 117 mil toneladas de açaí, um crescimento de 53% (IBGE, 2022). Segundo Guimarães (et al 2004) o período apresentou o aumento da produção do açaí especialmente nas microrregiões de Arari, Cametá e Belém. Essas microrregiões juntas representavam cerca de 94% da quantidade ofertada pelo Estado.

Por sua vez, a cidade de Belém, no início da década de 1980, apresentou um consumo diário da polpa de açaí duas vezes maior que o consumo de leite, ou seja, um consumo estimado de mais de 60 litros por pessoa ao ano. O nível de consumo de suco de açaí em Belém aumentou de 90 mil litros por dia no final da década de 1980, para uma estimativa de 400 mil litros por dia no final da década de 1990. O período foi marcado pelo intenso consumo de famílias de baixa renda de Belém e de cidades do interior estado, que consumiam a polpa de açaí fresco duas vezes ao dia como alimento básico (Mourão 1999; Rogez 2000; IBGE). Ou seja, o açaí se destinava especialmente ao consumo local e compunha a base alimentar de uma economia popular e solidária composta por trabalhadores do mercado informal, extrativistas, feirantes, batedores artesanais, carregadores e barqueiros (Montenegro, 2014; Silva, 2017).

A partir de 1990, em contrapartida iniciou a queda na produção oficial de palmito. Em meados da década de 1990, a economia palmiteira chegou a envolver aproximadamente 50 mil trabalhadores formais segundo informações da Associação Nacional de Fabricantes de Palmito do Pará (Mourão, 2004) e se manteve em parte da década com participação de pelo menos 90% da produção nacional de palmito. Em 1998, o Pará perdeu seu protagonismo no setor (Rodrigues e Dirogan, 2003, p. 32 apud Costa, 2022), e gradativamente o valor comercial da

polpa de açaí ultrapassou o valor do palmito, reconfigurando as condições e formas de manejo e cultivo da espécie (Costa, 2016; Silva, 2021).

Nesta mesma década, em que se deu o declínio da produção de palmito do açazeiro, também ocorria a transformação na base produtiva da polpa de açaí, especialmente para o início da inserção da fruta em mercados nacionais. O sistema produtivo de polpa do açaí se torna um dos elementos-chave da economia local. (Costa 2016). Após a diminuição do número de fábricas de palmitos tanto a nível rural como urbano, ocorreu a ampliação da regeneração e da prática do manejo dos açazais, o que impulsionou o aumento da quantidade ofertada do fruto (Guimarães et al, 2004).

Um fator preponderante nessa expansão da base de produção do açaí foi a intensificação dos Sistemas Agroflorestais de Açaí e a ampliação da atividade de manejo da floresta de várzea, ambos os mecanismos advém de combinações de conhecimentos e técnicas ancestrais. Os açazais no modelo de Sistemas Agroflorestais (SAF's) correspondem ao plantio de açaí intercalado com outras espécies de cultivo e árvores nativas. As técnicas de produção em SAF's e de manejo se aprimoraram e se estenderam por diversos territórios especialmente por troca de experiência entre os camponeses da várzea paraense, e contaram também com os estudos da agrofloresta ribeirinha (Anderson *et al.*, 1985) e da atuação de instituições de pesquisas e extensão, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Oriental (Embrapa) e o Museu Emílio Goeldi (Brondízio, 2021).

A base de produção rural, industrial e a intensificação do consumo popular nas periferias da capital paraense, se transformaram simultaneamente e criaram arranjos distintos e interdependentes. O crescimento da economia do açaí, especialmente durante as décadas de 1980 e 1990, baseou-se em grande parte no manejo da populações ribeirinhas e na intensificação da produção (Brondízio e Siqueira, 1997) para abastecer uma crescente população urbana regional que demandava um alimento básico calórico de baixo custo e culturalmente disseminado (Brondízio, 2011), contudo o período também trouxe incorporações ao mercado consumidor do açaí pela expansão da popularidade das frutas amazônicas, da produção industrial da polpa e o aumento do nível de preços do fruto.

### **3.2.5 Quinta fase: A popularização do açaí nos mercados externos, a industrialização do açaí e o papel da economia local**

Ao final dos anos de 1980, se iniciou o interesse pelo suco do açaí na Região Sudeste do Brasil, o que a princípio se restringia à demanda de migrantes paraenses estabelecidos principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Até início da década de 1990, a comercialização da polpa do açaí para outros estados ainda não possuía expressão, apenas o consumo de migrantes paraenses que moravam em estados do Sudeste, e que iniciaram o hábito do uso de garrafões para transportar a polpa de açaí quando visitavam o Pará (Andrade, 2014). O movimento incentivou a apresentação informal do açaí fora da região, assim como migrações de outros estados para região Norte também se refletiram em algum conhecimento sobre o fruto (Brondízio, 2004).

Na década de 1990, após a popularização de frutas amazônicas como o guaraná e o cupuaçu, o açaí começa a se popularizar em outras regiões do país como alimento de alto potencial energético, consumido especialmente por jovens influenciados pela mídia nacional, em centros urbanos do Sudeste. Surgiram formas adaptadas de consumo da polpa do açaí para comercialização fora da região, como um sorvete ou mix de açaí, no qual era adicionado o xarope de guaraná, a banana, a granola e/ou outras frutas (Mourão, 2010). As economias dominantes dos estados do Sudeste brasileiro, por meio do MTCl influenciaram a customização das novas formas de consumo do açaí e na ampliação desse consumo pela padronização e aumento gradativo da escala de produção da polpa e dos chamados mixes de açaí.

A partir 1995, se ampliou o mercado consumidor de açaí especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas posteriormente se expandiu para Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. A década demarcou um ciclo do boom do consumo do açaí como alimento “da moda”, com a ampliação de agentes empresariais, industriais e novos tipos de consumidores (Brondízio, 2004).

O processo de industrialização da polpa do açaí que buscou suprir esta nova demanda ocorreu pela atuação de produtores e de fábricas do ramo de fruticultura no Pará, que passaram a utilizar máquinas de aço movidas à eletricidade, que foram capazes de aumentar a escala de produção da polpa do açaí, entretanto

reproduzindo os mesmos princípios usados nas máquinas manuais (Rogez, 2000) com um mecanismo de processamento do fruto sem triturar o caroço. E para o transporte de longos percursos, a polpa após processada e beneficiada passou a ser transportada em caminhões frigoríficos para conservação da polpa congelada, com capacidade de transportar até 24 toneladas (Nacif, 2009).

O crescimento gradativo das indústrias locais de polpa de açaí nos mercados nacionais se baseou inicialmente na produção da economia local, mantida por técnicas de manejo ribeirinho e sistemas agroflorestais. Contudo, até meados de 1990, a produção doméstica de açaí representava 92% do valor bruto do total, enquanto 8% representava a base de exportação do fruto para outros estados e países (Costa, 2016).

Nos anos seguintes ocorreu a ampliação dos mercados externos e do processamento da polpa. Pelo menos nos dez primeiros anos desse movimento, a demanda do setor privado emergente foi suprida pela capacidade produtiva ribeirinha, enquanto o mercado de Belém<sup>61</sup> absorvia a maior porção da produção (Silva, 2017; Brondízio, 2008). Ou seja, a formação e expansão dos mercados externos foi assegurada pelo papel dos produtores locais, pela capacidade de resiliência frente ao aumento de demanda do açaí e ao modelo de processamento industrial de polpa congelada, um produto adaptado para o consumo externo, e que permitiu escalabilidade e circulação para longas distâncias (Costa *et al.*, 2018). A melhoria das técnicas de produção, distribuição e circulação especialmente com arranjos logísticos de longo alcance, deram as bases para formação do que está autora denominou de circuito socioespacial de produção do açaí.

A partir de 1997, o ramo industrial do açaí surge como uma atividade significativa, originando estruturas e tecnologias de armazenamento e conservação de polpa do fruto no Pará, o que naquele ano garantiu a produção de 600 toneladas exportada para outros estados, no valor aproximadamente de R\$ 2,4 milhões de reais. Nos anos 2000, se ampliou atividades de exportação do suco fruto para economias externas, como: Estados Unidos, Japão e alguns países europeus

---

<sup>61</sup> Segundo (Guimarães et al, 2004), em 1994, 87% do açaí (fruto) comercializado nos portos de Belém tinha origem nas microrregiões de Furos de Breves, Arari, Belém, Castanhal, Bragantina, Cametá, Tomé-açu e Guamá, e 13% proviam do estado do Maranhão.

(Mourão, 2010). A economia do açaí no estado do Pará, especialmente na região do *Grão-Pará*<sup>62</sup>, composta pelas mesorregiões do Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém e Marajó (Costa, 2022), se desdobrou em uma base exportadora (North, 1977 apud Silva, 2021).

Desde os anos 2000, a industrialização do açaí se inseriu na indústria de transformação de alimentos nacional, nas regiões Sul e Sudeste. O movimento de industrialização tem passado pela ampliação das escalas produtivas e dos fluxos comerciais do fruto, pela elevação dos preços, por modificações nos sistemas produtivos do estado seguindo tendências à comoditização e homogeneização do setor, que desencadearam a criação de variações de produtos como: iogurtes, sucos concentrados, bebidas energéticas e cosméticos (Brondízio, 2004). Trata-se do aumento da produção, de novos produtos e formas de consumo do açaí, cenário materializado pelo circuito superior, responsável pela ampliação do alcance comercial e complexidade do circuito espacial de produção do açaí que se desenvolveu nas últimas três décadas.

A expansão da produção do açaí perpassou por incorporações e mudanças na base produtiva na região, incluindo o desenvolvimento da produção em terra firme, em estruturas pautadas em sistemas agrofloretais de pequena escala, como também em plantações monoculturais de grande escala. Ocorreu o desenvolvimento de pesquisas que subsidiaram o uso de novas variedades de açaí, por meio da atuação de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), como a Embrapa. Como efeito, a produção do açaí em terra firme se elevou, o que impulsionou dois cenários: a) os produtores de pequena e média escala passaram a atuar com sistemas agrofloretais de terra firme e/ou com manejo em várzea (Brondízio, 2021), e b) o crescimento de atividades de monocultivo do açaí, o que induz ao empobrecimento do solo e o desaparecimento de espécies e variedades do próprio açaí, dentre outros efeitos socioambientais.

---

<sup>62</sup> Segundo Costa (2022):

A *Região do Grão-Pará (RGP)* compreende as mesorregiões do Pará Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém e Marajó. Tributária de todos os movimentos estruturantes da história pós-colombiana da Amazônia, a Região do Grão-Pará foi o principal território colonial da região, por muito tempo principal base produtiva da economia da borracha, seu incontestável centro logístico, e, na fase seguinte, região que sofreu o maior impacto das rearticulações produtivas e logísticas no pós-boom da borracha (Costa, 2012b).

Sob os efeitos do aumento da demanda, também se expandiu o contingente de trabalhadores atuando em diversos elos da produção do açaí, responsáveis pela operacionalização dos sistemas produtivos em várzea e em terra firme, pela intermediação, distribuição e transporte, pelo processamento em agroindústrias de polpa de açaí, pela exportação nacional e internacional, e/ou pelo beneficiamento e comercialização na economia urbana de Belém e entorno (Cortezzi, 2020). Ou seja, essas elevações de demanda do açaí foram ancoradas tanto na produção agrícola - cultivo em terra firme por irrigação - como agroextrativista, predominante em áreas de várzea (Costa et. al. 2003).

Nos anos da década de 2010, o mercado de indústrias de polpa de frutas passou por um processo de reestruturação produtiva movida pela competição interna entre as empresas, o que levou a perda de competitividade de parte das empresas mais antigas, enquanto outras empresas iniciavam a produção de *mixes* de açaí. Empresas de médio porte na época buscaram a especialização para atender quase que prioritariamente ao consumo externo, o que gerou o aumento da produção, (Costa et. al, 2011).

O consumo local se afirmou e se manteve pautados em condições técnicas e culturais resistentes às tendências homogeneizantes do tecido urbano-industrial, e vivenciando os problemas sanitários e infra-estruturais em suas bases produtivas (Silva, 2021). Mesmo sob percalços e precariedade, a força do mercado regional, especialmente quando se trata da Região Metropolitana da capital Belém, evitou que os mercados locais fossem suprimidos ou desestruturados pelos avanços dos mercados externos alimentados por uma base exportadora do açaí estruturada pelo circuito superior na região do Grão Pará (Santos, 2008; Costa, 2022).

A economia do açaí retrata um caso particular na história econômica na Amazônia Oriental, pois as experiências em outros ciclos extrativos, como o da borracha e do palmito de açazeiro, foram impulsionadas principalmente por demandas externas, e pela dependência quase que integral do mercado externo, a suscetibilidade desses sistemas produtivos levou à declínios. Em contrapartida, a economia da polpa do açaí se estabelece como uma economia que atingiu certa solidez no mercado regional, e posteriormente assimilou uma economia exportadora. (Costa, 2022; Silva, 2021).

A base substantiva (Polanyi, 2012) da economia do açaí estruturou os sistemas produtivos que séculos depois organizaram no circuito inferior e no circuito superior da economia subcircuitos socioespaciais de produção (Santos, 1986, Arroyo, 2008; Montenegro, 2011) de açaí. Se discutiu até o momento, a formação dos subsistemas que organizaram a economia do açaí, entre os quais o circuito inferior que fornece uma porção substantiva persistente e o circuito superior realiza a homogeneização do espaço e desestruturação dos arranjos socio-produtivos preexistentes (Silva, 2017).

### 3.3 O CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA CONTEMPORANEIDADE: PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESPACIALIZAÇÃO NO PARÁ

Como mencionado nas seções anteriores, o açaí acumulou expressiva participação na economia do estado do Pará<sup>63</sup>, e se propagou especialmente nas três últimas décadas, nas quais surgiram novas técnicas de produção primária do açaí, de beneficiamento e agregação de valor, contudo a tendência segue para elevação da escala de produção e ao invés da diversificação do uso do fruto. Nesta sexta fase, e atual momento da economia do açaí, a discussão sobre a sazonalidade da safra de açaí como problema, dá lugar ao debate sobre os riscos da “açaízação” da paisagem e empobrecimento do bioma no estado do Pará.

As indústrias de processamento de polpa de açaí passaram a trabalhar em novas técnicas de cultivo e seleção de sementes alinhados também com pesquisas e aplicações da EMBRAPA<sup>64</sup>. Esse conjunto de fatores foi responsável pelo

---

<sup>63</sup> O Pará, maior produtor nacional do fruto, possui uma área de 1.245.870,70 Km<sup>2</sup>, da qual cerca de 1.745,77 km<sup>2</sup> representa área urbanizada. A população paraense atingiu 8.664.306 habitantes em 2024, 46% da população total da região Norte e 4% da população do Brasil. População essa que teve como remuneração média R\$ 2.492,16 em 2023 (Sidra, 2025). De acordo com os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2025), o Produto Interno Bruto (PIB) do Pará em 2022 foi de R\$ 2,3 bilhões e um PIB per capita de R\$ 29.095,00. O PIB do estado representou 2,34% em participação na economia nacional, e passou a ocupar a 12ª posição entre as Unidades da Federação. Em relação ao PIB da região Norte, que em 2022 correspondeu R\$ 574.672,00 bilhões, o Pará contribuiu com 41%, se manteve em primeira posição no PIB da região. E em 2023, o estado alcançou um superávit no saldo da balança comercial de US\$ 20,4 bilhões.

<sup>64</sup> Segundo Costa (2016), as inovações no manejo de açaiuais de várzea:

“dependem dos resultados da pesquisa e desenvolvimento (P&D)

crescimento da produção, especialmente no Nordeste Paraense. Esse crescimento anual chegou acompanhado de mudanças nos padrões de produção e de consumo, e de incertezas no que tange o futuro da produção agroextrativista tradicional do açaí e dos efeitos sobre a vida nas localidades de várzeas e cidades ribeirinhas.

Segundo Brondízio (2021), antes de 1985 a produção do fruto era pautada especialmente em subsistemas produtivos do extrativismo florestal, jardins domésticos, manejo da floresta de várzea e em agroflorestas de várzeas. A partir da década de 1990, se inicia a intensificação do manejo e do plantio por meio de agrofloresta de várzea. A partir de 2004, surgem as agroflorestas em terra firme de pequena e média escala, e em 2012 se intensifica os sistemas produtivos de monocultura em terra firme de grande escala.

Esses subsistemas produtivos foram sendo incorporados à economia do estado, seja pelo âmbito da economia convencional, seja no âmbito da economia substantiva (Polanyi, 2012), estruturando o que denominamos nesta tese de circuito socioespacial de produção do açaí (CSP-açaí), com elementos presentes no circuito superior e no circuito inferior da economia. Entender essas bases produtivas demonstra a complexidade do abastecimento dos mercados atendidos pelo CSP-açaí, assim como a organização social responsável por tantos processos produtivos para diferentes demandas e escalas comerciais no território paraense e fora dele.

Costa (2016) reitera sobre o protagonismo econômico de diversos agentes na economia do açaí, que demonstra a heterogeneidade estrutural do setor, no qual pode ser observado pela ótica dos fundamentos de “circuitos inferiores” e “superiores” (Santos, 2008).

Para compreender de forma agregada a magnitude do setor para economia paraense, abordamos alguns dados das pesquisas Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e Produção Agrícola Municipal (PAM)<sup>65</sup>, extraídos do

---

empreendidos na Embrapa Amazônia Oriental, os quais se orientam ao desenvolvimento de tecnologias de plantios, com foco no desenvolvimento de variedades adequadas, como o BRS e em técnicas de irrigação compatíveis com as condições edafo-climáticas do território do Grão Pará (Guimarães, 2016)”.

<sup>65</sup> Segundo IBGE (2021), a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da

Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) , que demonstram que, no ano de 2023, a produção total do fruto no Pará atingiu 90% da produção nacional.

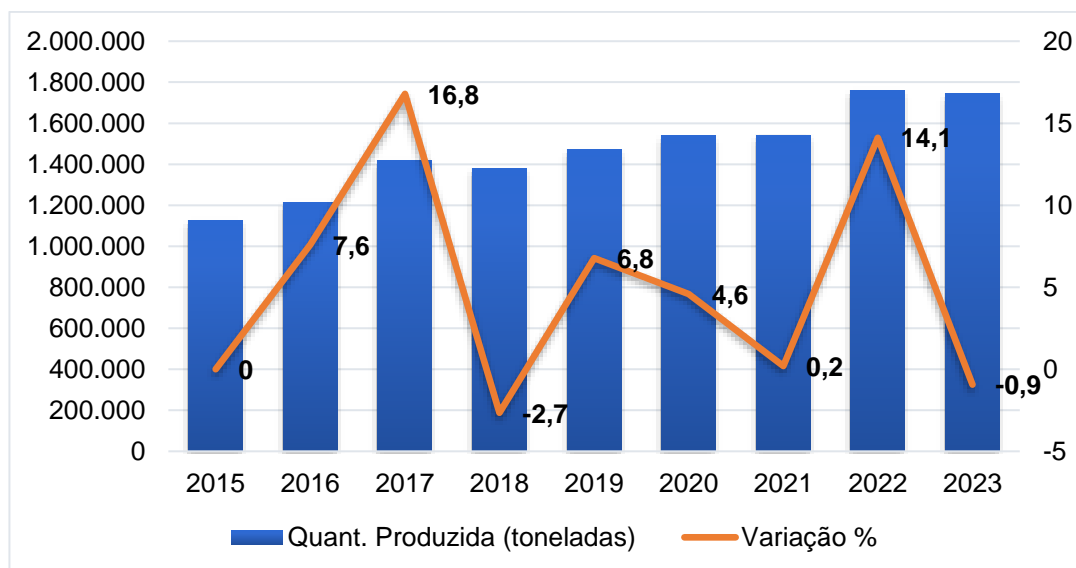
Tabela 2: Principais estados produtores de açaí no Brasil

Posição	BR-UF	2023	Part%
	Brasil	1.935.376	100%
1º	Pará	1.743.927	90,1
2º	Amazonas	149.088	7,7
3º	Maranhão	20.545	1,1
4º	Bahia	4.809	0,2
5º	Acre	4.211	0,2

Fonte: PAM, PEVS, 2023.

Em 2015, o Pará alcançava 1.126.877 toneladas do fruto açaí, e em 2023 atingiu 1.743.927 toneladas, ou seja, em oito anos a produção total obteve um aumento de 55%. O maior aumento ocorreu em 2017, e no ano seguinte apresentou uma queda 2,7% em relação ao ano anterior. Em 2020 e 2021, mesmo na ocorrência da pandemia de Covid-19 houveram leves aumentos da produção, 4,6% e 0,2% respectivamente.

Gráfico 1: Quantidade produzida de açaí no Pará entre 2015 e 2023

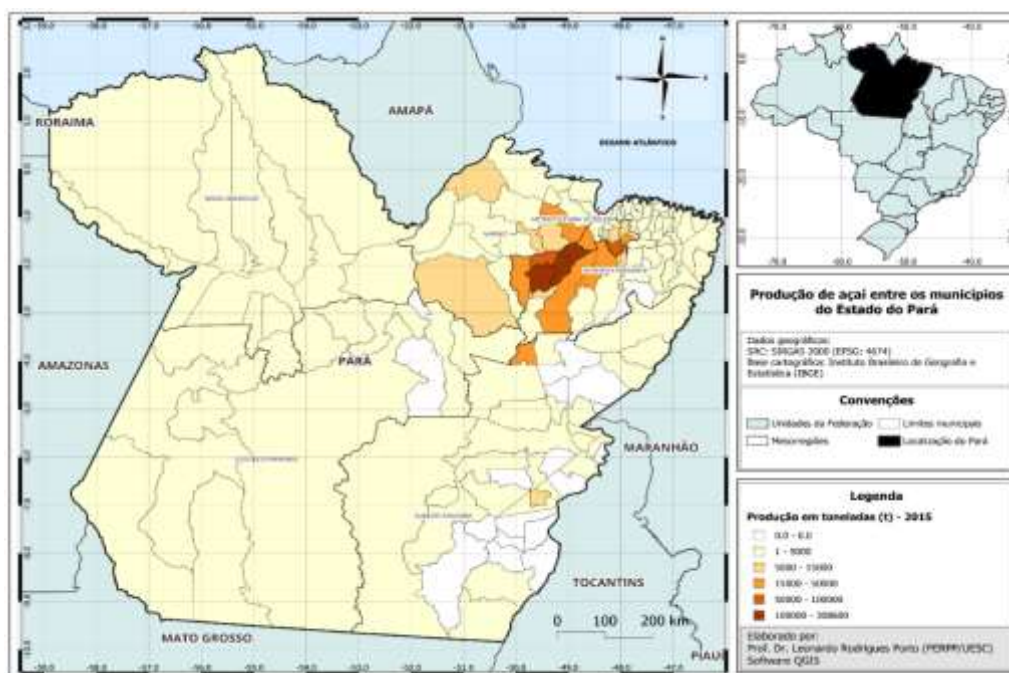


Fonte: PAM e PEVS (IBGE) 2025.

pesquisa. Já a PAM (Produção Agrícola Municipal) é uma pesquisa anual do IBGE que acompanha a produção de diversos produtos agrícolas no Brasil, abrangendo área plantada, colhida, quantidade produzida, rendimento e valor da produção.

Em 2015, a produção acima de 100 mil toneladas do fruto por ano se concentrava especialmente no Nordeste Paraense, no qual os maiores produtores eram Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba, de acordo com o mapa 1 (IBGE, 2025).

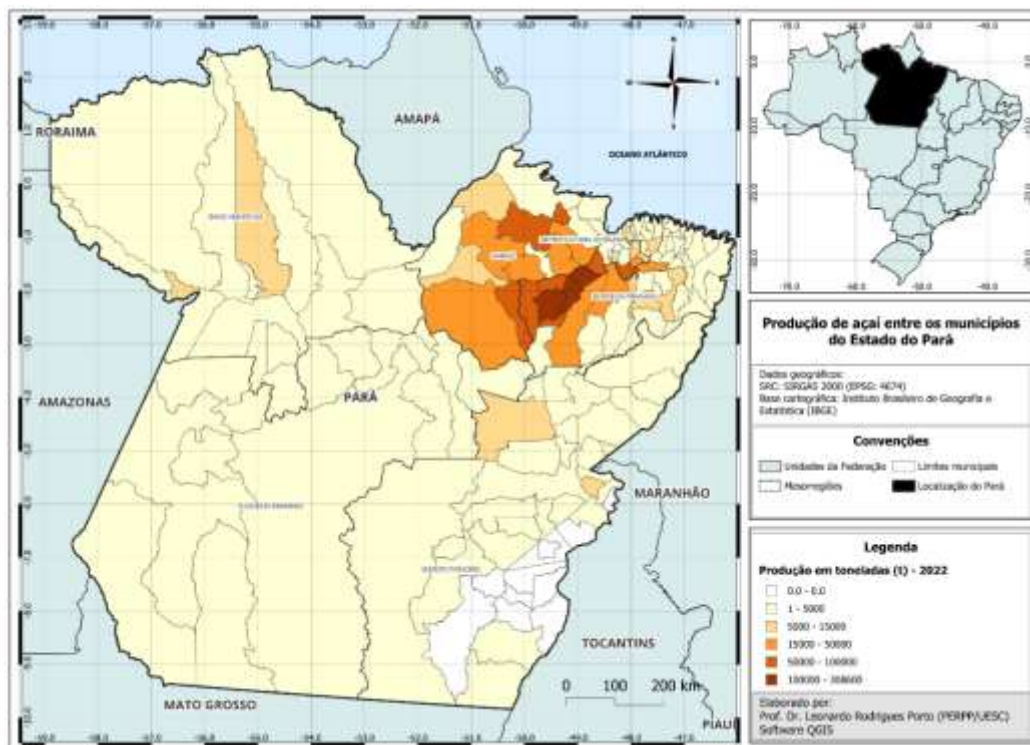
Mapa 1: Produção total de Açaí nos municípios do estado do Pará em 2015



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Em 2022, após sete anos, a produção do açaí aumentou não apenas no Nordeste Paraense, como ampliou a oferta nas mesoregiões do Marajó e Metropolitana de Belém, a região do Grão Pará (Costa, 2016). Contudo, Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba permaneceram como maiores produtores do fruto.

Mapa 2: Produção total de Açaí nos municípios do estado do Pará em 2022



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Em 2010, a economia do açaí na região do Grão Pará já representava em 5% do PIB agregado de seus municípios, incluindo Belém, o que correspondia R\$ 20,4 bilhões. E excluindo a capital, a participação subia para próximo de 10% do PIB do Pará (Costa, 2016).

Cabe destacar que considerando o valor original da produção rural, a economia do açaí alcançou a renda de R\$ 1,3 bilhão em 2019. No mesmo ano, a renda total gerada pela economia do açaí no âmbito da economia da sociobiodiversidade<sup>66</sup> foi de cerca de R\$ 3,7 bilhões, 2,8 vezes o valor original da produção rural, totalizando R\$ 5 bilhões aproximadamente, segundo Costa (2021).

A economia do açaí possui um sistema produtivo composto por elementos do circuito superior e do circuito inferior. Considerando os dados dos estudos de Nobre

<sup>66</sup> De acordo com Costa (2022) os subsistemas produtivos do açaí desenvolvidos no âmbito da economia da sociobiodiversidade correspondem a estabelecimentos camponeses agroflorestais, os quais o autor denomina de trajetória (T2) possuem uma diversos sistemas com alto grau de diversidade em duas variantes principais:

“uma se desenvolve com dependência do bioma florestal original (T2-SAFs-F), outra em processo de reconstituição florestal a partir de áreas intensamente agricultadas (T2-SAFs-A). O número de estabelecimentos da T2-SAFs-A quase duplicou no período entre os censos(1995-2006), na Região do Grão-Pará: passou de 18.871 para 34.736 estabelecimentos”.

et al (2023), está autora compreende que os elementos do circuito superior estão voltados para a indústria e mercados externos, e processam 47% da produção, um valor agregado (VA) de R\$ 4,7 bilhões. Enquanto, os elementos do circuito inferior e circuito superior marginal que estão orientados para o mercado local, processam 53% dos frutos coletados e tem R\$ 1,08 bilhão de VA. Quando se considera o VA total do sistema produtivo do açaí, 81% do valor agregado é gerado no interior da economia do Pará. E além do que é gerado e consumido localmente, o estado ainda absorve 49,6% do valor referente à demanda externa do açaí (Nobre et al, 2023).

Ou seja, o setor possui intensa base econômica local e uma base de exportação em ascensão. Até 2019, o consumo do mercado local representou 53% da quantidade produzida, enquanto 45% foi destinada ao abastecimento nacional e 2%, às exportações em 2019 (Costa et al, 2021).

Cabe destacar ainda segundo Costa (2021) que o potencial de agregação de valor do açaí corresponde a 191%, e acontece em diferentes elos do circuito espacial de produção do açaí, com destaque para as empresas de processamento de polpa que abastecem os mercados locais, as quais são responsáveis por 27,3% da renda total gerada.

Nesse contexto, a mesorregião Metropolitana de Belém além de agregar municípios e ilhas de produção de várzea do açaí, como Barcarena e Belém<sup>67</sup>, abriga diversas empresas, agentes do circuito superior marginal, que desenvolvem atividades de processamento de polpa, especialmente no município de Castanhal. A capital por sua vez, abriga de forma mais predominante agentes da economia do açaí no circuito inferior, com constantes fluxos de entrada de açaí através de portos e feiras como: a Feira do Açaí, o Porto do Açaí, o Porto da Palha e o Porto de

---

<sup>67</sup> A economia do açaí está densamente presente no espaço e no cotidiano das 39 ilhas da Região Metropolitana de Belém, a qual possui, dentre suas principais feiras livres/portos: a Feira do Açaí (Ver-o-Peso), Porto do Açaí, Porto da Palha e o Porto de Icoaraci. Esse mercado informal agrega feirantes, batedores artesanais e sua rede de distribuição por dentro da Região Metropolitana de Belém (Silva, 2015; RMB, 2014). Advinda do processo que combinou efeitos da ocupação de zonas periféricas da orla da capital com o modo de vida e produção ribeirinha, a cultura dos hábitos de consumo de açaí se materializou em feiras livres e pontos de venda que se formaram na capital, como a tradicional Feira do Ver-o-Peso. As feiras livres e o comércio popular se transformaram em um dos fatores de centralidade de Belém em relação às ilhas produtoras agroextrativistas, que fazem parte do território da capital.

Icoaraci). Segundo Costa (2016), até 2012 essas feiras e portos chegaram a receber até 2012 o volume de 65,5 mil toneladas (Costa, 2016).

De acordo com a pesquisa de Costa (2016) possivelmente o volume de fruto que chega na cidade por esses portos abastece principalmente os batedores de açaí. O autor presume que as empresas produtoras de polpa de frutas não se abastecem nesses portos e feiras, a não ser em situações excepcionais. Esses portos são abastecidos, principalmente por sistemas agroflorestais de várzea (bioma floresta original - T2-SAFs-F) (Costa, 2016).

Sobre trajetória do nível de emprego do setor, pesquisas estimaram que entre os anos de 2001 e 2011, os empregos diretos associados à economia do açaí no Pará passaram de 25 mil para aproximadamente 125 mil empregos, o número de pessoas trabalhando no setor quintuplicou em dez anos (Neves, 2002; Costa, 2016). E entre 2011 e 2019 os empregos passaram de 125 mil para 175,9 mil empregos associados à economia de polpa de açaí, ou seja, em oito anos cerca de 50 mil pessoas foram empregadas, o que representou um aumento de 40% em relação ao ano de 2011 (Costa, 2016; Costa et al, 2021).

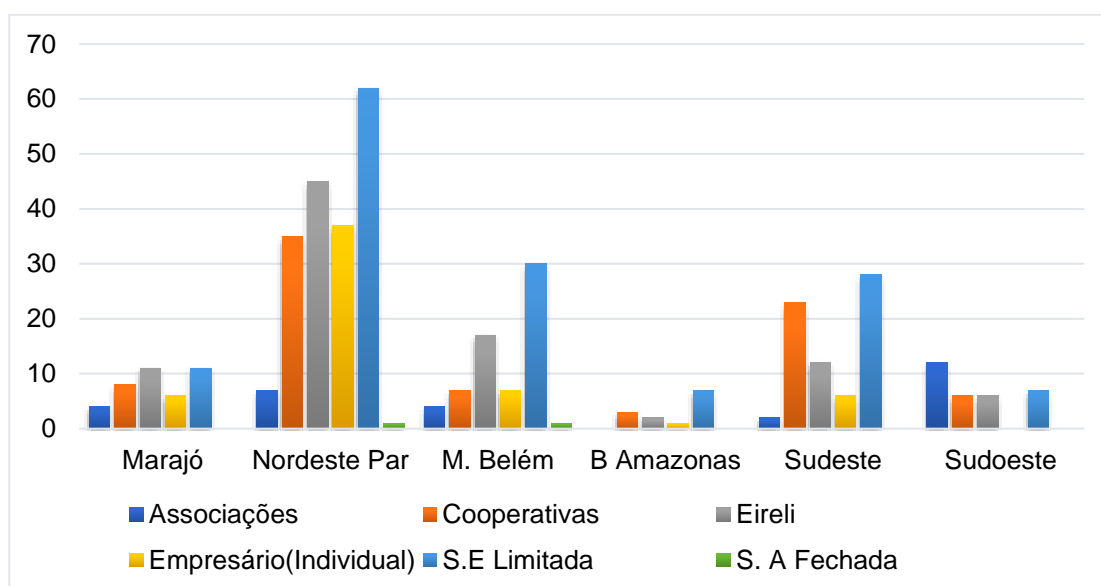
Em 2020, o emprego total associado à economia do açaí foi de 164,4 mil trabalhadores, uma redução de 6,5% em relação a 2019, o que pode estar relacionado aos impactos da pandemia de Covid-19. Desse total de empregos, 86% correspondiam a postos de trabalhos na produção rural; 2% dos postos de trabalho representaram atuações na intermediação primária, como atravessadores; 3% foram gerados no processamento artesanal dos batedores de açaí; 3% foram gerados no processamento industrial; e 5% em economias não locais (Nobre et al, 2023)

Com olhar sobre a distribuição de grupos sociais atuantes na economia do açaí, especialmente na Região do Grão-Pará, é possível observar a existência de um padrão territorial das relações rurais-industriais para a produção de polpa, pois enquanto a produção rural é difusa por todo o território, a produção industrial se concentra principalmente na mesorregião Metropolitana de Belém, com 79% do emprego, dos quais 13% são utilizados para o processamento da produção rural da própria mesorregião e 66% para o processamento da produção provinda das outras mesorregiões: 35% do Marajó e 31% do Nordeste Paraense, cuja produção industrial

absorve apenas uma parcela de sua produção, correspondente a 21% da produção total da Região do Grão-Pará (Costa, 2022).

Tratando dos tipos de instituições atuantes no circuito socioespacial do açaí, conforme a base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), foi analisada uma amostra de instituições de diferentes naturezas jurídicas que desenvolvem como atividade principal o CNAE<sup>68</sup>:133401 - *cultivo de açaí para produção de palmito e do fruto*<sup>69</sup>, de 2020. A amostra conta com 408 instituições presentes no estado do Pará: 29 associações, 82 cooperativas, 93 eireli, 57 empresários (individual), 145 sociedade empresária limitada e 2 Sociedade Anônima Fechada. Tais organizações estão distribuídas conforme segue no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Estabelecimentos cadastrados na Receita Federal que atuam no cultivo de açaí e produção de fruto açaí e palmito (CNAE: 133401)<sup>70</sup>



Fonte: Elaboração própria, OCB, Receita Federal, Instituto Conexsus (2021).

De acordo com a distribuição de instituições que atuam no cultivo de açaí por mesorregião do Pará, se observa a concentração de organizações no Nordeste paraense, com destaque para maior participação de cooperativas, eirelis,

<sup>68</sup> A sigla CNAE significa Classificação Nacional das Atividades Econômicas. É o instrumento de padronização nacional por meio dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

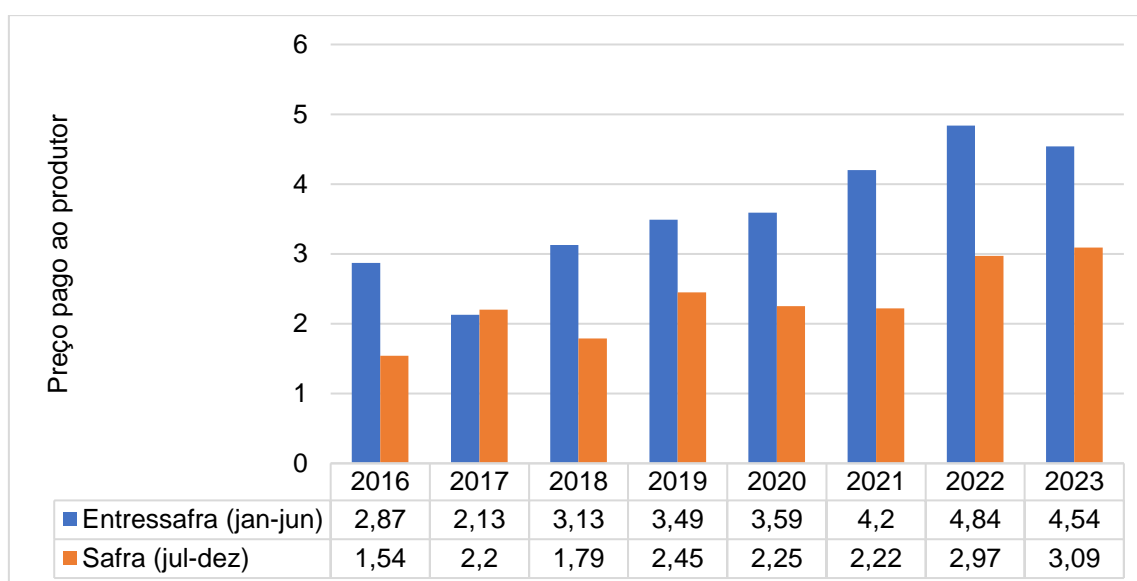
<sup>69</sup> CNAES associados: A produção de suco concentrado de açaí (10333/01); A produção de suco de açaí, exceto sucos concentrados (10333/02); A fabricação de conservas do fruto de açaí (10317/00).

<sup>70</sup> <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/cadastros>

empresários (individual) e sociedades empresárias limitadas. A mesorregião do Marajó mesmo fazendo parte das maiores produções de açaí do estado, lida com necessidade de mapeamento de instituições produtoras e/ou de formalizações de produtores ou grupos de produtores. A Metropolitana de Belém, por sua vez, possui empresas e indústrias de médio e grande porte, e um volume expressivo bateadores artesanais de açaí não contabilizado na amostra, que segundo Costa et. al (2018) apenas na cidade de Belém atuavam aproximadamente 3 mil bateadores de açaí em 2018 (Costa et al, 2018).

Sobre as tendências de variação no preço do açaí fruto, ao longo das últimas décadas foram percebidos constantes aumentos no nível do preço do açaí. A elevação anual do preço do fruto e o aumento do cultivo do açaí em terra firme impactaram diretamente no nível e forma de consumo local e na ampliação da oferta destinada para o consumo externo (Costa, 2022).

Gráfico 3: Variação do preço do açaí pago por quilograma ao produtor na safra e entressafra entre 2015 a 2023



Fonte: Conab, 2025.

No período do início da pandemia de covid-19 em 2020, ocorreram impactos negativos, com a redução dos preços pagos aos produtores de açaí, momento no qual o preço da rasa (cesto de palha com 14 Kg do fruto) variou entre R\$ 15,00 a R\$ 60,00. Em agosto de 2020, a escassez do açaí se tornou evidente em um momento do ano no qual em anos normais o cenário é de aquecimento do consumo. Ocorreu

que os produtores tiveram receio de não conseguirem escoar a produção, devido aos estoques parados nas indústrias na época, e reduziram a produção, o que resultou na escassez do açaí principalmente para os consumidores locais e para os pequenos comerciantes (Conab, 2020; Martins, 2023).

No que consiste o consumo externo do açaí nos últimos anos, houveram algumas mudanças nos dados oficiais sobre a exportação da polpa e mixes do fruto pelo Pará. Cabe pontuar que existiam dificuldades de uma análise precisa do comércio exterior do açaí, pois os registros das exportações de polpa até dezembro de 2016 presentes no banco de dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram feitos de forma conjunta com outras frutas e sucos de frutas, cujos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) são: 20098990, 20089900 e 08119000<sup>71</sup>. Contudo, com a publicação da Resolução nº 4 da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), de 26 de janeiro de 2016, o NCM da polpa de açaí (2007.99.21) passa a ter viabilidade para utilização, entretanto apenas em 2018 esse NCM aparece na base de dados do MDIC, descrito como o açaí em creme ou purê (Bentes, Homma, Santos, 2017).

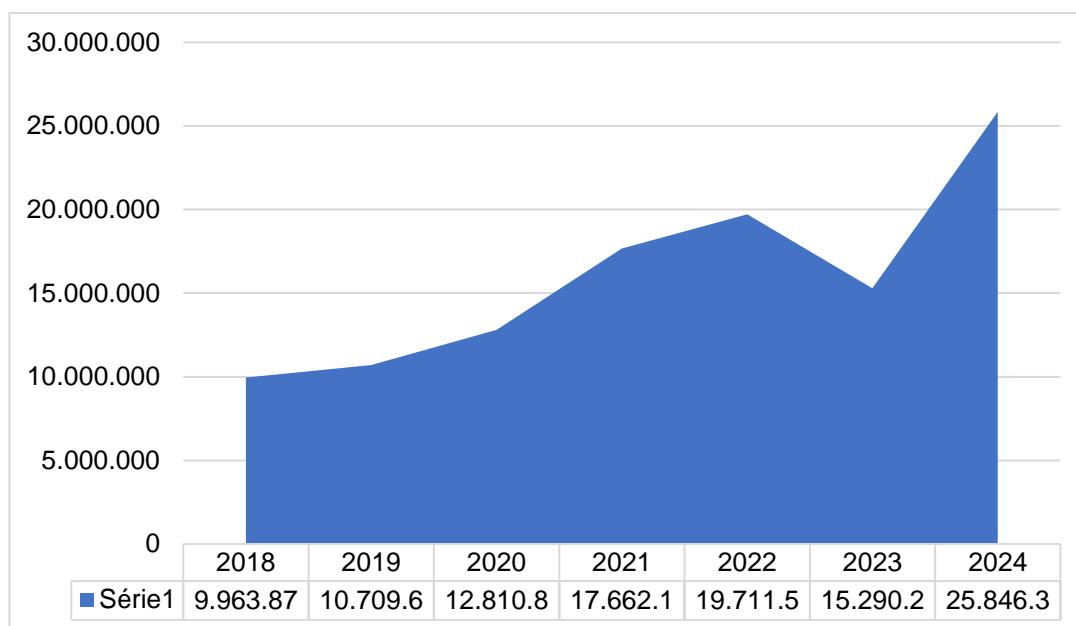
Segundo Bentes, Homma, Santos (2017), ao considerar os três códigos usados nas exportações desses produtos (20098990, 20089900 e 08119000), o açaí representa o produto de maior peso entre os três produtos, cerca de 87% de participação da polpa de açaí até 2014, considerando dados estaduais e federais.

Quando considerada a quantidade exportada a partir do ano de 2018, no qual o açaí passa a ser identificado pelo novo NCM, é possível observar a comercialização de 9.963 mil toneladas de frutas e polpa de frutas, acompanhada de um crescimento moderado em relação a 2019, quando o volume exportado foi de 10.709 mil toneladas. Em 2021, ocorreu uma elevação significativa de 38% (17.662 t) nas toneladas de frutas e polpas de frutas exportadas. Enquanto em 2023, as exportações reduziram para 15.290, seguida de aumento de quase 70 % no ano seguinte em 2024.

---

<sup>71</sup> 20098990 - Sucos (sumo) de outras frutas, não fermentado, sem adição de açúcar; 20089900 - Outras frutas, partes de plantas, preparadas/conservadas de outro modo até frutas não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, mesmo adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes; 08119000 - Outras frutas não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, mesmo adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes.

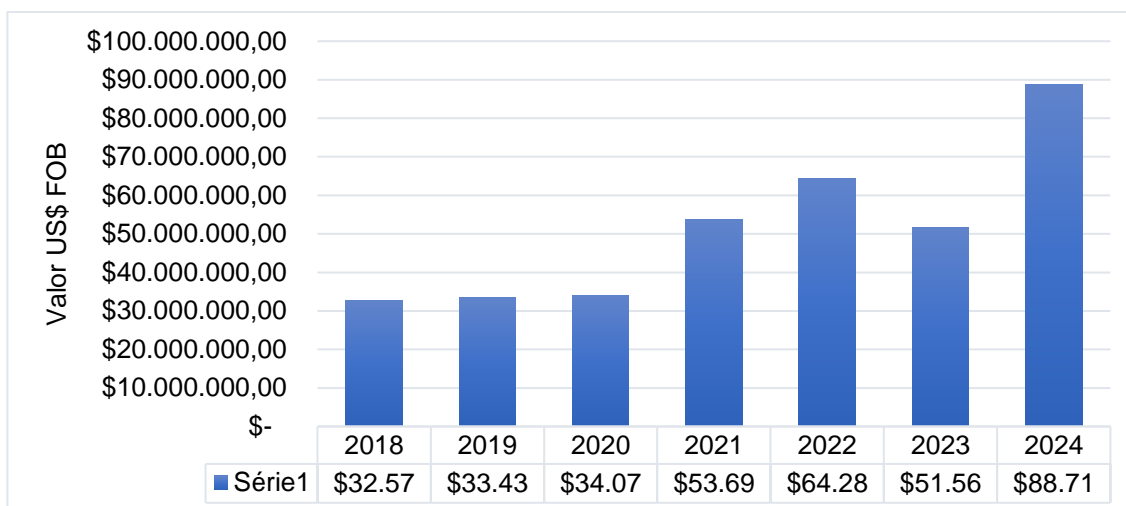
Gráfico 4: Quantidade (t) das exportações de frutas, sucos de frutas e purê de açaí do Estado do Pará entre 2018 e 2024



Fonte: Comexstat, 2025.

Em termos de valor US\$ FOB, entre 2018 e 2024 as exportações de frutas e polpas passaram de US\$ 32,6 mil para US\$88,7 mil, 2,7 vezes maior que valor de 2018. Cabe destacar que mesmo no período da pandemia Covid-19 se manteve o crescimento das exportações de polpas do estado do Pará, assim como um faturamento de US\$ FOB 17,6 mil.

Gráfico 5: Valor (US\$ mil) das exportações de frutas, sucos de frutas e purê de açaí do Estado do Pará entre 2018 e 2024



Fonte: Comexstat, 2025.

A utilização do NCM da polpa de açaí (2007.99.21) ainda não é amplamente realizada pelas empresas exportadoras, representando 0,3% do total do valor fob de frutas exportadas, segundo dados do Comexstat (2025). Ou seja, as indústrias processadoras de polpa de açaí ainda se utilizam dos NCM's 20098990, 20089900 e 08119000, para realizar suas exportações.

Entre os principais compradores nacionais do açaí paraense estão os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto os principais destinos internacionais são os Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Japão, Reino Unido e alguns países da Europa (Bentes, Homma, Santos, 2017). Cabe ainda pontuar que recentemente, as indústrias processadoras e exportadoras de açaí também passaram a utilizar o NCM/SH 2106.90.90 referente ao *Sorbet de açaí*, pronto para consumo humano no estado em que se encontra.

O açaí passou ao longo das últimas décadas por transformações na sua base produtiva e suas bases de consumo, que inicialmente atendiam predominantemente a demanda regional, a partir de trabalho familiar, espacialmente difuso e com pequenas escalas de produção por meio do processamento artesanal do fruto advindo do agroextrativismo<sup>72</sup>. Em contrapartida, pelo crescimento das demandas

<sup>72</sup> Os agroextrativistas subsidiaram a ascensão da economia do açaí, que ainda reproduz desigualdades, principalmente por relações hierárquicas impostas sobre os diversos agentes de base popular, que vivenciam fragilidades institucionais e de efetividade políticas para o setor, o baixo acesso a crédito, a dependência de agentes intermediários na comercialização, inexistente investimento em diversificação do produto e o acesso desigual a infraestruturas e rendimentos econômicos subvalorizados (Brondízio, 2004).

extralocais, se expandiram experiências de industrialização da fruta a partir de produções agrícolas, de cultivo em terra firme por irrigação e agroextrativista em áreas de várzea. Essas estruturas produtivas alcançaram produção em média e larga escala, e passaram a suprir demandas das indústrias para o atendimento dos mercados nacionais e internacionais (Costa et. al. 2003, 2006).

Com a ascensão da relevância econômica do açaí surgiram também iniciativas estatais para incentivo ao setor produtivo do açaí, favorecendo especialmente empresas processadoras e batedores artesanais da Região Metropolitana de Belém. Conjuntamente ao desenvolvimento de políticas estaduais e federais, surgiram formas de acesso ao crédito rural para produtores de açaí por meio de bancos de fomento e apoio técnico de agentes do terceiro setor, especialmente a partir da década de 2000. Tais tópicos serão discutidos posteriormente, no capítulo 4.

### **3.3.1 Circuito socioespacial de produção do açaí: caracterização e funcionamento**

A partir deste ponto, propomos uma caracterização para economia do açaí pautada no arcabouço teórico dos circuitos da economia urbana e dos circuitos espaciais de produção. Contudo, se trata de uma abordagem pautada em generalizações do funcionamento do circuito socioespacial de produção do açaí no Pará.

Os elementos dos circuitos da economia embasam o debate sobre o funcionamento de um circuito espacial produtivo do açaí (CSP-Açaí), ao considerar componentes socioespaciais próprios do setor. Se tratam de ferramentas metodológicas discutidas anteriormente para análise da economia do açaí no Pará:

- a) identificação da atividade produtiva dominante: incluindo os tipos de ramos dessa atividade - tipos de produção e atuação sobre o produto;
- b) identificação dos agentes envolvidos: aspectos técnicos e normativos;
- c) identificação do uso e organização do território: localização, etapas produtivas, fluxos comerciais – compra e venda, origem e destino do produto);
- d) identificação dos círculos de cooperação e as relações econômicas.

Como mencionado nas seções anteriores a evolução da economia do açaí materializou um complexo sistema produtivo que abastece distintos subcircuitos e que dependem da divisão territorial do trabalho no Pará, onde diversos grupos e agentes atuam em atividades e operações do processo produtivo e de comercialização. Tais grupos representam componentes dos circuitos da economia no estado.

O açaí, um dos principais representantes dessa economia, passou a integrar a base de exportação do estado, que se tornou maior produtor nacional do fruto ao seguir um processo de especialização produtiva (Costa, 2016). Cenário que representa uma nova dinâmica econômica e territorial que tem se imposto sobre a região do estuário ou foz do rio Amazonas, nas proximidades da capital do estado, Belém. Esta nova dinâmica alterou a escala e os padrões de consumo desse produto na economia local e extralocal, e impulsionou a utilização de novas tecnologias de produção, distribuição e processamento industrial do fruto.

Deste modo, foi discutido até o momento a trajetória histórica e o panorama contemporâneo da economia do açaí, a qual materializou fases de organização socioeconômica distintas, que transitaram de ancestralidades e combinações produtivas à heterogeneidades (Monte-Mor, 2006) construídas sob influências de condições gerais de produção, que materializaram a estrutura produtiva em vigor que operacionaliza o circuito socioespacial de produção do açaí (CSP-Açaí).

As fases de organização dessa estrutura foram forjadas nos dois últimos séculos pela expansão do tecido urbano (Monte-Mor, 2004) na condução da formação de elementos da economia do açaí no circuito inferior das cidades, especialmente em Belém, ao mesmo passo que trocas de saberes campestinos, imigrantes e combinações de técnicas constituíram elementos do setor no circuito superior das cidades paraenses (Santos, 2008).

### *3.3.1.1 O açaí nos circuitos da economia: como se organiza o circuito socioespacial produtivo do açaí no Pará?*

Para discutir o CSP-açaí cabe reiterar que os circuitos espaciais de produção revelam uma situação relativa dos lugares, ou seja, de uma porção de espaço em função da divisão do trabalho, em um dado período do tempo. E deste modo, a

distribuição de atividades produtivas e os círculos de cooperação dependem das disponibilidades de recursos materiais, fatores naturais, grupos sociais e sistemas técnicos estabelecidos nos territórios, assim como fatores de cunho político e culturais. (Santos, 1986; Silva, 2012).

Dito isso, a economia do açaí é debatida no presente trabalho de tese como atividade produtiva dominante, que engloba uma diversidade de agentes, etapas produtivas, técnicas, fluxos materiais e imateriais, e círculos de cooperação desenvolvidos no Pará. Para discutir a configuração do circuito socioespacial de produção do açaí, cabe ressaltar que sua estrutura está alicerçada nos circuitos da economia, e que os elementos dessa atividade produtiva no circuito inferior nascem de práticas ancestrais e populares, da organização socioeconômica dos agentes do estuário amazônico, de suas migrações e expansão de suas culturas nas cidades especialmente na região do Grão Pará (Costa, 2016). Na mesma região são estabelecidas produções de maior escala em SAF's e também por monocultura de açaí, através de organizações coletivas e empresariais, que em certa porção atuam como indústrias de processamento da polpa de açaí, com o foco em atender consumidores externos nacionais e internacionais.

Nessa ampliação de mercados, agentes do circuito superior se utilizaram dos artifícios do tecido urbano para expandir seu alcance comercial, a partir de uma base produtiva agroextrativista. Contudo, a tendência do circuito superior posteriormente foi de aderir ao monocultivo do açaí para ampliação das escalas de produção e comércio.

Deste modo, é possível observar que a economia do açaí na contemporaneidade possui subsistemas que se complementam e/ou competem na esfera da produção agroextrativista, da monocultura, do processamento industrial, da indústria de beneficiamento, de exportação, do comércio popular. Ou seja, representam os circuitos de ramos que compõe o circuito socioespacial produtivo do açaí, ramos nos quais diferentes grupos de organizações e agentes operacionalizam fluxos materiais e imateriais – circuito de firmas ou agentes -. Essas estruturas se desenvolveram e funcionam por combinações, complementariedades e interdependência entre a economia privada, economia estatal, economia popular e economia solidária nos processos de produção, distribuição e consumo (Coraggio, 2011; Arroyo; 2008).

### 3.3.1.2 A Atividade, os ramos e agentes: organização social do CSP- Açaí

Partindo da existência de diferentes elementos do setor do açaí nos circuitos da economia, cabe pontuar que a atividade produtiva do açaí inicia seu ciclo no circuito espacial de produção a partir dessas principais formas de produção primária do fruto: manejo, sistemas agroflorestais, consórcios e monocultura, a grosso modo. Esses tipos de produção podem suprir agentes do circuito superior e do circuito inferior, contudo em geral a monocultura e os consórcios de espécies tendem a abastecer a grande demanda do circuito superior, enquanto o agroextrativismo do açaí, o manejo e/ou SAF's costumam suprir agentes do circuito inferior.

Cabe pontuar que ao considerar que a urbanização extensiva (Monte-Mor, 2011) dissolve o antigo debate urbano e rural, e que o urbano como substantivo transcende espacialmente, para além do território da cidade, se considera nessa tese que os elementos do campo fazem parte dos sistemas e/ou circuitos da economia urbana amazônica, ao passo que são responsáveis pela organização social e fases do circuito de produção, ou seja, dos inputs necessários para a existência e funcionamento do CSP -açaí.

Os agentes do açaí do circuito inferior podem ser observados no circuito inferior central e no circuito inferior residencial com elementos de produção, fabricação e comércio não modernos, além de agentes mistos. No CI central estão especialmente: na produção não moderna as associações, cooperativas, produtores agroextrativistas até média escala e agricultores familiares que atuam em regiões de várzea e de terra firme, peconheiros (trabalhadores que colhem o açaí da palmeira); entre os agentes intermediários e mistos estão os atravessadores (indivíduos que compram o açaí do produtor e entregam para os marreteiros), marreteiros (negociantes), barqueiros, carregadores portuários, caminhoneiros e outros transportadores; no comércio não moderno estão os restaurantes populares, feirantes e/ou batedores; e na fabricação não moderna estão os batedores artesanais (tipo 1).

Esses agentes são responsáveis pelo intenso fluxo do fruto nas principais feiras, portos e pontos de venda do fruto no estado, especialmente na região do Grão Pará, na qual a região Metropolitana de Belém envolve locais como a Feira do açaí

no Mercado Ver-o-Peso, Porto do Açaí, Porto da Palha e o Porto de Icoaraci. É possível perceber maiores níveis de demanda nesse subcircuito e atuações espacialmente centralizadas.

No circuito inferior residencial estão os produtores agroextrativistas individuais – produção não moderna; negociantes e transportadores – elementos mistos ou intermediários; atividades de processamento de batedores artesanais (tipo 1) de açaí e comerciantes de feiras de menor porte localizadas em bairros periféricos das cidades – comércio não moderno. No circuito inferior residencial, a demanda é disseminada espacialmente, com mais pontos de comercialização para atendimento de consumidores de menor renda até a classe média em bairros específicos da cidade paraenses.

O circuito superior abriga o circuito superior marginal no qual se encontram: produtores de larga escala (consórcio e monocultura) e cooperativas empresariais – produção moderna; varejistas, supermercados, restaurantes, sorveterias, atacadistas - comércio moderno; batedores tipo 2 - Indústria urbana; indústrias de transformação e beneficiamento de polpa - indústria de exportação. E no circuito superior propriamente dito está o comércio de exportação com a atuação de trades, indústria de exportação e diversificação com a atuação de indústrias de nacionais e internacionais (produtos alimentícios, fármacos, cosméticos) e de setores de P&D. Elementos mistos são especialmente representados por transportadores e atacadistas (Montenegro, 2011).

Tabela 3: Agentes dos circuitos da economia na CSP do Açaí

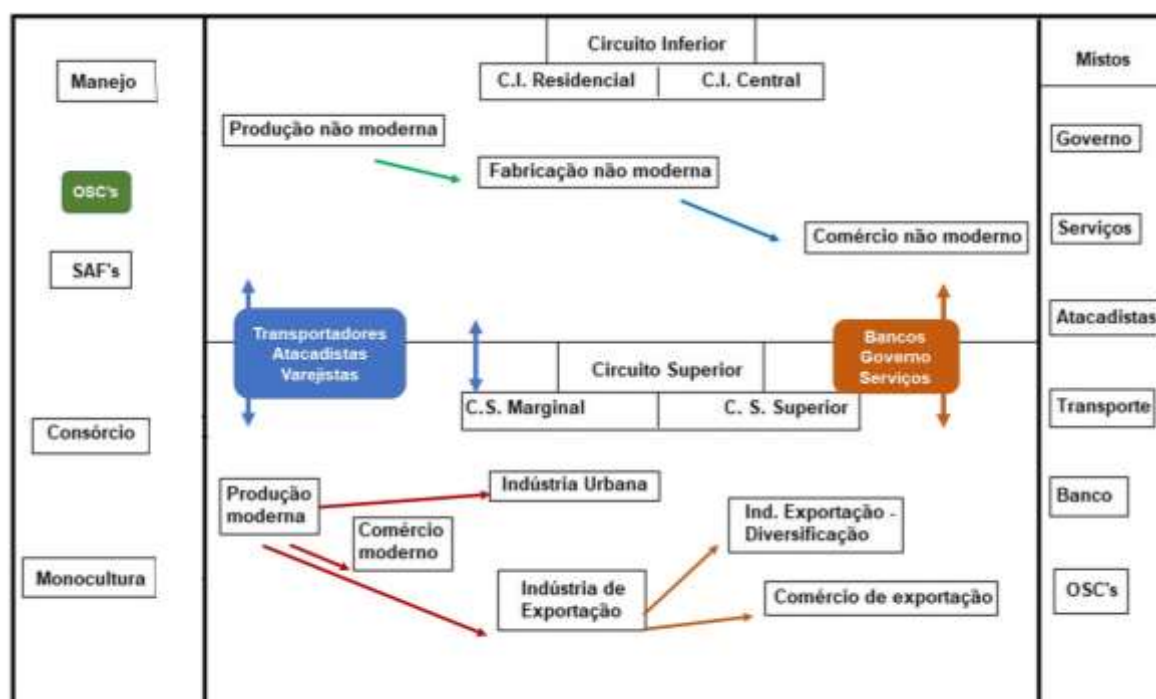
<b>Circuito Inferior</b>	<b>Agentes</b>
Produção não moderna	associações, cooperativas, produtores agroextrativistas até média escala e agricultores familiares
Fabricação não moderna	batedores artesanais (tipo 1) de açaí
Comércio não moderno	atravessadores (indivíduos que compram o açaí do produtor e entregam para os marreteiros), restaurantes populares, feirantes e/ou batedores, marreteiros (negociantes), feirantes
Elementos mistos	barqueiros, carregadores portuários, caminhoneiros
<b>Circuito Superior</b>	<b>Agentes</b>

Produção moderna	produtores de larga escala (consórcio e monocultura) e cooperativas empresariais
Comércio moderno	varejistas, supermercados, restaurantes, sorveterias, atacadistas
Indústria Urbana	batedores tipo 2
Indústria de Exportação	indústrias de transformação e beneficiamento de polpa - indústria de exportação
Indústria de Exp Diversificação	indústrias de nacionais e internacionais (produtos alimentícios, fármacos, cosméticos) e de setores de P&D
Comércio de exportação	Trades
Elementos mistos	transportadores, atacadistas

Fonte: Elaboração Luz Marina Lopes de Almeida, 2025.

Além da atuação dos barqueiros, carregadores portuários, caminhoneiros transportadores, atacadistas, outros elementos mistos ou híbridos podem ser identificados como órgãos e membros do estado, instituições bancárias e organizações da sociedade civil. Elementos que fazem parte da rede de relações/círculos de cooperação dos agentes do circuito socioespacial de produção do açaí.

Figura 3: Elementos dos circuitos da economia no Circuito Socioespacial de produção do açaí



Fonte: Elaboração Luz Marina Lopes de Almeida, 2025. Baseado em Santos, 2008.

Cabe ressaltar que este conjunto de agentes e atividades podem assumir diversas funções nos circuitos e entre os circuitos da economia, por meio de articulações verticais e/ou horizontais, deste modo cabe relativizar esses papéis e posicionamentos de cada elemento, dados que fazem parte de um sistema único e não dual.

Em alguns casos, por exemplo, o próprio produtor pode realizar o transporte, o negociante pode ser transportador e produtor, dentre outros casos. Os produtores agroextrativistas podem exercer mais de uma função no circuito de produção, realizar o transporte, o comércio e/ou fabricação de polpa do açaí. Esse fato demonstra principalmente que o circuito inferior apresenta atuações flexíveis em diversos elos do CSP-açaí, seja na produção, distribuição ou circulação, ou seja, o trabalho intensivo que acumula funções e pode ser observado especialmente dos portos e feiras do Estado.

### *3.3.1.3 Etapas produtivas, círculos de cooperação e relações do CSP-açaí no Pará*

Como discutido anteriormente, a região do Grão Pará concentra grande parte do arsenal produtivo de açaí, assim como parte significativa dos agentes do CSP-açaí que atuam em diferentes formas de produção, de transformação do produto, de serviços, de escalas de comercialização e de relações econômicas.

De acordo com Costa (2022), a região do Grão-Pará desde 2006 apresenta de forma evidente um padrão territorial de relações econômicas para produção de polpa de açaí. Enquanto a produção rural se apresenta difusa por todo o território, a produção industrial está concentrada principalmente na mesorregião Metropolitana de Belém, com 79% do emprego, dos quais 13% são utilizados para o processamento da produção rural da mesorregião Metropolitana de Belém; e 66% para o processamento da produção oriunda de outras mesorregiões: 35% do Marajó e 31% do Nordeste Paraense. Do total produzido na Região do Grão-Pará, a produção industrial absorve apenas 21%.

A tabela 4 sistematiza as características, atividades e agentes do CSP-açaí no Pará, cada tipo de agentes desenvolve diferentes funções no processo produtivo do açaí, seja ao entregar a polpa do fruto como produto final, seja ao comercializar

produtos mais elaborados. Esses agentes fazem parte dos circuitos da economia, e estabelecem subcircuitos produtivos mais curtos, especialmente desenvolvidos pelo circuito inferior para o consumo popular local culturalmente expandido e recentemente ressignificado pela classe média paraense. Ou em subcircuitos produtivos médios ou mais longos, nos quais o fruto passa pelo beneficiamento, diversificação e tecnologias mais avançadas para atender um público externo no setor alimentício, fármacos e cosméticos entre outros segmentos.

Esses subcircuitos produtivos operacionalizam as etapas do csp-açaí de formas específicas, e desenvolvem por fluxos curtos, médios e longos de comercialização, que podem ser vistos na venda direta em feiras, portos e pontos de batedores artesanais pelo estado, ou pela venda indireta que inclui a necessidade de agentes intermediários e capacidades logísticas de longo alcance, observadas nas vendas destinadas especialmente a estado como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e países como Japão, China e Estados Unidos.

Tabela 4: Etapas do Circuito Socioespacial de produção do Açaí nos circuitos da economia

Circuitos da economia urbana		Características e Atividades	Etapas do circuito espacial de produção de açaí				
			Produção	Fabricação	Distribuição	Circulação/Comércio	Consumo
Circuito superior	superior	Trades, indústrias de diversificação nacionais e internacionais (produtos alimentícios, fármacos, cosméticos), empresas exportadoras. Atuações em P&D	Produção de larga escala (consórcio e monocultura), devolvida com técnica de irrigação e aplicação de técnicas de ICT's com novas variedades da espécie.	Fabricação de produtos à base de açaí com alta tecnologia, realizando a diversificação mais avançada a partir da exploração de suas propriedades nutricionais, farmacológicas e cosméticas.	Por meio de transporte e empresas atacadistas (com armazenamento específico) por transporte rodoviário, fluvial e aeroviário, como produtos diversificados para exportação nacional e internacional.	Comercialização através de lojas de varejo ou pontos de venda próprios das marcas, com publicidade longo alcance e comércio em websites, estabelecendo longas cadeias de comercialização.	População de classe média alta nacional e internacional especialmente em metrópoles e grandes cidades.
	superior marginal	Plantio do fruto por grandes latifundiários, cooperativas, Indústrias de transformação, beneficiamento, de processamento de polpa, empresas exportadoras, atacadistas, restaurantes, sorveterias, batedores tipo 2	Produção de larga escala em terra firme (consórcio e monocultura), devolvida com técnica de irrigação e aplicação de técnicas de ICT's com novas variedades da espécie.	Processamento do fruto, beneficiamento em mixes, cremes, energéticos, versões orgânicas, pó do açaí, sorvetes. Produção urbana de batedores tipo 2 em estabelecimentos com várias máquinas batedoras, restaurantes, e fabricação de sorvetes e mixes	Por meio de serviços do atravessador, de transportadoras e redes atacadistas (com armazenamento refrigerado) rodoviário, fluvial e aeroviário, como produtos transformados e beneficiados para comercialização local, nacional e internacional.	Comercialização de polpa de açaí, sorvetes e mixes através de redes varejistas-filiais de mixes, venda direta por pontos de venda próprios, supermercados, restaurantes, sorveterias ou websites e publicidades. Estabelecem médias e longas cadeias de comercialização.	População de classe média alta e classe média nacional e internacional especialmente em metrópoles e grandes cidades.
Circuito Inferior	inferior central	Associações, cooperativas e agricultores atuantes na produção agroextrativistas, atividades de processamento e venda de polpa nas principais feiras/portos populares com o trabalho de feirantes, barqueiros, atravessadores, carregadores no estado e na RMB.	Produção de manejo, açaí "nativo" ou SAF's em regiões de várzea ou terra firme, negociadas por atravessadores ou direto com o produtor.	Processamento do fruto em máquinas batedoras de açaí (1 ou 2 tambores) em alguns casos mais de uma máquina responsáveis pelo produto do vinho do açaí.	Realizada através de barqueiros, atravessadores/negociantes, produtores com transporte próprio, por meio de transporte rodoviário e fluvial para comercialização em portos, feiras ou a chamada "pedra" portos de negociações do fruto in natura.	Comercialização através de venda direta, em grandes feiras e em pontos de venda de batedores artesanais (polpa do açaí vendido em três texturas (popular, médio e grosso), restaurantes, e sorveterias, e em bairros centrais das cidades do estado, com serviços de entrega de aplicativos e entrega do próprio estabelecimento. Estabelecem médias e curtas cadeias de comercialização	População de classe média e de menor renda do estado, em especialmente na Região metropolitana de Belém.

<b>inferior residencial</b>	Produção agroextrativista, atividades das processamento e venda do vinho do açaí em pontos de venda de batedores artesanais de açaí (tipo 1) espalhados em bairros das cidades, negociantes (venda e transporte), e entrega no estado e na RMB	Produção de menor escala por manejo, açaí "nativo" ou SAF's em regiões de várzea, negociadas por atravessadores ou direto com o produtor.	Processamento do fruto em máquinas batedoras de açaí (1 tambor) que geram como produto o vinho do açaí em três tipos de espessuras (popular, médio e grosso).	Realizada através de barqueiros, atravessadores/negociantes, produtores com transporte próprio, por meio de transporte rodoviário e fluvial para comercialização em portos, feiras ou a chamada "pedra" portos de negociações do fruto in natura.	Realizada através venda direta em feiras de bairros das periferias e pontos de venda de batedores artesanais (polpa do açaí vendido em três texturas (popular, médio e grosso) das cidades do estado, com serviços de entrega de aplicativos e entrega do próprio estabelecimento. Estabelecem curtas cadeias de comercialização	População de menor renda do estado, em especialmente na Região metropolitana de Belém.
<b>Circuito Inferior - Redistribuição</b>	Produção agroextrativista realizada por associações, cooperativas e agricultores que acessam os editais/chamadas públicas para fornecimento em mercados institucionais de alimentos, nos quais o açaí pode ser comercializado in natura ou em polpa no estado	Produção de manejo, açaí "nativo" ou SAF's em regiões de várzea ou terra firme.	O fruto pode ser vendido in natura ou em caso de comercialização em polpa, o produtor realiza o processamento do fruto em máquinas batedoras de açaí (1 tambor) que geram como produto a polpa do açaí.	Realizada através de barcos ou caminhões próprios dos produtores ou contratados com o valor embutido no produto.	Produto entregue em entidades de assistência social e escolas públicas através de políticas públicas voltadas as compras institucionais, pela CONAB, PAA e PNAE.	População de menor renda e em maior vulnerabilidade social no estado

Fonte: Elaboração da autora. Baseado em Santos, 2008; Silva, 2012.

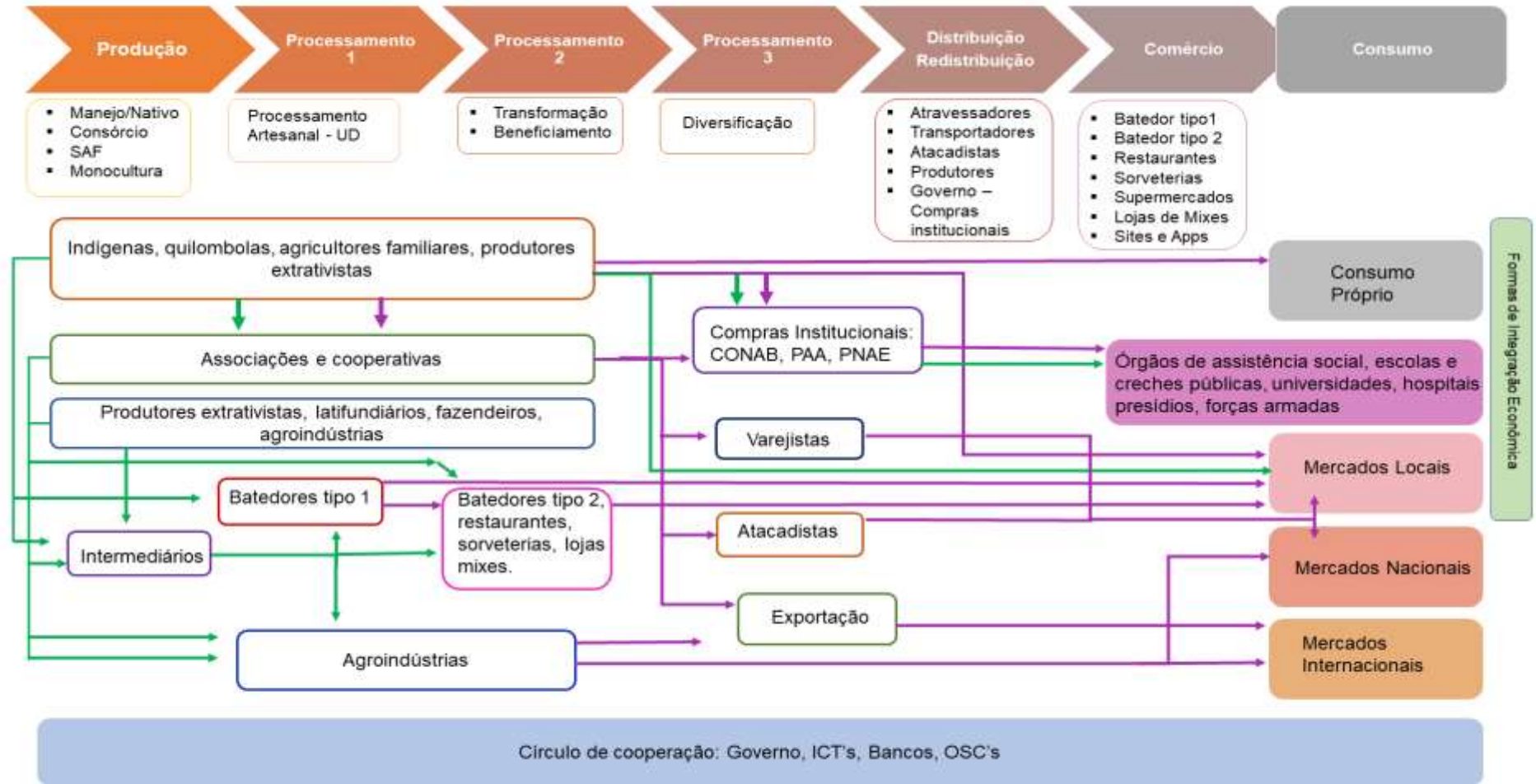
Até os anos 2011, 26% da produção total de açaí passava por subcircuitos curtos, praticamente sem intermediação dos produtores rurais até os batedores artesanais de açaí, unidades domésticas (Coraggio, 1994) de processamento artesanal de polpa do fruto que atendem ao consumo dos municípios produtores. Um subcircuito médio se estrutura por meio dos batedores de açaí, que garantem o abastecimento cotidiano da capital Belém, pela qual passava 18% da produção total de açaí, com a intermediação de atravessadores. Os atravessadores, por sua vez, faziam a intermediação de 74% da produção total. Em subcircuitos mais longos se formam orientados pelo circuito superior com a produção industrial de polpa, que representava 56% da produção total de açaí, deste percentual 52% se destinava a indústria de alimentos nacional, 3% para mercado internacional e 1% para a indústria de cosméticos e fitoterápicos nacional (Costa, 2016; Costa, 2022).

Essa distribuição da oferta pelo CSP-açaí, em parte dependem dos círculos de cooperação (Arroyo,2008; Castillo e Frederico,2010; Dantas, 2016) estabelecidos pelo circuito superior, no qual algumas empresas tem crescido não apenas em produtividade, como também no quesito inovação tecnológica e cooperação entre si. Entre as principais formas de cooperação estão a participação conjunta em feiras e exposições, treinamento de mão de obra, e a venda e compra conjunta. Mas temas como inovações e desenvolvimento tecnológico de produtos ainda não representam pontos de cooperação (Costa, 2016). Sob esses aspectos se encontram outras instituições atuando nos círculos de cooperação como entidades estatais, bancos, instituições de ciência e tecnologia (ICT's) e organizações da sociedade civil (OSC's).

No que consiste as atuações em formas de integração econômica estabelecidas no CSP-açaí, é possível identificar que agentes como extrativistas, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, organizados ou não por sindicatos, conselhos, outros tipos de movimentos sociais, associações e cooperativas, desenvolvem diversas FIE'S. Contudo, restringimos a observação primeiramente à troca ou venda direta, identificadas nos subcircuitos curtos do CSP-açaí. Os agentes responsáveis fazem parte do circuito inferior que geralmente realizam a comercialização em pontos de venda individuais (unidades domésticas), feiras, mercados populares e portos.

Outra forma de integração econômica identificada foi a redistribuição, ao observar a atuação do estado por meio das políticas voltadas às compras institucionais de alimentos, como o PAA e o PNAE.

Figura 4: Etapas do Circuito Socioespacial de produção do Açai do Pará



Fonte: Elaboração da autora. Baseado em Santos, 2008; Silva, 2012.

O funcionamento do CSP-açaí envolve da produção ao processamento do fruto, a distribuição, redistribuição, a circulação ou comércio e o consumo, com fluxos curtos, médios ou longos, que movimentam uma diversidade de agentes e formas de relações econômicas, que disseminam espacialmente padrões diferentes de consumo do açaí. Entre incorporações de novos mercados, novas instituições e agentes de ação direta ou indireta no CSP-açaí, ao longo das últimas três décadas, a força de aglomeração da economia do açaí vem se reduzindo, segundo Costa (2022):

Capacidades econômicas, traduzidas em graus de monopólio elevados, ou assimetrias tecnológicas ou contratuais, que favorecem as economias extralocais; ou, em visão inversa, fragilidades que reduzem o poder de retenção local dos excedentes que se geram em torno de seus produtos.

## **CAPÍTULO 4: O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ**

Na histórica exploração dos recursos naturais da região Amazônica, o Pará vivenciou diversos ciclos extrativos, que perpetuaram a imagem de um estado fornecedor de recursos primários. Entre os movimentos que possuem relação direta com os extrativismos locais e a organização das produções dos recursos florestais está a estruturação de sistemas coletivos de produção e comercialização, coordenados por cooperativas e/ou associações comunitárias, que em geral replicaram ao longo do tempo técnicas e processos produtivos sustentáveis em suas comunidades.

Contudo, tais organizações coletivas sofreram transformações em suas formas de atuação, em seus sistemas técnicos e produtivos pela expansão de condições gerais de produção capitalista e por influências de políticas públicas direcionadas à região Norte. Este capítulo debate inicialmente a atuação de organizações coletivas na produção do açaí, considerando as influências do Estado e de organizações da sociedade civil no perfil e funções dessas instituições na economia paraense.

Tendo por base a complexidade da dinâmica e da organização social da economia do açaí no Pará, o propósito do capítulo está em discutir o papel das cooperativas na organização, funcionamento e conexões nos subsistemas produtivos do circuito socioespacial de produção do açaí no Pará. Essas organizações coletivas na fruticultura do estado atuam em diferentes subcircuitos de produção, com atendimento de diferentes públicos consumidores e em fluxos curtos, médios e longos de comercialização, assim como seus círculos de cooperação no CSP-açaí no Pará.

As cooperativas possuem papéis distintos no desenvolvimento do circuito socioespacial de produção do açaí, atendendo o circuito inferior e o circuito superior, especialmente atuando nas etapas de produção, armazenagem, despulpamento/transformação e distribuição. Tratam-se de instituições de suprimento da produção e integração no circuito espacial de produção do açaí. Essas organizações atendem diferentes públicos, sejam estes vinculados às economias de mercado ou às economias substantivas.

O capítulo traz a análise dos diferentes padrões de comportamentos econômicos ou categorias de cooperativas produtoras de açaí na região do Grão Pará, denominadas e detalhadas por esta autora. Por meio de dados secundários e

primários, são analisados três perfis de cooperativas, os subcircuitos que desenvolvem no território paraense, a atuação no circuito superior e no circuito inferior, assim como suas formas de resistências e papel na integridade do bioma paraense.

#### 4.1 A TRAJETÓRIA RECENTE DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS NA ECONOMIA DO AÇAÍ NO PARÁ

Anteriormente e após a implantação de grandes projetos na Amazônia, as produções de base coletiva, principalmente pelo padrão agroextrativista, se mantiveram como estruturas de organização social de populações locais em diversas comunidades no Estado do Pará (Andrade, et al, 2008 – t8). Entre distintas formas de campesinato no Estado, alguns grupos de agricultores e produtores agroextrativistas passaram a se organizar de forma mais frequente em associações e cooperativas (Costa,2016; Andrade, 2014).

As bases do trabalho de organizações coletivas na economia do açaí estão situadas no histórico do arranjo produtivo das cooperativas e associações a partir da década de 1980, após o processo de redemocratização. Com a reconstrução do estado democrático brasileiro, organizações coletivas passam a se estruturar em torno da agricultura familiar no Pará (Soares e Costa, 2006).

Novas dinâmicas produtivas do açaí reconduziram funções de organizações cooperativistas e associativistas nos últimos trinta anos no estado do Pará, principalmente em virtude da intensificação das demandas externas de consumo do açaí. A produção agroextrativista de base familiar, organizada em cooperativas e associações na região Grão Pará (Costa, 2022; Soares, Costa, 2006) desenvolveu especialmente funções de organização, suprimento e integração do sistema produtivo e de parte significativa do circuito socioespacial de produção do açaí.

Até início da década de 1990, eram realizadas negociações dispersas em municípios produtores de açaí no Pará, o que acirrava a concorrência e mantinha os preços do fruto reduzidos a um nível que traziam prejuízos aos produtores. Contudo em 1999, ocorreu a estruturação do chamado Consórcio Fruticultor. Esse consórcio surge após cooperativas e associações, especialmente da região do Nordeste

Paraense, perceberem a alta variação no nível do preço do açaí em diferentes municípios e as desvantagens comerciais que estavam vivenciando. Após a delimitação e articulação de organizações e parcerias para fornecimento do fruto, se organizou um coletivo de agentes que passou a negociar as produções em conjunto através do consórcio fruticultor, com preços igualmente vantajosos para todas as entidades integrantes, o que desencadeou a elevação do volume comercializado e no aumento do número de empresas processadoras de polpa de açaí no Pará, em um momento de início da popularização do açaí nos mercados externos (Soares, 2008).

Com o aumento da demanda nacional e internacional pelo açaí, as populações extrativistas produtoras de açaí foram induzidas a elevar a produção para atender o circuito superior e aumentar a escala de produção do açaí industrializado (Bayle, 2014). Ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, cresceram as medidas de financiamento público para produção agrícola e agroextrativista no Estado, o que articulou instituições diversas como: sindicatos de trabalhadores(as) rurais, associações, cooperativas, organizações não governamentais, órgãos de governo e empresas privadas (Santos, A. B., 2018).

As instituições coletivas atuantes na produção do açaí vivenciaram um de seus marcos a partir de 1994, quando surgem incentivos dados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM através do Fundo Constitucional do Norte – FNO<sup>73</sup>, modalidade de crédito que foi administrada pelo Banco da Amazônia – BASA, e utilizada especialmente para produção de frutos regionais, como o açaí e o cupuaçu no Pará (Soares e Costa, 2006; Costa, 2004).

Na década de 1990 foram financiados pelo FNO através do Banco da Amazônia (BASA) projetos no Pará voltados para áreas de ilhas e de terra, sendo os projetos das áreas de ilhas um total de 296 projetos exclusivamente para a produção de açaí, ao todo foram 826 hectares e um volume de recursos de crédito de R\$ 904.254,00 (Sousa, 2002 apud Correa, 2017). Entre 1990 e 2005, foram financiadas implantações de 23.681 hectares de açaí. Os financiamentos do Banco da Amazônia advindos de

---

<sup>73</sup> Os fundos constitucionais foram criados a partir da constituição de 1988 e regulamentados pela lei 7.827, de setembro de 1989, tendo por objetivo o soerguimento do desenvolvimento nas regiões consideradas periféricas do país, com a justificativa de corrigir as desigualdades regionais históricas existentes no Brasil. Um recurso específico para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FNO, nesse sentido se tornou uma modalidade de crédito que remonta a década de 1990 e foi administrada pelo Banco da Amazônia – BASA. Sousa (2002, p. 157) afirma o direito à utilização do instrumento financeiro envolveu luta dos trabalhadores rurais em estados, como o Pará (CORREA, 2017).

recursos do FNO foram aplicados especialmente em municípios produtores de açaí próximos aos consumidores (Bayle, 2014).

Em 2005, cerca de 55,57% das áreas colhidas de açaí foram implantadas e/ou manejadas com capital privado, em sua maioria destinado a produtores de fora da região Norte, o que acabou inflacionando a atuação em agriculturas familiares locais (Soares, Costa, 2006).

Esse movimento impulsionou a organização de produtores extrativistas em cooperativas, com o apoio de OSC's. Dentre os objetivos da institucionalização das organizações estavam a necessidade de reivindicar o direito de uso das áreas de várzea, de realizar o manejo coletivo dos açazais e negociar a comercialização da própria produção de açaí (Santana, 2008).

Nos anos 2000, esse processo de organização de instituições coletivas, demandou dos produtores e extrativistas o desenvolvimento de ações e aprimoramento da qualidade da produção de açaí, o que envolveu a necessidade de qualificar o manejo dos sistemas produtivos e da gestão do processo de comercialização. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)<sup>74</sup>, em conjunto com as organizações parceiras como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA), desenvolveram um Programa de formação inicialmente com enfoque no manejo sustentável dos açazais no Nordeste Paraense. Essas iniciativas que estimularam as vendas coletivas e impulsionaram a produção de açaí especialmente nos anos 2000 (Santos, A.B, 2018).

O aumento destas experiências de comercialização coletivas demandou a qualificação na gestão de empreendimentos cooperativos e associativos. Nesta frente, a FASE desenvolveu assessoria na constituição de uma comissão de comercialização

---

<sup>74</sup>Corresponde a uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro (FASE, 2024). Atua no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Tem como missão:

Avançar na construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista dominante, contribuindo para a disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e na sustentabilidade socioambiental. Contribuir para a construção de uma sociedade democrática e atuante em favor de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, buscando sempre por justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos como condições iniciais para a inclusão de grande parte da população brasileira ainda em condições de desigualdade.

para o estabelecimento de uma estratégia regional para a comercialização de frutos de açaí. Esta comissão realizava reuniões periódicas, e era composta pela Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), a Cooperativa Agrícola de Resistência de Cametá (CART), a Cooperativa dos Produtores de Barcarena (COOPEBAB), a Associação Mutirão de Igarapé Miri e a Associação das Mulheres de Igarapé-Miri (ASMIM)(Sobrinho, 2005).

Esse grupo de organizações passou a ter relações diretas com o setor privado, entre os quais estava a empresa internacional Sambazon Inc., as fábricas de processamento de frutas CAMTA e FLY açaí no Pará, e a fábrica da empresa DAFRUTA no estado do Ceará. E em 2003, se iniciava o processo de exportação de açaí para os Estado Unidos, articulado entre a comissão de comercialização formado pelas cooperativas e o grupo do setor privado (Sambazon, Camta e Fly do Pará e Dafruta do Ceará) (Correa, 2010).

A partir dos anos 2000, a comercialização do açaí produzido pelas organizações coletivas em pequenas produções familiares passou a ser realizada após negociações entre diretores de cooperativas e indústrias de processamento primário, que estipulavam o preço mínimo para a comercialização com base na média da variação do preço do ano anterior. Passaram então a ser celebrados contratos formais entre indústrias e cooperativas, no sentido de assegurar o preço mínimo de venda do açaí e a quantidade total a ser comercializada, especialmente durante o período da safra (Coelho Jr., 2018).

Ou seja, as organizações coletivas que inicialmente comercializam estritamente por meio de atravessadores para que a matéria prima do açaí chegasse as indústrias para a fabricação de polpas, ao longo do tempo, estabeleceram relações diretas com o setor privado, aumentando a escala de produção, criando e ampliando os fluxos comerciais do açaí processado e industrializado. Foi se consolidando uma rede de comercialização, um dos principais elos do circuito espacial do açaí por meio de relações comerciais diretas entre empresas e/ou fábricas de fabricação de polpa de açaí e associações e cooperativas, as quais passaram a influenciar na comercialização do açaí e organizar pequenos produtores através de um modelo de gestão coletivo e participativo, em busca de fortalecimento social, garantia de direitos fundiários, maior autonomia frente à atuação de agentes intermediários na comercialização do açaí (Coelhor Jr., 2018).

Tais organizações passaram a assimilar técnicas de melhoria de condições sanitárias dos frutos, da qualidade e da produtividade do produto, aumentando a oferta e a regularidade de entrega de produção, processo apoiado por organizações da sociedade civil - OSC's, de órgãos públicos de assistência técnica e instituições de pesquisa (Gonçalves et al, 2012). Nesse conjunto de instituições voltadas ao desenvolvimento de incentivos à produção e à comercialização do açaí surgiram cada vez mais medidas e ações públicas do âmbito federal e estadual que impulsionaram transformações nos subcircuitos de produção, no papel dos agentes produtivos e na espacialização da comercialização do açaí em múltiplas dimensões espaciais.

#### **4.1.1 Um panorama sobre políticas públicas e instrumentos de financiamento na economia do açaí no Pará**

No que consiste ações voltadas à produção e comercialização do açaí e que influenciaram no papel de organizações coletivas no estado, cabe destacar dois programas desenvolvidos pelo governo do Pará por meio da atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca: o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará (Pró- Açaí); e o Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA). Estes programas envolvem serviços públicos voltados para diversas categorias de produtores atuantes na produção, processamento e comercialização do açaí do estado, como agricultores familiares, grandes produtores, agroextrativistas, agroindústrias, batedores artesanais. As frentes de ações são direcionadas especialmente para o campo de produção e do manejo, questões sanitárias e tecnológicas, e incentivos à verticalização da produção no estado do Pará (Santos, A.B, 2018).

##### *4.1.1.1 Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ)*

No ano de 2016, o estado do Pará instituiu o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no estado do Pará – o Pró Açaí. O Programa foi lançado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP com o objetivo de expandir a oferta do açaí, por meio da melhoria do manejo e enriquecimento dos açaizais e incentivos à implantação e manejo de açaizeiros

irrigados em áreas de terra firme. Contudo, a política foi implementada especificamente em duas regiões de integração do Marajó e Baixo Tocantins (26 municípios), reconhecidas como duas das principais produtoras de açaí no estado (Santos, A.B, 2018).

O programa possui medidas voltadas à implantação e manejo de açazeiros, distribuídos entre Sistemas Agroflorestais e cultivos solteiros, nos ecossistemas de terra firme e várzea, com foco em atendimento de agricultores de base familiar. As principais ações desenvolvidas pelo programa PRÓ AÇAÍ atualmente são: (a) capacitações de técnicos e agricultores para a qualificação do manejo dos açazeiros; (b) fornecimento de sementes selecionadas de açaí e; (c) incidência interinstitucional (Sedap, 2024).

Para o desenvolvimento destas ações, a SEDAP conta com as parcerias da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) da Amazônia Oriental, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER) e das prefeituras de municípios produtores. Essas parcerias na execução do PRÓ- AÇAÍ ocorrem através de um convênio que prevê a capacitação e assistência técnica para agroextrativistas e produtores de produtores para o manejo dos açazeiros em várzea junto a EMATER; e por meio de um convênio com a EMBRAPA Amazônia Oriental no qual é previsto o fornecimento de sementes de açaí e cupuaçu (Corrêa, 2017).

Contudo, os documentos disponibilizados pela Sedap sobre o programa demonstram como pauta principal o aumento da produção para o atendimento do mercado externo, com a implantação de 50 mil hectares em áreas cultivadas, que alcancem uma produção de 360 mil toneladas anuais de frutos até 2024. Parte da iniciativa visou o aumento de açazeiros em regiões de terra firme do estado, na forma de cultivo solteiro ou em Sistemas Agroflorestais (SAFs), para reutilizar áreas modificadas por outras atividades como pastagens, e envolver cerca de mil pequenos, médios e grandes produtores de açaí em novas técnicas de manejo, cultivo e irrigação (Sedap, 2024).

Entre as parcerias estabelecidas no programa, a Embrapa Amazônia Oriental tem atuação na disponibilização de sementes, advindas de pesquisas sobre novas bases genéticas do açaí. Novas formas de açaí para cultivo, chamadas de BRS Pará e o BRS Pai d'Égua, foram desenvolvidas por meio de pesquisas de melhoramento

genético para cultivo em terra firme, com ciclo mais curto para frutificação, e com colheita o ano inteiro. O uso dessas novas formas desse açaí modificado, também aparece como estratégia de ampliação de produção, frente ao período de sazonalidade da produção do fruto, em que a safra ocorre entre julho a dezembro, e a entressafra entre janeiro e junho, com drástica redução de oferta (Corrêa, 2017; Santos, A. B, 2018).

#### *4.1.1.2 Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA)*

Outra política pública com ênfase na produção de açaí corresponde ao Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA), instituído no decreto Estadual nº 250 de 2011<sup>75</sup>. Também é de responsabilidade da SEDAP, e envolve 14 instituições de natureza pública e privada. O programa desenvolve ações voltadas às boas práticas sanitárias e tecnológicas em toda a extensão da cadeia produtiva (produção agrícola, transporte, comercialização, fabricação artesanal e industrial), de modo a garantir padrão de qualidade do produto (Sedap, 2024).

Ao longo das últimas três décadas, a necessidade de maior controle e atendimento de normas de vigilância sanitária na economia do açaí impulsionaram medidas como o PEQA, para promover ações educativas de boas práticas de manipulação e processamento do fruto. De acordo com a SEDAP, os principais objetivos do programa estão pautados: (a) na qualificação dos batedores artesanais de açaí em boas práticas de processamento e; (b) no desenvolvimento de pesquisas no âmbito da qualificação do processamento de açaí (Santos, A.B, 2018).

Neste sentido, os associados da Associação dos Vendedores Artesanal de Açaí de Belém e Região Metropolitana (AVABEL) têm sido atendidos pelo programa por meio de atividades de capacitação em boas práticas de processamento, e pela sessão equipamentos de branqueamento do açaí, concedido através de um termo de sessão

---

<sup>75</sup> Segundo a Sedap (2024), este programa está ancorado no marco regulatório que disciplina a comercialização de produtos artesanais, através da Lei estadual nº 7.655, de 25/10/2011, que legaliza a pequena produção artesanal e familiar nas cidades do estado; e no decreto estadual nº 326, de 20/01/2012, que estabeleceu as normas sobre o processamento artesanal do açaí e da bacaba, para maior controle da qualidade higiênica dos estabelecimentos, com o fim de prevenir doenças transmitidas por alimento e fortalecer esse importante segmento econômico e social no Pará.

de uso destes equipamentos junto aos batedores associados da AVABEL. As demais ações previstas no programa, a SEDAP em parceria com outros órgãos estaduais realiza a qualificação em boas práticas de processamento por meio do branqueamento e da fiscalização das práticas do processamento adotadas pelos batedores de açaí e as indústrias (Sedap, 2023).

No segmento de melhoria do processamento do fruto, o programa tem promovido o uso de novas tecnologias de processamento do açaí, como o uso por parte dos batedores a tecnologia de branqueamento do açaí desenvolvida pela Universidade Federal do Pará (UFPA). O desenvolvimento do “Tanque de branqueamento” foi realizado em laboratório, credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, da Eletronorte. Após os testes e procedimentos em protótipo, o maquinário passou a ser comercializado. O equipamento em aço inox tem a função de inativar enzimas, fixar cor, remover gases dos tecidos, além de diminuir a carga microbiana, eliminando a possibilidade de contaminação pelo *Trypanosoma cruzi*, transmissor da doença de Chagas, sem que haja perda do sabor original do açaí. O equipamento tem sido utilizado pelos batedores de açaí, especialmente após as qualificações em boas práticas de processamento do fruto, o que propiciou melhoria da qualidade e redução de riscos de contaminação do vinho do açaí comercializado nos municípios do estado (SEDAP, 2023).

#### **4.1.2 Políticas Nacionais para Mercados Institucionais de Alimentos: PAA E PNAE**

As políticas voltadas aos mercados institucionais de alimentos no Pará envolvem o atendimento de diversos produtores e organizações coletivas atuante na sociobiodiversidade local. Dentre esses conjuntos de cadeias produtivas de produtos florestais não-madeireiros, o açaí se apresenta como possibilidade de fonte de renda de empreendimentos coletivos a ser fomentada por tais políticas públicas com foco no atendimento da agricultura familiar, produções sustentáveis e segurança alimentar.

Entre políticas pautadas em compras institucionais, incluindo produções da sociobiodiversidade realizadas por extrativistas, agricultores familiares, associações e cooperativas, estão: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional

de Alimentação Escolar (PNAE) (IPAM, 2018). São programas que possuem algumas finalidades comuns, e que envolvem a ampliação de oferta e demanda de gêneros alimentícios diversificados e produzidos no âmbito local, preferencialmente da agricultura familiar, para o maior acesso à alimentos saudáveis compatíveis com fatores biológicos de seus consumidores e estudantes da rede pública. São políticas que visam o acesso à alimentação saudável e diversificada para a população em vulnerabilidade social e/ou da rede pública de educação (Vilhena; Alves Jr; Freitas, 2019).

O Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar surgiram como alternativa de mercados para a agricultura familiar brasileira, e através de seus arcabouços legais foi estabelecido que 30% dos seus recursos devem ser utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar e demais formas de produção sustentáveis (Vilhena; Alves Jr; Freitas, 2019)

Os programas influenciaram no aumento de criações e formalizações de associações e cooperativas no Pará e na região do Grão Pará (Costa, 2022), uma das maiores produtoras de açaí no estado. Segundo Rocha (2023) após 2003, ocorreu o aumento gradativo do número de cooperativas no estado, especialmente com o início das compras institucionais da agricultura familiar através dos programas PAA e PNAE, a partir de 2009. O autor destaca que após 2003, o número de cooperativas passou de três para 11 cooperativas criadas, apenas no Nordeste Paraense, e que faz parte da região do Grão Pará (Rocha, et al, 2023).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, através do qual o governo compra produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, para atender especialmente os pequenos produtores por meio de compras institucionais (Hespanhol, 2012). Foi instituído pela lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19)<sup>76</sup> e passou por alterações recentes pela lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Atualmente, o programa mantém a atuação na compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina à pessoas em

---

<sup>76</sup> A lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 institui o programa de aquisição de alimentos (paa) e o programa cozinha solidária; altera as leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (lei de licitações e contratos administrativos); e revoga dispositivos das leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

situação de insegurança alimentar e nutricional, às redes de assistência social, às entidades públicas de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Os principais fornecedores do programa são: agricultores familiares, incluindo assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais e outros povos. O programa pode ser executado pelos estados e municípios com recursos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS- gestor do programa) ou pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com recursos disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) (Brasil, 2023).

Os produtos são adquiridos por preços compatíveis com os preços utilizados nos mercados regionais, e são comercializados por meio de cinco modalidades de: compra com doação simultânea; PAA-Leite; compra direta; compra institucional e por apoio à formação de estoques. Nos novos moldes do programa, a partir da lei 14.628 de 2023, ocorreu o aumento no valor individual que pode ser comercializado pelos agricultores familiares, que passou de R\$12 mil para R\$ 15 mil nas modalidades doação simultânea, formação de estoques e compra direta. O agricultor pode fornecer seus produtos através dessas modalidades de forma simultânea ou através de empreendimento coletivo do qual seja membro<sup>77</sup>.

O programa possui algumas fragilidades como barreiras logísticas para a operacionalização, como: elevado número de pontos de entrega; presença de produtos industrializados; e adequação sanitária (Vilhena; Alves Jr; Freitas, 2019). Contudo, seu aprimoramento, valorização e continuidade se fazem necessários para o cumprimento dos 30% dos seus recursos sejam utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar e de populações extrativistas, para que sejam acessados alimentos de qualidade e sustentáveis pelas populações em vulnerabilidade, melhoria na geração de renda e manutenção da identidade cultural local (Santos, Azevedo-ramos, Guedes, 2021).

---

<sup>77</sup>Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023(Brasil, 2023).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi estabelecido pela Lei nº 11.947 de 2009, e operacionaliza o repasse de recursos financeiros federais para o atendimento da alimentação escolar de aproximadamente 40 milhões de estudantes matriculados em todas as fases e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e em entidades filantrópicas, nas escolas mantidas por entidade sem fins lucrativos (Brasil, 2009)<sup>78</sup>

Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é repassado os recursos financeiros federais do PNAE às Secretarias Estaduais de Educação (Seduc) e às Prefeituras Municipais (PM). Atualmente, o recurso é repassado em até 8 parcelas anuais, entre os meses de fevereiro e setembro, ocorreu a redução do número das parcelas a partir da resolução do FNDE nº 7 de 2 de maio de 2024 (Brasil, 2024).

Segundo também a lei nº 11.947 de 2009, a alimentação escolar fornecida pelo PNAE deve ter a participação de produtos da agricultura familiar, trata-se da obrigatoriedade de aquisição de produtos para a merenda escolar compatível com os produtos locais, fornecidos especialmente por associações e cooperativas (Santos, Azevedo-Ramos, Guedes, 2021). Foi determinado no artigo nº14 da lei, o emprego de no mínimo 30% do valor dos recursos federais do PNAE repassados pelo FNDE para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, assim como de produções de assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres<sup>79</sup>.

Mesmo diante dos benefícios trazidos pelo programa, ainda necessita de melhorias não apenas na ampliação do volume de produtos da sociobiodiversidade, mas na compatibilidade e absorção das especificidades dos produtos regionalizados, e que podem ter maior participação no PNAE, envolvendo mais associações e cooperativas no aumento de sistemas produtivos diversificados e saudáveis para a alimentação escolar. A ampliação da presença de produtos da agricultura familiar e

---

<sup>78</sup> A Lei nº 11.947, de 16/6/2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações.

<sup>79</sup> Recentemente foram incorporadas atualizações ao PNAE, com lei nº 14.660, em 24 de agosto de 2023, a qual estabelece que a aquisição de alimentos para o PNAE, quando comprados de família rural individual, 50% (cinquenta por cento) do valor dos alimentos deve estar vinculado ao nome da mulher do núcleo familiar (Brasil, 2023).

da sociobiodiversidade no PNAE - como o vinho do açaí - depende de adequações de diversas naturezas, como: adequação às exigências sanitárias, aos padrões de processamento, armazenamento, embalagem, qualidade, a regularidade para cumprimento dos contratos de venda, entre outras necessidades (Vilhena; Alves Jr; Freitas, 2019). Apenas em setembro de 2024, o açaí e o cupuaçu foram incluídos na merenda escolar da rede pública estadual do Pará <sup>80</sup>(Cavalcante, 2024).

Os programas PAA e o PNAE ampliaram suas regiões e públicos atendidos progressivamente, apesar de fragilidades sofridas entre 2016 e 2022. A partir de 2023, a retomada dessas políticas públicas com foco no fortalecimento da agricultura familiar e suas diversas formas de atuação nos territórios paraenses, oportuniza a ampliação de vendas do açaí e demais produtos da sociobiodiversidade para um mercado institucional, contudo com necessidades ajustes e adaptações para economias locais, com regras menos burocratizadas e público bem definido.

Além dos desafios quanto as definições sobre os grupos fornecedores da agricultura familiar - silvicultores; aquicultores; extrativistas; pescadores -, cabe destacar as especificidades e diferenciações dos produtos e o aparato de preparação para o fornecimento pautado nas normas dos programas, ou seja, a inserção de fato dos produtos nos programas necessita de assistências e assessoramentos técnicos para o atendimento de exigências como padrões higiênico e sanitário, regularidade na entrega de produtos, cumprimento de contratos, entre outras condicionantes (Vilhena; Alves Jr; Freitas, 2019).

#### **4.1.3 Instrumentos de financiamento na economia do açaí: FNO e PRONAF**

Alguns instrumentos de financiamento para produtos florestais não madeireiros como o açaí, podem ser identificados em fundos públicos, como já citado e ainda vigente, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ambos representam políticas de crédito que tiveram algum efeito na produção do açaí nas comunidades ribeirinhas e em terra firme por meio da execução de diferentes linhas de crédito na região Norte (Correa, 2017).

---

<sup>80</sup> Atualmente o repasse de recursos do Plano Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) para as prefeituras, considera a transferência de um valor per capita R\$ 1,50 por estudante, e o valor destinado pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), está fixado em R\$ 0,50 por estudante para os ensinos Fundamental e Médio (Agência Pará, 2024)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) representa um dos principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que através de instituição financeira federal de caráter regional, objetiva a execução de programas de financiamento aos setores produtivos alinhados aos planos regionais de desenvolvimento <sup>81</sup>.

Nos dias atuais, os recursos federais do FNO são repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ao Banco da Amazônia para democratizar o acesso ao crédito na região Norte aos pequenos produtores, mini e microempresas, especialmente para infraestrutura dos setores da agricultura familiar, infraestrutura, indústria, turismo, cultura, comércio, prestação de serviço, atividades agroindustriais e indústrias de exportação, saúde e educação. Deste modo, a Sudam tem por atribuição a definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) (SUDAM, 2024).

Atualmente, para ter acesso aos financiamentos pelo FNO, os produtores necessitam de autorização da EMATER Pará. O acesso aos financiamentos no Pará utilizados na economia do açaí são direcionados para melhoria das capacidades em manejo intenso do açaizal e contratação de mão de obra externa, dado que a mão de obra familiar em alguns casos é insuficiente para todo o trabalho no manejo do açaí. Contudo, de acordo com Correa (2017), mesmo com os benefícios propostos pelo financiamento, o processo para os produtores de açaí alcançarem a concessão do crédito envolve a regularização fundiária e procedimentos burocráticos que exigem seguir orientações do Banco e da EMATER, que em alguns casos não são compatíveis com as capacidades e realidades vivenciadas pelos produtores, para se submeterem ao financiamento (Corrêa, 2017).

Já o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado na segunda metade da década de 1990, corresponde a um programa de financiamento para custeio e investimento em implantação, ampliação ou

---

<sup>81</sup> Sousa (2002) destaca que os fundos constitucionais foram criados a partir da constituição de 1988 e regulamentados pela lei 7.827, de setembro de 1989, tendo por objetivo o soerguimento do desenvolvimento nas regiões consideradas periféricas do país, com a justificativa de corrigir as desigualdades regionais históricas existentes no Brasil. Um recurso específico para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços para empreendimentos rurais individuais ou comunitários, entre os quais são atendidos os produtores rurais com até dois trabalhadores contratados e que atuam em áreas inferiores a quatro módulos fiscais, ou seja, até 110 hectares (BNDES, 2024<sup>82</sup> e Hespanhol, 2012). O programa pode financiar bens e serviços, máquinas e equipamentos, acesso à crédito rural para a produção florestal, incluindo a produção de açaí, com recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização para pessoas físicas, jurídicas e também cooperativas rurais (Santos, Azevedo-ramos, Guedes, 2021).

O acesso ao crédito ocorre mediante a intermediação dos Bancos da Amazônia e Banco do Brasil, que operam linhas de crédito voltadas para o financiamento do cultivo e manejo do açaí, nas modalidades: a) investimento com aquisição de sistemas de irrigação e equipamentos; e b) custeio destinado ao manejo de açazais em várzea. Além dos agentes financeiros envolvidos diretamente na concessão das linhas de crédito, a EMATER, também se apresenta como instituição parceira para o acesso a crédito, pois, a mesma por meio de seus escritórios locais, tem a missão de elaborar os projetos e garantir a assistência técnica dos produtores e extrativistas proponentes (Santos, Anderson B, 2018).

Especialmente na região do grão Pará estão os municípios que mais intensificaram o cultivo do açaí nas últimas duas décadas, por meio do aumento significativo do número de projetos e recursos obtidos para implementação do açaí manejado através do PRONAF. Segundo Tagore et al (2018), entre 2003 e 2015 foram

---

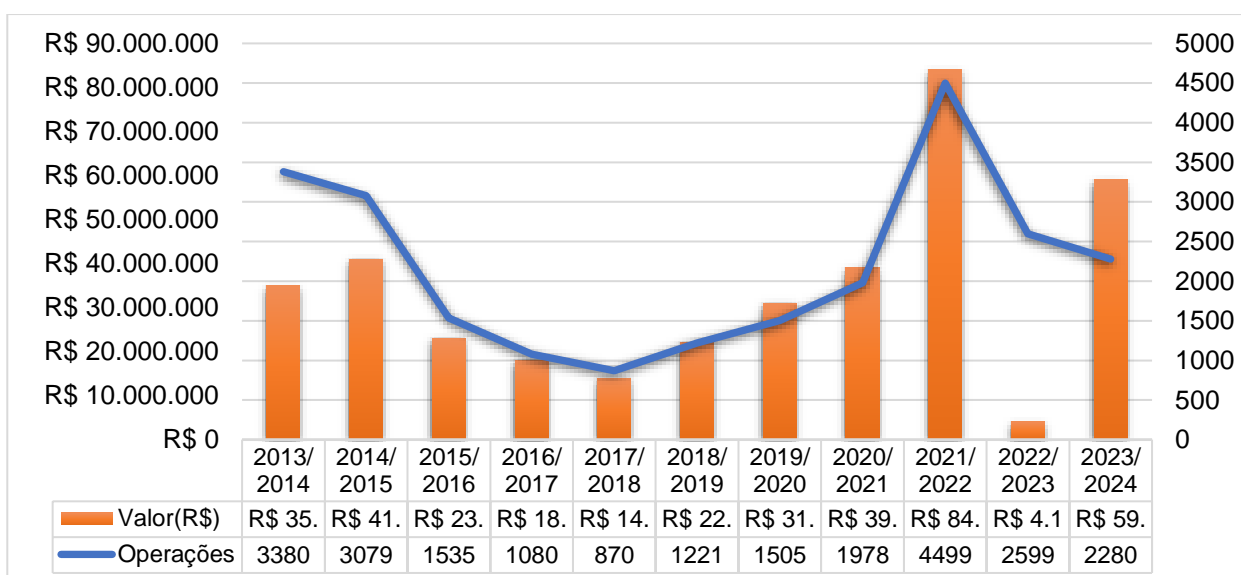
<sup>82</sup> O programa é operacionalizado em subprograma a partir de linhas de crédito distintas para beneficiários específicos com condições diferenciadas quanto ao tipo de empreendimento, limite do valor financiado, taxa de juros, prazo, carência e bônus de adimplência (BNDES, 2024). Atualmente as modalidades e linhas de crédito são essas:

- Reforma Agrária Beneficiários PNCF, PNRA, PCRF (MCR10-3)
- Custeio (MCR 10-4)
- Mais Alimentos (MCR 10-5)
- Agroindústria - Investimento (MCR 10-6)
- Crédito Investimento Sist. Agroflorestais - Pronaf Floresta (MCR 10-7)
- Crédito Investimento Conviv. Semiárido - Pronaf Semiárido (MCR 10-8)
- Mulher (MCR 10-9)
- Jovem (MCR 10-10)
- Pronaf Industrialização Agroind. Familiar (MCR 10-11)
- Cotas Partes (MCR 10-12)
- Microcrédito Produtivo Rural - Grupo B (MCR 10-13)
- Crédito Investimento Agroecologia - Pronaf Agroecologia (MCR 10-14)
- Crédito de Investimento - Pronaf Bioeconomia (MCR 10-16)

realizados 7.828 contratos para a pequena agricultura familiar, equivalentes a R\$31.454.864,56 em financiamentos.

Segundo dados do Banco Central (2025), considerando os financiamentos em custeio e investimento o PRONAF entre 2015 e 2024, a cadeia produtiva do açaí no Pará apresentou tendência de crescimento especialmente entre 2015 e 2021, com destaque para o ano de 2021, quando os recursos atingiram o montante de R\$ 84 milhões. Esse cenário pode refletir um aquecimento dos mercados externos após a pandemia de Covid-19, de uma possível demanda reprimida do açaí.

Gráfico 6: Quantidade de operações e valores pelo PRONAF na produção de açaí no Pará entre 2013 e 2024 – considerando custeio e investimento



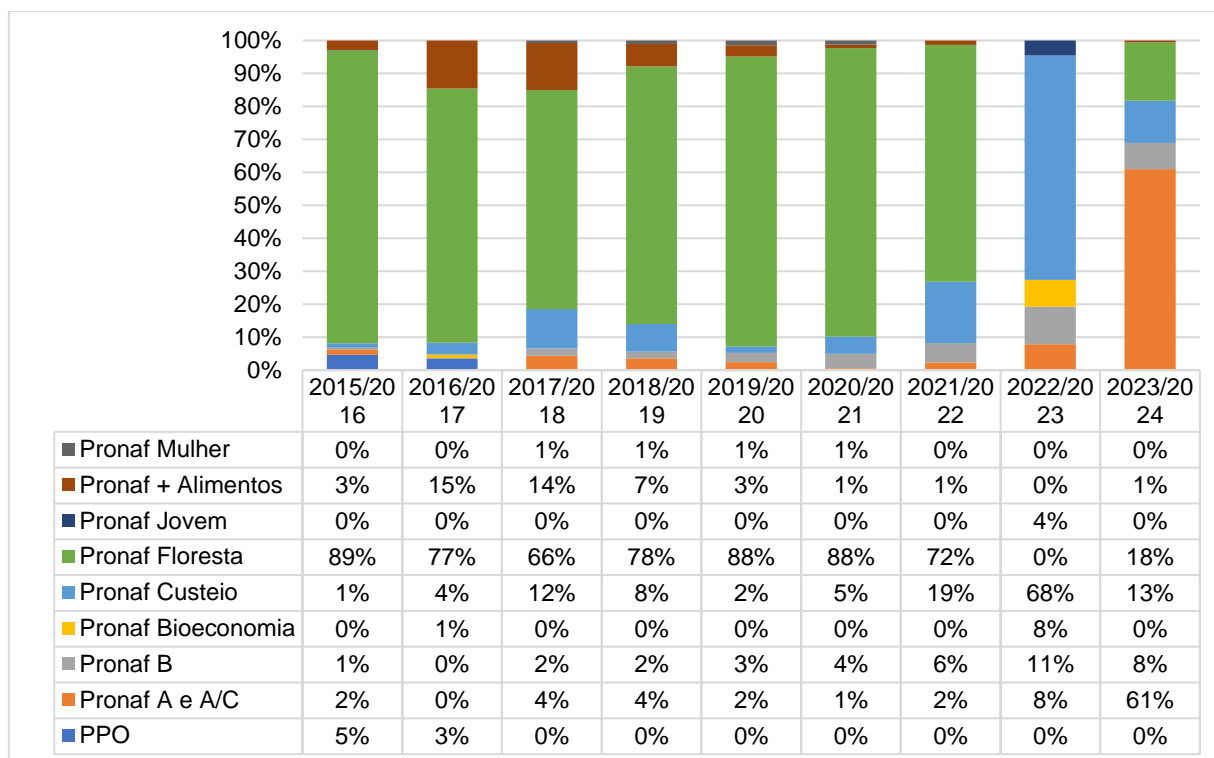
Fonte: BACEN-SICOR, 2025. Elaboração da autora.

Entretanto em 2022, ocorreu uma queda abrupta e os valores de financiamentos pelo PRONAF reduziram para apenas R\$ 4,1 milhões, o que representou uma queda de mais de 95% em relação ao ano anterior. Essa redução pode estar vinculada a possíveis cortes orçamentários. Em 2023, ocorreu uma retomada no volume dos recursos para cerca de R\$ 59 milhões.

Quanto ao número de operações de financiamento o movimento foi semelhante, no ano de 2021 o volume de contratos foi de 4.499 operações, enquanto em 2022 ocorreu uma queda para 2.599 operações, seguida de outra redução em 2023 para 2.280 operações.

O período entre 2015 e 2017 foi marcado por uma sequência de reduções nos volumes de operações realizadas. Já nos anos de 2020 e 2021, apesar do cenário de calamidades vividas pela pandemia, é possível observar a ocorrência de crescimento nas operações, demonstrando a resiliência do setor.

Gráfico 7: Valores de operações por safra e linha de crédito acessadas pelo PRONAF na produção de açaí no Pará entre 2013 e 2024



Fonte: BACEN-SICOR, 2025. Elaboração da autora.

O longo do período de 2015 e 2024, o Pará apresentou mudanças significativas na utilização de linhas de crédito, o que demonstra a mudança no padrão de financiamento do setor. No período entre 2015 e 2021, o Pronaf Floresta se apresentava como a principal linha de financiamento, representando cerca de 77% dos recursos. O que pode apontar a força do agroextrativismo no CSP- açaí no estado, com percentuais que se mantiveram altos até 2021.

Em 2022 ocorreu uma mudança drástica no panorama de financiamento, pois o Pronaf Floresta parou de ser acessado, não aparece nas estatísticas de linhas de crédito, um ano após chegar a representar 72%, em 2021. Em 2022, o Pronaf Custeio assumiu a posição de linha mais acessada com 68% dos recursos, acompanhada pelo surgimento do Pronaf Bioeconomia com 8% e do crescimento do Pronaf A e A/C com 8%.

Já em 2023, se configura uma nova estrutura de financiamentos, na qual fica evidente o aumento da participação do Pronaf A e A/C com 61%. Também ocorre significativa recuperação do Pronaf Floresta com 18%, e o quase desaparecimento de linhas como Pronaf Jovem (1%) e Pronaf +Alimentos (0%).

Esta transformação de paradigma na política de crédito para o setor, sugere tendência que implicam na sustentabilidade da produção agroextrativista do açaí no CSP-açaí, especialmente pelo desaparecimento repentino do Pronaf Floresta, e que pode ter migrado para o recém criado Pronaf Bioeconomia, ainda pouco acessado, ou migrado para o Pronaf A e A/C. Essas modalidades podem atender pequenos e médios agricultores, extrativistas e comunidades tradicionais e tem como principais aplicações: acesso a Crédito com Juros Baixos (0,5% a 5,5% ao ano) com prazo até 10 anos com limites de financiamento de: a) PRONAF A: Até R\$ 300 mil por produtor/ano (para custeio e investimento); e b) PRONAF A/C: Até R\$ 150 mil para aquisição de terras (regularização fundiária) (Bacen, 2025).

Contudo, essas mudanças no acesso ao crédito rural podem impulsionar modelos de produção pautados novas técnicas e aumento de produtividade, e não necessariamente atenderem pequenos produtores ou organizações coletivas que atuem com sistemas mais compatíveis com a natureza local.

Além disso, o acesso a esses instrumentos de financiamento para produtores, especialmente de comunidades extrativistas, ainda carece de apoio técnico por meio de qualificado serviço de Assistência Técnica Rural (IPAM, 2018) e auxílios de uma rede de agentes, organizações da sociedade civil, governo e instituições de ensino, ciência e tecnologia, que deveriam subsidiar direitos fundiários, infraestruturas básicas e qualificações individuais e coletivas.

Cabe destacar que a valorização econômica da produção do açaí, financiada por políticas públicas de cunho federal e estadual tem orientado à implantação de plantios e modelos de manejo que representam riscos a integridade e equilíbrio ambiental no Pará. Os efeitos ambientais oriundos das mudanças na base tecnológica de produção do açaí, além de transformações das paisagens em áreas de várzea, estão intensificando um processo de homogeneização da paisagem do ecossistema (Tagore, Canto, Sobrinho, 2018) em um fenômeno denominado popularmente por açaiização, ou seja, a ampliação da monocultura do açaí.

A conjuntura das políticas que direta ou indiretamente influenciaram a produção, distribuição, beneficiamento e comercialização do açaí, foram conduzidas especialmente pelo aumento da demanda externa pelo açaí, mas mantida pela força econômica interna do açaí do Pará. As transformações nos sistemas produtivos do açaí foram orientadas ao longo dos últimos 30 anos por iniciativas públicas, privadas, do terceiro setor e outras instituições, que estabeleceram os moldes de organização da produção, os quais foram ditados para diferentes instituições como as cooperativas produtoras de açaí, atuantes como um dos principais elos sociais econômicos no circuito espacial de produção do açaí.

#### 4.2 O COOPERATIVISMO NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO PARÁ

Nos últimos 30 anos, incentivos institucionais de natureza pública e privada conduziram transformações nas formas de atuação de cooperativas na economia do açaí - vinculadas ao circuito inferior e ao circuito superior marginal - que passaram por mudanças em suas bases e escalas produtivas devido a ampliação do consumo do açaí. Essas organizações representam elos no funcionamento do Circuito Socioespacial de Produção do Açaí (CSP-Açaí).

A atuação das cooperativas nos circuitos da economia urbana no Pará demonstra como se operacionaliza parte do CSP-Açaí no estado. Deste modo, as cooperativas representam instituições e/ou agentes econômicos que compõe o circuito de produção. Podem desenvolver articulações de forma direta, indireta ou compor o quadro de agentes do circuito superior marginal, assim como também podem atuar pelo viés popular, no qual algumas cooperativas na economia do açaí demonstram características e resistências características do circuito inferior em algumas regiões do Pará.

Em termos de recorte espacial com maior presença dessas organizações comunitárias, é possível destacar que o maior contingente de agentes da economia do açaí, responsáveis por mais de 80% da produção do estado, estão situados especialmente na região do Grão Pará (RGP), de acordo com Costa (2022). A região passou por movimentos estruturantes da base produtiva do açaí no Pará, perpassando por um período pré-colonial, pós-colonial, e por um longo período

abrigou o sistema de produção da economia da borracha, absorvendo os impactos de reorganização produtiva após essa fase (Costa, 2019; Costa, 2012b).

A atuação das organizações camponesas desenvolveu nos territórios da RGP práticas produtivas em ambientes de várzea e de terra firme com floresta, especialmente pelo trabalho de populações extrativistas e agroextrativistas. Atualmente, a região vivencia intensas mudanças no que consiste os sistemas produtivos do açaí que envolvem do extrativismo à agricultura, da indústria à distribuição para o consumo final (Costa, 2016, 2022).

Segundo dados disponibilizados pelo site do projeto Desafio Conexsus<sup>83</sup> do Instituto Conexsus, pelo Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras no Pará (OCB-PA) através de solicitação de dados por Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) e pela base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) com uma amostra de instituições de diferentes naturezas jurídicas que desenvolvem como atividade principal o *CNAE* (Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)<sup>84</sup>: 133401 - *cultivo de açaí para produção de palmito e do fruto*<sup>85</sup>, de 2020. As três bases foram organizadas por esta autora, e a partir de uma convergência entre os dados se chegou a uma base de dados sobre cooperativas atuantes em atividades econômicas do circuito espacial de produção do açaí, do ano de 2021. A partir destas três fontes de dados secundários, se obteve um conjunto amostral do universo de cooperativas do Pará atuantes no segmento.

Por meio da organização de dados e convergência dessas três bases de dados, é possível observar a distribuição espacial 99 cooperativas do circuito socioespacial

---

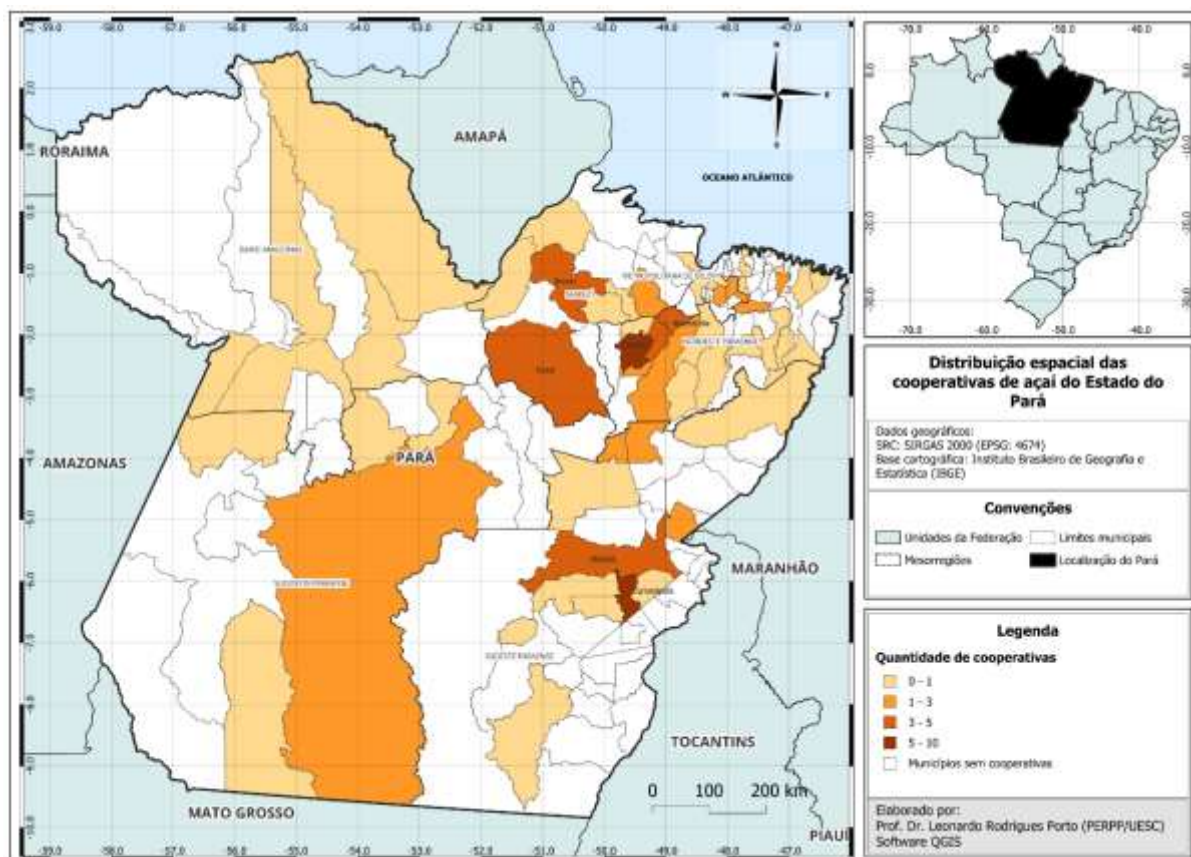
<sup>83</sup> O projeto Desafio Conexsus (Instituto Conexsus, 2022) teve como objetivo “fortalecer os ecossistemas de negócios sustentáveis e formar uma rede que contribua para alcançar maiores impactos socioambientais, como a resiliência territorial e a aceleração da transição para uma economia de baixo carbono”. Para realização do projeto desenvolveu as seguintes atividades: a) mapeamento de negócios comunitários sustentáveis, b) oficinas, entrevistas, visitas de campo e análise de negócios comunitários sustentáveis; c) ciclo de Desenvolvimento de Negócios Comunitários Sustentáveis. O mapeamento de negócios comunitários foi realizado mediante a metodologia de amostra em bola de neve, ou snowball, uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência, utilizada em pesquisas com grupos de difícil acesso.

<sup>84</sup> A sigla CNAE significa Classificação Nacional das Atividades Econômicas. É o instrumento de padronização nacional por meio dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

<sup>85</sup> CNAES associados: A produção de suco concentrado de açaí (10333/01); A produção de suco de açaí, exceto sucos concentrados (10333/02); A fabricação de conservas do fruto de açaí (10317/00).

de produção e reafirmar a preponderância de atuação desses agentes nas três mesorregiões da RGP.

Mapa 3: Distribuição espacial das cooperativas de açaí do Estado do Pará



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A região do Nordeste Paraense e Baixo Tocantins apresentou 40 cooperativas, o Marajó 14 cooperativas e a Região Metropolitana de Belém 8 cooperativas desta amostra. A RGP demonstra potencial produtivo expressivo e algumas organizações de porte econômico pequeno e médio no CSP-Açaí, indica uma rede de agentes na produção, beneficiamento e comercialização do açaí com intensa atuação de organizações cooperativistas.

Parte da região possui canais de comercialização com Belém e Região Metropolitana - especialmente o Nordeste Paraense e Baixo Tocantins -, antecedidos pela produção de cooperativas produtoras de açaí e suas relações com o circuito superior marginal, ou seja, com empresas e as indústrias do setor alimentício, cosmético e fármaco. Esse território convive com redes de relações comerciais baseadas em contratos de cooperativas com organizações corporativas para fornecimento ou para projetos específicos de apoio às cooperativas e associações no

circuito dos ramos locais, que envolvem da assistência técnica até formas de financiamento da produção (Conexsus, 2024).

Por outro viés, a RGP abriga sub-regiões – como Rio Capim no Nordeste Paraense- que possuem uma estrutura social e econômica organizada por produção e comercialização de produtos oriundos de Sistemas Agroflorestais, especialmente de açaí e cacau (Conexsus, 2024).

Na região do Marajó, as cooperativas em sua maioria trabalham na produção de açaí, contudo com menor nível de parcerias e acesso à serviços em assistência técnica produtiva, menor formação capacidade em autogestão e menor inserção comercial em diferentes mercados. Contudo, o Marajó abriga um conjunto de cooperativas que fornecem o produto com o maior valor adicionado entre todas as cadeias mapeadas da sociobioeconomia do Pará. A região no CSP-Açaí possui menor participação de empresas e indústrias em relação as demais, o que reflete a tendência a relacionamentos estritamente comerciais entre cooperativas e empresas, com menor investimento de empresas no sistema produtivo local (Conexsus, 2024).

#### **4.2.1 As formas de produção no Circuito Socioespacial de Produção do açaí**

O cooperativismo operante na economia do açaí desenvolve diferentes práticas, técnicas e mecanismos de produção por meio do campesinato amazônico, entre essas características estão tipos de produção e colheita do açaí nativo, do manejo da espécie, de consórcio com outras espécies, do monocultivo e dos sistemas agroflorestais com açaí.

A produção de açaí pelas cooperativas é estabelecida em diferentes modelos e etapas, que podem ocorrer dependendo das condições naturais e das técnicas campesinas utilizadas, que a grosso modo são desenvolvidos em áreas: a) de várzea pela extração do fruto in natura pelo extrativismo – pela extração do açaí nativo, manejo ou por sistemas agroflorestais - em que são realizados a coleta dos frutos, a debulha, a seleção, o descarte, acondicionamento e transporte; e em áreas b) de terra firme com cultivo do fruto em sistemas de monocultivo ou consórcio, nos quais ocorrem a partir da aquisição de sementes ou mudas, produção de mudas, abertura de cova, calagem, adubação, irrigação, plantio, controle de plantas invasoras e

controle de pragas, coleta, debulha, seleção, descarte, acondicionamento e transporte (Instituto Terroá e Diálogos Pró-açaí, 2021).

Entre os instrumentos e insumos utilizados para desenvolver essas técnicas para produção e colheita do açaí, são necessários: a) no extrativismo meio de transporte, equipamento de proteção individual (EPI), pano ou basqueta, sacaria, faca, lona e combustível; e b) no cultivo são necessários sementes, mudas, adubos, defensivos, água para irrigação, meio de transporte, EPI, pano ou basqueta, sacaria, faca, lona e combustível (Instituto Terroá e Diálogos Pró-açaí, 2021).

Após a fase de produção agroextrativista ou agrícola do fruto, as cooperativas também podem desenvolver funções no processamento e beneficiamento da polpa de açaí, os quais dependem de um processo de armazenagem refrigerada do fruto, seleção dos frutos, lavagem, desinfecção, amolecimento do fruto, branqueamento, despulpamento, embalagem, pasteurização em caso de produção industrial, refrigeração da polpa, congelamento, armazenagem e descartar ou reutilização dos resíduos (água e caroço) (Instituto Terroá e Diálogos Pró-açaí, 2023).

#### **4.2.2 Caracterização das cooperativas e mercados acessados no Circuito Socioespacial de Produção do Açaí**

Em relação aos perfis de cooperativas atuantes na economia do açaí no Pará, é possível observar distintas formas de organização da produção e processos produtivos, e que estruturam sistemas coletivos de produção e comercialização, nos quais geralmente estão envolvidas cooperativas e associações comunitárias que buscam não somente ganhos econômicos, desenvolvem práticas locais compatíveis com o bioma e com formas de integração econômica preexistentes desempenhadas por comunidades extrativistas (Santos, A. B, 2018). Representam agentes que desempenham de modo geral o papel atacadista, ou seja, um agente intermediário (Pereira, 2016), contudo podem apresentar atuações varejistas quando se trata da comercialização direta nos mercados populares das cidades e que também fazem parte do funcionamento do CSP-açaí no Pará.

As cooperativas produtoras de açaí podem apresentar características vinculadas a lógica do circuito inferior e/ou a lógica do circuito superior marginal. É possível observar, dados os aspectos técnicos e características dos circuitos da economia, como: *os modos de organização e gestão, formas de produção e emprego,*

*acesso às tecnologias, apoios institucionais, distribuição, circulação e mercados consumidores.* Esses elementos podem ser identificados nas formas de atuação das cooperativas e indicam as transformações das funções desses agentes nas últimas três décadas, ao operacionalizar organização social da produção e elos e/ou subsistemas do CSP-Açaí. A grosso modo, observamos a existência de diferentes categorias de organizações cooperativistas: as **cooperativas populares, cooperativas mistas, cooperativas empresariais.**

As cooperativas populares estão alinhadas às características do circuito inferior, considerando elementos como o baixo acesso a crédito, reduzido apoio governamental, base em trabalho intensivo, organização institucional flexível, baseada em autogestão e com relações mais próximas ou pessoais com consumidores. Geralmente não desenvolvem atividades de publicidade ou são feitas de forma incipiente, com uma abrangência de comercialização local, baixas margens de lucro, não dependente necessariamente de mercados externos, desenvolvem habilidades adaptadas ao meio natural adquiridas por conhecimento tácito, possuem alto nível de emprego associado a atividade produtiva em um fase primária do ciclo de produção, com reduzido ou nenhum nível de estoque de produção e de volume de capital. A distribuição e circulação da produção são realizadas por meio rodoviário e ou fluvial, desenvolvendo fluxos comerciais curtos e de baixo custo de escoamento.

Como ilustrações se destacam cooperativas populares que atuam na comercialização do açaí in natura ou em polpa ou vinho destinado: a) aos portos, mercados e feiras locais (circuito inferior central) nos quais produtores, atravessadores, batedores artesanais e feirantes comercializam o açaí; b) aos batedores artesanais (circuito inferior residencial) nas cidades paraenses e na capital por meio da venda direta do vinho do açaí para os consumidores locais; e c) aos mercados institucionais de alimentos pela comercialização para o PAA e PNAE.

Contudo, algumas cooperativas mesmo apresentando elementos do circuito inferior pode desenvolver atuação mista ao manifestar características e relações no circuito inferior e ao desenvolver relações comerciais e características propriamente ditas do circuito superior marginal.

Se observa a existência de cooperativas que fornecem parte da produção de açaí para atravessadores ou diretamente para empresas processadoras de polpa de açaí para exportação, parte para o comércio local e/ou parte para as compras públicas do PAA e PNAE, via CONAB e prefeituras respectivamente. Entre essas cooperativas

produtoras de açaí, algumas além de realizarem a produção e coleta do fruto, passaram por incentivos privados ou públicos para criar infraestrutura interna capaz de realizar também o processamento da polpa do fruto para comercialização.

Além da existência de organizações cooperativistas com múltiplos canais de comercialização, cabe destacar as transformações de cooperativas produtoras e processadoras de açaí em empresas exportadoras de polpas de frutas de larga escala de fornecimento para os mercados nacionais e internacionais, ou seja, se tornam representantes de um circuito superior marginal atuante no CSP-Açaí. Como exemplo deste caso e já citada anteriormente se destaca a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu CAMTA<sup>86</sup> localizada em Tomé -Açu, mesorregião do Nordeste Paraense.

Os perfis de cooperativas produtoras de açaí podem estabelecer articulações horizontais ou articulações verticais. Essas articulações possuem natureza interna e externa aos circuitos (Santos, 2008, 1994), ou seja, as cooperativas podem desenvolvem articulação horizontais com membros do circuito em que faz parte, ou articulações verticais com agentes de outro circuito, o que envolve também o alcance dos fluxos comerciais que essas cooperativas conseguem estabelecer, que podem ser espacialmente curtos, médios e/ou longos.

---

<sup>86</sup> A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA - iniciou suas atividades em 1929, fundada por imigrantes japoneses que buscavam colonizar a região de Tomé-Açu, no Estado do Pará, cultivando o cacaueteiro, hortaliças e arroz. As adversidades da floresta Amazônica levaram ao fracasso dos cultivos pioneiros, o que impôs extrema pobreza aos imigrantes. As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes japoneses foram intensificadas como o surgimento de doenças tropicais, fato que ocasionou o abandono das terras por inúmeras famílias da colônia japonesa, que migraram para outras cidades mais estruturadas do país, em busca de melhor qualidade de vida. A cultura da Pimenta-do-Reino, apesar de introduzida em 1930, prosperou somente após a II Guerra Mundial, transformando-se no "Diamante Negro", trouxe prosperidade e riqueza, gerando o desenvolvimento da região. À época o Brasil foi elevado ao nível de maior exportador mundial desta piperácea. No final da década de 60 teve início o declínio da fase áurea da Pimenta-do-Reino. Os monocultivos foram dizimados por uma doença chamada "Fuzariose", fato que alertou os imigrantes para a necessidade de se implantar técnicas de diversificação do sistema de produção na região Amazônica. Os cultivos agroflorestais iniciaram-se na década de 70 com o objetivo de superar a decadência da monocultura de Pimenta-do-Reino, visando a estabilidade econômica dos produtores, através do consórcio de várias espécies de plantas frutíferas e florestais nas áreas decadentes de pimenta-do-reino. Diversificando, deste modo, a produção através do desenvolvimento do Sistema Agroflorestal de Tomé- Açu - SAFTA, que transformou a região em importante polo exportador de frutas tropicais e referência no desenvolvimento, inovação e disseminação da tecnologia SAFTA no Brasil, Bolívia e Ghana, na África. A verticalização da produção começou em 1987 através do apoio financeiro do Governo Japonês com a implantação da Agroindústria de polpas de frutas, que atualmente conta com a força de 172 cooperados, somados a mais de 1.800 produtores familiares cadastrados para o fornecimento de matéria prima. Desde então, a agroindústria tem desenvolvido a região com sustentabilidade econômico-ecológico e social, gerando cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos, e fomentando a estabilidade econômica de seus Cooperados através da comercialização da Pimenta-do-Reino, Amêndoas de Cacau, Óleos vegetais nobres e 15 sabores de polpas de frutas tropicais a nível nacional e internacional (CAMTA, 2024).

De modo geral, as articulações horizontais são mais desenvolvidas por cooperativas populares; e as articulações verticais são mais desenvolvidas por cooperativas mistas e empresariais que além das interações no circuito inferior, podem desenvolver articulações com o circuito superior, ou fazer parte do circuito superior marginal com maior nível de capitalização e alcançar fluxos mais longos de comercialização no CSP – Açaí.

A realização de fluxos curtos, médios e longos remete a ideia de que as cooperativas podem demandar inputs ou ofertar/produzir outputs, seja para consumo intermediário ou final, mas não apenas entregas materiais, como também imateriais. A relação entre ofertantes e demandantes demarca interações funcionais entre os circuitos, evidencia relações de hierarquia que remetem dependência de cima para baixo ou de baixo para cima (Santos, 2008), especificamente no que consiste o domínio do circuito superior sobre as práticas mercantis.

Em comercialização com intermediários, as cooperativas podem ser responsáveis pelo suprimento de fluxos médios ou longos de produção que compõem o circuito socioespacial de produção, assim como na comercialização direta as cooperativas, especialmente as populares, desenvolvem fluxos curtos de comercialização. No próprio circuito inferior, essas cooperativas realizam um circuito produtivo completo, que inclui fabricação, distribuição, comercialização e consumo da polpa de açaí. São agentes do CSP–açaí que possuem relações com o circuito superior que vão da complementariedade à subordinação, ou podem existir formas quase autônomas (Arroyo, 2017).

Tabela 5: Categorias de cooperativas produtoras de açaí no circuito espacial de produção de açaí no Pará

Categoria	Circuito	Características	Etapas do circuito espacial de produção do açaí				Articulação	Fluxos
			Produção	Distribuição	Comércio	Consumo		
Popular	Inferior	Possuem uma base de organização familiar pautadas em atividades agroextrativistas com foco no açaí e em outras espécies nativas. Podem fornecer o açaí in natura ou processado artesanalmente	Em geral produção realizada em várzea, por coleta de açaí nativo, por manejo ou SAF'S.	Realizada por veículos ou embarcações de pequeno porte próprias, que transportam a produção coletiva ou individual. O serviço de transporte pode estar embutido no valor final da produção.	Em portos, feiras, pontos de venda de vinho do açaí, para atravessadores, para batedores, para instituições atendidas pelo PAA e para as escolas atendidas pelo PNAE.	Destinado aos mercados locais convencional-varejistas das cidades paraenses e para o mercado institucional, para um público consumidor local e/ou baixa renda.	Horizontal	Curtos
Mista	Inferior central	Possuem uma base de organização familiar pautadas na produção de açaí e outras espécies nativas, apresentam maior escala de produção e mercado consumidor diverso. Podem fornecer o açaí in natura ou processado artesanalmente	Realizada em terra firme ou várzea, por meios de produção por coleta de açaí nativo, por manejo SAF'S ou consórcio.	Pode ser realizada por veículos ou embarcações próprias ou contratados, que transportam a produção coletiva e que pode ser embutida valor final da produção; ou o transporte pode ser realizado por atravessadores ou transportadores das empresas/industrias clientes.	Em portos, feiras, pontos de venda de vinho do açaí, para batedores, para atravessadores, para instituições atendidas pelo PAA pelo PNAE; e para indústrias processadoras de polpa de açaí.	Destinado aos mercados locais convencional varejistas das cidades paraenses, especialmente Belém, para o mercado institucional, e para empresas atacadistas e indústrias fornecedoras do mercado nacional e internacional, para públicos consumidores diversos locais e externos de média e baixa renda.	Horizontal e vertical	Curtos e médios

Empresarial	Superior marginal	Possuem uma base de organização empresarial com produção agrícola e beneficiamento da polpa de açaí e outras frutas, apresentam maior escala de produção.	Realizada em áreas de terra firme ou várzea, por meio de produção em SAF'S, consórcio ou monocultivo.	O transporte pode ser realizado por atravessadores, ou transportadores das empresas/industrias clientes.	Açaí in natura comercializado diretamente para indústrias processadoras de polpa; ou o comércio da polpa do açaí beneficiada para empresas externas (nacionais e internacionais)	Destinado para empresas e industrias fornecedores do mercado nacional e internacional, para públicos consumidores diversos locais e externos especialmente de renda média.	Vertical	Médios e longos
-------------	-------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-----------------

Fonte: Elaboração própria (2025); inspirado em Santos, 2008, Coraggio, 1994, Silva, 2012.

As cooperativas são organizações que podem representar o caráter plural da economia no recorte de um setor econômico – circuito de produção do açaí - que antes do caráter mercantil, se organizou em formas de integração e racionalidades (Silva, 2017) que ultrapassam a concepção convencional de circuitos econômicos puramente capitalistas, mantidos e conectados apenas por práticas exclusivamente submetidas à acumulação.

Logo é possível observar que nas diferentes formas de atuação de cooperativas produtoras de açaí são estabelecidas relações com agentes do CSP- Açaí, que além das articulações espaciais e comerciais mantêm relações pautadas em dinâmicas da economia formal e da economia substantiva (Polanyi, 2012). Isso remete tratar de relações de mercado e de formas de integração econômica, essas últimas em alguns debates são invisibilizadas e/ou não reconhecidas como formas de comportamento econômico que organizam o espaço em seus sistemas e estruturas. As subjetividades das relações econômicas dos agentes nos circuitos espaciais de produção podem ser observadas pelo viés dos princípios de comportamentos econômicos plurais - especialmente nas conexões do circuito inferior – as quais são responsáveis pelo suprimento de pequenos circuitos de produção nas cidades.

O papel das relações de complementariedades (simples e recíproca) (Santos, 2008) que envolvem os princípios de comportamento econômico praticados pela economia popular e solidária - redistribuição, da troca, da domesticidade, cooperação e reciprocidades -, demonstram que as cooperativas especialmente em caráter popular, que envolvem ciclos curtos de produção e nem sempre de natureza monetária, devem ser consideradas no funcionamento de circuitos socioespaciais de produção. Assim como, a atuação das cooperativas mistas e empresariais que vivenciam relações de hierarquia e dependência de processos de acumulação nos ciclos e etapas produtivas estabelecidas pelo circuito superior.

Tratar das formas de relações desempenhadas pelo cooperativismo no CSP- açaí, remete aos modos como essas instituições estabelecem acessos à diferentes mercados. Cabe pontuar (Wilkinson, 2008) que entre esses modos estão pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: a) o acesso direto, caracterizado principalmente pelo mercado local; b) intermediação via atravessador; c) integração com a indústria e; d) compras institucionais realizadas pelo poder público.

O acesso direto ocorre pela comercialização direta entre produtores e vendedores do vinho do açaí para consumo final, para a venda direta ao consumidor

final em feiras livres, mercados municipais, em pontos de venda de batedores tipo1 e tipo 2.

A intermediação por agentes intermediários é estabelecida pela comercialização em portos e/ou “pedras” (pontos de negociação, localizados geralmente em pequenos portos) pela negociação e comercialização entre produtores e atravessadores ou compradores representantes de empresas exportadoras, atacadistas, varejistas e feirantes. As distâncias entre a produção, os portos, as indústrias e os mercados populares influenciam no processo de comercialização na medida que a facilidade de comercialização e o preço pago em cada município pode aumentar quanto mais próximo à Belém (Correa, 2017).

A integração com a indústria no CSP-Açaí no Pará, especialmente no Nordeste Paraense, ao longo dos anos mudou, especialmente por que diversas indústrias compradoras do fruto passaram a atuar coordenadamente ao fixarem preços para compra do açaí, visando a redução de seus custos de produção e aumento de margens de lucro. Esta prática extinguiu as relações comerciais que previam contratos baseados no compromisso de preços mínimos previamente estabelecidos. O que aconteceu com frequência são acordos informais, quando cooperativas, associações e o setor industrial realizam suas transações comerciais que garantem apenas o compromisso de compra e venda, sem considerar preços mínimos e quantidades preestabelecidas, o que tem gerado maiores vantagens econômicas ao setor industrial (Correa, 2017).

As compras institucionais realizadas pelo estado são operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que atua como intermediadora no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e também no atendimento da demanda da alimentação escolar (PNAE), a partir de alimentos produzidos localmente (Pereira, 2016). Na comercialização para mercados institucionais, os preços de venda aplicados a alguns produtos são de acordo com a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM)<sup>87</sup>, contudo não necessariamente esses preços de venda aplicados pela PGPM cobrem os custos reais incidentes ao longo de todo o CSP-açaí, desde o elo da produção rural até a comercialização final. Os produtores logo precisam passar

---

<sup>87</sup> Segundo a CONAB, para ser apto à lista dos produtos abrangidos pela PGPM, são necessários os seguintes critérios: 1) ter produção sazonal; 2) ter como característica de mercado a inelasticidade de preços; e 3) ter baixo quociente de perecibilidade do produto in natura ou de seus subprodutos (Costa et al, 2021; Conab, 2020).

por assessoria e acompanhamento técnico específico para as políticas de mercado. A PGPM recentemente incluiu alguns produtos extrativistas na chamada PGPM-Bio, a qual incluiu o açaí, a andiroba e a macaúba (Costa et al, 2021).

Segundo dados obtidos pelo projeto Desafio Conexsus, realizado pelo Instituto Conexsus no ano de 2019. A partir desta base de dados, identificamos cinco cooperativas presentes na região do grão Pará, faltando apenas alguma representante da mesorregião metropolitana de Belém.

É possível observar diferentes padrões de produção, formas de comercialização e abrangência de mercados, os quais indicam a possibilidade de analisar as cooperativas produtoras de açaí no Pará, a partir das três categorias abordadas anteriormente (cooperativas populares, cooperativas mistas e cooperativas empresariais), baseada nas categorias propostas por essa autora se analisou qualitativamente cada uma das cinco cooperativas, como segue abaixo:

#### A. AÇAICOOP

A Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Município de Afuá e Região Ribeirinha do Amapá (AÇAICOOP) foi fundada em 2013 no município de Afuá, na mesorregião do Marajó, apresenta características de cooperativas populares na produção do açaí. Iniciou suas atividades com o apoio da OCB/Amapá/Pará, e nos dias atuais agregam a faixa de 201 a 300 pessoas. Pelo trabalho de extrativistas ribeirinhos e agricultores familiares do assentamento Ilha do Meio (Afuá-AP), são produzidos e coletados os frutos dos açaizeiros. Segundo informações coletadas por entrevistas realizadas pelo projeto, a AÇAÍCOOP tem como objetivo alcançar melhorias nas condições de vida de seus cooperados por meio da economia cooperativista.

A AÇAÍCOOP utiliza do extrativismo do açaí nativo e técnicas do extrativismo vegetal de outras espécies. Comercializa o fruto in natura para mercados institucionais de alimentos por meio de compras públicas do PAA e PNAE; e também comercializa para atravessadores. Através desses elos comercializam para o governo e para intermediários, especialmente para municípios ribeirinhos do Amapá, os quais fazem fronteira com a Afuá. O círculo de cooperação que cooperativa vivencia, envolve parcerias com: a OCB/Amapá/Pará, EMBRAPA-Amapá, CONAB; Conselho Nacional das Populações Tradicionais - CNS; Governo Federal; Sindicatos e Associações.

## B. COAMA

A Cooperativa Agroextrativista dos Rios Mapuá e Aramã (COAMA) foi fundada em 2014, com o objetivo de regularizar e organizar as atividades econômicas dos povos ribeirinhos dos rios Mapuá e Aramã, no município de Breves, mesorregião do Marajó. A empresa Ecomapuá Ltda apoiou a criação da cooperativa e se tornou parceira ao financiar a certificação orgânica. A cooperativa processa e comercializa os produtos com certificação de orgânicos no mercado internacional, assim pode ser considerada uma cooperativa empresarial. A COAMA fica sediada parte em área de RESEX, e parte em uma área de conservação florestal privada, que desenvolve o agroextrativismo, uso sustentável de recursos naturais e à conservação ambiental.

A produção é realizada por agricultores familiares e extrativistas (entre 201 a 300 pessoas) por meio de gestão participativa, com práticas que garantem a certificação de açaí orgânico, assim como boas práticas de manejo. O açaí comercializado é beneficiado e vendido em processado como polpa e óleos, para indústrias, varejo, comércio justo e exportação. Deste modo, acessa mercados nacionais e internacionais especialmente o mercado global de orgânicos. Ainda conta com uma rede de parcerias que envolvem além da Ecomapuá Ltda., também o IFT, Casa Familiar Rural de Breves e o Instituto Amazônia Sustentável, organizações de apoio ou da sociedade civil, instituições ou órgãos de Assistência Técnica, governos municipais; universidades e institutos de Pesquisa, sindicatos e associações.

## C. CODEMI

A Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Mirim (CODEMI) foi fundada em 2002 em Igarapé-Mirim-PA na mesorregião do Nordeste Paraense, por agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e apicultores, entre 51 a 100 pessoas. A cooperativa teve como principal motivo de criação o melhoramento da comercialização do açaí, que atualmente o principal produto comercializado. O fruto é produzido em moldes agroecológicos e por extração do açaí nativo. A comercialização do fruto é *in natura* para indústrias de processamento e consumidor final, ou seja, os produtores também o papel de batedores artesanais do vinho, e vendem direto para o consumidor do mercado local. A cooperativa, por sua vez, demonstra enquadramento em cooperativas mistas.

Deste modo, cabe ressaltar que além da comercialização do fruto no mercado local, o açaí produzido pelos cooperados da CODEMI, fornecem para indústrias. E

possui em seu círculo de cooperação a universidades e institutos de pesquisa como UFPA, IFPA, e sindicatos rurais.

#### D. COOMAC

A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC) foi iniciada nos anos 1980 e formalizada em 2010, no município de Bragança, no Nordeste Paraense com apoio da organização Cáritas e da agência alemã TDT. Chegou a agregar 600 beneficiários. Em 2008 foram realizadas reuniões e cursos com os 25 primeiros cooperados, esse movimento se expandiu e levou a capacitação para mais 600 pessoas, o que visava levar melhorias a produção e comercialização dos produtos da cooperativa, os quais são produzidos nas terras de seus membros.

Hoje a COOMAC com o trabalho de 101 a 200 cooperados, entre os quais estão agricultores familiares, extrativistas e microempreendedores de gestão coletiva. Atuam na produção de açaí na modalidade agroecológico e orgânico, comercializando o fruto *in natura*, beneficiados e industrializados ou transformado em outro produto de maior valor. Deste modo, demonstra características de cooperativas mistas.

Os mercados acessados são municipais e estaduais, especialmente para atender as compras institucionais do PAA, PNAE e PGPM-Bio, feiras, varejo e o mercado privado de Indústrias de processamento e transformação; mercado de atacado e/ou varejo; mercado justo e solidário (feiras, redes, etc.); direto ao consumidor; atravessador. E possui um círculo de cooperação entre: EMATER, UFPA, IFPA, SEBRAE, organizações de apoio ou da sociedade civil, instituições ou órgãos de assistência técnica, governos municipais, sindicatos e associações.

#### E. COPRAASIP

A Cooperativa de Produtores Agroextrativistas de Açaí de Santa Izabel do Pará, Inhagapari e Bujaru (COPRAASIP) foi criada em 2011 por 20 agroextrativistas das comunidades Cacoal e Flexal de Santa Izabel-PA, no Nordeste Paraense com o intuito de verticalizar a produção de açaí com base em sistema agroecológico sustentável de produção, para atender o mercado local, estadual e institucionais. A COPRAASIP possui entre 201 a 300 cooperados, entre os quais estão agricultores familiares e extrativistas, que trabalham com agroecologia, também realizam práticas de manejo.

O açaí é comercializado *in natura*, beneficiado e em polpa para mercados institucionais pelo PAA, PNAE e PGPM-Bio; para indústrias de processamento e

transformação; para o setor atacadista e varejista; e consumidor direto no mercado local justo e solidário por meio de feiras; e para atravessadores. Considerando os fluxos estabelecidos, a cooperativa apresenta características de cooperativas mistas. Em termos de parcerias a cooperativa possui relações com EMATER-PA, Prefeitura de Santa Izabel, UFRA, institutos de pesquisa, instituições de assistência técnica.

Através desses exemplos de atuações de cooperativas produtoras de açaí na região do Grão Pará, foi possível traçar na tabela abaixo uma simples caracterização das cooperativas, afim de visualizar em termos comparativos os diferentes perfis de atuação de cada instituição.

Tabela 6: Características e perfil de atuação das cooperativas entrevistadas pelo Desafio Conexsus

<b>Cooperativa</b>	<b>Modo de Produção</b>	<b>Produtos (foco açaí)</b>	<b>Mercados Acessados</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Categoria</b>
AÇAÍCOOP	Sociobiodiversidade	In natura	Regional	Local	Popular
COAMA	Orgânico, BPF	Industrializado	Nacional, Internacional	Global	Empresarial
CODEMI	Agroecológica; Sociobiodiversidade	In natura	Regional	Local	Mista
COOMAC	Agroecológica; Orgânica; Sociobiodiversidade; Com Boas Práticas de Manejo	In Natura; Beneficiado; Industrializado.	Mercado Municipal; Mercado Estadual	Local	Mista
COPRAASIP	Agroecológica; Sociobiodiversidade; Com Boas Práticas de Manejo; Da Agricultura Familiar	In Natura; Beneficiado; Industrializado.	Mercado Municipal; Mercado Estadual	Local	Mista

Dadas as características apresentadas, é possível identificar padrões e distorções no papel dessas cinco cooperativas produtoras de açaí. Todas as cooperativas surgiram após os anos 2000, e além de estarem vinculadas a territórios protegidos, em assentamentos da reforma agrária e reservas extrativistas, como a AÇAÍCOOP e a COAMA, respectivamente.

Todas as cooperativas são formadas por extrativistas e agricultores familiares, e trabalham com o modo de produção da agroecologia e possuem certificação orgânica como a COAMA e COOMAC. Além disso, as duas cooperativas (AÇAÍCOOP e CODEMI) fornecem o açaí em fruto, ainda não processado; duas cooperativas (COOMAC e COPRAASIP) realizam beneficiamento (Limpeza, Seleção, Qualificação,

etc) e a industrialização (açai transformado em produto de maior valor) e a cooperativa COAMA já realiza a transformação do açai em produto industrializado. Esses perfis refletem também a natureza dessas cooperativas e as escalas de comercialização desenvolvidas. Ao passo, por exemplo, em que a COAMA exportar o açai em formato industrializado para os mercados nacionais e internacionais, enquanto cooperativas como a AÇAÍCOOP possui maior capilaridade de comercialização nos mercados regionais.

Mesmo em uma pequena amostra, é possível observar formas de atuações distintas, o que permite visualizar categorias de cooperativas populares, mistas e empresariais. E que fazem parte de círculos de cooperação e formas de integração específicas explicitadas. Se identifica relações de apoio de cunho: a) *técnico*: EMBRAPA, EMATER, UFRA; b) *comercial*: Ecomapuá e a COAMA; e c) *institucional*: na qual o papel do estado na redistribuição pelas políticas de PAA e PNAE, acessadas por todas as cooperativas analisadas.

A base de dados Conexsus (2020) demonstra que as cooperativas dependem de agentes intermediários ou atravessadores, ainda possuem baixa capacidade de processamento do fruto, e comercializam em sua maioria para os mercados locais, o que demonstra a diversificação de atuações no CSP-açai. A força do mercado consumidor local reduz o nível de dependência de mercados externos. Por outra perspectiva, as cooperativas mais resilientes combinam certificações de qualidade, diversificação produtiva, parcerias em diversas instituições e governança inclusiva.

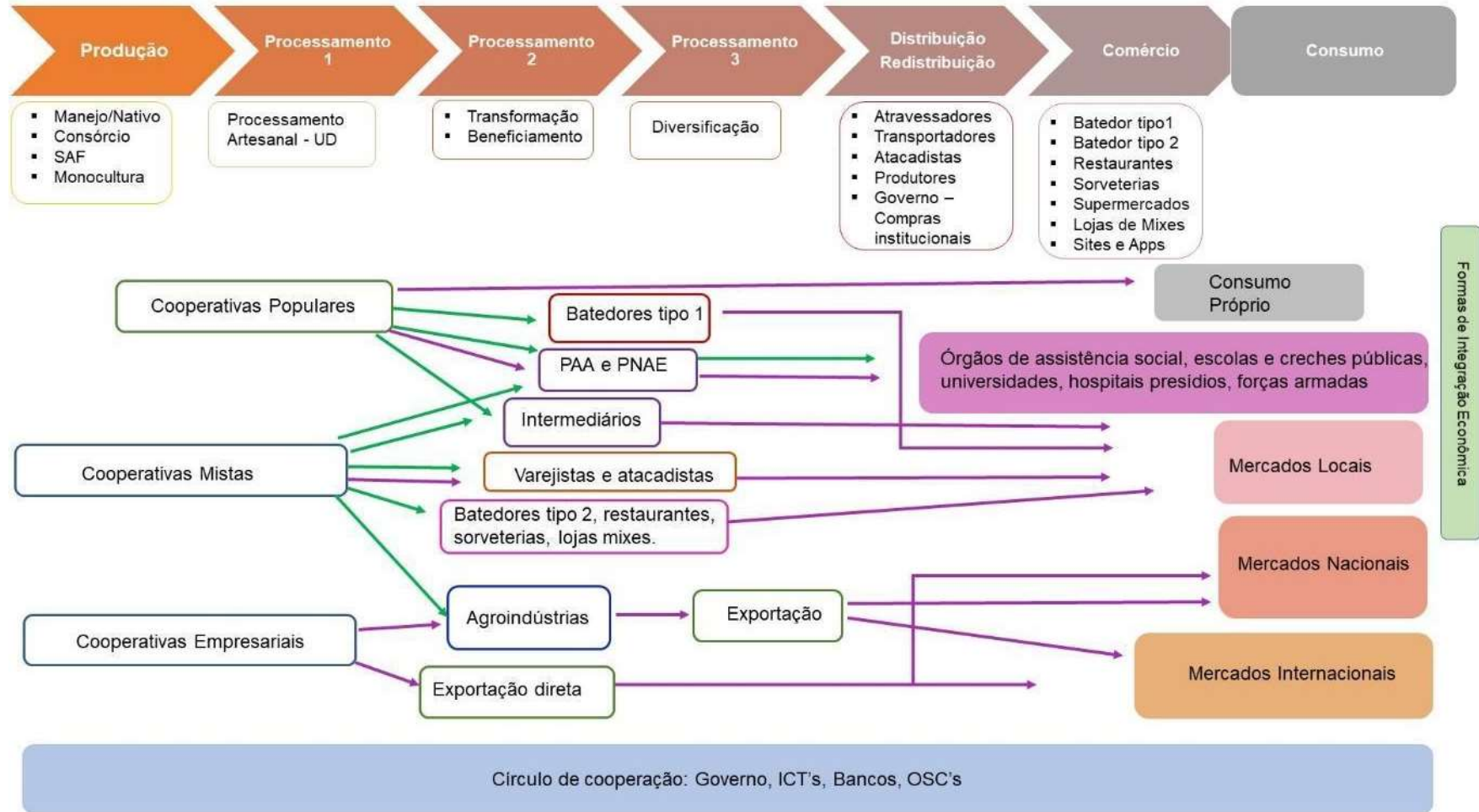
As informações do projeto Desafio Conexsus trazem casos que exemplificam diferentes formas de atuação de cooperativas no CSP-Açai na região do Grão Pará. As cooperativas populares desenvolvem a domesticidade pelo consumo familiar da própria produção de açai (manejado, sociobiodiversidade, açai nativo), comercializam para batedores artesanais, atravessadores, vivenciam a redistribuição via políticas institucionais de alimentos, mas também estão imersas em relações de troca e hierárquicas com agentes do circuito superior (Santos, 2008; Polanyi, 2012). Os fluxos são diversificados, contudo são fluxos curtos de comercialização, nos quais a venda direta retrata relações localmente enraizadas, com subcircuitos que começam e terminam no lugar, ou seja, espacialmente concentrados e carregados formas de integração econômica.

As cooperativas mistas apesar de apresentarem características das cooperativas populares, fornecem a produção de açai para indústrias processadoras

e exportadoras de açaí, atravessadores, atacadistas e varejistas, batedores artesanais, entre outros demandantes, essa categoria de cooperativa é a que pode estabelecer mais diversificados fluxos que podem ser de médio e longo alcance comercial – regional e nacional. Contudo possuem maior nível de dependência da demanda do circuito superior em relação as cooperativas populares, enfrentam as determinações de preço, desvantagens contratuais e desvalorização da qualidade do produto, entre outros problemas de cunho externo.

As cooperativas empresariais estabelecem relações hierárquicas de troca ao suprirem demandas nacionais e internacionais, pois já possuem agroindústrias para processar e transformar o fruto, ou por fornecerem para indústrias processadoras de forma direta, também para exportações da polpa e/ou derivados do açaí.

Figura 5: Atuação de cooperativas no Circuito Socioespacial de Produção do açaí



Fonte: Elaboração própria, 2025.

### 4.3 O PAPEL DAS COOPERATIVAS NO CIRCUITO SOCIOESPACIAL DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NA REGIÃO DO GRÃO PARÁ

Neste tópico trataremos sobre a atuação de cooperativas produtoras de açaí da região do Grão Pará, e o papel dessas instituições no circuito socioespacial de produção da economia do açaí no Pará, entre agosto e setembro de 2024. Na pesquisa foram utilizadas diversificadas técnicas de coleta de dados, tais como: entrevistas semiestruturada/guiada, levantamento fotográfico, observação participante e análises de documentos institucionais.

As entrevistas semiestruturadas acompanham um roteiro pré-definido (Apêndice A). Contudo, conforme os rumos do diálogo entre a pesquisadora e o entrevistado, as questões foram adaptadas, possibilitando improvisos sob a forma de uma conversa informal. As entrevistas foram realizadas por ligação e gravadas com o consentimento dos entrevistados, membros de cooperativas de três mesorregiões: Marajó, Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém, a região do Grão Pará (Costa, 2016).

No contato por meio de observação participante, a pesquisadora a partir de 2023 passou a compor a iniciativa *Diálogos Pró-Açaí* que corresponde a “uma rede multissetorial criada em 2018, com o intuito de promover um debate qualificado em prol do fortalecimento e da sustentabilidade desta importante cadeia da sociobiodiversidade”<sup>88</sup>. A pesquisadora participou de encontros e reuniões da rede, que envolvem iniciativas de elaboração de subsídios para construção de políticas públicas e para impulsionar o aprimoramento de práticas de sustentabilidade do setor produtivo do fruto. Nesses encontros participam dos debates representantes de órgãos estaduais e federais, da academia, de ONGs, comunidades tradicionais e indústrias, além de agroextrativistas (*Diálogos Pró-Açaí*, 2023).

Por meio da participação nessa rede multissetorial para o fortalecimento e a sustentabilidade da cadeia do açaí, a pesquisadora teve acesso aos resultados

---

<sup>88</sup> A iniciativa se originou do “Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável”, em parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), contando com o apoio de execução do consórcio IPAM/EcoConsult e Instituto Terroá. Atualmente, as mesmas organizações desta cooperação apoiam a iniciativa por meio do Projeto “Bioeconomia e Cadeias de Valor”.

desses eventos, os quais se tornaram insumos para publicações disponíveis no site oficial da rede *Diálogos Pró-Açaí*, e subsidiaram análises de documentos institucionais.

Através da participação no evento “Açaí: força da sociobioeconomia amazônica” realizado pela rede, nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho, em Belém do Pará, a pesquisadora teve contato inicial com membros de algumas das cooperativas investigadas nesta tese.

Esse tópico teve por intuito detalhar experiência de organizações coletivas que atuam na produção do açaí e compõe o CSP-açaí a partir de formas de organização econômico não estritamente vinculadas a uma economia de mercado, mas organizações atuantes em frentes de uma economia substantiva, que nasce de atividades e relações populares, e diversificam seus elos e fluxos comerciais.

Deste modo trazemos análises da atuação de cooperativa da Região do Grão Pará, a partir de entrevistas com membros dessas instituições. Foram selecionadas seis cooperativas: duas cooperativas da mesorregião do Marajó, duas do Nordeste Paraense e duas da mesorregião Metropolitana de Belém. A forma como cada instituição presentes na RGP – região de maior produção de açaí do país – se organiza socialmente, espacialmente e estabelecem seus elos no CSP -Açaí, foi desdobrado a seguir.

Posteriormente, como tais instituições ainda desenvolvem resistências de atuação sobre o funcionamento do CSP-Açaí e sobre o espaço de produção do açaí tomado pelas tendências homogeneizantes das condições gerais de produção capitalista sobre territórios como o Pará.

Contudo cabe pontuar que tais experiências não correspondem a estudos de casos comprobatórios da pesquisa. São compreendidas como ilustrações e subsídios para debates teóricos-metodológicos construídos até esse momento da tese.

#### **4.3.1 Cooperativa Sementes do Marajó**

Para representar a Cooperativa Sementes do Marajó foi realizada uma entrevista com o senhor Carlos Roberto, presidente da cooperativa, o qual é membro

desde de 2015. A cooperativa fica localizada no município de Currálinho, na mesorregião do Marajó, às margens do rio Canaticu.

A organização surgiu quando comunidades ribeirinhas se envolveram no movimento católico conduzido por padres europeus na região. As famílias dessas comunidades ribeirinhas passaram a organizar roças comunitárias na década de 1980. Após a saída dos padres do município, as comunidades de ribeirinhos continuaram a desenvolver suas atividades por meio de organização coletiva no território.

Figura 6: Logomarca de cooperativa Sementes do Marajó



Fonte: Imagem cedida pelo entrevistado

Entre 2004 e 2014, o senhor Carlos e seus familiares reuniram alguns membros da comunidade para constituir uma associação ribeirinha, em um período que tiveram a atuação mais presente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o qual instituiu assentamentos, assistências técnicas, apoio para o acesso a crédito rural e incentivos à criação de associações.

O período foi marcado também pela criação de uma Central de associações de rio Canaticu, essas associações passaram por formações sobre associativismo, cooperativismo e manejo realizadas pela Emater (que possui escritório no município) e pelo Sebrae.

Entre 2012 e 2013, o instituto Peabiru e ProNatura através do Fundo Amazônia iniciaram um projeto de preparação para criação de uma fábrica de processamento

de polpa de açaí no Marajó, tendo o apoio da OCB-PA que realizou diversos cursos sobre cooperativismo, ao todo foram nove cursos ministrados até 2014.

Ao final de 2014 foi criado o estatuto da cooperativa e em 2015 foi fundada a cooperativa Sementes do Marajó com a criação de seu CNPJ, e em 2016 a cooperativa já iniciava a comercialização para o PNAE.

A organização iniciou com 36 cooperados, a atualmente são 124 cooperados, um aumento de 250% de cooperados. Esses são residentes em 15 comunidades na várzea do rio Canaticu, Piriá e afluentes que envolvem 13 ilhas entre RESEX's e assentamentos (Desafio Conexsus, 2020). Todos os cooperados são do município de Curalinho<sup>89</sup>, não existem trabalhadores contratados. Os agentes que trabalham na produção fazem parte do núcleo familiar, e quando ocorre a necessidade são pagas diárias para terceiros suprirem alguma demanda.

Segundo a base de dados do projeto Desafio Conexsus (2020), a cooperativa Sementes do Marajó possui cooperados que são agricultores familiares, extrativistas e pescadores, com significativa atuação de mulheres e jovens na gestão.

O entrevistado detalhou que a produção da cooperativa está baseada na colheita do açaí nativo de área de várzea, mas também são realizados manejos dos açazais com orientação da EMATER, a cooperativa não desenvolve sistemas agroflorestais, mas realizam combinações simples de espécies.

É possível considerar a produção realizada a partir de agroecologia, produção orgânica e com boas práticas, para o fornecimento de açaí *in natura* e polpa (para PAA e para o PNAE), assim como também a cooperativa fornece mel e sementes para indústrias (Desafio Conexsus, 2020).

Segundo o senhor Carlos, pela manhã bem cedo os produtores levam seus instrumentos – paneiros e vasilhames - para retirarem o açaí nativo, por meio do trabalho do peconheiro (trabalhador que sobe nos açazeiros) que realiza a coleta dos

---

<sup>89</sup> A cidade tem aproximadamente 70% dos seus moradores na zona rural, vivendo de seu próprio cultivo, como a produção, manejo do açaí e seus derivados, pesca, entre outros. A Sementes do Marajó tem em sua equipe líderes locais, que representam suas comunidades nos debates e encaminhamentos na cooperativa (DesafioConexsus, 2020) .

cachos, posteriormente a debulha (retirada dos frutos do cacho de açai) e o armazenamento, para o transporte utilizam canoas ou rabetas.

Imagem 1: Realização da coleta do açai pelo peconheiro



Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado.

Imagem 2 e 3: Armazenagem do fruto em basquetas e paneiros, e o transporte em rabetas (tipo de barco)



Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado.

Alguns dos produtores cooperados possuem porto próprio, outros produtores levam o açai de canoa para as comunidades que possuem o porto mais próximo. No período de safra, a produção chega em média a três cargas por semana que são repassadas para os atravessadores ou comprador que possuem barcos próprios, e nesse processo são necessários os serviços de carregadores nos portos a depender do volume da carga de açai demandada pelo comprador.

O diretor de produção da cooperativa organiza e registra as entregas de cargas de açai ao se comunicar com os cooperados pelo aplicativo whatsapp, quando registra e organiza as informações sobre horários de entregas e quantidades. Caso a comunicação com os cooperados não seja possível, o diretor de produção se desloca até a localização dos produtores para saber de quantidades produzidas e possíveis vendas.

A carga comercializada e levada até os portos, é armazenada frequentemente em paneiros ou rasas. Segundo o entrevistado no período de safra, são aproximadamente 100 rasas coletadas por cada cooperado por semana. Cerca de 80% dos cooperados entregam a produção de açai na safra. Nesse período em 2024, o preço médio do paneiro é de aproximadamente 38,00 reais.

A remuneração mensal média dos cooperados na produção açaí é de faixa R\$2.000,00 mil por mês na safra. No período de entressafra os cooperados trabalham em outras culturas e atividades, também recebem o auxílio do bolsa família e os cooperados que também são pescadores recebem o seguro defeso.

O entrevistado comentou que a cooperativa atualmente possui uma unidade de processamento de açaí no município de Currealinho, fundada em junho de 2024 com o apoio da Emater e outros parceiros. Segundo a matéria jornalística de Aline Miranda (2024), a unidade representa um dos poucos estabelecimentos de processamento de polpa de frutas na região da Ilha do Marajó. Na unidade, os frutos são higienizados, processados e embalados, conforme os parâmetros da legislação vigente, por meio do uso de equipamentos próprios para o beneficiamento, o local possui uma área de 165 m<sup>2</sup> no bairro Marambaia, com capacidade de preparação de uma tonelada de açaí por dia.

De acordo com chefe do escritório local da Emater em Currealinho, Artemas Ribeiro, citado na matéria de Miranda (2024), a unidade de processamento de polpa da cooperativa tem sido utilizada por outras instituições, como a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores, Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema (APREPI), para o processamento de açaí consumido por aproximadamente 800 crianças e adolescentes no PAA.

Nesta matéria, o entrevistado senhor Carlos Roberto Baratinha, também comenta sobre a unidade de processamento, ressalta a possibilidade de ampliar o processamento para outras frutas da agricultura familiar da região do Marajó. Relata também sobre a necessidade de a cooperativa obter certificações, como o Selo Artesanal, a partir da Agência de Defesa Agropecuária (Adepará). Mas pontua que a unidade de processamento se trata de um projeto-piloto, e está em fase de adaptação, e relata também a necessidade de continuidade de capacitações e emissões de CAFs (cadastros nacionais da agricultura familiar) individuais e jurídicas com o apoio da EMTER (Miranda, 2024).

Imagem 4: Reunião do cooperados da Sementes do Marajó



Fonte: Imagem cedido pelo entrevistado.

Segundo o senhor Carlos, o açai da Sementes do Marajó além de atender a alimentação de estudantes da rede pública (PNAE), é destinado também às ações solidárias dos projetos Criança Alegria, Marajó Criança e da Paróquia São João Batista, no entendimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Pará (SEASTER). Caso a produção seja destinada a prefeitura de Curralinho para fornecimento para o PNAE, o açai é enviado como carga comunitária por meio do serviço de um barqueiro e/ou transportador ou alguns produtores fazem o transporte com barco próprio.

O entrevistado detalhou, todavia, que a produção da Sementes do Marajó destinada as compras públicas são cerca de 3% a 5% da produção. Os cooperados também realizam a venda para os batedores artesanais de açai em feiras livres do município de Curralinho.

O maior volume da produção da cooperativa é comercializado para a indústrias como a Sambazon<sup>90</sup>, Açai Paraense e Petruz, por meio do repasse do fruto para atravessadores que levam até as empresas, ou por meio de barco próprio das empresas. Maior parte da comercialização acaba sendo levada pelo atravessador. A

---

<sup>90</sup> O entrevistado relata que a Sambazon possui fábrica de processamento de açai em Amapá e Barcarena.

cooperativa acessa mercados locais e fornece para indústrias exportadoras de açaí em polpa, mix, creme, sorvetes, pó e outros produtos derivados do açaí.

Sobre as experiências de acesso à crédito pela cooperativa Sementes do Marajó, foi identificado pelo site oficial do Instituto Conexsus, que em janeiro de 2020 o instituto intermediou a aproximação da Cooperativa Sementes do Marajó com o Banco da Amazônia (BASA), para acessar recursos do Pronaf B, linha mais barata da família Pronaf, por 33 associados da entidade. Deste modo, foram liberados em março pelo banco R\$ 82.500,00, R\$ 2,5 mil para cada um dos 33 agricultores. O juro anual era de 0,5% e há bônus de adimplência de 25% do valor financiado. O recurso foi utilizado para gastos com ferramentas usadas na coleta do açaí, nos deslocamentos entre as áreas dos açazeiros e o terminal hidroviário de Currálinho e no transporte da produção por balsa até Belém (Instituto Conexsus, 2020).

Contudo, para acessar o Pronaf B, a Sementes do Marajó passou por capacitações em educação financeira, gestão e plano de negócios, processo que início em 2018 por meio do apoio do Instituto Conexsus. Em 2019, a produção de açaí da Sementes do Marajó alcançou 1.400 toneladas, 233% mais que a colheita de 420 toneladas no ano anterior (Instituto Conexsus, 2020).

Em 2020, em entrevista ao Instituto Conexsus o presidente da cooperativa relatou que o objetivo daquele ano era a liquidação do empréstimo contraído com o Banco da Amazônia e formar um fundo de reserva, que fazia parte de um plano de estruturação da cooperativa até 2022, que previa manter relações com o BASA para continuidade de contratação de crédito do Pronaf B e diversificar a produção para gerar mais renda na entressafra do açaí. Até 2020, 90% do faturamento da cooperativa vinha do açaí, e diversificação das produções previam estimular a coleta do palmito do açaí, a produção de farinha, frutas, verduras, legumes e mel, através de preparação dos cooperados por meio de capacitação e assistência técnica para diversificar nossa produção (Instituto Conexsus, 2020).

Durante a entrevista realizada por essa pesquisadora em 2024, o senhor Carlos presidente da Sementes do Marajó destacou que a instituição havia acessado o PRONAF B pelo Basa, para 33 cooperados, e confirmou a colaboração do Instituto Conexsus, momento em que também afirmou que Organizações não governamentais

- ONG's possuem fundos sociais para financiamento que atendem cooperativas, e que conseguiram recurso para cooperativa.

Foi pontuado também que entre as principais dificuldades enfrentadas pela instituição se mantem no processo de acessar linhas de crédito, especialmente do Banco do Estado do Pará (Banpará), afirmou que são linhas difíceis de acessar e inviáveis, o que dificulda a expansão da produção. O entrevistado afirmou que com a nova fase em que o processamento do fruto passa a ser realizado, passam no momento por dificuldade para armazenagem do açaí, pois não possuem câmara frigorífica para conservar a polpa do fruto.

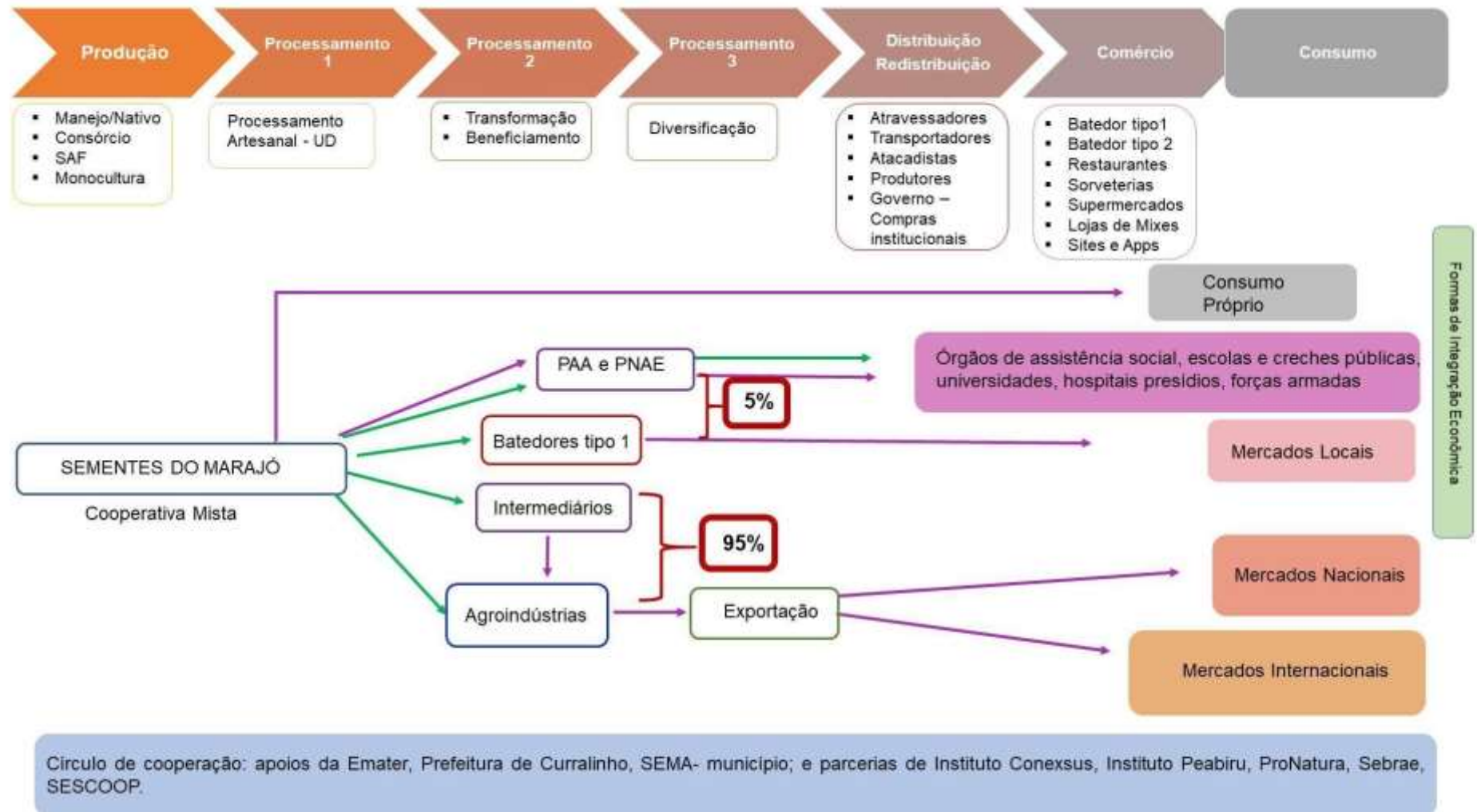
O presidente Carlos ainda explica sobre a vontade realizar o plantio em terra firme e cultivar as variedades do açaí BRS Pará e BRS Pai D'Égua, para aumentar a produtividade do açaí, mas não desenvolvem tecnologias de irrigação. Argumenta também que o açaí nativo tem o tempo próprio produzir durante o ano, enquanto que com o açaí irrigado teriam produção também do período de entressafra.

Durante a entrevista foi possível observa uma rede de apoio e parcerias estabelecida, um círculo de cooperação que passa por apoio governamental a parcerias com OSC's e ONG's, entre essas instituições estão: Emater, Prefeitura de Currealinho, Sema local no apoio institucional e parcerias do terceiro setor com o Instituto Conexsus, Instituto Peabiru, ProNatura, Sebrae, SESCOOP.

A cooperativa convive com a domesticidade no consumo familiar do açaí, com a redistribuição exercida pela economia estatal, com a cooperação e troca no funcionamento de seus elos e fluxos curtos e médios, esse último considerando a comercialização para agroindústrias como principal fonte de renda da cooperativa.

É possível perceber a significativa dependência do fornecimento para o circuito superior, algo que pode ter impulsionado anos atrás a cooperativa pensar na diversificação de produções de outras culturas para ter outras opções de renda na entressafra do açaí. Entretanto, com o avanço do monocultivo de açaí em terra firme com outras variedades de açaí que fornecem fruto durante o ano inteiro, passa a ser interessante para a cooperativa a possibilidade de cultivo em terra dada a sazonalidade do açaí da várzea, o que em aspectos ecológicos pode ser insustentável.

Figura 7: Subcircuito socioespacial de produção de açaí da Cooperativa Sementes do Marajó



Fonte: Elaboração própria, 2025.

### 4.3.2 Cooperativa Manejaí

A segunda entrevistada se chama Gracionice Costa da Silva Correia, exerce o cargo de presidente da cooperativa Manejaí, e atua também como cooperada agroextrativista, faz parte da instituição a três anos.

A senhora Gracionice relata inicialmente que a cooperativa fica na comunidade Monte Hermom, está localizada no Rio Pacajá, próximo ao Igarapé Arata, que é um afluente do próprio Rio Pacajá, no município de Portel, na mesorregião do Marajó.

Imagem 5: Cooperados da Manejaí às margens do rio Pacajá em período de capacitações



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

A entrevistada detalhou que a cooperativa surge de uma colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel. O grupo de extrativistas de sua comunidade se organizaram a partir dessa colaboração em prol da regularização de terras coletivas. Com a mobilização se buscou parcerias com a Embrapa, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). Então se iniciaram os apoios para capacitações e formação de lideranças da comunidade, além de cursos em boas práticas de produção florestal.

Imagem 6 : Cooperados da Manejaí em momento de capacitações



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

E durante esse processo se discutiu a criação de uma cooperativa. Foram 4 anos se reunindo e se preparando para decidir criar de fato a instituição. Em 2021 a cooperativa é fundada com 23 cooperados, com o apoio do sindicato que disponibilizou um espaço para a cooperativa, enquanto ainda não possuem um local próprio.

As atividades principais desenvolvidas atualmente pela cooperativa são a produção de açaí, mas também de castanha do Pará, bacuri, bacaba, abacaxi, caju e cacau com produções em sistemas agroflorestais e manejo florestal em várzea, produções para consumo próprio e para comercialização.

Atuam também pela produção da agricultura familiar em terra firme direcionada para sistema de restauração florestal, e essa produção familiar também desenvolve áreas plantadas em consórcios. A entrevistada reforça que os membros da cooperativa têm mantido a preocupação com um processo de capacitações que tenham foco na manutenção da biodiversidade com geração de renda e com atuação da agricultura familiar para comercialização de produtos da sociobiodiversidade, como açaí para o PAA e PNAE.

De acordo com a presidente Gracionice Correia, as produções de açaí da Manejaí são organizadas pelos cooperados e levadas a cidade de Portel em barcos pequenos contratados, pois a cooperativa não possui transporte próprio. A entrega das produções depende da cultura e do período, no caso do açaí no período de safra

é entregue ao mercado institucional (PAA e PNAE) semanalmente, conforme alinhado ao contrato. Outras culturas são entregues quinzenal ou mensalmente mesmo no período da safra.

No caso do açaí no período da safra a quantidade média comercializada pela cooperativa atinge cerca de 500 kg de açaí por semana, em sacas, pelo preço médio do açaí cerca de R\$ 50,00 pela rasa<sup>91</sup>. No mercado institucional (PAA E PNAE) o açaí é comercializado em quilogramas. A remuneração mensal média dos trabalhadores envolvidos na produção do açaí varia entre R\$ 2 mil até R\$3 mil.

Imagem 7, 8 e 9: Cooperados da Manejaí na preparação do fruto para o processamento da polpa



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

---

<sup>91</sup> O armazenamento em rasas ou paneiro com 28 quilogramas, em basquetas (caixa de plástico) com 30 a 35 quilogramas e em saca com 60 quilogramas para a venda.



Fonte: Imagens cedidas pela entrevistada.

A maior parte da produção é comercializada para o PAA e PNAE (Prefeitura e Semed), mas também comercializam para feiras, batedores e pelo whatsapp. A cooperativa possui máquina de processamento de açai e comercializam também o vinho ou polpa do açai num ponto de venda da cooperativa. A cooperativa também realiza feira de agricultura familiar.

Imagem 10 : Cooperados da Manejaí na comercialização de produtos na cidade de Portel



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

O transporte para o PAA e PNAE é realizado pelo barco de linha municipal e os cooperados (tesoureiro e a diretora) fazem a seleção, conferem a pesagem e armazenagem dos frutos e um cooperado acompanha a entrega do açaí e a cooperativa paga o frete da distribuição do produto.

Imagem 11 : Realização do transporte em canoas das produções da cooperativa armazenadas



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

A cooperativa tem atuado intensamente na capacitação dos comunitários extrativistas. Segundo a presidente foi estabelecido comunidades, ou como chamam "raios", que são pontos focais que atuam os agentes facilitadores do manejo. Alguns técnicos capacitados, juntamente com alguns cooperados replicam seus conhecimentos – tácitos e empíricos – para capacitar produtores no gerenciar das unidades produtivas para o manejo adequado. Utilizam com o apoio da Embrapa o método de manejo de mínimo impacto, que foca na observação e estudo ambiental. O intuito é produzir açaí de boa qualidade sem causar danos ambientais. No processo de replicar essa prática realizam capacitações e estabelecem unidades demonstrativas para servir como exemplos para outros produtores (Conexsus, 2023).

Imagem 12: Presidente da Cooperativa Gracionice ministrando o curso de Manejo de mínimo impacto de açazais nativos no Marajó



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada.

As principais dificuldades na produção e na comercialização do açaí enfrentadas pela cooperativa estão principalmente relacionadas a deficiência em relação a logística da produção, pois a cooperativa não tem condições financeiras adquirir um transporte próprio e assumir gastos com combustível.

A entrevistada citou também problemas vinculados à falta de infraestrutura de armazenagem, a vontade de desenvolver formas de beneficiamento e transformação do açaí, contudo não tiveram incentivos para aquisição de maquinários próprios.

Outras dificuldades estão na falta de saneamento básico, fornecimento de água potável, energia elétrica insuficiente ou inexistente e relata que uma fábrica está parada em Portel por falta de energia. A senhora Gracionice relata ainda problemas de falta de infraestruturas portuárias, e para realizar o transporte de alguns alimentos, por serem muito perecíveis, como o açaí.

Destaca que a cooperativa precisa se adequar as legislações e normas para adquirir certificações, como o selo orgânico. Os processos de padronização, obtenção de registros específicos e determinadas documentações são necessidades que a cooperativa precisa resolver, e isso envolve não só produtos alimentícios, mas melhorias de qualidade de artesanato produzidos pela cooperativa. Em entrevista para a rede Diálogos Pró-Açaí, 2023, a presidente Gracionice relata:

Necessitamos de investimento para adequar nossos espaços de acordo com as normas da vigilância sanitária e para obter certificações que legitimem nosso produto. Além disso, buscamos continuar com a formação continuada e investir em tecnologias que auxiliem no monitoramento e garantia da qualidade do açaí.

Segundo a entrevistada a cooperativa possui relações com a prefeitura de Portel, com a Secretaria Municipal de Educação e a CONAB, para comercialização e fornecimento para o PAA e o PNAE.

Como já citado, alguns apoios institucionais a Manejaí ocorreram através da Embrapa com capacitações e investimentos nas produções. Ocorrem também intercâmbios com outras comunidades e realizaram eventos de divulgação do trabalho da cooperativa. O IEB também apoiou a cooperativa por meio de formações de empreendimentos comunitários.

Assim como o Instituto Conexsus, que realizou preparação de acesso à crédito, através de assessoria em gestão e educação financeira, capacitações em instrumentos de acesso a crédito pelo Pronaf B junto ao Basa. A cooperativa acessou um crédito, no valor de R\$ 20 mil reais, e até o momento da entrevista em setembro de 2024, alguns cooperados estavam se preparando para acessar o Pronaf de forma individual para as linhas do Pronaf A e B.

A cooperativa auxilia as famílias a acessar o PRONAF através de ativadores de crédito, pelo apoio do instituto Conexsus e o Banco da Amazônia. O PRONAF B tem sido a linha de crédito mais acessada devido ao seu perfil menos burocrático (Diálogos Pró-Açaí, 2023).

A cooperativa estabelece princípios de comportamento econômico vinculados a domesticidade no consumo familiar dos produtos florestais manejados, não apenas o açaí. Com a redistribuição pelo estado, devido ao intenso fornecimento a políticas

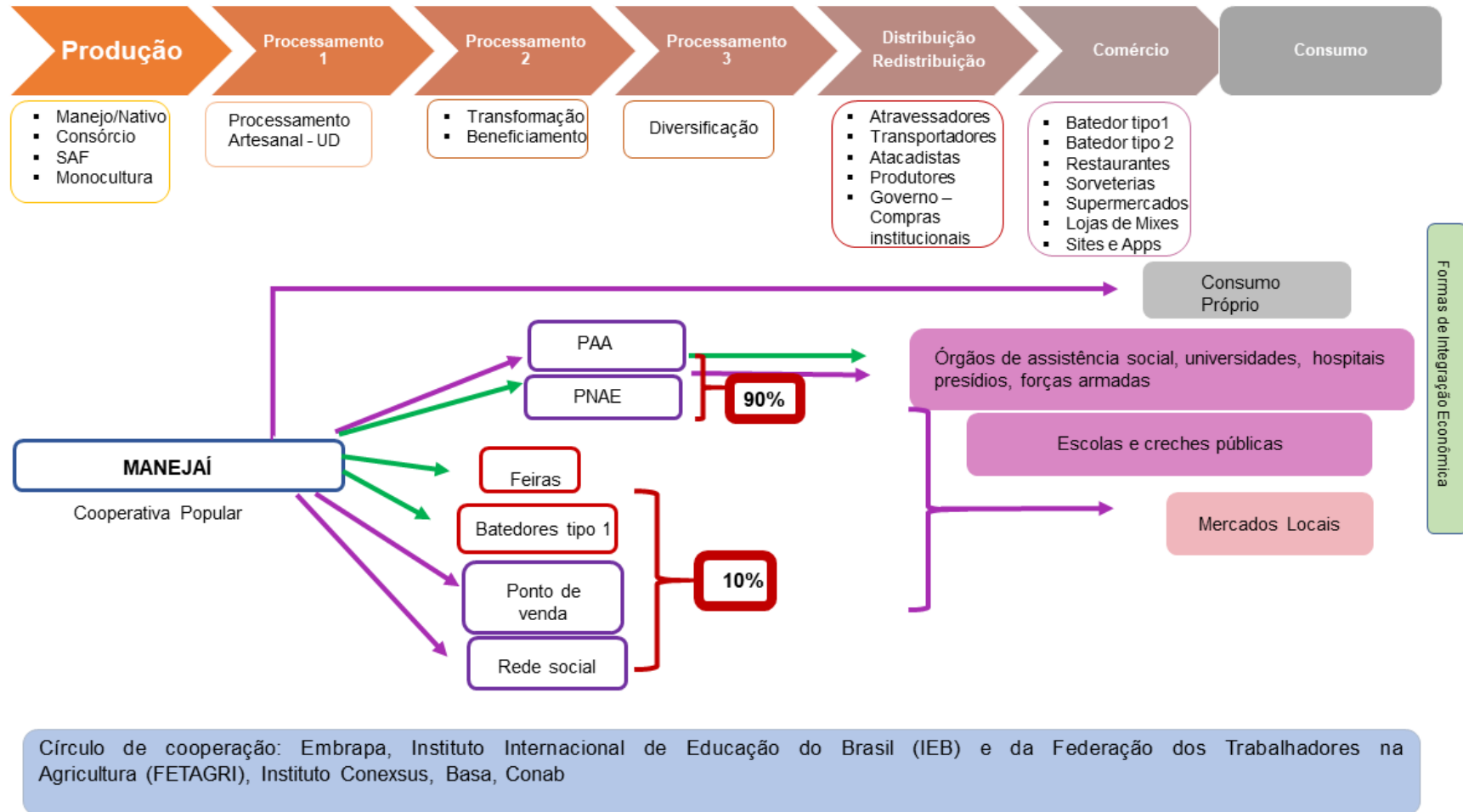
de institucionais de alimentos, com a cooperação e troca no funcionamento de seus elos e fluxos curtos desenvolvidos no CSP-açaí no Marajó.

Segundo a entrevista a cooperativa Manejaí possui um perfil de cooperativa popular, por ser operacionalizada por agentes do circuito inferior, que geram produções consumidas no próprio circuito. Apresenta baixa dependência do circuito superior, e desenvolve fluxos curtos de comercialização no território paraense, subsidiando especialmente a alimentação de escolas e órgãos de assistência social.

Em termos de atuação produtiva, desenvolvem sistemas agroflorestais compatíveis com a natureza local, manejando e cultivando espécies locais e fazem parte de uma lógica de diversificação produtiva, que mantém o equilíbrio ecossistêmico, que vai de encontro a proposta de homogeneização da paisagem com o fenômeno da açaiização, ou monocultura do açai.

Entre as instituições que fazem parte do círculo de cooperação da cooperativa Manejaí estão: Embrapa, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Instituto Conexsus, Basa e Conab.

Figura 8: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa Manejaí



Fonte: Elaboração própria, 2025.

### 4.3.3 COFRUTA

Para entender o papel da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), a pesquisadora entrevistou o senhor Raimundo Brito de Abreu, ex presidente da cooperativa, que ainda está como cooperado e presta assessoria a cooperativa. Atua na instituição desde a fundação em 2002.

Figura 9: Logomarca da Cooperativa Cofruta



Fonte: Imagem obtido pelas redes sociais da cooperativa.

A cooperativa surgiu de uma necessidade de melhorar a organização comercial de um grupo de agricultores familiares e extrativistas de uma comunidade ribeirinha de Abaetetuba, no Nordeste Paraense, que já faziam parte da Associação de Desenvolvimento Agrícola dos Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba (ADEMPA) criada em 1992, e lidavam com limitações para comercialização.

Em 2 de março de 2002, a cooperativa foi criada com 67 sócios e fundadores cooperados. Os membros da associação passaram para cooperativa, e se somaram a outros produtores. A cooperativa chegou a ter 148 membros, em um segundo

recadastramento apresentou 105 membros, e no último e terceiro recadastramento em 2024 foram contabilizadas 88 pessoas cooperadas.

Imagem 13: Assembleia de prestação de conta da COFRUTA, com cooperados e cooperadas



Fonte: Imagem obtido pelas redes sociais da cooperativa.

Segundo o senhor Raimundo, entre os cooperados estão produtores familiares, assentados da reforma agrária e extrativistas, através da comercialização de polpa de frutas, sementes, óleos e manteigas vegetais, insumos originados de áreas florestais manejadas e de SAFs. A produção das ilhas do município tem como “carro chefe” o açaí, cerca de 60% dos cooperados atuam nas ilhas e 40% em terra firme no cultivo de mandioca e açaí. Na entressafra do açaí trabalham com sementes nativas como: murumuru, andiroba, tucumã, ucuuba e insumos do cupuaçu.

Imagem 14 e 15: Sementes produzidas pela cooperativa para produção de óleos e o açaí em basquetas



Fonte: Imagem obtido pelas redes sociais da cooperativa.

Possuem duas fábricas. Uma atua no processamento e produção de alimentos e polpas de frutas para o PAA, PNAE e mercado convencional; e a outra fábrica tem o foco no beneficiamento de sementes, produção de óleos e manteigas para fornecimento no mercado de biocomésticos, e as duas fábricas estão situadas em Abaetetuba.

Imagem 16: As duas unidades de produção: uma de beneficiamento de polpas de frutas e outra de sementes oleaginosas em Abaetetuba.



Fonte: Imagem obtido pelas redes sociais da cooperativa.

A cooperativa tem uma assessora técnica contratada, 88 cooperados em Abaetetuba e 163 famílias agregadas e cadastradas em outros municípios que são: Cametá, Moju, Acará, Santa Luzia do Pará e Igaparé Miri no Nordeste Paraense; Muaná, Cachoeira Arari e Ponta de Pedra no Marajó; e Barcarena, Mosqueiro e São Antônio do Tauá na mesorregião Metropolitana de Belém.

Essas famílias agregadas de outros municípios atuam no fornecimento de sementes para extração de óleos e manteiga. O entrevistado relatou que alguns cooperados realizam visitas nesses municípios para realizar assistências técnicas para extração de óleos e manteigas e manejo de produtos florestais. Esses produtores chegaram a produzir cerca de quatro toneladas de murumuru e tucumã no 2023.

Os cooperados trabalham com sistemas agroflorestais, e todos os cooperados produzem açaí, ou em várzea e ou em terra firme. Trabalham com fornecimento de açaí em 10 meses de contrato com a prefeitura para o PNAE e 12 meses para o PAA com a intermediação da Conab. Uma parte da produção é entregue na safra e outra parte os produtores armazenam para entregar na entressafra.

Na safra a entrega da produção é semanalmente. A quantidade média de açaí foi de 12 toneladas em agosto de 2024 na safra, a média é de 5 a 7 toneladas por mês no período de safra. E 70 a 80 toneladas por ano. O preço médio do açaí aos cooperados na safra foi de 12 reais por quilograma. O açaí da cooperativa apresenta maior qualidade, por esse o motivo o entrevistado relatou que tem sido vendido em menores volumes por cliente, ao invés de vender para agroindústrias que não priorizam tanto a qualidade do fruto quanto o mercado local.

A remuneração mensal média dos cooperados na produção do açaí fica em torno de 2,5 a 3 salários mínimos no mês (R\$3.795,00 a R\$ 4.554,00) por cooperado produtor na várzea e na terra firme, nesse último caso são menores áreas de cultivos, menores valores e volumes de açaí comercializados. Contudo, o entrevistado ressalta que alguns produtores chegam a 15 a 20 mil por mês com a produção do açaí na várzea na safra, mas que diluem o valor durante o ano.

Um dos próximos passos da cooperativa de acordo com o entrevistado, é que pretendem vender seus produtos para redes de supermercados – varejistas – incluindo pacotes menores de açaí já processado. Já possuem maquinários próprios

para o processamento de frutas para comercialização de polpas e produtos à base de abacaxi, miriti, açaí, cupuaçu, manga, acerola, goiaba, maracujá, e manteiga ucuuba, cupuaçu, murumuru, tucuma e óleo de açaí, andiroba, patauá, sevilha.

Os principais mercados e compradores acessados pela cooperativa são o PAA e PNAE com 90%. No mercado convencional, a cooperativa comercializa para a agroindústria Sambazon açaí orgânico, em torno de 500 toneladas de açaí, também para Natura em torno de 320 toneladas de açaí (possuem um certificado de exclusividade de venda de alguns produtos com a Cofruta). Já comercializou também empresa Petruz, as vezes interrompe a venda pelos altos volumes demandados.

A cooperativa já vende o produto o açaí processado, o que reduz a dependência dos agentes do circuito superior – agroindústrias exportadoras. De acordo com o senhor Raimundo, a cooperativa reduziu um pouco sua atuação na produção de açaí, devido os valores muito baixos oferecidos aos produtores pelas empresas, e passaram a diversificar o fornecimento de produtos florestais não madeireiros.

O entrevistado relatou dificuldades na logística para entregar de frutos e produtos a nível estadual, e também a nível nacional devido o transporte por caminhão, pois esse tipo de transporte tem capacidade limitada de armazenagem, então a carga é transportada de forma fracionada. Atualmente vendem direto para Santa Catarina, São Paulo e Fortaleza. Essa projeção e crescimento da cooperativa foi atribuída em parte pela participação em feiras nacionais e internacionais entre 2013 e 2014.

Segundo a equipe de vendas da cooperativa cerca de 90% da produção de açaí é destinada para o mercado institucional e 10% mercado convencional. Nesses 10% do mercado convencional, além da venda para as empresas, os produtores comercializam também para atravessadores, cambistas e batedores. Um volume que chega no máximo a 100 paneiros na entressafra. O entrevistado relatou que o volume e preço do açaí para os cambistas são menores, e vendem também atravessadores que vendem para os batedores artesanais, pelo o que chamou de “carrinho” que transporta o açaí para Belém, nessa modalidade o valor pago pelo açaí é maior e mais vantajoso para os produtores. No período de safra do açaí, a Cofruta paga cerca de

R\$ 60,00 reais por rasa de açaí (14 kg), e direto para os cambistas paga R\$45,00 reais por rasa.

Pelo PNAE (açaí processado), a cooperativa fornece apenas para escolas de Abaetetuba, pelo PAA a instituição fornece para 8 municípios. Geralmente Pastoral da criança, Pastoral do Menor e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que recebem nos municípios de: Abaetetuba, Moju, Acará, Concórdia do Pará, Tailândia, Barcarena, Bujaru e Tome Açu, cada um tem 2 ou 3 paróquias para atender, Sesc brasil 39 mil crianças. A vendas atingiram no ano de 2024 R\$ 2 milhões pelo PNAE e R\$ 750 mil pelo PAA.

O senhor Raimundo descreveu que cerca de 50% do rendimento da cooperativa é pela produção de polpas para PNAE e PAA, 30 % são rendimentos advindos da venda de óleos e manteigas, e 20% do escritório de venda de produtos in natura. O rendimento anual da COFRUTA está em torno de R\$ 3 mi a R\$ 4 milhões por ano.

Imagem 17 : O vinho ou polpa do açaí processada e embalada com especificações, resultado do funcionamento das unidades de processamento em Abaetetuba.



Fonte: Imagem obtido pelas redes sociais da cooperativa.

De acordo com dados do estudo “*Bioeconomia da Restauração na Amazônia*”, a Cofruta em 2023 acessou o volume de créditos de R\$ 250 mil reais por fonte de

financiamento não citadas, segundo os autores Aurélio Padovezi, Fabiana Munhoz e Alexandre Goulart (2024).

As principais dificuldades na produção e na comercialização do açaí enfrentados pela cooperativa envolvem a insuficiência de infraestrutura interna e baixa escolaridade dos produtores. Além da falta de infraestrutura energética, para internet, de infraestrutura logística e dificuldades de acessos aos mercados nacionais.

As perspectivas futuras é daqui a 3 a 5 anos a cooperativa tenha melhorias nas suas fábricas, com equipamentos mais modernos, para fazer produtos com maior valor agregado, e produzir com mais segurança, qualidade, iniciar a exportação de produtos e atuar com laboratórios e maiores investimentos em tecnologia.

O apoio institucional, que compõe o círculo de cooperação da Cofruta, é possível destacar o apoio do Instituto Federal do Pará - IFPA de Castanhal para assistência técnica sobre atividades agropecuárias, produção de alimentos e manejo de florestas, com foco na formação dos cooperados jovens da Cofruta, no período de 2 a 3 anos. Atualmente esses jovens administram as fábricas e apoiam na gestão da cooperativa.

Houve também o apoio da Fase Amazônia, importante instituição que incentivou o crescimento da Cofruta, da valorização do fruto até a construção das fábricas. A FASE hoje atua em outras comunidades e territórios, com Fase Nordeste Paraense e Marajó.

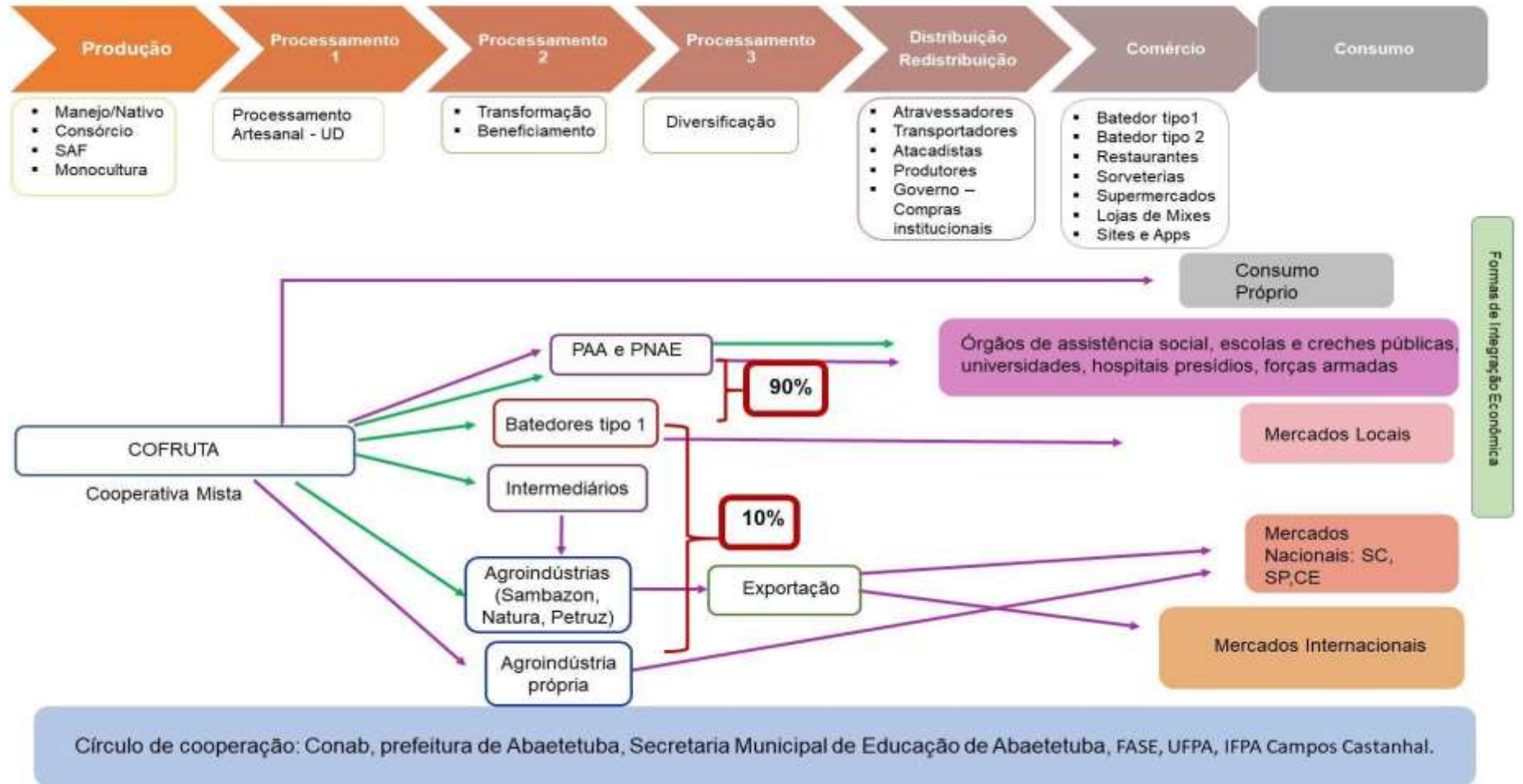
Ao considerar os possíveis impactos ambientais das atividades da cooperativa, se observa que a atuação por meio de sistemas agroflorestais, manejo e agroecologia aliam geração de renda familiar e equilíbrio do ecossistema, pela combinação de espécies locais. A lógica de produções diversificadas também segue a compatibilidade com os territórios de reservas extrativistas que alguns dos cooperados residem.

A cooperativa apresenta um perfil alinhado a uma cooperativa mista, contudo possui baixa dependência do circuito superior, pois participa de relações de redistribuição pelo estado ao fornecer para políticas de institucionais de alimentos, o que corresponde a 90% da comercialização do açaí, com fluxos curtos e médios, dado que a cooperativa envolve produtores de vários municípios paraenses.

Cerca de 10% da comercialização segue fluxos médios e longos, considerando a comercialização para outras regiões do estado e para agroindústrias exportadoras do açaí transformado em outros produtos. A Cofruta já comercializa o açaí em polpa e vende para alguns estados do país, estabelecendo fluxos longos, e relações comerciais próprias autônomas.

Apesar da cooperativa apresentar práticas de domesticidade e redistribuição com atividades locais, estabeleceu outros fluxos e relações no CSP-açaí no Nordeste Paraense e fora da região. Apresenta baixa dependência do circuito superior, mas com a instalação de duas fábricas processadoras de polpas e sementes passou a beneficiar e transformar não apenas o açaí como outras frutas e sementes. Ao fornecer para o mercado alimentício e de cosméticos demonstra que tem atuado e desenvolvendo papel mais autônomo no CSP-açaí, a partir de bases produtivas diversificadas.

Figura 10: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa COFRUTA



Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### 4.3.4 CART

Outro representante de cooperativas do Nordeste Paraense e entrevistado para esse trabalho de tese foi o senhor Emanuel Nazareno Gonçalves Damasceno, um dos fundadores e presidente da Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART) desde 2003.

Segundo ele, a cooperativa surgiu através de projeto do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) em 1994, no município de Cametá, no Nordeste Paraense. Nesse período foram incentivadas produções de cupuaçu, caju e muruci, entretanto no início os produtores não tinham mercados consumidores para comercializar a produção. Foi então criada a Casa do lavrador, que tinha como foco de comercialização local.

Posteriormente, o grupo de produtores familiares decidiram criar a cooperativa com o intuito de buscar novos mercados e melhorar a renda dos produtores. Entre 2003 e 2008 trabalharam também com a produção de açaí, contudo interromperam as atividades devido aos prejuízos vivenciados na relação com atravessadores. Em 2024, a cooperativa voltou a produzir o fruto para comercialização.

Figura 11: Logomarca da Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá



Fonte: Imagem obtido pelas redes sociais da cooperativa.

Atualmente a CART possui 100 cooperados que moram no município de Cametá, e 180 produtores cadastrados que moram nos municípios de Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Baião, todos da mesorregião Nordeste Paraense. Ao total são 280 famílias envolvidas nas atividades da cooperativa.

Em 2008, a cooperativa trabalhava com sementes de murumuru, ucuuba e andiroba, tucuma e patauá. Em 2016, começaram a fornecer alimentos para merenda escolar por meio do PNAE, e trabalham até hoje nesse fornecimento por meio de chamadas públicas, essa produção para o PNAE é entregue pela própria cooperativa para escolas do município. Os produtos fornecidos para a merenda escola são: abóbora, cheiro verde, couve, melancia, açaí, manga entre outras frutas, polpas, farinhas de mandioca e tapioca.

Imagem 18: Embalagem padrão das polpas produzidas pela Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá



Fonte: Imagem obtido no site vitrine da Agricultura familiar, 2024.

O açaí comercialização pela CART é produzido através de manejo e coleta do açaí nativo de áreas de várzea. O senhor Emanuel relatou que a cooperativa está providenciando elementos para obter a certificação e selo para comercializar o açaí como produto orgânico.

De acordo com o entrevistado, a colheita do açaí é realizada por meio do uso da peconha de açazeiro (corda feita de folhas para subir na palmeira do açaí). Após a coleta dos cachos do fruto, no mesmo dia o açaí é levado de caminhão para fábricas de processamento de polpa. Semanalmente, os produtores levam o açaí ao porto Carapajó, de onde a produção é levada por caminhões para as indústrias.

No período de safra de 2024, a quantidade média de açaí produzida e comercializada pela CART variou entre 10 e 17 toneladas de açaí. Relatou que a primeira entrega do segundo semestre de 2024 foi de 1.198 latas, e a última entrega (até setembro de 2024) foi 713 latas- a medida em lata, 1 lata possui 14kg. O preço médio da lata de açaí custou em média R\$58,00 no período. E a remuneração mensal média dos cooperados no período da safra fica em torno de R\$ 600,00 por dia – cerca de R\$ 3 mil por semana, R\$ 12 mil por mês -, esses valores variam de acordo com a área do produtor.

Os principais compradores da cooperativa é a empresa da *Oakberry* que manda o caminhão para busca a carga de açaí no porto de Cametá, esse transporte pago pela empresa, e esse fruto é beneficiado e transformado em outros subprodutos que são destinados à exportação.

Imagem 19: Processo de transporte do fruto do açaí realizados pelos cooperados da CART por meio de barcos e contratação de transporte por caminhão





Fonte: Imagem obtido nas redes sociais da cooperativa.

Segundo o presidente, a cooperativa fornece o vinho do açaí para o PNAE nas escolas dos municípios Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, municípios do Nordeste Paraense. E a cooperativa entrega o açaí nas escolas do município de Cametá, e quando as escolas são mais distantes e isoladas os professores vão buscar a polpa de açaí.

Os cooperados passaram por cursos de boas práticas de processamento do açaí. E atualmente a cooperativa utiliza batedoras artesanais de açaí certificadas para processar o açaí conforme as normas do PNAE. Em 2024, iniciaram o fornecimento de açaí para o PAA, para atender ao público dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Imagem 20: Cooperados da CART em evento com entidades parceiras em Cametá



Fonte: Imagem obtido nas redes sociais da cooperativa.

Segundo entrevistado, a cooperativa teve acesso à crédito por meio de um empréstimo para capital de giro por uma empresa que financiou R\$100 mil para a instituição, que já foi quitado. Outra forma de crédito acessada foi realizada em parceria com a Natura e a Cooperação Técnica Alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), que apoiaram no empréstimo de mais R\$250 mil, por meio de fundo de investimento.

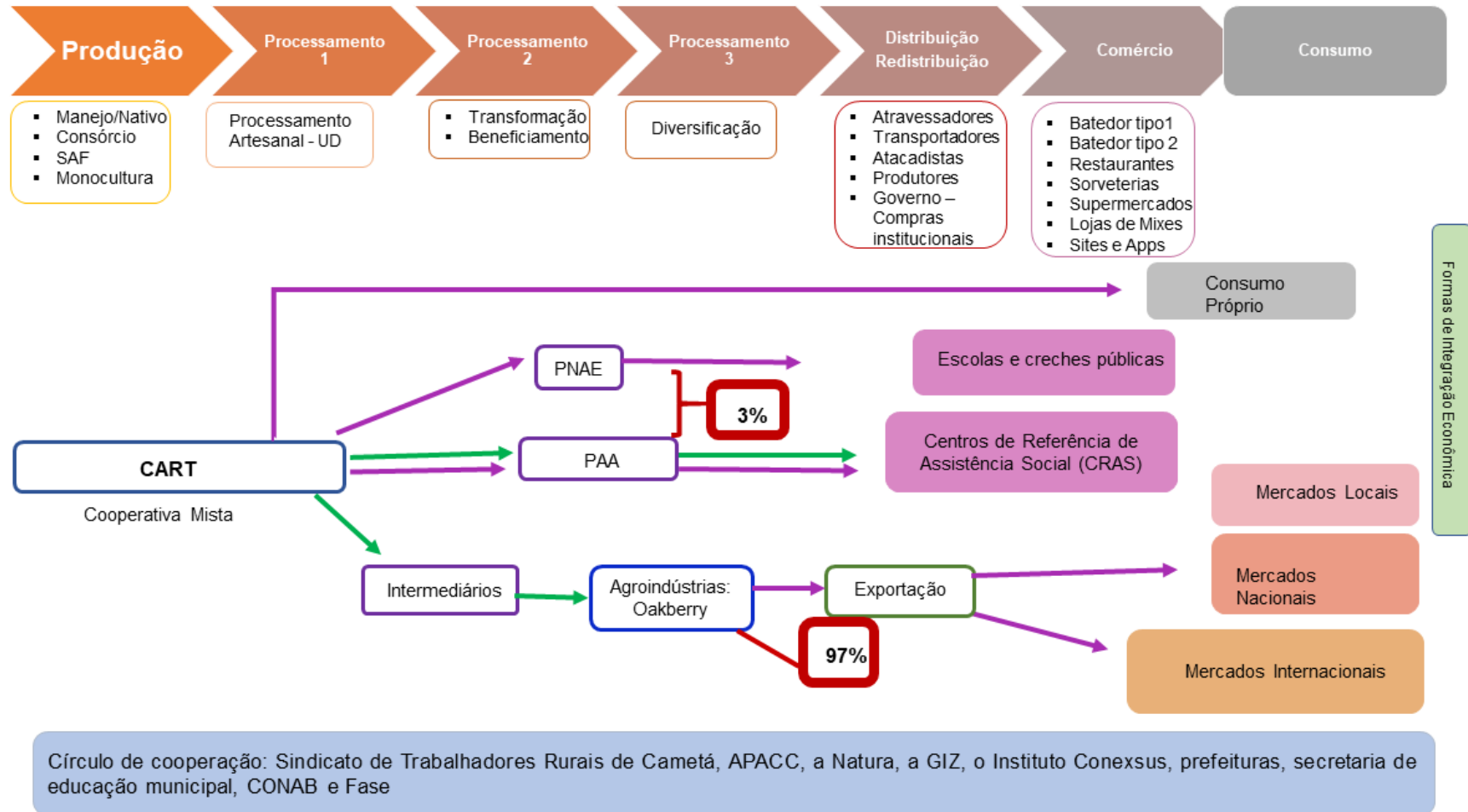
O entrevistado detalhou que as principais dificuldades enfrentadas pela cooperativa na produção do açaí estão no valor oferecido pelo mercado convencional e empresários, são valores muito baixos para a qualidade do açaí ofertado. Pontuou que hoje 30 famílias estão produzindo açaí na cooperativa, mas que vivem problemas quanto a tributação impostas aos produtos da sociobiodiversidade beneficiados, e relatou o aumento de 17% para 19% do ICMS sobre esses produtos, que entre os quais está o açaí. E reforçou a necessidade incentivos para produção em SAF's.

A cooperativa tem perspectivas de montar uma fábrica, que está em construção e pretendem iniciar as atividades em 2025, e atuar no setor de cosméticos com óleos e manteiga para fornecer para empresa Natura. E destaca o propósito da cooperativa em prol do fortalecimento de reflorestamento e da manutenção do bioma.

O apoio institucional e círculo de cooperação envolve especialmente o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cametá, que cedeu parte de suas instalações para abrigar a cooperativa, sem arcarem com despesas de aluguel e energia. Também como apoio está a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), ONG apoiou a organização da cooperativa. Outras instituições já citadas e que compõe o círculo de cooperação da CART, estão: a Natura, a GIZ, o Instituto Conexsus e Fase que também apoiou com capacitações, assistência técnica, cursos sobre cooperativismo.

A cooperativa apresenta características de uma cooperativa mista, como significativa dependência de comercialização para o circuito superior, mas também atende ao mercado institucional de alimentos pelo PNAE e PAA. Desenvolve fluxos curtos e médios no CSP-açaí, contudo suas produções são transformadas por agroindústrias exportadoras e geram produtos comercializados para outros estados e países.

Figura 12: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa CART



Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### 4.3.5 COOPPAMB

A Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Barcarena (COOPPAMB), que fica na cidade Barcarena na mesorregião Metropolitana de Belém, também foi uma das cooperativas investigadas. Foi realizada uma entrevista com o presidente da instituição, o senhor Agildo Carvalho Ferreira, atuante como cooperado e produtor de açaí, e está a 8 anos à frente da cooperativa.

A COOPPAMB foi criada em 2010, possui 20 cooperados e 100 produtores cadastrados, ao total são 120 envolvidos. Atualmente estão fazendo formação sobre cooperativismo, ganhos e perdas e gestão para se associarem. Até o momento da entrevista, os produtores estavam realizando capacitações em manejo permanente de baixo impacto florestal com apoio do SEBRAE e da Universidade Federal do Pará, com o intuito de melhorar a produção.

Figura 13: Logomarca da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Barcarena (COOPPAMB)



Fonte: Imagem cedida pelo entrevistado.

Em 2010 surgiu a cooperativa, num contexto de excesso de produção, preços baixos e perdas de produção. Nesse período a Sambazon estava se instalando em Barcarena e surgiu a possibilidade comercialização para a empresa, que se interessou na produção e estabeleceu relações comerciais com a cooperativa. Foi então iniciado um contrato de fornecimento de 14 toneladas de açaí por dia. A cooperativa continua com o açaí como produto principal, mas também produz cacau, cupuaçu, abacaxi e taperebá.

Contudo, passou a ofertar suas produções para outros mercados. Em 2024, a cooperativa fechou parceria com a Conab para doação simultânea para os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) pelo PAA, com 10 produtores da cooperativa fornecendo.

Alguns produtores fornecem de forma individual para a merenda escolar pelo PNAE por enquanto. Em 2024, a cooperativa teve problemas em participar de chamadas públicas por conta de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP's<sup>92</sup> desatualizados, a alternativa foi a venda individual ou por meio de outras cooperativas. Entretanto pretendem sanar esse problema com a atualização dos DAP's dos produtores e atender o PNAE através da cooperativa.

A produção ocorre pela colheita do açaí nativo, por manejo e por consórcio com cacau e cupuaçu em área de várzea. Os produtores residem e produzem na área rural de Barcarena nas ilhas de: Arapiranga, Trambioca, São Mateus, São Gregório, Arapari e Ilha das onças.

Imagem 20: Processo de armazenagem do açaí em sacos de cebola e basquetas pelos cooperados da COOPPAMB



Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado.

<sup>92</sup> Declaração de Aptidão ao Pronaf, o DAP. A DAP é o documento que identifica e qualifica as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, como associações e cooperativas, e é utilizada para acessar políticas públicas como o PNAE e o PAA.

A produção é transportada direto para o comprador, o transporte as vezes é providenciado pela cooperativa ou a empresa fica responsável por buscar a produção. No período de entressafra comercializam o açaí nas feiras livres de Belém, Barcarena, Icoaracy e Ilha de Cotijuba.

Até 2023 havia contrato com a empresa Sambazon, nesse contrato o fornecimento era de açaí in natura. A carga do fruto era encaminhada para empresa, com o valor do frete embutido no valor da produção. A cooperativa contratava um caminhão para fazer o transporte. Em 2024, até o momento da entrevista, a safra ainda se apresentava em baixo nível e até início de setembro de 2024 não haviam fechado o contrato com nenhuma empresa. Segundo o entrevistado, a cooperativa tem comercializado com maior frequência em feiras locais e para os batedores artesanais, e o transporte do fruto in natura nesse caso fica a encargo da cooperativa.

Imagem 21 e 22: Armazenagem do açaí em basquetas e o transporte por caminhão



Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado.

Até o período da entrevista o senhor Agildo detalhava que a safra tem passado por baixos níveis, com menores volumes, mas tem sido safra mais prolongadas. Afirmou que a quantidade média estava variando entre 600 latas ou 300 rasas por dia, com o trabalho dos produtores cinco dias da semana.

Segundo o entrevistado, a variação de preço se dá pela proporção da oferta durante o ano, o preço médio do açaí na entressafra esteve por volta de R\$400,00 a R\$500,00 por rasa. E na safra com a comercialização diária, vende num no preço médio entre R\$100,00 e R\$130,00 por rasa. E para o fornecimento no PAA, até o momento da entrevista, o valor do açaí estava R\$ 4,11 por quilograma, segundo a Conab.

A remuneração média mensal dos 20 cooperados com a produção do açaí estava na faixa de R\$50 mil por mês na safra. E na entressafra a remuneração média tem uma grande variação, caindo para uma média de R\$3.600,00, considerando uma produção mensal de 8 rasas, no valor médio de R\$450,00 por rasa. Na entressafra do açaí, os produtores da cooperativa atuam também com o cacau, taperebá e cupuaçu.

Os principais compradores hoje são os batedores de Barcarena, Belém, Icoaraci e Ilha de Cotijuba. E não atuam com atravessador. Quando vendem para empresas como a Sambazon, a produção pode ser beneficiada e transformada para seguirem mercados nacionais como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e internacionais como EUA e Japão.

A venda direta é realizada na principal feira da cidade de Barcarena, mas também comercializam 30% da produção do açaí para o PAA em 2024, fornecido para os CRAS das comunidades das ilhas de Arapari, Itacuna e Castanhalzinho.

Segundo o entrevistado a cooperativa teve apoios institucionais realizados pelo Instituto Peabiru com técnico que auxiliou na elaboração do projeto para Conab para fornecimento no PAA, especialmente com formação e tomada de preço. O Instituto Peabiru levou formações para acesso a crédito. E através do Sicredi alguns produtores de forma individual acessaram crédito de R\$ 40 mil por produtor, financiados em poucas parcelas, ou seja, com parcelas com alto valor.

E contaram também com o apoio de formações realizadas pela Universidade Federal do Pará - UFPA e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Tais instituições fazem parte junto com a Conab e prefeituras do círculo de cooperação da cooperativa e seus produtores.

A cooperativa não acessou crédito rural especialmente por ter problemas com as documentações de seus produtores. Esses documentos são necessários para acessar Instituições e programas de financiamento. Contudo pretendem se organizar

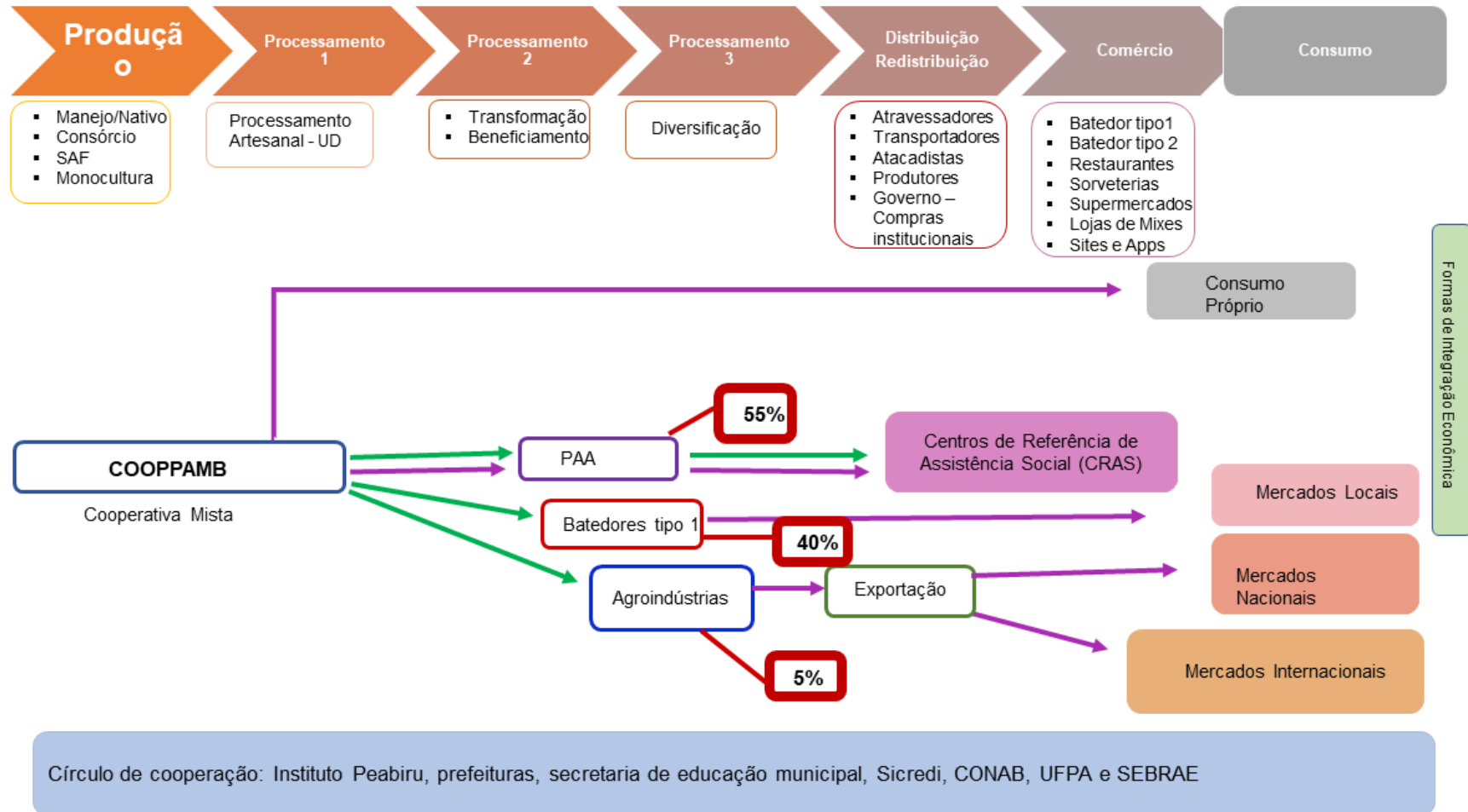
internamente para procurar as linhas de financiamento do Banco da Amazônia (BASA), especialmente criar uma fábrica de beneficiamento de polpa.

As principais dificuldades segundo o entrevistado estão na infraestrutura física interna da cooperativa e a dificuldades do acesso ao crédito pela cooperativa. Mas possuem planos de criar uma indústria própria de processamento de polpa do açaí e de beneficiamento, assim como melhorar a formação e habilidades de seus produtores e filhos dos produtores.

A cooperativa apresenta um perfil de cooperativas mistas, possuem diferentes mercados consumidores, passando do consumo familiar, para o fornecimento de políticas institucionais, o fornecimento para as indústrias exportadoras especialmente na safra, e a comercialização mais intensa para as feiras e batedores das ilhas de Belém, assim como para a capital.

Se observa fluxos comerciais curtos, médios e longos, ao longo do ano. Apresentam certa dependência do consumo do circuito superior, mas possuem projetos de atuarem com maior autonomia no CSP-açaí, com o futuro processamento e beneficiamento do fruto.

Figura 14: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa COOPPAMB



Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### 4.3.6 Amazon Coop

Para analisar a cooperativa Amazon Coop, foi entrevistado o senhor Andrey Rafael Moraes da Costa, que é o engenheiro agrônomo responsável pela assistência técnica e regularização de cooperativas, especialmente para submissão em chamadas públicas do PAA E PNAE.

A cooperativa surgiu em 2011, e foi criada pelo senhor José Vicente Filho, atual presidente. Iniciou com 720 agricultores na região do Nordeste Paraense, especialmente no município de Castanhal onde fica a sede da cooperativa, onde residem 88 produtores.

Figura 15: Logomarca da Cooperativa Amazon Coop



Fonte: Imagem cedida pelo entrevistado

O senhor Vicente criou uma rede de cooperativas, a Amazon Coop, e apoiou a criação de 16 cooperativas com autonomies locais em 16 municípios, ou seja, uma cooperativa em cada cidade. Desse total, 12 cooperativas acessam os mercados locais do PAA e PNAE, um total 942 associados a Amazon Coop no Nordeste Paraense.

Todos os associados à rede de agricultores da Amazon Coop possuem o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Entre esses produtores estão diversas categorias de atuação campesina: agricultores familiares, quilombolas, extrativistas, assentados, maricultores, aquicultores, pescadores e silvicultores.

Tabela 7: Quadro social dos agricultores da Rede AMAZONCOOP e suas respectivas categorias, conforme registrado no sistema CAF, fornecida pelo entrevistado

	Ag Familiar	Quilombola	Extrativista	Maricultura e Aquicultura	Silvicultura	Assentados	Pescador
Castanhal	180	12	12	4			
Inhangapí	30	2	41				
São Miguel do Guamá	70						
Santa Maria do Pará	65						
São Francisco do Pará	33					12	
Bujarú	20	21	15				
Tracuateua	60		5				
Maracanã	125	1		1			
São João da Ponta	43		5				
Santo Antônio do Tauá	27						
Moju	25		18				
Marituba	94	1	6			2	
Abaetetuba	25		15				
Viseu	21				4	5	1

Fonte: Informações cedidas pelo entrevistado, 2024.

A Amazon Coop criou uma empresa para realizar a gestão das cooperativas, a Intersaf, além dos cooperados existem trabalhadores da empresa Intersaf, são nove pessoas: contador, administrador, comércio exterior, tecnólogo em alimentos e engenheiros agrônomos. Essa equipe atua no apoio especialmente de assistência técnica rural e orientação para emissão de DAP e CAF dos produtores, registros necessários para acessar os mercados institucionais.

Na cidade de Castanhal, onde se localiza a sede da Amazon Coop, são produzidos especialmente: mandioca, atividades de horticultura e fruticultura incluindo a produção de açaí. Contudo, a principal produção é de mandioca, que inicia no plantio de chega a fase do beneficiamento.

Quanto a produção de açaí especificamente, o entrevistado relatou que a maioria dos produtores trabalham na produção do açaí em áreas de várzea e áreas de terra firme com variedades da espécie e cultivares, resultantes dos estudos da Embrapa (como o Brs Pará), que segundo o senhor Andrey contribuiu para a ampliação do plantio dos pequenos produtores.

Imagem 23: Fotos da produção de açaí de associados da Amazon Coop



Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado, 2024.

Os produtores não fornecem açaí pela Amazon Coop, devido ao não atendimento de exigências quanto ao registro do fruto em polpa. Segundo o entrevistado, os produtores vendem para compradores que tem registro (emitido pela ADEPARÁ) para processar o açaí. O entrevistado relata esse fato, como um fator limitante para o pequeno produtor, e que tem impedido a comercialização pela cooperativa, dado que esta atua especialmente para o acesso ao PAA e PNAE.

Imagem 24: Transporte de produções de associados da Amazon Coop para atendimento do PAA



Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado, 2024.

A maior parte dos produtores de açaí associados trabalham mais com o açaí de terra firme, e a maior parte dos produtores praticam o monocultivo utilizando a irrigação e adubação, e alguns produtores trabalham com manejo.

Alguns produtores coletam o fruto, levam para feira de Castanhal e para um ponto de negociação de fruto no município de Santa Izabel, divisa com o município Vigia. Os produtores se deslocam para outro município para comercialização produção para comercialização, a quantidade média quinzenal é de 3 a 5 telas por produtor, cada tela é equivalente a 28 kg ou uma basqueta, Esse tipo de venda envolve menor exigência de armazenagem, o açaí nesse caso é armazenado em sacas de cebola e tendem a ser mais comercializados para batedores.

Entre 30 a 40 cooperados produtores associados de Castanhal comercializam o açaí (do total de 88 cooperados), ou seja, quase metade vende e consome o açaí. Segundo o entrevistado, o preço médio do açaí no período da safra é de R\$ 80,00

cada tela. Os demais produtores da cooperativa em Castanhal produzem o açaí apenas para consumo doméstico.

Em termos de remuneração dos cooperados produtores de açaí, que estão categorizados como agricultores familiares, a remuneração mensal média é de um salário mínimo por cooperado, ou seja, R\$1.412,00, até o período da entrevista. Alguns produtores de açaí também recebem o benefício social do Bolsa Família, dependendo da variação das safras dos produtos.

Os produtores da Amazon Coop não comercializam açaí para indústrias de Castanhal, pois demandam volumes expressivos do fruto, e os agricultores da Amazon Coop trabalham com volumes menores do fruto, por isso comercializam mais para feiras livres, para a Central de Abastecimento do Pará (Ceasa) e para batedores artesanais. Contudo os produtores têm planos de fornecer para o PAA e PNAE, mas precisam realizar o registro da polpa para fornecer o açaí processado e outras polpas.

O círculo de cooperação no qual está vinculada a Amazon Coop ocorre especialmente pelo acordo de cooperação técnica com a EMATER, para realizar a emissão de CAF e DAP, para regularização dos produtores. Também possuem parcerias com Secretaria de Assistência Social de Castanhal (SEMAS) para disponibilidade de produtos para o PAA e PNAE. Tiveram apoio do IFPA Castanhal por meio de capacitações, e também parcerias com a OCB-PA através da promoção e divulgação da Amazon Coop em eventos e feiras.

Quanto ao apoio de acesso à crédito a Amazon Coop não teve até o momento da entrevista, mas iniciou o processo com o cadastramento da cooperativa no Banco do Brasil para elaboração de crédito rural para os produtores da cooperativa.

O entrevistado relatou dificuldades quando a baixa produção do açaí para os níveis demandados pelas agroindústrias de Castanhal. Os pequenos produtores também não possuem infraestrutura interna para realizar o beneficiamento do açaí, e convivem com alta competição na cidade, mercado no qual não conseguem se inserir. Contudo, a Amazon Coop tem planos de instalação de uma agroindústria de polpa e uma indústria de beneficiamento da mandioca.

A rede de cooperativas Amazon Coop, no que consiste o apoio às cooperativas, envolve a atuação de produtores rurais que atuam especialmente com a mandioca, e outros produtos, mas quase metade dos associados de Castanhal produzem açaí,

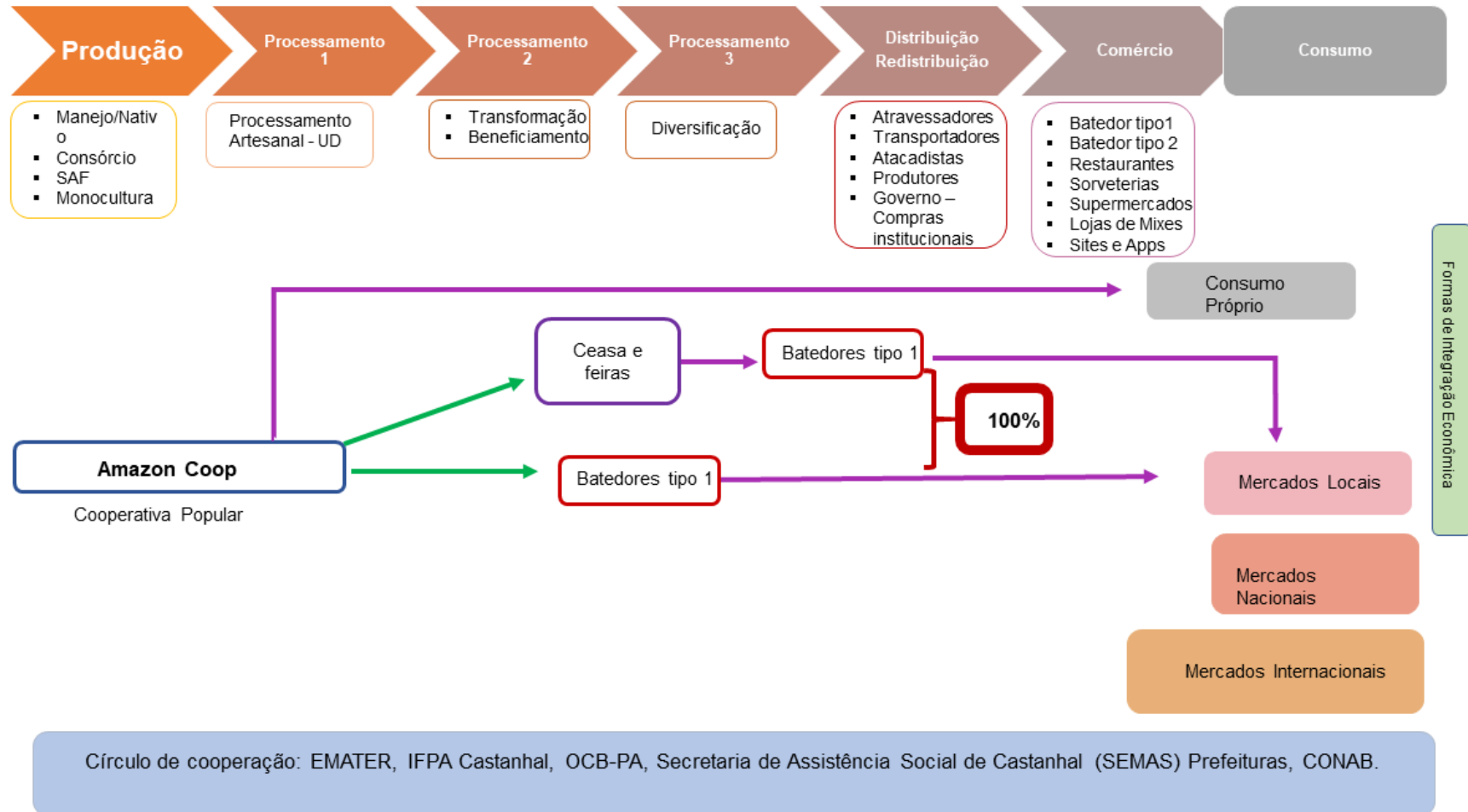
para consumo e para complementação de renda. O fruto não entra no fornecimento para mercados institucionais, mas existe a pretensão de realizar a venda da polpa já certificada pelo órgão regulador- ADEPARÁ.

E esses produtores comercializam em feiras e para batedores, demonstrando fluxos curtos de comércio e menor volume de produção, perfil similar a categoria de cooperativa popular, onde estão envolvidos agentes do circuito inferior. Se observa baixa dependência do circuito superior, dificuldades de apoio governamental e de acesso a crédito para aprimorar a produção ou beneficiar em polpa o fruto.

Os produtores apesar de não dependerem da produção do açaí possui um baixo nível de renda e certo nível de vulnerabilidade social, ao considerarmos o uso de auxílios sociais como o Bolsa Família. Mesmo com a proximidade da capital Belém que possui um intenso mercado consumidor, os produtores não possuem infraestrutura produtiva e logística para obter maiores rendimentos com o açaí mesmo em período de safra.

Contudo a rede de cooperativa demonstra um caso de uma rede de organizações coletivas, da região Metropolitana de Belém, mas que seus os produtores comercializam o açaí de forma autônoma a rede, assumindo preços mais elevados do que em outras regiões, utilizam das vantagens locacionais em relação ao centro de maior consumo no Estado.

Figura 16: Subcircuito socioespacial de produção do açaí da Cooperativa Amazon Coop



Fonte: Elaboração própria, 2025.

#### 4.4 A RESISTÊNCIA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO CSP-AÇAÍ

A partir da análise qualitativa das cooperativas entrevistadas, se observa a resistência das cooperativas populares ao visualizar os subcircuitos estabelecidos por essas instituições no CSP-Açaí, frente às imposições do circuito superior sobre os agentes da economia popular e circuito inferior. Cabe destacar a necessidade de considerar esses agentes como parte essencial de um circuito socioespacial de produção que nasce em um estado da Amazônia Oriental brasileira, e que envolve para além de escalas produtivas do circuito superior, também princípios de comportamento econômico e fluxos locais que mantêm certo grau de autonomia do setor – até o momento – em relação à base exportadora do circuito superior no CSP-açaí.

Dentre as cooperativas analisadas é possível perceber atuações no circuito inferior com fluxos curtos de comercialização do açaí in natura ou em polpa, mas antes da troca se mantem desenvolvendo a domesticidade pelo consumo familiar. Já no processamento do fruto em algumas cooperativas existem mais elos no CSP-açaí e formas de comercialização para mercados consumidores diferentes, com agregação secundária (transformação para polpa ou vinho) no valor do produto.

Cabe destacar também que os perfis similares a cooperativa mista foram observados por duas perspectivas: a) cooperativas que atuam com maior diversificação de produtos além do açaí, com maior grau de organização demonstram uma tendência ao atendimento dos mercados locais, especialmente pelas compras públicas, logo mais alinhado as demandas da economia popular local; e as b) cooperativas que atendem em maior proporção as agroindústrias processadoras e exportadoras de polpas, que ampliaram o volume de produção, os rendimentos, mas desenvolveram alto nível de dependência das demandas do circuito superior no CSP-Açaí, além da dificuldade de beneficiar e transformar o fruto para diversificar seu mercado consumidor.

Em cada mesorregião se apresentaram perfis de cooperativas distintos. Na mesorregião do Marajó se encontram a Sementes do Marajó que comercializa majoritariamente para agroindústrias do circuito superior marginal. Enquanto a

cooperativa Manejaí direciona a maior parte da produção de açaí para os mercados institucionais.

Na mesorregião Nordeste Paraense, a Cofruta tem construído sistemas produtivos diversificados que agregam o açaí, e desenvolveram a fase do processamento e transformação das frutas, contudo endereçando a maior parte de suas produções para os mercados institucionais. Sob outra perspectiva na mesma região, a CART tem endereçado maior parte de sua produção de açaí para agroindústrias processadoras do fruto.

Na mesorregião Metropolitana de Belém, a COOPPAMB ressaltou que a maior demanda de açaí vem dos batedores artesanais, que são seus principais compradores, seguidos dos mercados institucionais em Barcarena. A Amazon Coop, por outro lado, possui menor volume de açaí comercializado especialmente para batedores, mas com o intuito de direcionar e ampliar a atuação do açaí nos mercados institucionais.

A maioria das cooperativas apresentaram características similares às cooperativas populares. Se observou o atendimento do CSP-açaí para demandas locais de batedores artesanais e/ou para o PAA e PNAE com o fornecimento de açaí para escolas públicas e órgãos de assistência social. Em contrapartida, não se observou cooperativas com perfil estritamente empresarial, considerando especialmente a dependência de agentes do circuito superior, as fases de produção sobre o açaí (colheita, beneficiamento, transformação, diversificação e distribuição), os mercados consumidores e os fluxos de comercialização apresentados.

Contudo, algumas cooperativas apresentam grande dependência de fornecimento do fruto in natura para agroindústrias exportadoras, que têm atuado negativamente sobre os preços pagos aos produtores, o que em alguns casos desestimulou a produção de açaí e ampliou a produção de outras culturas, e outros casos impulsionou o fornecimento para outros mercados e a atuação com o processamento e venda para o mercado institucional.

A diversificação de produções alinhadas com a vegetação local e à cultura do açaí, a diversificação do uso do açaí e a diversificação de públicos consumidores, com a priorização dos mercados locais se demonstram medidas socialmente mais inclusiva e ambientalmente mais viáveis no CSP-açaí.

O diferencial no funcionamento do CSP-açaí na RGP se encontra especialmente na aliança da produção alinhada aos hábitos culturais resistentes de um mercado consumidor interno consistente, por meio de subcircuitos curtos realizados pelos agentes e organizações com perfil popular. Estes elementos do circuito inferior atuam no CSP-açaí por meio da venda direta via feiras, batedores artesanais, plataformas digitais e programas governamentais como PAA e PNAE.

Cabe destacar que a priorização do atendimento do consumidor interno, está em parte associada aos incentivos de políticas de mercados institucionais de alimentos nas cidades da RGP. Esses programas minimizam a dependência do CSP-açaí em relação aos subcircuitos longos de comercialização do circuito superior, entretanto ainda precisam ser mais acessados pelas cooperativas.

A maior autonomia de cooperativas no CSP-açaí requer lidar com o problema das poucas opções para comercialização do fruto, o que pode ser amenizado pela venda ao mercado institucional de alimentos, ampliar a participação de cooperativas nesses mercados e proporções de produção fornecidas também. Contudo, existem dificuldades no acesso a essas políticas de compras públicas, principalmente quando se tratam de organizações mais distantes, em especial as que estão localizadas em reservas extrativistas (Resex's). Existem problemas quanto as negociações de contratos, estabelecimentos de preços e termos mais justos, o que envolve a necessidade de assistência técnica adaptada. Para ampliar dessas opções de comercialização, o aspecto do processamento do açaí por cooperativas também traz dificuldades quanto as exigências nas etapas de produção mais rigorosas e processos regulatórios mais complexos (Instituto Terroá e Diálogos Pró-Açaí, 2023).

Contudo, as cooperativas relataram dificuldades em distintas frentes de atuação. Entre as principais dificuldades estão: assimetria de poder no mercado convencional onde as grandes indústrias ditam preços e padrões; dificuldades de acesso a mercados formais (supermercados, exportação) devido a exigências legais e escala de produção; falta de capacitação técnica em gestão, logística e comercialização; dificuldade em obter crédito rural adaptado à realidade da agricultura familiar; dependência de intermediários (atravessadores) para escoamento rápido, reduzindo os rendimentos dos produtores; reduzido apoio para obter certificações, como orgânicos, Fair Trade), essenciais para valorizar o produto; além de ameaças advindas da expansão de monoculturas (como soja e gado) e insegurança na posse

da terra e regularização fundiária em áreas extrativistas, impedindo investimentos de longo prazo que afetam o acesso ao crédito, como as linhas do PRONAF(Correa, 2017; Bayle; 2014).

Outro ponto observado foi baixa infraestrutura de transporte e escoamento da produção citada por alguns membros das cooperativas, isso envolve as longas distâncias que percorrem as produções de açaí, a falta de aparelhos logísticos no estado, que adicionada a escassez de infraestrutura energética, de fornecimento de água potável e de saneamento básico, comprometem a qualidade do fruto, as vendas e renda dos produtores e suas famílias. A desvalorização do fruto que vem de regiões mais distantes se reflete em preços mais baixos pago ao produtor (Correa, 2017; Bayle; 2014).

As organizações coletivas atuantes no CSP-açaí como as cooperativas demonstram a necessidade acessarem instrumentos de fortalecimento da autonomia social e revalorização das práticas compatíveis com a natureza local. Os agentes que atuam em circuitos de produtos da sociobiodiversidade paraense precisam além infraestruturas básicas para melhor qualidade de vida, também apontam a necessidade de auxílios para melhor organização de organizações coletivas, com a ampliação de assistência e assessoria técnica adaptadas às realidades vivenciadas nesses territórios, que incluam capacitações de autogestão, gestão financeira, preparação para o acesso a crédito e de acordo com as demandas territoriais. Além do acesso a financiamentos viáveis para o tamanho das áreas produzidas, com linhas de produção sustentáveis alinhados a vegetação local, na qual o açaí possui protagonismo, mas na entressafra ceda lugar a demais culturas e produtos, respeitando as sazonalidades existentes.

A existência de infraestrutura locais e aliada as capacidades de transformação do açaí e outras frutas, podem possibilitar a criação de novas formas de consumo locais de produtos nativos e com melhorias na qualidade de vida das comunidades que compõe cooperativas e associações do estado. Trata-se demasiadamente de agregação de valor a produtos florestais como o açaí, mas para quem e com que objetivo? O processamento para fins de mercados externos possui fontes de fomento diversas, já o processamento e transformação para subprodutos acessarem os mercados locais ainda precisa de propósitos específicos, além de evitar preços baixos do açaí in natura e capturar mais etapas do CSP-açaí.

A agregação de valor do açaí deve incluir medidas de diversificação de fluxos curtos, adesão de processos produtivos sustentáveis com tecnologias sociais (despolpadeiras eficientes, energia solar e sistemas de resfriamento de baixo custo), processos logísticos sustentáveis, a criação de sistemas de rastreabilidade e de indicações geográficas que valorizem a produção sustentável e comunitária, assim como o apoio e preparação para obtenção de certificações por organizações coletivas (orgânicos, Fair Trade).

A resistência de agentes de uma economia substantiva, plural e popular exige atuação e articulação política, autogestão fortalecida e inovações sociais, além de valorização dos ativos comunitários. As cooperativas podem representar um modelo social e ambientalmente viável no funcionamento do CSP-açaí pela atuação: na manutenção do bioma mediante práticas extrativistas sustentáveis e diversificação produtiva; pelo fortalecimento das economias locais via circuitos curtos e médios, reduzindo dependência de mercados globais, pela valorização de ativos comunitários, como saberes tradicionais.

A existência de cooperativas com diferentes elos e atuantes na diversificação de produtos florestais não madeireiros como açaí, confronta diretamente a lógica dominante do circuito superior nos CSP, que tende a homogeneizar a produção e desvincular-se das bases ecológicas e culturais locais. A expansão da autonomia de organizações coletivas que trabalham no CSP-Açaí requer também apoiar o envolvimento de produções conjuntas com diversas outras espécies da biodiversidade paraense e mais trabalhadores do campesinato local, com reforços para as lutas por equidade no desenvolvimento do CSP-açaí.

## CONCLUSÃO

Esta tese buscou analisar a economia do açaí no Pará, sob uma ótica plural da economia, reafirmando o papel das populações locais na consistência e longevidade desse sistema produtivo na Amazônia. Desse modo, discutir a composição do que foi aqui denominado de circuito socioespacial de produção do açaí impôs a necessidade de assimilar a complexidade desse objeto de pesquisa e estabelecer um recorte sobre um dos grupos sociais que desenvolvem formas de integração econômica no CSP-açaí desde a base de produção.

A economia do açaí traz em sua trajetória combinações de ancestralidade e incorporações de novos agentes e técnicas, influências políticas e mudanças trazidas pela urbanização própria de um território amazônico. Entre diferentes fases de organização dessa estrutura, foram incorporadas nos dois últimos séculos novas formas e elementos à economia do açaí. Especialmente a partir da expansão do tecido urbano (Monte-Mór, 2004) conduziu-se a formação de elementos da economia do açaí no circuito inferior das cidades, ao mesmo passo que trocas de saberes camponeses, imigrantes e combinações de técnicas constituíram elementos do setor no circuito superior das cidades paraenses (Santos, 2008).

Deste modo, foi discutido as fases de organização socioeconômica e o panorama contemporâneo da economia do açaí, que traz rugosidades que transitaram entre ancestralidades, combinações produtivas às heterogeneidades estruturais (Coraggio, 2014; Monte-Mor, 2006) construídas sob influências de condições gerais de produção, que materializaram a estrutura produtiva em vigor que operacionaliza o circuito socioespacial de produção do açaí (CSP-Açaí).

A partir dos subsídios teóricos (Santos, 2008; Arroyo, 2008; Monte-mór, 2006; Costa, 2022; Brondízio, 2004; Mourão, 2010; Coraggio, 2014), esta tese se debruçou na análise da atuação e funções das cooperativas na economia do açaí, que se desenvolvem baseadas em princípios de domesticidade, reciprocidade, redistribuição e autogestão, e em certa medida confrontam a homogeneização dos moldes capitalistas. Mas que também se articulam com etapas do circuito de produção aos moldes de economias de mercado, e desenvolvem diferente níveis de hibridação.

O quarto capítulo retrata a trajetória recente de transformações no perfil das cooperativas produtoras de açaí no Pará, sob influências de políticas, de organizações

da sociedade civil e instituições de ensino, pesquisa e tecnologia. Em uma perspectiva recente foram identificadas pela pesquisa de campo de autora, diferentes perfis ou tipos de atuação e comportamento de cooperativas produtoras de açaí na região do Grão Pará (RGP). As cooperativas paraenses atuantes na cadeia do açaí revelaram heterogeneidades estruturais e atuações híbridas, no que consiste à presença e fornecimento em ambos os circuitos da economia. Deste modo, os perfis identificados possibilitaram analisar três categorias de cooperativas na economia do açaí.

Foi observado que as cooperativas populares, estão vinculadas ao circuito inferior, e desenvolvem fluxos curtos de comercialização, possuem baixa capitalização e forte inserção em mercados locais especialmente pela comercialização direta em feiras, portos, para batedores artesanais e para programas institucionais de alimentos (PAA, PNAE). As cooperativas mistas, por sua vez, se articulam tanto no circuito inferior e quanto circuito superior marginal, combinando vendas para mercados locais como feiras e batedores artesanais, para mercados institucionais e para indústrias e atravessadores, demonstrando níveis variantes de dependência de mercados externos com fluxos curtos e médios no CSP-açaí.

Já as cooperativas empresariais demonstram certa integração com circuito superior marginal, ao fornecerem em maior proporção sua produção para a agroindústria de processamento de polpa de açaí e fabricação de mixes, seus fluxos comerciais são longos, e podem também desenvolver vendas para empresas nacionais e internacionais quando já realizam a etapa de processamento do fruto, o que envolve maior nível de capitalização da instituição. Neste último caso, tais cooperativas já demonstram uma transição para se tornarem agroindústrias de polpas de frutas.

Deste modo, as cooperativas operam como agentes de uma economia plural, onde práticas de reciprocidade, redistribuição e domesticidade (consumo familiar) coexistem com lógicas mercantis. Estas organizações demonstram resiliência em sua reprodução da vida, atuando em práticas como SAFs, manejo sustentável e diversificação produtiva, e apontam medidas de mitigação dos efeitos da homogeneização da vegetação nativa pelo *açaizamento* e diversificação de atividades e de fontes de renda para as famílias. Por meio de atuações nos mercados locais e institucionais podem desenvolver de forma mais intensa circuitos curtos, o que pode reduzir a dependência de circuitos longos das cadeias globais.

Portanto, ao discutir as organizações econômicas em territórios como Amazônia, o aparato teórico aqui apresentado orienta a interpretação de que os circuitos socioespaciais de produção podem corresponder à espacialização de fases de atividades econômicas organizadas por racionalidades distintas, pela lógica mercantil e por formas de comportamento econômico instituídas e plurais, ambas existentes nos circuitos da economia e estruturantes de sistemas socioespaciais produtivos.

Contudo, são observadas limitações e fragilidades na atuações dessas cooperativas entre as quais: a) a persistente subordinação de algumas cooperativas em relação às agroindústrias exportadoras, que impõem preços baixos e contratos frágeis; b) as fragilidades infraestruturais no trabalho das cooperativas, o que o envolve a falta de saneamento básico, infraestrutura de transporte, água potável, energia elétrica que inviabiliza melhorias na produção, o armazenamento refrigerado e beneficiamento; c) dificuldades do acesso a crédito para investimento na produção e beneficiamento do fruto; e d) barreiras regulatórias, no que consiste dificuldades na obtenção de certificações (como orgânicos, selos sanitários) e na adequação às normas de vigilância.

Contudo, as cooperativas analisadas demonstraram que possuem atribuições vinculadas ao desenvolvimento do que a literatura denomina de uma Bioeconomia Bioecológica (Bugge, M. M., T. Hansen, e A. Klitkou, 2016) tendo, na atuação das cooperativas como Manejaí e COFRUTA, instituições que ilustram modelos alinhados à sustentabilidade ao atuarem com agroecologia e SAFs pela integração do açaí com outras espécies nativas como cacau, bacuri, preservando a biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Especialmente a Cofruta desempenha outras etapas além da colheita do açaí, realiza agregação de valor local e processa polpas e óleos, gerando autonomia social e captura de etapas do circuito produtivo. Por outro lado, a cooperativa Manejaí atua de modo a desenvolver uma governança inclusiva, com atividades que fortalecem os arranjos comunitários e possibilitam autogestão e capacitações coletivas.

Em termos de indicações e possíveis recomendações para políticas públicas, esta tese aponta possíveis medidas identificadas pela pesquisa de campo que convergem para algumas necessidades: a) ampliar o acesso de cooperativas produtoras de açaí a mercados institucionais; b) preparar as cooperativas para

acessar editais e desburocratizar editais do PAA/PNAE, especialmente para áreas mais remotas do estado; c) fomentar infraestrutura local por meio de investimentos em energia sustentável e viável para as comunidades das cooperativas, assim como saneamento básico e sistemas de tratamento de água; d) incentivos ao uso de tecnologias sociais de beneficiamento de frutos da vegetação local; e e) fortalecer assistência e assessoria técnica para as cooperativas de forma adaptada às necessidades das comunidades, com capacitações em gestão, beneficiamento local, certificações e rastreabilidade.

Esta tese, todavia, apresenta certas limitações quanto à amostra restrita de cooperativas entrevistadas, na qual a pesquisadora entrevistou seis cooperativas da Região do Grão Pará (RGP); contudo, com um enfoque sobre uma estratégia de metodologia qualitativa em analisar tais experiências não como casos comprobatórios da pesquisa, mas como ilustrações e subsídios para debates teóricos-metodológicos construídos nesta tese.

Os debates alcançados por esta tese abrem possibilidades de novas frentes e agendas de pesquisa ao apontar para o potencial do circuito inferior e da economia popular nos circuitos de produção, suas subjetividades, espacialidades e racionalidades. Entre as rugosidades atuais ao espaço futuro existem projetos factíveis de sociedades conscientes em relação as inequidades sociais, aos esgotamentos ambientais e a necessidade de democratização da economia.

Entre essas frentes de investigação cabe destacar o surgimento de produções de açaí cultivados em terra firme, com sistema de irrigação, que surgem devido pesquisas que criaram variedades das espécies com capacidade de produção no período de entressafra, pois a sazonalidade se apresentava como um problema para as indústrias exportadoras. As variedades Brs Pará e Brs Pai d'Égua são as variedades mais recentes (Farias Neto, 2019). Contudo, esse processo tem alertado para os efeitos negativos da monocultura do açaí, que podem trazer riscos ambientais e sociais quando se tratam do trabalho de pequenos produtores. Esse processo tem ocasionado um fenômeno denominado de *açaizamento ou açaição*<sup>93</sup> da paisagem,

---

<sup>93</sup> O termo açaição se remete à roçagem, derrubada de outras espécies nativas, abertura de clareiras, favorecimento/plantio de mudas de açaizeiros e desbastes dos perfilhos.

homogeneização da paisagem pela predominância do açazeiro (Correa, 2017; Bayle; 2013).

Para atender especialmente as demandas externas, algumas cooperativas intensificaram a produção a partir do monocultivo em terra firme, contudo essa mudança de paradigma implica em alterações da biodiversidade com retirada da vegetação nativa, empobrecimento do solo, degradação de áreas florestais e afluentes de rio; e a homogeneização de paisagem.

Deste modo, se observa a pressão que o monocultivo de açaí pode causar sobre o ecossistema. Entre os principais agentes da produção camponesa do açaí estão as cooperativas, que podem tender a monocultura sem assimilar os riscos envolvidos, não apenas ambientais como sociais, pois existe fragilidade no fornecimento para apenas um comprador ou categoria de compradores, que em algum potencial problema podem interromper a comercialização. Ou seja, cabe pontuar que a dependência econômica das cooperativas em relação a mercados do circuito superior reflete uma centralização no açaí que cria vulnerabilidade a cenários de incertezas em economias externas.

Ao considerar os efeitos dessa especialização produtiva do açaí, como um fenômeno econômico que pode gerar o empobrecimento da vegetação nativa, extinção de outras espécies e impactos nas margens dos rios, se intensificam os debates que visam impulsionar os Sistemas Agroflorestais – SAF's como medida para reverter ou amenizar os impactos da monocultura do açaí sobre o ecossistema de várzea (Correa, 2017).

Existe também o método de manejo de mínimo impacto (MMI) de açazais nativos, que consiste no plantio de espécies de açaí e também de outras espécies florestais, visando ao enriquecimento da área. O método visa auxiliar na manutenção da diversidade de espécies, na manutenção do ciclo da água, o estoque de carbono, os ciclos de nutrientes e o controle de erosão; possibilita que ocorra polinização e que os serviços ambientais continuem sendo prestados (Instituto Terroá e Diálogos Pró-Açaí, 2021, 2023).

Ao resgatarmos o papel das cooperativas produtoras de açaí no CSP-açaí no Pará cabe pontuar que podem desempenhar um papel controverso, pois podem tanto podem reforçar o monocultivo de açaí quanto impulsionar práticas e processos

mais sustentáveis e alinhados ao desenvolvimento da bioeconomia bioecológica (Bugge, M. M., T. Hansen, e A. Klitkou, 2016).

As cooperativas alinhadas a esse debate podem desenvolver técnicas como SAF's, agroecologia, manejo florestal sustentável (MMI) e tecnologias sociais, ou seja, práticas produtivas compatíveis com a manutenção da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos (polinização, controle de erosão), por meio de processos produtivos sustentáveis.

As cooperativas com perfil popular podem apontar modelos de atuação no CSP-açaí capazes de geração de fluxos materiais e imateriais endogenamente produzidos, com menor dependência externa, o que envolve a participação articuladora e demandante dos espaços urbanos, especialmente pelo papel das cidades na criação de mercados e de mediação entre sociedade e natureza (Costa, et al, 2022).

A diversificação da produção a partir da natureza local, por exemplo com SAF'S de açai, podem criar "amortecedores" capazes de absorver as instabilidades dos mercados, e possibilitam fonte de renda para as famílias durante o ano todo. O circuito socioespacial produtivo do açai, por meio da mediação das cidades do RGP, especialmente da cidade de Belém, pode promover esses processos sustentáveis de inovação para favorecer o fortalecimento de economias substantivamente enraizadas e compatíveis com um modelo de desenvolvimento pautada na economia da floresta e dos rios.

Contudo os incentivos para cooperativas atuarem de modo a ter no açai, uma cultura que impulse outras culturas da biodiversidade local, para que tenham diversificadas fontes de renda para as famílias a partir da integridade do bioma, requer medidas que gerem ou fortaleçam a autonomia das comunidades que compõe as cooperativas, na gestão de seus territórios, por meio especialmente de políticas de assistência e assessoria técnica adaptadas aos agentes e subsistemas produtivos em seus territórios; medidas de garantia de preços justos; preparação para obtenção de certificações, rastreabilidade e indicações geográficas; incentivos a produções em sistemas Agroflorestais entre outras formas de produção sustentável; redução da intermediação no CSP-açaí para tornar mais favorável a renda do produtor, e

disseminar o papel e a execução de políticas que asseguram a repartição de benefícios conforme a Lei da Biodiversidade (Costa, 2022; Nobre, 2023).

O cooperativismo popular no CSP-açaí demonstra que pode desenvolver funções e elementos alinhados à *bioeconomia bioecológica* na RGP, que podem influenciar na transição para um paradigma de desenvolvimento proposto por e para agentes econômicos locais - pelos povos e comunidades tradicionais - que se organizam em cooperativas e associações para atuação de circuitos espaciais de produtos da biodiversidade paraense.

Porém, impulsionar as bases para esse modelo exigem atenção e trabalho da economia estatal em políticas públicas que possibilitem além do direito à terra e regularização fundiária, a valorização e o fomento de práticas econômicas se inspirarem em processos naturais - soluções baseadas na natureza (SBN) (Costa, et al, 2022) – como realizam as cooperativas que diversificam suas produções combinam o açaí e outras culturas, e convivem com as sazonalidades dos produtos florestais.

Esta autora acredita que este trabalho de tese possa inspirar novos estudos sobre a economia do açaí a partir de novas frentes teórico-metodológicas e que priorizem o viés plural da economia nas pesquisas no território amazônico, considerando a diversidade social, ecológica e de formas de atuação econômica. Deste modo, considera-se relevante indicar estudos comparativos com cadeias de outros produtos da sociobiodiversidade, bem como estudos pautados em pesquisa-ação participativa para a co-criação de soluções com comunidades, visando frentes como o fortalecimento da equidade de gênero e justiça climática.

Assim, defende-se novas direções para estudos que explorem interseções entre circuitos espaciais, economia popular e solidária e formatação de novas políticas que visem a reparação histórica aos povos amazônicos e a reorientação do CSP-açaí; a avaliação de políticas públicas no sentido de captar impactos sobre o desenvolvimento de cooperativas nos territórios e possíveis melhorias na qualidade de vida das comunidades.

Desse modo, sinalizam-se oportunidades de consolidar um campo de pesquisa interdisciplinar, de modo a fortalecer e posicionar as cooperativas como agentes centrais de uma transição ecológica e justa. Esta tese buscou demonstrar que as cooperativas são núcleos de resistência e inovação na economia do açaí no Estado

do Pará, podendo demonstrar caminhos para o restabelecimento democrático da economia, por meio do realinhamento da relação entre sociedade e natureza, que, por sua vez, dependem de políticas que valorizem as vozes e os conhecimentos locais, para um desenvolvimento territorialmente pensado e enraizado pelos amazônidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, SORAYA SOUZA DE. PÕE TAPIOCA, PÕE FARINHA D'ÁGUA? Gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural na Grande Belém. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA-UFGA. Belém, 2014.

ARACRI. Luís Angelo dos Santos. A difusão de inovações numa perspectiva crítica: práticas espaciais e a implantação da “agricultura de precisão” na microrregião de CanaranaMT. UFRJ, 2005. Disponível em:

ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique*, ano 2, p. 30- 31, 2008.

ARROYO, Monica. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, Aldo. ARROYO, Mónica; Márcio Cataia. *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: Um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Sebo Vermelho, Natal, 2017.

BARBOSA, Jéssica Oliveira. A REPRESENTAÇÃO DOS FIXOS E FLUXOS NO CIRCUITO SUPERIOR E CIRCUITO INFERIOR NA ECONOMIA BRASILEIRA. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, Espírito Santos, 2014. Disponível em : Acesso 08 fev 2023.

BARRIOS, Sonia; Alejandro; CARIOLA, Cecilia; MORENO. *Sobre la Construcción del Espacio*. Cuadernos del CENDES, n. 8, jul, 1978.

BARRIOS, Sonia;ROFMAN, Alejandro; CARIOLA, Cecilia; MORENO, Oscar. *MORVEN: Metodologia para el diagnóstico regional, do Centro de Estudios Del Desarrollo (CENDES) da Universidad Central de Venezuela*, CENDES, 1980.

BAYLE, Emmanuel Eric Marie. *ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ E DO CUPUAÇU*. Relatório Final. SEDAP. Belém, 2014.

BECKER, Bertha K. *A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade*. Garamond Universitária. 1 ed. Rio de Janeiro, 2013

BENTES, Elisabeth dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; SANTOS, César Augusto Nunes dos. *EXPORTAÇÕES DE POLPA DE AÇAÍ DO ESTADO DO PARÁ: situação atual e perspectivas*. SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Santa Maria-RS, 2017.

BRASIL. . Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm)

BRASIL. A . Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em:

BRONDÍZIO, Eduardo; CAROLINAAMSAFAR; ANDREAD.SIQUEIRA. O mercado urbano da fruta AÇAÍ( *Euterpe oleracea* Mart.)e a mudança no uso da terra rural: percepções etnográficas sobre o papel do preço e da posse da terra restringindo as escolhas agrícolas no estuário amazônico. *Ecosystemas Urbanos*,6:67–97, 2002c2003 Kluwer Academic Publishers, Holanda. Conversão de word.

BRONDÍZIO, Eduardo. Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Extrativismo e agriculturas florestais: principais espécies comercializadas e cadeias produtivas Eduardo S. Brondizio. (2021)

BRONDÍZIO, Eduardo S. Artigo: De Alimentação básica para alimentação de moda. Ciclos e oportunidades de mudanças no desenvolvimento da economia do açaí no estuário amazônico. In: ZARIN, Daniel J. et al. *As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio de manejo sustentável?* IEB. São Paulo, 2004.

BRONDÍZIO, Eduardo. *The Amazon Várzea: The Decade Past and the Decade Ahead* Editors: Miguel Pinedo-Vasquez, Mauro L. Ruffino, Christine Padoch, Eduardo S. Brondizio. Springer Science+Business Media B.V. 2011.

BRULE, David Melo van den ESPAÇO GEOGRÁFICO VIVIDO SOCIALMENTE: UMA APROXIMAÇÃO DA GEOGRAFIA CRÍTICA COM O HORIZONTE HUMANISTA. *Revista de Geografia (Recife)* V. 34, No. 1, 2017.

BUGGE, M. M., T. HANSEN, E A. KLITKOU (2016). “What is the bioeconomy? A review of the literature.” *Sustainability* 8.7: 691. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su8070691>

CALZAVARA, Batista Benito Gabriel. *Recomendações Básicas: açazeiro*. Embrapa-CPATU, Belém, 1987.

CAMILO TORRES SÁNCHEZ. *O MUNDO DA VIDA NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO: ECOLOGIA POLÍTICA DA BIODIVERSIDADE NO ARQUIPELAGO DE BELÉM DO*

PARÁ-BRASIL Tese de doutorado em ciências do desenvolvimento agricultura e sociedade UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CAMTA. Cooperativa Mista de Tomé-Açú. Disponível em:

CARDOSO, Ana Cláudia D.; FERNANDES, Danilo Araújo; LIMA, José Júlio Ferreira. Região Metropolitana de Belém: um balanço de quatro décadas. In: Org CARDOSO, Ana Cláudia D. et al. Belém: transformações na ordem urbana. 1Ed. Letra Capital: observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, 2015.

CASTELLS, Manuel. Imperialismo y Urbanizacdn en A"lérica Latina. Barcelona, Gustavo Gilli, 1973.

CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. Revista GEOgraphia, n. 35, p. 95-119, 2014. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13730>

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. 2010. . Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3). 2010. p. 461-474,.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, 2013.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. Boletim Campineiro de Geografia, v.3, n.1, p.55- 75, jan./abr. 2013. CATTANI, A. D..

CAVALCANTE, Fernanda. AGÊNCIA PARÁ (Ascom/Seduc). Reportagem: Governo do Pará inclui açaí na merenda escolar, valorizando hábitos regionais na alimentação, 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/59334/governo-do-para-inclui-acai-na-merenda-escolar-valorizando-habitos-regionais-na-alimentacao>

CHAVES, J. M. & PECHINICK, E. O assai, um dos alimentos básicos da Amazônia. Amapá: Instituto de Tecnologia Alimentar, 1945.

Ciasca, Bruna. Camilla Penna de Miranda Figueiredo – SEMAS Camille Bendahan Bemerguy – SEMAS Guilherme Rodrigues Lima – CBC Henry Phillippe Ibáñez de Novión – CBC Juliana Simões – TNC. Plano estadual de bioeconomia do Pará. <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/PlanBio-Completo-Portugu%C3%AAs.pdf>

Climática. Plano de acesso a mercado de produtos agroflorestais para os territórios de São Félix do xingu e tucumã no Sudeste do Pará, e tomé-açu e entorno no nordeste do Pará. TNC. 2024.

COELHO JÚNIOR, FRANCISCO DE PAULO. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI. 2018.

COMEX STAT. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e serviços. Disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em 23 fev.2023.

CONAB. Preços agropecuários. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/precos-agropecuarios>

CORAGGIO, J. L. Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2011

CORAGGIO, J. L. Economía urbana: la perspectiva popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: Karl Polanyi: Textos escogidos. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012b.

CORAGGIO, J. L. LA PRESENCIA DE LA ECONOMIA SOCIAL Y SOLIDARIA (ESS) Y SU INSTITUCIONALIZACION EN AMERICA LATINA. Preparado para los Estados Generales de la Economía Social y Solidaria, París, 17-19 de junio 2011 , 2011. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/ponencia\\_es\\_estados\\_generales\\_junio\\_2011-1.pdf](https://base.socioeco.org/docs/ponencia_es_estados_generales_junio_2011-1.pdf)

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.15, n.2, nov. 2013.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.15, n.2, p.11 -24, nov. 2013a.

CORAGGIO, J. L. Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital. Quito: Abya-Yala, 2011.

IBGE. Censo Agropecuario 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MEILLASSOUX, C. Mujeres, graneros y capitales. México: Siglo XXI, 1977.

POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CORAGGIO, José L. Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. José Luis Coraggio. Cad. Metrop ., São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 17-35, jun 2014 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3101>

CORAGGIO, José Luis. As três correntes de pensamento e ação dentro do campo de economia social e solidária. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p11>. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.15, N.2 / NOVEMBRO 2013.

CORREA, Rosivanderson Baia. Do território recurso ao território abrigo: modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cameta-PA. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal do Pará -PPGEO -IFCH\_UFPA, Belém, 2010.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA). Tese. 2017. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO SP.

CORTEZZI, F. La circulation commerciale de l'açaí brésilien (1999-2016): le reseau géographique international, ses nœuds, ses flux et ses nouvelles formes de production et de reproduction dans l'espace. Revista GeoUECE, Fortaleza, v. 9, n. 16, p. 33-62, 2020.

COSTA. F. A., Ciasca, B.S., Castro, E.C.C., Barreiros, R.M.M., Folhes, R.T., Bergamini, L.L., Solyno Sobrinho, S.A., Cruz, A., Costa, J. A., Simões, J., Almeida, J.S., Souza, H.M. Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021.

Costa. F. A., Ciasca, B.S., Castro, E.C.C., Barreiros, R.M.M., Folhes, R.T., Bergamini, L.L., Solyno Sobrinho, S.A., Cruz, A., Costa, J. A., Simões, J., Almeida, J.S., Souza, H.M. Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. Brasília, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, IDB-TN-2264, 2021.

Costa, F. et al. Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical. Texto para discussão. São Paulo, 2022, Brasil: WRI Brasil. Disponível online em:

COSTA, F.A., ANDRADE, W. D. C., ANDRADE, A. M., LEONEL, M. C., BRANCHER, P., MAGALHÃES, R. S., BREDERODES, R. (2003) A Cultura de Açaí no Brasil e no Pará: aspectos estruturais de produção e mercado. Belém, Agência de Desenvolvimento Solidário-ADS/Amazônia.

COSTA, F.A. Notas sobre uma economia importante, (Super) Verde (Ancestralmente) inclusiva na Amazônia. Caminhos para uma Agricultura Familiar sob bases ecológicas: produzindo com Baixa Emissão de Carbono. 2018. Disponível em <: . pdf.

COSTA, Francisco, A. A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970). Cambridge Scholars Publishing, 2018.

Costa, Francisco de Assis Economia e Território [recurso eletrônico]: Constituição e dinâmica da economia do açaí na região do Grão-Pará (1995-2011) / Francisco de Assis Costa. — Belém: NAEA, 2022

COSTA, Francisco de Assis.O Açaí do Grão-Pará: Arranjos Produtivos e Economia Local Estruturação e Dinâmica (1995-2011). Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido NAEA-UFPA. Belém, 2016.

DALBERTO, Cassiano, STADUTO, Jefferson A. R. Uma análise das economias de aglomeração e seus efeitos sobre os salários industriais brasileiros. Rev. econ. Contemp. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/XBSSGk7RPWgHky8ZdmZBdFQ/abstract/?lang=pt>

DINIZ, Sibelle Cornélio Diniz da. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado. Cedeplar – UMFG. Belo Horizonte, 2016.

Diálogos Pró-açaí. Entrevista com Gracionice Corre, presidente da Cooperativa Manejaí, 2023. Disponível em: .

Diálogos Pró-açaí. Evento em Belém promove debate sobre a sustentabilidade na cadeia de valor do açaí da Amazônia . 2023. Disponível em:

Ecossistemas regionais de negócios: caminhos para ativação da sociobioeconomia na Amazônia/direção e edição Pedro Frizo, Loyanne Conexsus, 2024.

ELIAS, D. "Milton Santos: a construção da geografia cidadã". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista

electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

EMBRAPA, 2021. <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/acai/pre-producao/caracteristicas-da-especie-e-relacoes-com-o-meio-ambiente/caracteristica-da-planta/variedades#:~:text=Autores&text=O%20a%C3%A7aizeiro%20em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20naturais,o%20petec%C3%A3o%20e%20o%20una>.

FARIAS NETO, João Tomé de. BRS Pai d'Égua e BRES PARÁ: cultivar de açaí para terra firme com suplementação. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1114134/1/ComTec317.pdf>

FASE. Quem somos? Disponível em:

FERNANDES, Florestan. A RECONSTRUÇÃO DA REALIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Rev. Mediações, Londrina v. 2. n. 1, P 47 56, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9372>

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. Mercator, Fortaleza, 2014.

FURTADO, Celso. O desenvolvimento como processo endógeno. In: Cultura, desenvolvimento em época de crise. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

GUIMARÃES, Alfredo; SANTOS, Teresinha; RODRIGUES, Deuzimar M.; FRAHAN, Bruno H. Produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba, PARÁ. JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; MOURÃO, Leila; GROSSMAM, Monika. In: Açaí (Euterpe oleracea Mart.) Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Adolpho Ducke. Belém, 2004.

GUIMARÃES, Luís Alfredo. O açaí já “parou” o carioca? Estudo qualitativo do consumo da polpa de açaí na cidade do Rio de Janeiro. Belém: NAEA, 1998. 17p. (NAEA, Paper, 90)

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. Revista Campo-Território, edição especial XXI ENGA 2012.

HIGA, Tereza Cristina C. de S. Dinâmica Urbano-regional na Amazônia. In: PEREIRA, Rafael Henrique M.; FURTADO, Bernardo Alves. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Ipea, 2011.

HIRSCHMAN, Albert O. (1958). The strategy of economic development. Yale University Press, 1965.

HOMMA, A. K. O. Colher sem plantar: este é o futuro para a Amazônia? In: SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE FLORESTAS, 2., 2017, Santarém. Anais [...]. Santarém: UFOPA, 2017. p. 7-11.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. Custo Operacional de Açaizeiro Irrigado com Microaspersão no Município de Tomé-Açu. EMBRAPA Amazônia Oriental. Comunicado técnico, 219. 1ª Edição. Belém, 2009. Disponível em: Acesso em: 05/11/2014.

HOMMA, Alfredo Kingo; TAVARES, G. S. Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários. Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2015. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1031486>. Acesso em 20 abril 2022.

<https://doi.org/10.46830/wrirpt.22.00034>

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1360735/mod\\_resource/content/0/texto%20brigatorio%20aula%205%20Difusao%20inovacoes%20e%20geografia.pdf#:~:text=A%20seletividade%20espacial%20representa%20a,decis%C3%A3o%20segundo%20o%20projeto%20estabelecido](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1360735/mod_resource/content/0/texto%20brigatorio%20aula%205%20Difusao%20inovacoes%20e%20geografia.pdf#:~:text=A%20seletividade%20espacial%20representa%20a,decis%C3%A3o%20segundo%20o%20projeto%20estabelecido).

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ. Cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros na região de integração baixo Amazonas, estado do Pará. Belém: Idesp, 2011a.

IMAZON. Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade no Pará}. Belém: IMAZON, 2021.

INPE. 2024. Nível pluviométrico.. Disponível em: <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=3>

INSTITUTO CONEXSUS. A Conexsus possibilita acesso inédito da cooperativa sementes do Marajó a crédito do PRONAF no banco da Amazônia. Assessoria de imprensa, 2022. Disponível em: .

Instituto Terroá. Caravana do Açaí: análises e recomendações junto a organizações comunitárias, 2023).

INSTITUTO TERROÁ E DIALÓGOS PRO AÇAÍ. Açaí: Força da Sociobioeconomia Amazônica. 2023. Disponível em: <https://www.dialogosproacai.org.br/acervos/dialogos-pro-acai>.

INSTITUTO TERROÁ E DIALÓGOS PRO AÇAÍ. CICLO DE DEBATES: RISCOS E RECOMENDAÇÕES NA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ. RELATÓRIO DO CICLO(2021). Disponível em: <https://www.dialogosproacai.org.br/acervos/dialogos-pro-acai>.

IPEA, 2016. CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM, ESTADO DO PARÁ. IPEA, FAPESPA, 2016.

ISA. Biodiversidade e Desigualdade: A captura de valor por cadeias globais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2022.

JARDIM, M. A. G. & ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas de açaizeiro no estuário amazônico: resultados. Curitiba. Bol. Pesq. Flor., (15): 1-18, dez., 1987.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LAVILLE Jean-Louis (2004). « Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural », in NUNES Brasilmar Ferreira & MARTINS Paulo Henrique (eds.), A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea, Paralelo 15, Brasília, pp. 42-57.

Leila Mourão. HISTÓRIA E NATUREZA: DO AÇAÍ AO PALMITO. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT.

LEMOS, Maurício. 1988. Espaço e Capital: Um estudo da dinâmica centro x periferia. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP. (Tese de doutoramento).

LEVESQUE, Benoît Lévesque Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. Revista Política e Sociedade. Nº14, abril, 2009.

LINHARES, Lucas, MAGALHÃES, Felipe N; MONTE-MÓR, Roberto L. . , 2004.

LOJKINE, Jean. 1981. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. Política e Sociedade, n.14, p. 107-144, abr. 2009.

Mapa. 2023 Carl Friedrich Philipp von Martius. Disponível em:

MARSHALL, A. (1890). Principles of Economics. Macmillan, London

MARTINS, Kairo Fernandes. Normas voluntárias de sustentabilidade: avaliação dos impactos das certificações sustentáveis em empreendimentos amazônicos da cadeia de valor do açaí. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Goiás .UFG, 2023.

MARX, Karl. Introdução à crítica de economia política. In: Contribuição à crítica da economia política (Coleção Os pensadores). São Paulo: Fontes, 1983.

MARX, Karl. O capital - Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Editora.Boitempo; 1ª edição, 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. VITRINE DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: .

MEILLASOUX, C. (1977). Mujeres, graneros y capitales. México, Siglo XXI.

MIRANDA, Aline Miranda. AGENCIA PARÁ. ASCOM. 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/57815/agricultores-de-curralinho-profissionalizam-producao-do-acai-para-atender-escolas#:~:text=%E2%80%9C%C3%89%20um%20projeto%2Dpiloto.,agricultura%20familiar%5D%20individuais%20e%20jur%C3%ADdicas>.

MITSCHEIN, T., Miranda, H. & Paraense, M. (1989). A urbanização selvagem e a proletarização passiva na Amazônia – o caso de Belém. Belém: Editora CEJUP.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização e Modernidade na Amazônia contemporânea. In: *Brasil no século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*, 2004.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ANPEGE, 2008.

MONTE-MÓR, R.L. Formas e processos urbanos nas reservas extrativistas da Amazônia. In: *Soerguimento tecnológico e econômica do extrativismo na Amazônia* Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

MONTE-MÓR, R.L.; LINHARES, L. Urbanização extensiva: expressões no Brasil. In: GOULART, N. (org.) *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes.p. 147-169, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto L. *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. Doctor of Philosophy in Urban Planning pel UNIVERSITY OF CALIFORNIA (Los Angeles ), 2004 (Tese de Doutorado).

MONTE-MÓR, Roberto L. *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. Doctor of Philosophy in Urban Planning pel UNIVERSITY OF CALIFORNIA (Los Angeles ), 2004 (Tese de Doutorado).

MONTE-MÓR, Roberto LM. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. Em: *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ANPEGE, p. 128-140, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo*. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, 2004. Disponível em : <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/conferencias/06.pdf> acesso em 27 set 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo? *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, 2006.

MONTENEGRO, M. R. Globalização e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2011.

MONTENEGRO, M. R. Novos nexos entre os circuitos da economia urbana nas metrópoles brasileiras. Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, p. 29-41, jan./jun. 2013. DOI: 10.5418/RA2013.0911. 0003

MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2014.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Tese apresentada no Programa de Pós Graduação em Geografia humana – USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062012-133347/pt-br.php>> Acesso 10 nov. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación em el espacio. In: YANES, L et al.(org), Aportes para el estudio del espacio socioeconômico, tomo III, el colóquio. Buenos Aires, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os Circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo. ARROYO, Mónica; Márcio Cataia. Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: Um diálogo com a teoria de Milton Santos. Sebo Vermelho, Natal, 2017.

MOREIRA, Arthur Gomes. A criatividade na busca pela superação do subdesenvolvimento: celso furtado, cultura e desenvolvimento endógeno. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2015. Disponível em: .

MOURÃO, Leila. Açaízeiro: açaí e palmito no estuario amazônico. In: Açaí (Euterpe oleracea Mart.) Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuario amazônico. Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Adolpho Ducke. Belém, 2004.

MOURÃO, Leila. Do açaí ao palmito: usos de produtos e subprodutos do açaizeiro no estuário amazônico. in: SEMINÁRIO AÇAÍ (Euterpe oleracea), 1996, Belém: NAEA/MPEG/Embrapa/SECTAM, 1996. P.33-34

MURRIETA, R. S. S. 1994 Diet and Subsistence: changes in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil, Unpublished M.A. Thesis, Department of Anthropology, University of Colorado, 120 p.

NACIF, Adelaide Maria Pereira. O APL DE POLPA DE FRUTAS NO NORDESTE PARAENSE E REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM – ANÁLISE DA DINÂMICA EVOLUTIVA 2003/2007. Dissertação PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NAEA, 2009.

NEVES, M. C. et al. Commodification da biodiversidade e marginalização de comunidades tradicionais na Amazônia". Revista de Economia Contemporânea, v. 26, n. 3, 2023.

Nobre, C.A. et al. (2023) Nova Economia da Amazônia. São Paulo: WRI Brasil. Relatório. Disponível online em:

Nobre, C.A. et al. (2023) Nova Economia da Amazônia. São Paulo: WRI Brasil. Relatório. Disponível online em: [www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia](http://www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia) .

NOGUEIRA, Oscar Lameira; FARIAS NETO, João Tomé de; OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; ROGEZ, Hervê L. G. . Açaí: Manejo, Produção e Processamento,. Fortaleza: Instituto Frutal, 2006.

OLIVEIRA, Maria do Socorro P.; MATTIETTO , Rafaella de A.; DOMINGUES, Alessandra Ferraiolo; NOGUEIRA, Ana Vânia Carvalho; OLIVEIRA, Natália Padilha, FARIAS NETO, João Tomé. Capítulo 5: Alimentícias - Euterpe oleracea e E. Precatoria Açaí. 2022. In: CORADIN, Lidio; CAMILLO, Julcéia; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (Ed.). Espécies nativas da flra brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região Norte. Brasília, DF: MMA, 2022. (Série Biodiversidade; 53). 1452p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/manejo-euso-sustentavel/flra>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

PADOVEZI, Aurélio; MUNHOZ, Fabiana; GOULART, Alexandre. Bioeconomia da Restauração na Amazônia.2024. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/bioeconomia-restauracao-amazonia.pdf>

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto Pereira. ECONOMIA DOS CUIDADOS: MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL. Relatório de pesquisa. 2016. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7412/1/RP\\_Economia\\_2016.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7412/1/RP_Economia_2016.pdf)

PLOEG, Jan Douwe van der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, Flávia C; CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sergio. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2016.

PMB. Prefeitura Municipal de Belém. Relatórios de abastecimento do fruto açaí nas feiras de Belém. Departamento de Feiras, mercados e portos. Belém, 2014.

POLANYI, Karl. A subsistência do home e ensaios correlatos. Contraponto. Rio de Janeiro, 2012.

POLANYI, Karl. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Contraponto. Rio de Janeiro, 2012.

POSTALI-SANTANA, Valéria Barreiro. CAPÍTULO 3: A cidade contemporânea e os circuitos da economia urbana: o que há de novo? IN: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues et al. Estudos urbanos: Conceitos, Definições e Debates.

POSTALI-SANTANA, Valéria Barreiro. CAPÍTULO 3: A cidade contemporânea e os circuitos da economia urbana: o que há de novo? IN: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues et al. Estudos urbanos: Conceitos, Definições e Debates. Unespar, Campo Mourão, 2017.

PREBISCH, Raul. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. Revista de la CEPAL. Nº28. Chil, 1986. Disponível em:

#### REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

RIBEIRO, a c. Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras: in: nunes, b. f.org. sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano. Brasília: líber livro editora, 2006.

RIBEIRO, M. Â. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades: urbanização e perspectivas geográficas. São Paulo, Gaspar/EDUSP: 2001. p. 369-389.

ROCHA, André Carlos de Oliveira; ASSIS, William Santos de; SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis. Caracterização e desafios do cooperativismo camponês no nordeste paraense Characterization and challenges of peasant cooperativism in northeastern of Pará. RGC, Santa Maria, v. 10, n. 19, e66070, p. 01-33, 2023 • Submissão: 02/06/2021 • Aprovação: 28/08/2023 • Publicação: 29/12/2023

ROFMAN, Alejandro. Relacion grandes proyectos - desarrollo regional. Jornada "Aspectos metodológicos de la Evaluación de Urandcs Proyectos y el Desarrollo Regional". Buenos Aires, CEUR/CJESU, 1978, mimeo.

ROGEZ, Hervé. Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação. Belém: EDUFPA, 2000.

SALVADOR, Diego Salomão C. de O.; SILVA, Eulália Jéssica M. Circuitos da economia urbana de circuito espacial de produção: subsídios teóricometodológicos para a apreensão de dinâmicas territoriais. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 2017.

SANTANA, Antônio Cordeiro de; COSTA, Francisco de Assis. Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no estado do Pará. In: SANTANA, Antônio Cordeiro de; CARVALHO, David Ferreira; MENDES, Fernando Antônio Teixeira (Org.). Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial. Belém, PA: Banco da Amazônia, 2008. p. 205-226.

SANTOS, Anderson Barcellos. A produção de frutos de açaí (euterpe oleracea m.) em limoeiro do ajuru, Pará: desafios e oportunidades para a ação coletiva de comercialização. Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. UNB. Brasília -DF, 2018.

SANTOS, Anderson Barcellos. A produção de frutos de açaí (euterpe oleracea m.) em Limoeiro do ajuru, Pará: desafios e oportunidades para a ação coletiva de comercialização. Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. UNB. Brasília -DF, 2018.

SANTOS. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS e (orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS; Da Silva, Elisiane; Neves, Gervásio Rodrigo; Martins, Liana Bach. O espaço da cidadania e outras reflexões/Milton Santos. Fundação Ulysses Guimarães – Coleção O pensamento político brasileiro; v.3. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Erick Silva dos Santos; AZEVEDO-RAMOS, Claudia ; GUEDES, Marcelino Carneiro. Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas. v. 24, n. 2, p. 195-221, maio-ago 2021, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

SANTOS. Metamorfoses do espaço habitado. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Editora da Universidade de São Paulo. 4ed. São Paulo. 2017.

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Editora da Universidade de São Paulo. 4ed. São Paulo. 2017

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: BARRIOS, Sonia; SANTOS, Milton (org). A construção do espaço. Nobel, São Paulo, 1986.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, Milton e (orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Economia Espacial: Críticas e alternativas. 2 ed. Edusp. São Paulo, 2014b.

SANTOS, Milton. ENSAIOS SOBRE A URBANIZAÇÃO LATINO AMERICANA. MILTON SANTOS, EDUSP, 2ed. São Paulo, 2017. Capítulo 7: A articulação dos modos de produção e os dois circuitos da economia urbana: os atacadistas de Lima, Peru.

SANTOS, Milton. Espaço e método.- 5 ed, 2.reimpr. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Edusp. São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton, O retorno do território. In: Território globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994. pp.15-20.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5 ed Editora da Universidade de São Paulo, 1 reimpr. São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. Edição EDUSP. São Paulo, Livro de 1978<sup>a</sup>.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. Livro de 1975. Edição EDUSP. São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 9<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. Associação dos geógrafos brasileiros (AGB) São Paulo. Jun 1977, 54. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092/949>.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS. O espaço do cidadão. 7ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SANTOS. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico e informacional. Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. In: Mendonça, Francisco, Lowen-Sahr, Cicilian L. e Silva, Márcia da (Orgs). Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 479-496

SARTRE, J.-P. Critique de la raison dialectique (Tome I, Théorie des ensembles pratiques). Paris, Gallimard/NRF, 1960.

SARTRE, Jean-Paul Situações. Europa América, 1968.

SCHIMANSKI, Silvana. CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 18 | Set./Dez. 2014. Disponível em

Schleder, Eloty Justina Dias, et al. Material Didático: Introdução a Taxonomia e Sistemática Vegetal. / Eloty Justina Dias Schleder, Eduardo Barreto Aguiar, Rosemary Matias. – Londrina: Editora Científica, 2020.

SEDAP. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí (PRÓ-AÇAÍ).2024. Disponível em:

SEDAP. Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA), 2023. Disponível em: .

SIDRA - Banco de dados agregados. Extração Vegetal e Silvicultura – Açaí. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=289&z=t&o=18> Acesso em 5 abr. 2024.

SIDRA - Banco de dados agregados. Produção agrícola municipal., 2024 Disponível em: Acesso em 14 abr. 2024.

SILVA, Catia A. Espaço e tempo em Milton Santos: alguns elementos para a reflexão da história social do território, 2009.

SILVA, Harley. A economia do açaí em Belém-PA: vida urbana e biodiversidade em uma experiência singular de desenvolvimento econômico. Novos Cadernos NAEA • v. 24 n. 3 • p. 259-286 • set-dez 2021.

SILVA, Harley. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Orgs.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p.

SILVA, Harley. Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado- Economia -Cedeplar, UFMG. 2017.

SILVA, Reynaldo Daivyd Lopes da. O fator de aglomeração e a força de renovação e adaptação das atividades do circuito inferior da economia urbana no centro de União dos Palmares – AL. Diversitas Journal, 2018.

SILVA, SILVANA CRISTINA. Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Tese de Doutorado em Geografia. Unicamp, Campinas, 2012. Disponível em: Acesso agosto de 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). Métodos de pesquisa. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). Métodos de pesquisa. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2010. SILVEIRA, M. L. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. Cuadernos del Cendes, ano 21, n. 57, p. 1 -21, set./dez. 2004.

SILVEIRA, M. L. FINANÇAS, CONSUMO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NA CIDADE DE SÃO PAULO. Cadernos CRH, v.22, n.55, jan./abr., Salvador, 2009.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileiras: un análisis de los circuitos de la economía urbana. Revista Eure, v.33, n.100, p. 149-164, dez. 2007. SILVEIRA, M. L. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. Revista Geografica de America Central, v. 2, n. 47E, p. 1 -17, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina (Orgs.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011, p. 62-82.

SILVEIRA, Maria Laura. Metropolização e circuitos da economia urbana. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Desafios da metropolização. 1ed. Rio de Janeiro, 2015

SILVEIRA, Maria Laura. Metropolização e circuitos da economia urbana. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Desafios da metropolização. 1ed. Rio de Janeiro, 2015.

SIQUEIRA, A. D. 1997 The Ecology of Food and Nutrition: patterns of land use and nutritional status among caboclo populations on Marajó Island, Pará, Brazil, Unpublished Ph.D. Dissertation, Department of Anthropology, Indiana University, Bloomington, Indiana.

SOARES, Denise. Governo do Pará cria Secretaria de Estado de Agricultura Familiar. SECOM, Belém, 2023. <https://agenciapara.com.br/noticia/44139/governo-do-para-cria-secretaria-de-estado-de-agricultura-familiar>

SOARES, Luciane C. C.; COSTA, Francisco de Assis. OS LIMITES DO AGROEXTRAVISMO NO BAIXO TOCANTINS, 2006.

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. A certificação do açaí na região do Baixo - Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. Revista Agriculturas - v. 2 – nº.3 - outubro de 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-6-A-certifica%C3%A7%C3%A3o-do-a%C3%A7a%C3%AD-na-regi%C3%A3odo-Baixo-Tocantins-uma-experi%C3%Aancia-de-valoriza%C3%A7%C3%A3oda-produ%C3%A7%C3%A3o-familiar-agroextrativista-naAmaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 10/04/2014.

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. A certificação do açaí na região do Baixo - Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. Revista Agriculturas - v. 2 – nº.3 - outubro de 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-6-A-certifica%C3%A7%C3%A3o-do-a%C3%A7a%C3%AD-na-regi%C3%A3odo-Baixo-Tocantins-uma-experi%C3%Aancia-de-valoriza%C3%A7%C3%A3oda-produ%C3%A7%C3%A3o-familiar-agroextrativista-naAmaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 10/04/2014

SOJA, Edward. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Ed Zahar. Rio de Janeiro, 1993.

SOLIS, Karol. USO DOS RECURSOS NATURAIS E SAZONALIDADE NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO: ESTRATÉGIAS E GESTÃO DOS PRODUTORES DE AÇAÍ. Dissertação de Mestrado em o de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. NAEA-UFPA. 2014

SOUZA, Marcelo Lopes de. Capítulo 1: espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. In: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Capítulo 1: espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. In: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013.

SPIX, Joham Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1981.

SUDAM, 2024. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fno>.

TAGORE, Márcia de Pádua Bastos; CANTO, Otávio do; SOBRINHO, Mário Vasconcellos. Políticas públicas e riscos ambientais em áreas de várzea na Amazônia: o caso do PRONAF para produção do açaí  
Public policies and environmental risks in floodplain areas in the Amazon: the case of PRONAF for açai production. Vol. 45, abril 2018. DOI: 10.5380/dma.v45i0.51585. e-ISSN 2176-9109.

TEIXEIRA et al. Processo de compostagem a partir de lixo orgânico urbano e caroço de açaí. Belém-PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2002.

TOZI, Fábio. Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização. Tese, 2012.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Formação metropolitana de Belém (1960-1997). 1º ed. Editora Paka-Tatu. Belém, 2016.

VELOSO, PATRICIA LEAL VELOSO. Densidade, diversidade e dinamismo na economia popular: um estudo sobre a distribuição espacial do comércio de polpa do açaí no município de Belém. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Economia. UFPA, 2021.

VILHENA, Manoel Ricardo; ALVES JR. Almiro,; FREITAS, Alair Ferreira de. Produtos da sociobiodiversidade no PAA e PNAE: instrumentos de gestão operacional no PNAE. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV) ISSN 2359-5116 | V. 8 | N. 1 | JAN.-JUN. 2019.

WILKINSON, J.. Mercados Redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2008.



4) Quantos cooperados a Cooperativa possui atualmente?

4.1) Onde esses cooperados residem (municípios, comunidades, ilhas)?

5) Existem funcionários não cooperados na cooperativa? Quantos? Quais cargos ocupam?

6) Além dos cooperados e funcionários, quantas pessoas aproximadamente são beneficiadas pelas atividades da cooperativa?

## **PARTE II: ATUAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ**

7) A cooperativa atua em quais etapas da produção e comercialização do açaí (plantio, colheita, armazenagem, transporte, comercialização)?

8) Como é realizada a produção do açaí (manejo, sistemas agroflorestais, consórcio, monocultivo)?

8.1) A produção é realizada em áreas de várzea ou terra firme?

9) Você poderia explicar como funciona a comercialização da produção do açaí? A produção é entregue e vendida diária/semanal/quinzenal?

10) Qual a quantidade média de açaí (em rasa, saca, panela, lata ou basqueta) entregue (diária/semanal/quinzenal) pelos cooperados (por cooperado ou total) na safra?

11) Qual o preço médio do açaí (em rasa, saca, panela, lata ou basqueta) pago aos cooperados na safra?

12) Qual é a remuneração mensal média dos trabalhadores envolvidos na produção ou comercialização do açaí?

12.1) Essa remuneração varia muito de mês para mês? Conte um pouco sobre isso.

## **PARTE III: MERCADOS ACESSADOS PELA COOPERATIVA**

13) Quem são os principais compradores da cooperativa?

14) A cooperativa faz venda para intermediários? Se sim, de qual tipo (atravessadores, marreteiros, empresas, outros)?

14.1) Para quais municípios, estados ou países é enviada a produção de açaí da cooperativa vendida a esses intermediários?

15) A cooperativa faz venda direta ao consumidor? Se sim, onde e como acontece a venda direta (feiras, portos, feira de agricultura familiar, feiras fixas e temporárias, mercados públicos, empresas)?

15.1) Quem são os compradores do açaí na venda direta?

15.2) Em quais municípios, estados ou países são feitas as vendas diretas das produções de açaí da cooperativa?

16) A cooperativa realiza comercialização de açaí pela internet? Se sim, quais as formas realizadas (redes sociais, site)?

16.1) Quem são os compradores do açaí e quais os destinos do açaí nesses casos?

17) A cooperativa comercializa açaí para o PAA ou PNAE? Se sim, qual o percentual do açaí produzido é vendido no programa?

17.1) Para quais organizações fornece e para onde fornece (município, feiras, mercados populares)?

#### **PARTE IV: APOIO INSTITUCIONAL E ACESSO À CRÉDITO**

18) A cooperativa recebe ou já recebeu algum tipo de apoio ou assistência técnica de alguma instituição (governo federal, estadual ou municipal, instituição de pesquisa, ONG, OSC, empresas)? Se sim, você poderia dizer quais instituições realizaram e de que forma apoiaram? Como esse apoio mudou a realidade da cooperativa?

19) A cooperativa recebe ou já recebeu alguma forma de financiamento ou acesso à crédito rural? Se sim, qual foi a fonte (banco, agência financiadora, cooperativa/associação, pessoal/familiar)? Como esse financiamento mudou a realidade da cooperativa?

#### **PARTE V: CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS**

20) Em sua opinião, quais são as principais dificuldades na produção e na comercialização do açaí enfrentados pela cooperativa?

21) A cooperativa tem bases de dados organizadas sobre preços, receita, remuneração ou outras informações? Se sim, poderia disponibilizar essas informações para minha pesquisa?

22) Você poderia disponibilizar fotos da cooperativa e/ou do trabalho realizado na cooperativa?

23) Por fim, você gostaria de comentar algo sobre a cooperativa que não foi mencionado na entrevista?

Agradeço pela sua atenção e participação!